

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

LUCIANA ANDRADE CAVALCANTE DE CASTRO

O VIÉS ESTRUTURALISTA DA
ABORDAGEM DISCURSIVA DE NORMAN FAIRCLOUGH

GOIÂNIA
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS

LUCIANA ANDRADE CAVALCANTE DE CASTRO

O VIÉS ESTRUTURALISTA DA
ABORDAGEM DISCURSIVA DE NORMAN FAIRCLOUGH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de Pesquisa: L. P. 7

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ferreira da Costa

GOIÂNIA
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

C346v Castro, Luciana Andrade Cavalcante de.
O viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough [manuscrito] / Luciana Andrade Cavalcante de Castro. - 2011.
211 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Ferreira da Costa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2011.
Inclui listas de figuras e quadros.

1. Linguística estrutural. 2. Estruturalismo. 3. Fairclough, Norman. I. Título.

CDU: 81-116


LUCIANA ANDRADE CAVALCANTE DE CASTRO

O VIÉS ESTRUTURALISTA DA
ABORDAGEM DISCURSIVA DE NORMAN FAIRCLOUGH

Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre, defendida e aprovada em 18 de outubro de 2011, pela Banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Alexandre Ferreira da Costa – UFG
Presidente da Banca



Prof.^a. Dr.^a. Eliane Marquez da Fonseca Fernandes – UFG



Prof.^a. Dr.^a. Maria Izabel Santos Magalhães – UFC



Prof. Dr. Guilherme Veiga Rios – UnB
Membro suplente

*Ao meu querido avô Orlando Ferreira de Castro,
por sua trajetória de lutas e realizações, única, irrepetível... Exemplar.*

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, como a suprema força criadora, que tudo rege, tudo guarda, tudo governa, e tudo ilumina.

Ao meu caríssimo professor Alexandre, pela excelente orientação cercada de conselhos, elogios, broncas, diálogos de raciocínios labirínticos, que não deixavam de ser uma aventura por entre ideias estruturalistas, fenomenológicas, bakhtinianas, foucaultianas, faircloughianas, semióticas, metafísicas, religiosas, esotéricas, místico-científicas. Enfim não sabíamos se de cada diálogo saíamos mais lúcidos ou mais insanos.

A minha mãe, Maria Sérgia, por todo carinho e compreensão que teve comigo nesse período que alterava muito meu humor, e também pela paciência de me escutar falando tanto sobre as problemáticas ontológico epistemológicas, como se fosse um assunto familiar cotidiano.

Ao meu pai, Orlando, por todo apoio para eu continuar estudando, pela relevante ajuda nas viagens que tive de fazer, pelo carinho que sempre teve por mim, mesmo nos momentos em que era difícil retribuir.

À minha avó Ivanilde e à minha tia Margareth, cujas trajetórias de professoras na área de Letras, foram inspiração para mim.

Aos meus colegas e amigos especialmente à Helissa, minha amada Flor de Lis, por todos os sorrisos e risadas que desenhou no meu rosto (e não foram poucos), à Priscila, presente em muitos momentos caros de minha vida em geral e de minha vida loucadêmica, ao Joabe, amigo e colega de mestrado, inteligente, sábio e divertido, impossível não gostar dele, inevitável que sua presença não fizesse diferença, à Ju, minha parceira de viagens e aventuras fora de nosso aconchego goiano. Não hei de me esquecer do Léo, sempre que lembro dos momentos em que estudávamos juntos, começo a rir muito e isso ajuda a melhorar meu dia.

Aos meus irmãos e primos, presentes em meus momentos de descontração e alegria.

Um agradecimento especial à minha falecida bisavó Oronívea, mãe do meu querido avô Orlando, pela sua vida de correrias e lutas, as quais foram essenciais para que fosse possível a realidade em que eu e muitos familiares nos encontramos hoje. Ao meu querido avô Orlando sempre serei grata por motivos que preencheriam diversas páginas.

A meus queridos colegas do Grupo NOUS, companheiros de momentos agradáveis e produtivos.

Agradeço também ao professor Sebastião e ao IMAGO, excelentes interlocutores.

A todos os meus outros professores de graduação e pós-graduação, gigantes em cujos ombros subi para prosseguir.

À Faculdade de Letras e à Universidade Federal de Goiás, instituições pelas quais eu me orgulho de ter o título de Licenciada em Língua Portuguesa e Mestre em Linguística.

À CAPES, pela bolsa concedida.

RESUMO

A presente pesquisa de tem por objetivo expor como se apresenta o viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough, um dos maiores expoentes da Análise de Discurso Crítica (ADC). Tida como uma abordagem teórico metodológica, cuja finalidade consiste no estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas, a Análise de Discurso Crítica é uma vertente dos estudos do discurso derivada da Linguística Crítica de 1970, consolidando-se a partir da década de 90. Ao se apropriar da Teoria Social do Discurso (TSD) desenvolvida por Norman Fairclough, a ADC se define tanto teórico quanto metodologicamente, o que explica a relevância do linguista britânico para essa corrente de análise discursiva. Para elaborar a TSD, Fairclough recorreu a importantes autores das ciências sociais e da linguagem como Halliday, Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Giddens, Thompson, Gramsci, entre outros. Os quatro primeiros foram abordados neste trabalho, e a escolha destes se deu justamente pelo interesse no viés estruturalista da obra de Fairclough. Quando nos referimos a “viés estruturalista”, terminamos por trazer à tona toda uma problemática que existe desde o momento em que o Estruturalismo passou a ser visto com certa aversão por muitos teóricos da linguagem. E uma das justificativas diz respeito ao fato de abordagens estruturalistas darem primazia às estruturas sociais, não admitindo a capacidade de ação e mudança dos sujeitos sociais, essa é uma crítica presente na obra de Norman Fairclough. Outra problemática estruturalista relevante é uma espécie de auto saturação que o próprio estruturalismo deixou surgir. Mas para explicar tal saturação, convém recorrermos a divisão que Umberto Eco (2001) faz entre estruturalismo ontológico e estruturalismo metodológico. O primeiro consiste, basicamente, na procura incessante de estruturas cada vez mais profundas que regem os fenômenos, e o segundo consiste na aplicação de modelos estruturais homogêneos na análise de diferentes fenômenos. Eco critica o primeiro alegando a impossibilidade de se assegurar, de fato, a existência real de estruturas, mas apresenta o segundo como metodologia produtiva para diversas pesquisas. Em Fairclough encontramos os dois estruturalismo expostos por Eco. Durante a pesquisa, procuramos demonstrar como Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday foram fundamentais para a constituição do viés estruturalista de Norman Fairclough, permitindo que o autor britânico operasse com sistemas de diferenças no tratamento de fenômenos discursivos, sem que ele abandonasse os aspectos dialógicos no estudo dos contextos de interação. Enfim, o dialogismo bakhtiniano, a arqueologia foucaultiana, mais a sociologia estruturalista construtivista de Bourdieu e a Linguística Sistêmico Funcional foram suportes relevantes para a constituição do viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough.

PALAVRAS-CHAVE: Norman Fairclough, estruturalismo, Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Halliday.

ABSTRACT

The present research intends to explain the constitution of the Structuralist aspects of the discursive approach of Norman Fairclough, one of the most representative authors of Critical Discourse Analysis (CDA). As a methodological and theoretical approach, whose purpose consists in the study of the language in contemporary societies, Critical Discourse Analysis is derived from Critical Linguistics of 1970, consolidating itself in the decade of 1990s. As it borrowed the Social Theory of Discourse (TSD), developed by Norman Fairclough, CDA has defined itself theoretically and methodologically, and this explains the relevance of the British linguist to CDA. To elaborate the TSD, Fairclough resorted to important authors of the sciences of language like Halliday, Bakhtin and Foucault, and of social sciences like Bourdieu, Giddens, Thompson, Gramsci and others. We approached the four first ones in this work, and the choice of these authors is due to our interest in the Structuralist aspects of the research of Fairclough. When we refer to “structuralist bias”, we raise up a great number of problematics about Structuralism, which have existed since the moment the Structuralism came to be seen with certain aversion for many language theorists. One of the reasons is the fact that structuralist approaches give priority to the social structures, not admitting the capacity of action and change of the social subject, this criticism is present in Norman Fairclough’s books. Another problematic is a kind of self saturation that the proper structuralism allows to be shown. But to explain this, it is necessary to use the division that Umberto Eco (2001) makes between ontological Structuralism and methodological Structuralism. The first one consists, basically, in the incessant search of deeper structures that lead the phenomena, and the second one consists in the application of homogeneous structural models in the analysis of different phenomena. Eco criticizes the first one, showing the impossibility of reassuring, in fact, the real existence of structures, but he presents the second one as a productive methodology for many kinds of researches. In Fairclough’s approach, we find the two modalities of structuralism displayed by Eco. During the research we demonstrate how important Bakhtin, Foucault, Bourdieu and Halliday, had been for the constitution of the structuralist bias of Norman Fairclough, allowing the British author to operate with systems of differences in the treatment of discursive phenomena, without neglecting the dialogic bias in the study of the interaction contexts. At last, the bakhtinian dialogism, foucaultian archaeology, the constructivist structuralist sociology of Bourdieu and the functionalist linguistic of Halliday had more been excellent supports for the constitution of the structuralist bias of Norman Fairclough’s discursive approach.

KEYWORDS: Norman Fairclough, structuralism, Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Halliday.

Sumário

Lista de figuras.....	10
Lista de quadros.....	10
Introdução.....	11
CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA, ESTRUTURALISMOS, VIÉS ESTRUTURALISTA: PROBLEMÁTICAS E OSCILAÇÕES.....	18
1.1 Estruturalismo na Linguística: de Saussure aos Círculos Linguísticos.....	20
1.1.1 Teoria de Saussure e suas principais noções.....	20
1.1.1.1 Algumas noções relevantes na obra de Saussure.....	22
a) Língua e fala (<i>langue/parole</i>).....	22
b) O signo linguístico: significado e significante.....	23
c) Relações sintagmáticas e relações associativas.....	23
d) Estudos sincrônicos e estudos diacrônicos.....	24
e) A noção de 'valor' na Linguística.....	25
f) A natureza sistemática da língua: sistema e estrutura.....	28
1.1.2 Os círculos linguísticos : portas para o destaque do estruturalismo.....	30
1.2 Movimento estruturalista na França.....	32
1.3 Estruturalismo como paradigma.....	42
1.3.1 Estruturalismo ontológico e estruturalismo metodológico.....	47
1.4 O que seria enfim 'viés estruturalista'?.....	52
CAPÍTULO 2 – NORMAN FAIRCLOUGH E A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	55
2.1 Da Linguística Crítica à Análise de Discurso Crítica – breve panorama histórico....	57
2.2 Fairclough e a Análise do Discurso Crítica: a Teoria Social do Discurso.....	67
2.2.1 Algumas abordagens linguísticas relevantes à Teoria Social do Discurso.....	68
2.2.1.1 A teoria de Michel Pêcheux e suas limitações conforme Fairclough.....	71
2.2.2 O modelo de análise da abordagem de Norman Fairclough.....	81
2.2.2.1 <i>Language and Power</i> : indícios para o desenvolvimento do modelo tridimensional de análise da Teoria Social do Discurso.....	85
2.2.2.2 <i>Discourse and Social Change</i> : o modelo tridimensional de análise.....	91
2.2.2.3 <i>Discourse in Late Modernity</i> : o discurso como momento da prática social.....	100
2.2.2.4 <i>Analysing Discourse</i> : os significados acional, representacional,	

identificacional.....	105
CAPÍTULO 3 – O VIÉS ESTRUTURALISTA DA ABORDAGEM DISCURSIVA DE NORMAN FAIRCLOUGH.....	113
3.1 Viés estruturalista em Norman Fairclough: ontológica e metodologicamente.....	115
3.1.1 A relação dialética entre estruturas, práticas e eventos.....	115
3.1.2 Modelos estruturais da abordagem de Fairclough.....	126
3.2 Apropriações realizadas por Norman Fairclough.....	129
3.2.1 Apropriações a partir da teoria bakhtiniana.....	129
3.2.1.1 Breve panorama de <i>Para uma filosofia do ato responsável</i> e das principais reflexões bakhtinianas.....	131
a) O <i>dialogismo</i>	139
b) <i>Tema e significação</i>	142
c) <i>Enunciado e gêneros discursivos</i>	144
3.2.1.2 Apropriações de Fairclough: ' <i>gêneros do discurso</i> ' e o ' <i>dialogismo</i> '.....	148
3.2.2 Apropriações a partir da abordagem discursiva de Michel Foucault.....	154
3.2.2.1 “Épocas” da teoria foucaultiana.....	154
3.2.2.2 O estruturalismo em Michel Foucault.....	156
3.2.2.2.1 O estruturalismo em Michel Foucault: problemáticas.....	156
3.2.2.2.2 O estruturalismo em Michel Foucault: o método arqueológico.....	160
3.2.2.2.3 O estruturalismo em Michel Foucault: dialética entre estruturas, práticas e eventos.....	173
3.2.2.3 Noções foucaultianas na abordagem discursiva de Norman Fairclough.....	176
3.2.3 Apropriações a partir da sociologia de Pierre Bourdieu.....	182
3.2.3.1 O estruturalismo de Pierre Bourdieu.....	182
3.2.3.2 Noções estruturalistas construtivistas na sociologia bourdieusiana.....	185
3.2.4 Apropriações a partir da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday.....	191
3.2.4.1 Sobre a Linguística de Halliday.....	192
3.2.4.1.1 Linguagem como semiótica social.....	192
3.2.4.1.2 Texto e linguagem em Linguística Sistêmica.....	195
Considerações finais.....	199
Referências.....	206

Lista de figuras

Figura 1: Discurso como texto, interação e contexto.....89

Figura 2: Modelo tridimensional de análise do discurso.....95

Figura 3: Discurso como momento da prática social.....103

Lista de quadros

Quadro 1: Adaptação das categorias de Halliday.....110

Introdução

O presente trabalho começou a ser desenvolvido em meados do ano de 2008, a partir da leitura da obra introdutória *Análise de Discurso Crítica* (2006) de autoria de Viviane Ramalho e Viviane de Melo Resende. Tal obra nos serviu de base para compreender pontos essenciais da Análise de Discurso Crítica (ADC), uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem e das práticas sociais nas sociedades contemporâneas. O linguista britânico Norman Fairclough é considerado um dos principais expoentes da ADC, e os pontos essenciais da ADC, apresentados por Ramalho e Resende (2006), advêm da Teoria Social do Discurso, abordagem desenvolvida por esse linguista, e que se baseia em autores como Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Giddens, Bhaskar e na Linguística Sistêmico Funcional de Halliday.

Após lermos Ramalho e Resende (2006), decidimos nos aprofundar na teoria de Norman Fairclough, através da leitura das obras principais desse linguista. E a partir de tal aprofundamento nos interessamos em desenvolver um trabalho que tivesse como tema principal a abordagem de Fairclough. Ao longo de nossas leituras, percebemos certa preocupação desse autor britânico em sempre definir adequadamente sua abordagem tanto em termos teóricos quanto metodológicos. E verificamos que, metodologicamente, o autor britânico possui semelhanças com Bakhtin, Foucault e Bourdieu, sendo esses dois últimos figuras importantes do estruturalismo, um movimento de ideias ocorrido na França durante a segunda metade do século XX. E assim, ao percebermos essas semelhanças nos interessamos em desenvolver um trabalho que relacionasse o estruturalismo à teoria de Norman Fairclough, ou, em termos mais adequados, um trabalho que visasse analisar o viés estruturalista da abordagem de Norman Fairclough. Optamos por transformá-lo em um projeto para mestrado em Letras e Linguística. E na presente dissertação, apresentamos resultados relevantes de nossa pesquisa.

Retomando o que mencionamos anteriormente, nossa pesquisa visa então analisar a constituição do viés estruturalista da abordagem discursiva do linguista britânico Norman Fairclough, tido como um dos principais expoentes da Análise de Discurso Crítica. Definida como uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem e das práticas nas sociedades contemporâneas, a ADC derivou-se da

Linguística Crítica, corrente de análise da linguagem desenvolvida a partir dos anos setenta do século XX, por um grupo de pesquisadores da Universidade de East Anglia na Grã-Bretanha.

Conforme Fairclough (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 16), a ADC é tanto um método para análise de práticas sociais, com especial atenção ao seu aspecto discursivo, isto é, aos textos e discursos relacionados a tais práticas, como também uma teoria que se baseia em uma variedade de outras abordagens, tanto das ciências sociais quanto da linguística. Em outras palavras a ADC traz tanto uma visão teórica a respeito das práticas sociais, quanto um método para se analisá-las e, por isso, trata-se a Análise de Discurso Crítica como uma abordagem teórico-metodológica.

Além de ser uma abordagem teórico-metodológica da linguagem, a ADC se caracteriza também por seu objetivo emancipatório, através do desenvolvimento da consciência linguística crítica. Conforme Fairclough ([1989] 2001), a consciência linguística crítica consiste em os indivíduos perceberem como e o quanto o uso da linguagem pode contribuir para a dominação de pessoas sobre outras, ou, em outros termos, o quanto o uso da linguagem pode colaborar com a naturalização de ideologias, quer dizer a visão das ideologias como naturais e não como relacionadas a interesses de determinados indivíduos de grupos dominantes (FAIRCLOUGH, 1985). Para o autor, o desenvolvimento da consciência linguística crítica é o primeiro passo para a emancipação, ou seja, para que indivíduos possam contestar a dominação que sofrem.

Fairclough adquiriu relevância para os estudos da ADC, sobretudo por elaborar um modelo de análise, conhecido como modelo tridimensional, o qual englobava tanto o trabalho com textos, quanto a análise de práticas discursivas e sociais. Tal modelo, presente na Teoria Social do Discurso, a vertente da ADC desenvolvida por Norman Fairclough, foi de grande produtividade para as pesquisas dessa abordagem, mas logo sofreu algumas alterações, as quais o linguista britânico acreditava que tornariam seu modelo mais dinâmico e pertinente aos objetivos da ADC.

Para desenvolver a Teoria Social do Discurso, Fairclough se utilizou dos estudos de diversos autores, dentre eles Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday. Esses quatro estudiosos foram os que optamos abordar em nosso trabalho, devido a motivos que pontuaremos em seguida.

Primeiramente, a opção por esses autores têm relação com o objetivo principal de nosso trabalho, que é analisar o viés estruturalista da abordagem de Norman Fairclough, tanto no que diz respeito à metodologia do autor, quanto à sua perspectiva da realidade social, ou ontologia. Mas o que seria 'viés estruturalista'? E por que 'metodologia' e 'ontologia'? Para responder a tais perguntas, recorreremos, principalmente, às reflexões de Eco (2001) e Dosse (2007).

Os quatro autores selecionados são importantes para o estudo do viés estruturalista de Norman Fairclough, pois o método de cada um desses autores possui traços, aspectos semelhantes aos métodos da Linguística, a ciência piloto do estruturalismo, um movimento de ideias que ocorreu especialmente na França na segunda metade Século XX. Inclusive, como afirmamos anteriormente, Foucault e Bourdieu foram figuras importantes para esse movimento. Para tratarmos de 'viés estruturalista', é necessário que abordemos algo sobre ele, mesmo que, conforme veremos em Eco (2001), para entender o viés estruturalista ainda devamos recorrer às reflexões do filósofo grego Aristóteles.

Com base em Eco (2001) e em Dosse (2007), buscamos fazer uma distinção entre o estruturalismo como paradigma e o estruturalismo como o movimento de ideias ocorrido na França. Ao longo do Capítulo 1, buscaremos explicar melhor os motivos para essa distinção. Pelo que é possível percebermos, o uso do termo 'estruturalismo' é bastante complexo, como nos demonstra Eco em sua obra *A estrutura ausente*. As noções de 'estruturalismo ontológico' e 'estruturalismo metodológico', utilizadas na obra do autor italiano, nos serão de grande validade.

O Segundo motivo para a escolha dos quatro autores é o fato de termos como outra meta a apresentação da equivalência das principais noções utilizadas por eles e por Norman Fairclough, o que demonstra semelhança metodológica entre esses. Além do mais, Fairclough se apropria de noções importantes presentes nas obras deles, e que são de grande produtividade para a ADC.

Além disso, consideramos tais autores como suportes essenciais para o viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough, devido a essa semelhança metodológica que demonstraremos mais adiante, como também certa semelhança de perspectivas da realidade social e da linguagem que existe entre eles. Logicamente

alguns aspectos entre a visão deles se confrontam, e é o que acontece quando Fairclough se refere a Foucault.

Quando nos referimos à perspectiva da realidade social por parte desses autores, pressupomos a visão da realidade social como uma relação dialética entre estruturas e práticas sociais. Em outros termos, o viés estruturalista de todos esses autores se centra na visão que esses têm da realidade social como uma relação dialética entre estruturas e práticas sociais. O que significam esses termos? O que seria uma relação dialética?

Como podemos evidenciar até aqui, o prosseguimento de nossa pesquisa depende da resposta a muitas perguntas, como também da estabilização de diversas noções, algumas já estão previamente apresentadas nesta introdução, outras ainda serão expostas nos capítulos adiante. E muita complexidade existe quando tratamos de 'viés estruturalista'. Justamente tal relação dialética entre estruturas e práticas sociais tem relação com tal complexidade. Ainda trataremos melhor sobre essa questão.

Antes de expor o modo de como o trabalho está organizado, retomamos aqui as perguntas que fizemos durante esta introdução. Mesmo que vá de encontro ao gênero textual em que o presente estudo se enquadra, julgamos o uso de tópicos como o mais pertinente para retomar, de modo organizado, tais perguntas. Assim sendo, as perguntas:

- O que seria 'viés estruturalista'?
- O que quer dizer “viés estruturalista no que diz respeito à 'metodologia' e à 'ontologia'”?
- O que seria 'estruturalismo ontológico' e 'estruturalismo metodológico'?
- O que seria estruturalismo como movimento e estruturalismo como paradigma?
- O que significa 'relação dialética entre estruturas e práticas'?

Referimo-nos já aos termos 'consciência linguística crítica' e 'emancipação', estes, Fairclough busca deixar bem claro para nós. Ainda vamos, mais adiante, abordar sobre a noção de 'ideologia'. Ao longo dos capítulos, nos defrontaremos com mais noções as quais buscaremos responder.

Afirmar que responderemos a todas as questões desta pesquisa ou que estabilizaremos todas as noções que apresentarmos não se faz um ato pertinente. Como Eco (2001) nos demonstra, o próprio termo 'estruturalismo' tem diversos usos, assim como a noção de 'estrutura'. Aprofundar em cada sentido desses é ilógico para o prosseguimento da presente pesquisa, assim focaremos nos que forem mais pertinentes.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, e ao longo deles, buscaremos responder às perguntas que apresentamos, baseando-nos nos autores que citamos. Melhor expressando, algumas noções e perguntas já estão explicitamente esclarecidas pelos próprios autores com os quais trabalhamos (ao menos para o propósito das reflexões de cada autor, elas estão esclarecidas), outras procuramos esclarecer com base no que os autores afirmarem.

O primeiro capítulo se encarregará de parte significativa das perguntas existentes nesse trabalho, já que ele abordará o estruturalismo, tanto como movimento ocorrido na França na segunda metade do século XX, quanto como paradigma. Assim, teremos uma parte histórica a qual se baseia, principalmente, na obra de François Dosse *História do Estruturalismo*. Tal parte se encarregará de tratar do estruturalismo como movimento, focando especialmente nas problemáticas e contradições que consideramos mais relevantes de se tratar nesse trabalho como a da “morte do homem”, e também o conflito entre estruturalismo e História. Desde já afirmamos que tais problemáticas dizem respeito à questão da relação dialética entre estruturas e práticas sociais. Mas, apesar de tal afirmação, optamos por não utilizar o primeiro capítulo para explicitar como as problemáticas têm a ver com tal relação dialética, deixamos isso para o terceiro capítulo, que retomará muitos aspectos importantes do primeiro. Além do mais utilizamos termos do próprio Norman Fairclough para explicar o que seja essa relação dialética entre estruturas e práticas, e, portanto, julgamos mais adequado nos referir a tal dialética no terceiro capítulo, após termos apresentado os aspectos mais importantes da abordagem de Fairclough no segundo capítulo.

Ainda no Capítulo 1, trataremos do estruturalismo como paradigma, baseando-nos principalmente em Eco (2001). As noções de 'estruturalismo ontológico' e 'estruturalismo metodológico' serão explicadas, já que essas são de grande utilidade para nós. É necessário que tratemos do movimento para compreendermos o paradigma, entretanto, conforme Eco (2001), o método estrutural em si, tem uma origem bem mais remota, o autor a localiza na época do filósofo grego Aristóteles.

Logicamente antes de abordar o estruturalismo é preciso que tratemos também da linguística, tanto em termos históricos quanto teóricos. Isso também se encontra presente no Capítulo 1.

O Capítulo 2, ao qual já nos referimos anteriormente, trata de nos apresentar os principais aspectos da abordagem de Fairclough, seus modelos, suas reflexões, noções importantes utilizadas por ele, suas principais obras, algumas repercussões de sua teoria.

O Capítulo 3, finalmente, abordará o viés estruturalista da abordagem de Fairclough, destacando o método estrutural do autor, e como ele possui uma perspectiva estrutural da realidade. Nessa etapa retomaremos os termos 'estruturalismo ontológico' e 'estruturalismo metodológico'. No terceiro capítulo, a teoria de Norman Fairclough também será relacionada à teoria de Bakhtin, Foucault, Bourdieu, e Halliday. A relação que Fairclough tem com cada autor se diferencia em alguns aspectos, mas ainda existem pontos comuns que são relevantes para nossa pesquisa. Fairclough se apropria de noções importantes desses autores, a metodologia dos cinco estudiosos se equivale em determinados pontos, em todos eles encontramos a 'relação dialética entre estruturas e práticas sociais' como eixo central de suas teorias. Mesmo que a teoria de Fairclough seja posterior à desses autores, a definição que ele sugere para a relação dialética entre estruturas e práticas não deixa de ser aplicável à reflexão dos mesmos. Desse modo, é necessário que no terceiro capítulo, expliquemos do que se trata a relação dialética entre estruturas e práticas sociais.

Essencialmente, quando Fairclough (1992, 1999, 2003) se refere à relação dialética entre estruturas, práticas e sociais, o autor quer dizer que as estruturas ditam as práticas sociais, mas as práticas também interferem no funcionamento das estruturas sociais. Por práticas sociais Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) definem “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais as pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo”. Assim, o modo de as pessoas agirem influenciam as normas e convenções da sociedade.

Para realizarmos a presente pesquisa, utilizamos como método a crítica documental, isto é, tivemos que recorrer a textos, obras, materiais escritos desses cinco autores e sobre esses cinco autores.

Por fim, temos as conclusões que, naturalmente retomam e sintetizam todas as reflexões apresentadas no trabalho. Mas nessas pretendemos também pontuar algumas propostas para pesquisas e trabalhos futuros. Afinal uma dissertação não soluciona problemáticas tão complexas quanto à do estruturalismo e nem aborda uma teoria tão

ampla como a de Fairclough de maneira completa, e tampouco a relação entre estruturalismo e Fairclough é completamente explorada em tão poucas páginas...

CAPÍTULO 1

ESTRUTURA, ESTRUTURALISMOS, VIÉS ESTRUTURALISTA, PROBLEMÁTICAS E OSCILAÇÕES

Introdução

Nesta parte do trabalho, não faremos tantas referências a Norman Fairclough, já que antes de tratarmos do viés estruturalista de sua abordagem, precisamos estabilizar diversos termos e noções, e dentre eles o próprio termo tão utilizado por nós 'viés estruturalista'. Logicamente, tal estabilização há de colaborar principalmente com a compreensão deste trabalho, e não temos como intenção esclarecer todas as noções que apresentamos do modo mais definitivo possível. Outros estudos exaustivos seriam necessários para tal intento.

Para abordarmos 'viés estruturalista', é pertinente que tratemos do estruturalismo, que, aqui, optamos por distinguir entre o estruturalismo como movimento de ideias ocorrido na segunda metade do Século XX na França, e também estruturalismo como paradigma, portador de um método eficiente a muitas ciências. Como está afirmado anteriormente, todo um conjunto de complexidades é evocado quando tratamos de estruturalismo, seja de qual modo for. Como vemos em Dosse (2007), Eco (2001), Mouloud *et al* (1968), Auzias (1972), Mari *et al* (1995) dentre outros autores, o estruturalismo gerou as mais diversas e controversas discussões entre estudiosos das mais variadas áreas, como a Linguística, a Literatura, a Antropologia, a Psicanálise, a História, a Filosofia, a Sociologia, e outras mais.

Quando nos referimos ao estruturalismo na Linguística, evocamos diversas noções e reflexões sobre a linguagem utilizadas na obra *Curso de Linguística Geral* de Saussure, como 'sistema', 'sincronia', 'diacronia', 'valor', 'pertinência', a relação entre o eixo sintagmático e o eixo paradigmático, e outras. A Linguística tem uma participação fundamental na história do movimento estruturalista sendo considerada a ciência o piloto desse movimento, trazendo para diversas outras ciências que dele participaram um método eficiente para suas pesquisas.

Neste capítulo, a primeira seção trata do estruturalismo na Linguística, apresentando um pouco de sua história, e explicando algumas de suas noções que são relevantes para nosso trabalho. Tomamos como base Dosse (2007, v.1), Saussure (1995), dentre outros que serão citados ao longo da seção.

Quando tratamos de estruturalismo na Linguística, é pertinente também que mencionemos algo sobre os círculos linguísticos que estudavam as ideias saussurianas. Esses foram responsáveis pela divulgação de diversas ideias de Saussure, e a partir dessa divulgação, o método utilizado nos estudos linguísticos adquiriu notabilidade, passando a ser utilizado em outras ciências como a Antropologia. Lévi-Strauss, um dos nomes mais notáveis do movimento estruturalista francês, foi quem percebeu a produtividade do método da Linguística nos estudos antropológicos, e seu encontro com Roman Jakobson, um dos integrantes do Círculo Linguístico de Praga, foi um passo essencial para isso.

Após tratarmos do estruturalismo na Linguística, a próxima seção tratará do movimento estruturalista francês, abordando aspectos históricos e teóricos mais pertinentes para o prosseguimento de nosso trabalho. Dosse (2007) é nosso principal suporte nessa parte. Tal seção há também de introduzir algumas das problemáticas mais notáveis do estruturalismo, as quais também havemos de considerar em nossa pesquisa, já que estas repercutem até atualmente e na abordagem de Fairclough encontramos sinais de uma delas de modo mais evidente. Tais problemáticas dizem respeito à “morte do homem”, e à história. E a questão da “morte do homem” pode ser verificada em Fairclough.

Em seguida, tomamos Eco (2001), como base e tratamos do paradigma estruturalista. Os termos 'estruturalismo metodológico' e 'estruturalismo ontológico' serão mais bem explicados, assim como algumas complexidades que os rodeiam.

Apesar de optarmos por utilizar Eco e Dosse para propósitos distintos (tratar do movimento estruturalista com base em um e tratar do paradigma com base em outro), durante as seções os autores não estarão separados de forma tão exata, isto é, podemos, em alguns momentos, nos referir a Eco ao abordarmos o movimento estruturalista, e o mesmo ocorre com Dosse, quando abordarmos o paradigma.

1.1 Estruturalismo na Linguística: de Saussure aos Círculos Linguísticos

1.1.1 Teoria de Saussure e suas principais noções

Saussure é considerado uma das figuras mais importantes da Linguística e sua grande colaboração foi fornecer a ela um método que lhe permitisse adquirir um status mais científico, desvinculando do historicismo e do comparativismo dos estudos linguísticos anteriores.

Antes de Saussure, os estudos linguísticos se centravam na comparação das línguas, buscando com isso semelhanças gramaticais entre elas para verificar-lhes o parentesco, ou então se estudavam diferentes estágios de uma mesma língua, verificando sua cronologia. Tal interesse por estudos histórico-comparativos das línguas foi resultado de toda uma série de fatores presentes no século XVIII, como o interesse que os estudiosos estavam tendo pelas civilizações antigas e os estudos do sânscrito. Nesse contexto, William Jones faz um estudo comparativo do sânscrito e reconhece suas semelhanças com o grego e o latim, sugerindo uma origem comum para essas línguas. A partir de então, tem-se “uma verdadeira febre de estudos sânscritos”, nas palavras de Faraco (2005; 31). E conforme esse autor nos relata, passou-se a escrever gramáticas e dicionários do sânscrito; e ao mesmo tempo fundou-se em Paris, a Escola de Estudos Orientais, da qual um estudante notável foi Franz Bopp, um dos desenvolvedores da gramática comparativa. Outros nomes como Friedrich Schlegel, Jacob Grimm e Friedrich Diez também se destacaram nesse período.

Já, no século XIX, Schleicher, com seus estudos histórico-comparativos voltados a uma orientação fortemente naturalista, e os neogramáticos da Universidade de Leipzig – onde Saussure também estudou – definiam rumos para os estudos linguísticos. Schleicher tomava a língua como um organismo vivo, com existência própria independente de seus falantes, e sua história era vista como uma “história natural”, consistindo num fluxo realizado conforme forças de princípios invariáveis, idêntico às leis da natureza. Os neogramáticos, por sua vez, questionavam as teorias de Schleicher, e acreditavam que a língua, em vez de ser independente, tinha ligação com os indivíduos falantes, e essa influenciava fortemente nos processos de mudança da língua. Em vez de verificar parentesco entre línguas para chegar a uma origem comum, os

neogramáticos julgavam pertinente apreender a própria natureza dos processos de mudança linguística, verificando-lhe o funcionamento e suas regularidades.

No século XX, Saussure se destaca, representando uma ruptura com os estudos histórico-comparativos dos séculos anteriores, ao sugerir estudos sincrônicos da língua no seu *Curso de Linguística Geral*. A ressalva é sempre pertinente: tal obra não foi escrita por Saussure, mas sim por seus alunos Charles Bally, Albert Sechehaye e Albert Riedlinger que se basearam em notas tomadas nas aulas de seu professor para realizá-la. O *Curso de Linguística Geral* foi então publicado em 1916 como obra póstuma de Ferdinand de Saussure.

Conforme Ilari (2005; 55) nos afirma, tais circunstâncias colaboraram para que diversas vezes a autoria do livro fosse questionada, duvidando-se se o livro de fato expressava o “verdadeiro” pensamento de do mestre genebrino. Ilari faz referência a outras obras que buscavam apresentar a real essência do pensamento de Saussure como as *Sources manuscrites du Cours de linguistique générale*, de R. Godel, e os *Cahiers Ferdinand de Saussure*, organizados pela Universidade de Genebra.

Não há como afirmarmos se tais questionamentos com relação à obra de Saussure findaram atualmente ou não. Mas fato é que o *Curso* exerceu grande influência nos estudos linguísticos, e a partir deles nas diversas ciências humanas que começaram a ganhar destaque no século XX, ciências que adquiriram um status mais científico ao também se utilizarem do método que o *Curso* forneceu à Linguística. Para Benveniste (1995; 34), não há um só linguista que não deva algo a Saussure, assim como não há uma só teoria geral que não mencione seu nome.

Já, no início do *Curso de Linguística Geral*, o objeto da ciência linguística começa a ser definido pelo autor. E a língua é tomada como tal objeto, devido a uma série de fatores que Saussure pontua em sua obra. Conforme Saussure, “a língua é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem” (1995; 22), sendo a sua parte social, compartilhada por vários indivíduos. A língua é um objeto de natureza concreta, que pode ser estudado separadamente da fala (outra parte constituinte da linguagem). Além de dividir a linguagem entre língua e fala, Saussure realiza outras divisões relacionadas à linguagem, evidenciando as oposições que ela apresenta. Nos termos do linguista, “o fenômeno linguístico” apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (1995; 15). Esse é o

princípio da linguagem como sempre um objeto duplo, de que Benveniste trata em sua obra *Problemas de Linguística Geral I*, considerando-o um dos maiores méritos de Saussure.

Como nos apresenta Benveniste (1995; 43), conforme a doutrina saussuriana, tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos; tudo se trata de uma dualidade opositiva. Tem se assim dualidades entre língua e fala, entre indivíduo e sociedade, entre paradigmático e sintagmático, entre sincrônico e diacrônico. Em breve, alguns desses termos serão mais bem abordados.

Cada parte dessas dualidades não tem valor por si mesma, elas adquirem seu valor apenas em relação à sua oposição correspondente. Evocamos aqui a noção de 'valor', bastante cara à Linguística, e interessante para o prosseguimento de nosso trabalho. Posteriormente a retomaremos, visto que antes é pertinente realizarmos uma exposição das noções mais importantes da teoria de Saussure que não deixam de se relacionar ao 'valor'. Tal esclarecimento se faz relevante para o prosseguimento de nossas reflexões, embora grande aprofundamento em tais conceitos não seja nossa intenção.

1.1.1.1 Algumas noções relevantes na obra de Saussure

a) Língua e fala (langue/parole)

Conforme Saussure (1995), a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo a língua este, e a fala aquele. É justamente a parte social da linguagem, a língua, que deve ser objeto da Linguística, pois a língua é mais homogênea, mais sistemática, independente da vontade do indivíduo, existindo na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro. A língua existe em cada um de nós, sendo comum a todos independente de cada vontade individual. A fala, por outro lado, depende da vontade de cada indivíduo e é uma manifestação momentânea e menos sistemática.

Saussure reforça a interdependência da língua e da fala na constituição da linguagem, a fala faz evoluir a língua, e a língua torna a fala inteligível. A língua é ao

mesmo tempo instrumento e produto da fala. Entretanto, conforme o linguista, elas não deixam de ser coisas distintas, cujo estudo pode ser realizado por ciências diferentes.

Como veremos mais adiante a separação que Saussure faz entre língua e fala recebe críticas de estudiosos da linguagem de períodos posteriores, e isso define novos rumos para a Linguística.

b) O signo linguístico: significado e significante

Saussure define a língua como um sistema de signos linguísticos, e os signos consistem na união de um conceito e uma imagem acústica, os quais são denominados respectivamente como 'significado' e 'significante' no *Curso*¹. A utilização dessas noções foi um modo de Saussure desvincular a língua de uma função de nomenclatura que ainda lhe era atribuída, ou seja, a língua como uma lista de nomes que se referem a elementos externos.

Para Saussure tanto significado quanto significante, e, portanto o próprio signo, são entidades psíquicas, existentes somente em nosso cérebro, sem associação direta com qualquer elemento da realidade. Isso implica a arbitrariedade do signo, como uma de suas características mais importantes.

“O laço que une o significante ao significado é arbitrário”, afirma Saussure (1995; 81). Isto quer dizer que não existe um motivo claro para que tal imagem acústica se relacione a determinado conceito, a relação entre eles não é natural.

O princípio da arbitrariedade do signo também é questionado por estudiosos posteriores. Dentre eles temos Bakhtin, o qual também será abordado mais adiante.

c) Relações sintagmáticas e relações associativas

De acordo com Saussure, a língua tem um caráter linear, o que impossibilita a pronúncia simultânea de dois ou mais elementos. Esses se organizam de modo alinhado na cadeia da fala, e sua combinação recebe o nome de sintagma. “O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas” (p. 142), e cada termo tem seu valor se opondo ao que o segue ou ao que o precede, ou a ambos.

1 Redução do título de *Curso de Linguística Geral*.

Mas fora do discurso, os signos de caracteres semelhantes se associam em nossa memória, podendo se agrupar e manter diversos modos de relações. Saussure utiliza como exemplo a palavra 'ensino', a qual se associa a 'ensinar', 'ensinamento', ou mesmo 'educar' e 'educação' em nosso cérebro. Todas elas têm algo em comum entre si, seja no significante (morfemas comuns, por exemplo), seja no significado (se referem essencialmente à mesma ideia), mas na cadeia da fala, apenas uma se manifestará de acordo com determinados critérios do momento.

Na manifestação da língua, a fala, os signos mantêm uma relação sintagmática, estando organizados consecutivamente numa cadeia linear. Na memória, os signos mantêm relação associativa, se agrupando conforme caracteres comuns entre si. “A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual.” (p. 143).

Estudiosos posteriores a Saussure, optaram por se referir às relações associativas sob o termo de 'relações paradigmáticas'. Dentre eles temos Hjelmslev, um dos desenvolvedores da glossemática, escola linguística que buscava explorar mais profundamente a tese saussuriana das línguas como sistemas de oposições. Temos também, M. A. K. Halliday, importante figura da Linguística Sistêmico Funcional, corrente linguística estrutural funcionalista, que se relaciona à escola de Firfh, e se utiliza também das noções saussurianas. Ainda abordaremos Halliday neste trabalho, pois sua teoria tem grande relevância na obra de Fairclough.

d) Estudos sincrônicos e estudos diacrônicos

Saussure separa os estudos linguísticos em estudos sincrônicos e estudos diacrônicos. Os primeiros se dedicam a estudar as línguas em determinados estados em um período da história, e os segundos se ocupam com as evoluções das línguas.

Os estudos linguísticos comparativos sempre se voltaram mais a diacronia, comparando diferentes estágios de uma língua, e também esta com outras para reconstituir um passado comum, uma língua indo-europeia que tivesse dado origem às outras. Para Saussure não havia muito propósito nos estudos comparativos, e uma

ciência linguística necessitava de dar mais ênfase ao estado presente de uma língua. Portanto, o estudo sincrônico deveria ter relevância.

está claro que o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade. Também a constitui para o linguista: se este se coloca na perspectiva diacrônica, não é mais a língua o que percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam. Costuma-se dizer que não há nada mais importante que conhecer a gênese de um determinado estado; isto é verdade em certo sentido: as condições que formaram esse estado nos esclarecem acerca de sua verdadeira natureza, e nos livram de certas ilusões; mas isso prova justamente que a diacronia não tem seu fim em si mesma. (SAUSSURE, 1995, p. 106)

A fala tem forte relação com a diacronia, visto que, como nos afirma Saussure (1995, p. 115), tudo que é diacrônico na língua não o é senão pela fala. A fala contém o germe de todas as modificações, mas tais modificações somente afetam a língua quando aceitas por um grande número de indivíduos em uma comunidade.

A ênfase que Saussure dava aos estudos sincrônicos também foi questionada posteriormente. Dentre os críticos, temos André Martinet, que, de acordo com Dosse (2007, p. 86), alegava que o estudo sincrônico favorecido pelo *Curso de Linguística Geral* não conseguia explicar o fato de as mudanças fonéticas serem regulares. Entretanto, apesar de suas falhas, a preponderância da sincronia na linguística, permitiu que ela se libertasse “da tutela historiadora, favorecendo a sua autonomização como ciência, mas ao alto custo de uma a-historicidade” (DOSSE, 2007, v. 1, p. 86)

e) A noção de 'valor' na Linguística

A noção de 'valor' é tida como uma das mais fundamentais na abordagem linguística de Saussure, sendo suporte para diversas outras noções que o autor sugere em sua teoria. O signo linguístico, especialmente, tem forte relação com a noção de valor.

Retomando o que expusemos anteriormente, a língua é definida como um sistema de signos linguísticos. Os signos não são a união de um nome com um

referente, mas sim a combinação de um conceito e uma imagem acústica, o significado e o significante, e a ligação entre eles é arbitrária, isto é, imotivada.

Assim sendo, o valor dos signos linguísticos não se encontra no fato de eles se referirem a elementos da realidade, mas sim na oposição entre eles, ou seja, os signos se definem com relação uns aos outros e não com a realidade. Isso sugere o caráter imanentista da linguística de Saussure, quer dizer, uma linguística que aborda a língua minimizando sua relação com fatores externos. Tal caráter imanentista se refletiu nos estudos de diversas disciplinas adeptas do estruturalismo. Na literatura isso se faz bem evidente, quando se buscava estudar as obras em si mesmas, separadas de quaisquer fatores sociais.²

A noção de valor se relaciona com a noção de diferença, também utilizada por Saussure, quando ele sugere que na língua só há diferenças, e diferenças sem termos positivos. Isto é, a língua não comporta nem ideias, nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças fônicas e conceituais resultantes do sistema. Talvez outros termos sejam necessários para se esclarecer isso.

Ao afirmar que a língua não comporta sons ou ideias preexistentes ao sistema, certamente Saussure pretendeu afirmar que os sons e as ideias não são propriedades do sistema linguístico. São elementos amorfos que ganham forma através da língua (por isso, Saussure afirma que a língua é uma forma e não uma substância; forma no sentido de fôrma certamente). Os sons são propriedades do sistema fonador, e as ideias o são do pensamento, é nesses campos que eles existem, e não no sistema linguístico. O que a língua faz é permitir a ligação de determinado som com determinada ideia, de modo imotivado, e garantir-lhes uma forma. E cada língua realiza tal façanha de maneira diferente, atribuindo valores a cada signo que ela permite criar. O que é signo para uma língua, não será necessariamente para outra, o que é fonema em uma pode não o ser em outra. E para que um signo ou fonema tenha valor em determinada língua, é preciso que ele se diferencie de outros no sistema linguístico, faça diferença. Do contrário eles serão apenas variações dialetais, e variação é propriedade da fala e não do sistema. Assim sendo, no sistema linguístico não são os sons e as ideias que valem, mas sim a relação de oposição ou diferença entre eles. Os signos só demonstram seu valor quando se relacionam com outros. Desse modo, encontramos no *Curso* a afirmação de que a língua

² A exposição que Eco (2001; 269-283) faz sobre estruturalismo e crítica literária trata deste tema.

é um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão somente da presença simultânea de outros (p. 133), '*un système où tout se tient*', tudo imbricado com tudo. O que vale na língua são as diferenças, assim temos um 'sistema de diferenças'.

A utilização do conceito de 'valor' na linguística possui importância tal, que temos a seguinte afirmação de Ilari (2005, p. 57):

Toda revolução científica, toda orientação teórica inovadora parte de um pequeno conjunto de metáforas que produzem um modo novo de enfocar os fatos a serem explicados. Em oposição ao período vivido pela linguística histórica do século XIX, durante o qual a metáfora de base para a compreensão dos fenômenos linguísticos tinha sido a ideia evolucionista da transformação das espécies, Saussure elegeu para a compreensão dos fenômenos linguísticos a noção de valor.

E ainda temos em Dosse (2007, v. 1, p. 84)³:

Françoise Gadet defende a ideia de um corte muito nítido entre “a concepção que tinha sido a do período pré-saussuriano” e aquela que Saussure inaugurou. A abordagem descritiva, a prevalência do sistema, a preocupação em remontar até as unidades elementares a partir de procedimentos construídos e explícitos, tal é a nova orientação, oferecida por Saussure, que vai constituir o menor denominador comum de todos os movimentos estruturalistas. Também para Roland Barthes, Saussure representa o verdadeiro nascimento da linguística moderna: “Com Saussure, ocorre uma mudança epistemológica: o analogismo toma o lugar do evolucionismo, a imitação substitui a derivação”. Em seu entusiasmo, Roland Barthes apresenta Saussure até como portador do modelo democrático, graças à homologia que se pode formular entre contrato social e contrato linguístico. Toda uma filiação remete, neste ponto, a um enraizamento de longa duração do estruturalismo.

A partir dos fragmentos anteriores e de tudo já exposto anteriormente, é pertinente afirmarmos que a noção de 'valor', foi essencial para que Saussure

³ As citações incluídas no fragmento que extraímos de Dosse (2007, v. 1, p. 84), o autor obteve nas seguintes obras:

F. Gadet, DRLAV, *Revue de linguistique*, n. 40, p. 18, 1989

BARTHES, R. Saussure, le signe, la démocratie. *Le Discours social*, n. 3/4, avril 1973, reimpresso em: *L'aventure sémiologique*. Paris: Seuil, 1985. p. 221.

evidenciasse a natureza sistemática da língua. E o mesmo foi realizado por outros estudiosos em diversas áreas, cada qual evidenciando a natureza sistemática de seu objeto, e se utilizando de método estrutural semelhante ao da linguística para analisá-lo. Esse é um fato fundamental que caracterizou todo movimento estruturalista e que define o paradigma estruturalista.

f) A natureza sistemática da língua: sistema e estrutura

Como afirmamos anteriormente, na obra de Saussure, a língua é caracterizada como um sistema, e a noção de 'valor' contribuiu para a evidência da natureza sistemática da língua. E tratando a língua como sistema de signos, Saussure pode operar com as diversas oposições que apresenta no *Curso de Linguística Geral*, e assim desenvolver uma metodologia que foi produtiva para linguística e para muitas outras disciplinas, que com isso adquiriram um status mais científico e puderam reivindicar lugar no meio acadêmico. Tal fato ocorreu especialmente na França, onde havia todo um embate entre filósofos e cientistas sociais.⁴

O paradigma estruturalista que se destacou no movimento ocorrido na França, é lembrado especialmente quando evocamos o termo 'estrutura', mais que a noção de 'sistema'. Entretanto é esse último que consta no *Curso de Linguística Geral*. 'Estrutura' adquiriu maior destaque com relação a 'sistema' nos círculos linguísticos que refletiam sobre ideias de Saussure, desenvolvendo a partir delas diversas teorias linguísticas estruturais, que buscavam aperfeiçoar as teorias saussurianas, tratando de temas que não consideravam satisfatoriamente abordados por elas. Dos círculos trataremos na próxima seção.

Apesar de utilizar mais o conceito de 'sistema' do que o de 'estrutura', Saussure não deixou de ressaltar o caráter estrutural da língua.

embora o *Cours de linguistique générale* faça um uso muito limitado e quase marginal da palavra *estrutura*, pode-se dizer que Saussure tinha descoberto na língua uma construção legitimamente estrutural, isto é, uma construção onde o sistema (isto é, o conjunto de relações entre os

4 O Capítulo 38 do primeiro volume da obra de François Dosse *História do Estruturalismo* trata especialmente de tal embate entre filósofos e cientistas sociais.

objetos), em termos lógicos, é mais fundamental que os próprio objetos. (ILARI, 2005, p. 64)

A princípio, então, é possível tratar 'sistema' e 'estrutura' como noções sinônimas, entretanto veremos que outras correntes linguísticas, fazem a separação dos dois termos. É o caso da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday, que utiliza 'estrutura' quando se refere às relações sintagmáticas, e 'sistema' quando se refere às relações paradigmáticas na língua.

O tratamento da língua como sistema, ou estrutura, possibilitou a produtividade de um método estrutural na linguística, e da linguística tal método se difundiu para outras disciplinas permitindo-lhes muitos avanços. Entretanto, conforme vemos na obra de Dosse, isso teve um custo consideravelmente alto. Para sistematizar a língua, foi preciso que a história e o sujeito fossem marginalizados.

Com respeito à história, lembremos que Saussure enfatizava mais os estudos sincrônicos, estudos de estados da língua em um determinado momento, em detrimento de estudos das evoluções linguísticas, típicos do método histórico-comparativo de períodos pré-saussurianos. Tal problemática com relação à história se vê bastante refletida na antropologia de Lévi-Strauss, figura fundamental do estruturalismo na França. Quanto ao sujeito recorreremos às seguintes afirmações de Dosse (2007, v. 1, p. 90)⁵:

este [o sujeito], é explicitamente reduzido à insignificância, senão ao silêncio, pelo CLG [*Curso de Linguística Geral*], com a distinção essencial que Saussure estabelece entre linguagem e fala. Essa oposição encobre a distinção entre o social e individual, concreto e abstrato, contingente e necessário; por essa razão, a ciência linguística deve limitar-se a ter por objeto a língua, único objeto que pode dar lugar a uma racionalização científica. A consequência disso é a eliminação, do sujeito falante, do homem de fala: “A língua não constitui, pois, uma função do falante: é produto que o indivíduo registra passivamente (...). A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos perfeitamente assimilar-lhes o organismo linguístico.” A linguística só tem acesso ao estágio da ciência, para Saussure, na condição de delimitar muito bem o seu objeto específico, a língua, e

⁵ As citações utilizadas por Dosse (2007), foram retiradas das seguintes obras:

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1986 (1972). p. 30
HAGÈGE, Cl. *L'homme de parole*. Paris. Gallimard, 1985. p. 305

deve, portanto, desembaraçar-se dos resíduos da fala, do sujeito, da psicologia. O indivíduo é expulso da perspectiva científica saussuriana, vítima de uma redução formalista na qual não tem mais lugar.

Essa negação do homem, já ângulo morto do horizonte saussuriano, também vai passar a ser um elemento essencial do paradigma estruturalista além do campo linguístico. Ela leva ao paroxismo um formalismo que, depois de já ter se esvaziado de sentido, exclui também um locutor para culminar numa situação em que “tudo se passa como se ninguém falasse”.

Como temos afirmado as problemáticas em relação à história e ao sujeito estiveram presente em toda história do estruturalismo, e foram fatores importantes para novos rumos do movimento e das ciências que dele participaram. E a questão da história e do sujeito, exerceu influência tanto no campo das teorias, como também no contexto histórico em que se deu o estruturalismo. Sobre isso ainda abordaremos mais adiante.

Antes, é preciso que tratemos dos círculos linguísticos, os quais foram fundamentais para que ideias da linguística estrutural se espalhassem para outras disciplinas, e assim o movimento estruturalista ocorresse.

1.1.2 Os círculos linguísticos: portas para o destaque do estruturalismo

Os círculos linguísticos que surgiram com intento de refletir sobre diversas ideias linguísticas, dentre elas as de Ferdinand de Saussure, foram essenciais para a divulgação do método que viria a se tornar um dos mais importantes paradigmas do Século XX. Dentre esses círculos, temos o Círculo Linguístico de Praga, o Círculo Linguístico de Copenhague como principais, e em ambos encontramos personalidades importantes do estruturalismo linguístico, como Roman Jakobson e Nicolai Trubetzkoy no primeiro e Louis Hjelmslev no segundo. Cada um desses autores desenvolveu teorias fundamentais para a linguística a partir das ideias de Saussure, mas também avançando em muitos aspectos com relação às mesmas.

Nesta seção não nos aprofundaremos muito nas teorias desses autores, optamos por abordar mais a história dos círculos, e como eles contribuíram para que o estruturalismo se sobressaísse.⁶

O Círculo de Praga foi fundado em outubro de 1926, por iniciativa do praguense Wilhem Mathesius, estudioso de destaque em Praga, cuja docência é parcialmente contemporânea à de Saussure. Sua abordagem da linguagem era considerada um pouco mais dinâmica do que a do genebrino, e isso foi fator para que as teses de Praga tivessem avanços com relação a Saussure. Dentre as figuras relevantes desse círculo, temos Roman Jakobson e Nicolai Troubetzkoy. Troubetzkoy trouxe grande desenvolvimento para a fonologia, e seu modelo fonológico foi uma das bases para Lévi-Strauss desenvolvesse sua antropologia estrutural.

Jakobson, denominado como o homem-orquestra, por François Dosse, se interessava pelo estudo de diversas áreas distintas, desde linguística até a poética. Desenvolveu reflexões sobre as funções da linguagem que lhe possibilitaram a denominação de funcionalista⁷, além de permitir resoluções de problemáticas na teoria de Saussure. Conforme Dosse (2007; 97) Jakobson foi grande contribuidor para a difusão do programa estruturalista no Ocidente, especialmente graças ao I Congresso de Linguística Geral em Haia, 1928. Nesse evento, o Círculo de Praga apresenta teses consideradas modernas e produtivas para a linguística. Dosse (2007, v. 1, p. 98), se utiliza de uma citação do próprio Jakobson⁸ para apresentar fato importante ocorrido no Congresso: “Pela primeira vez, empregamos a expressão linguística estrutural e funcional. Apresentamos a questão da estrutura como central, sem a qual nada pode ser tratado em linguística”. O próprio Círculo se denominou como estruturalista, é o que afirma Mukarovsky, em publicação para a revista *Change*⁹, parte da bibliografia utilizada por Dosse.

Para êxito do movimento estruturalista na França, mais especificamente, Dosse (2007, v. 1, p. 93), considera como um dos fatores fundamentais o encontro entre Jakobson e Lévi-Strauss em Nova York, 1942, ambos refugiados da invasão das tropas

6 Recomendamos a leitura de *A linguística estrutural* de Lepschy, para melhor compreensão das abordagens linguísticas de Jakobson, Troubetzkoy, e Hjelmslev.

7 Sobre o funcionalismo de Jakobson, ver Lepschy (1971) e Ilari (2005)

8 R. Jakobson, em *Archives du XX siècle*, J.-J. Marchand, entrevista de 10 de fevereiro de 1972, 2 de janeiro de 1973, 14 de setembro de 1974, redistribuição, *La Sept*, oct. 1990.

9 J. Mukarovsky, publicado por *Change*, Paris: Seuil, n. 3, 1971. (referência contida na p. 97 do primeiro volume de Dosse (2007))

nazistas em várias partes da Europa. Através de Jakobson, Lévi-Strauss tem acesso a toda uma linguística estrutural (especialmente na parte fonológica desenvolvida por Trubetzkoy), que servirá de método para muitos trabalhos que ele vinha desenvolvendo em antropologia, disciplina ainda marginal em diversos meios acadêmicos. Na França, tem-se em Lévi-Strauss, uma das figuras fundamentais do movimento estruturalista. Na próxima seção, ele será abordado.

O Círculo de Copenhague, criado em 1939, tinha Hjelmslev como figura reconhecida. Este linguista, tido como um dos principais desenvolvedores da Glossemática, corrente linguística que buscava se aprofundar nas oposições que constituíam a linguística saussuriana, também trouxe suas contribuições para o movimento, especialmente para a semiologia de Roland Barthes e para a semântica estrutural de Greimas, ambos, personalidades importantes do estruturalismo na França. Inclusive, para Greimas, Hjelmslev era o verdadeiro fundador da linguística moderna, justamente por seu aprofundamento na obra de Saussure.

O Círculo de Praga e o Círculo de Copenhague, conforme Dosse (2007, v.1, p. 98), eram interlocutores. Jakobson, embora não concordando com todas as ideias do Círculo de Copenhague, colaborava com a revista desse: *Acta Linguistica*. E a relação entre os membros desses círculos não deixou de trazer colaborações para os estudos linguísticos. Entretanto, ambos tiveram que encerrar suas atividades devido às invasões de tropas nazistas na Europa. Isso faz com que Jakobson se refugie nos Estados Unidos, e lá ele se encontra com Lévi-Strauss, apresentando-lhe o método que revolucionaria os estudos das ciências sociais na França.

1.2 Movimento estruturalista na França

Como temos afirmado frequentemente, utilizamos principalmente Dosse (2007), como suporte para apresentarmos a história do movimento estruturalista na França. Uma história que envolve bastantes complexidades, relatada em dois volumes na obra de Dosse. Reproduzir aqui todos os fatos sobre o estruturalismo é um ato impertinente, faremos um panorama mais geral que permita a compreensão do movimento, apresentando algumas de suas figuras principais e como elas exerceram influência no

movimento, trataremos também das problemáticas principais que afetaram o estruturalismo, como a relação com a história e a questão da 'morte do homem'. Essas podem ser percebidas na obra de Fairclough, por isso lhes daremos ênfase.

Pavel (1990) também apresenta uma história do estruturalismo, uma história que visa a analisar especialmente as condições epistemológicas que permitiram seu desenvolvimento. Desse modo, o autor tem como intento verificar como “os conceitos da linguística se transformaram, no decorrer dos anos 60, em um temível instrumento de modernização intelectual” (p. 7). Concordamos com a opinião de Gregolin (2004), a respeito de um tom mais pessimista por parte desse autor com relação ao movimento. Mas o que de fato não nos favorece maior utilização de Pavel, consiste na quantidade de complexidades epistemológicas, apresentadas em sua obra, que não caberiam neste trabalho. Entretanto uma divisão tipológica que esse autor faz do estruturalismo nos será bem útil. Apresentaremos os tipos de estruturalismo de acordo com Pavel mais adiante. Voltemos a Dosse.

François Dosse divide a história do movimento estruturalista em duas épocas, uma denominada como a da “construção de um programa unitário até o ano de 1966”, e da “desconstrução progressiva até os nossos dias” (p. 15).¹⁰ Para cada época, temos um volume da obra *História do Estruturalismo*, a época da construção se inicia em 1945 tendo seu auge em 1966, e a desconstrução se inicia em 1967. Veremos que o ano de 1968 é marcante para o movimento, devido a uma série de fatores que ainda serão abordados. Antes, tratemos do início do movimento na França, dedicando certa atenção a determinadas condições que o favoreceram.

Conforme Dosse (2007, v. 1, p. 21), o estruturalismo representou na França um movimento de contestação e contracultura, contribuindo para que diversas disciplinas marginalizadas adquirissem maior destaque diante de todo um conjunto de ciências influenciadas pelo humanismo, pela fenomenologia, pelos princípios da História Tradicional, e também pelo existencialismo de Sartre. Essas tinham maior prestígio na Sorbonne, universidade renomada da França.

O existencialismo pregava diversos princípios contestados pelos intelectuais estruturalistas, como a soberania do sujeito, a consciência, a intencionalidade. Todos

¹⁰ A publicação da obra original de François Dosse ocorreu em 1992. Certamente “nossos dias” se refere a esse período, embora não seja ilógico pensarmos em estruturalismo na época atual, mas lembrando que o paradigma já não tem hoje a notoriedade de antes.

esses princípios já não se mostravam aplicáveis a realidade da época, um momento de pós-guerra mundial, contemporâneo à Guerra Fria, com grandes influências do comunismo em diversas partes da Europa. Na França, havia o Partido Comunista Francês, ao qual muitos intelectuais franceses foram afiliados, como o era o próprio Sartre. O filósofo francês acreditava na figura do intelectual engajado, envolvido com causas políticas e sociais, mantendo uma posição crítica em relação ao mundo, e afirmando-se como representante das forças progressistas e como defensor de causas humanitárias. Mas tal figura do intelectual engajado também era contestada por muitos estudiosos que aderiram ao estruturalismo.

Dosse (2007 v. 1, p. 37) cita Lévi-Strauss e Georges Dumézil como exemplos de estudiosos descrentes com relação ao engajamento do intelectual. Tal desengajamento se relacionava com uma certa desilusão em relação a diversas situações relevantes no contexto histórico em que o estruturalismo foi adquirindo seu enfoque. Além de se localizar em um período pós-Segunda Guerra, no qual a lembrança de barbaridades como o Holocausto ainda incomodava, o estruturalismo também era contemporâneo à existência de uma União Soviética stalinista que exercia um governo ditatorial, eliminando qualquer opositor. Dupla decepção com a humanidade favoreceu a notoriedade de um paradigma que dava primazia às estruturas (seja de qual natureza fosse) e ao rigor científico e metodológico.

Na última parte do primeiro volume de sua obra *História do Estruturalismo*, Dosse faz toda uma relação do estruturalismo com um contexto histórico mais amplo que o favoreceu, um contexto pós-iluminista, pós-evolucionista, pós-guerra, que já não via mais a história da humanidade como uma linha sucessiva de progressos e evoluções, um contexto desiludido com o homem e com a história. Daí eclodirá mais adiante as problemáticas estruturalistas que abordaremos posteriormente. E além do mais, a decepção que a União Soviética estava trazendo a muitos marxistas, foi fator relevante para que o marxismo sofresse revisões teóricas, inclusive influenciadas pelo estruturalismo, como é o caso dos trabalhos de Althusser. Por toda história do movimento, estruturalistas e marxistas participam de grandes embates, tratando da validade tanto do método estrutural quanto do método dialético utilizado no marxismo, ora contestando tais métodos, ora buscando conciliação entre eles.¹¹

11 Sobre a relação entre estruturalismo e marxismo, indicamos as seguintes leituras:

As condições acadêmicas na França, que envolviam um certo embate entre as ciências sociais e a filosofia e a história mais tradicionais, estando aquelas em busca de uma legitimidade que não lhes era devidamente reconhecida na academia francesa (era o caso da antropologia e da sociologia), foram fatores para que o movimento se desse nesse país. O estruturalismo foi de grande auxílio para que essas ciências sociais marginalizadas pudessem adquirir sua notoriedade, através de um rigor mais científico que o método estrutural lhes proporcionava.

Como figuras-chave do estruturalismo francês, Dosse (2007, v. 1), e também Pavel (1990), pontuam Lévi-Strauss, Lacan, Barthes e Foucault, o primeiro com notoriedade em antropologia, o segundo na psicanálise, o terceiro em semiologia e crítica literária e o quarto trazendo inovações para a história e mesmo para a filosofia. Em Foucault, nos aprofundaremos um pouco mais no terceiro capítulo, quanto ao restante isso não será tão possível, cada qual possui uma obra vasta que não caberia nestas páginas. Mas buscamos demonstrar em linhas mais gerais como se deu a colaboração deles no movimento.

Tendo em vista a quantidade de estudiosos e ciências envolvidos no estruturalismo francês, logicamente jamais poderíamos considerá-lo um movimento homogêneo. Cada disciplina lidava de um modo diferente com o método fornecido pela linguística, cada tipo de estudioso tinha interesses específicos com relação aos fenômenos que estudava. Desse modo temos diversas correntes de estruturalismo. Dosse (2007, v. 1, p. 25) destaca três tipos: um estruturalismo científico, representado especialmente por Lévi-Strauss, Greimas e Lacan, e, portanto envolvendo a antropologia, a semiótica e a psicanálise; tem-se também um estruturalismo mais flexível e cambiante, representado por Barthes, Genette, Todorov e Serres definido também como um estruturalismo semiológico. Tem-se ainda um estruturalismo historicizado ou epistêmico, em que se incluem Althusser, Foucault, Bourdieu, Derrida, e estudiosos da terceira geração dos *Annales*. Não poderemos nos ocupar com a exposição de todos esses autores.

Pavel (1990, p. 12-13), por outro lado, divide o estruturalismo em três correntes principais. Tem-se o *estruturalismo moderado*, com estudiosos como Genette, Todorov,

MOLOUD, Noel; DUBOIS, Jean; *et al.* *Estruturalismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968

GOLDMANN, Lucien. Estruturalismo, marxismo existencialismo. In: *Debates sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia*. São Paulo: Editora Documentos LTDA, 1968

Rousset. Essa corrente buscava certa racionalidade em seus estudos, mas não se apegou tanto a linguística estrutural, podendo vez ou outra recorrer a noções da gramática tradicional para prosseguir-los. O *estruturalismo cientificista* foi o que mais buscou se utilizar da metodologia estrutural existente na linguística, difundindo a ideia da linguística como ciência-piloto do estruturalismo. Lévi-Strauss, Greimas e Barthes (nos anos sessenta) representam essa corrente, buscando desenvolver cada vez mais aplicações da metodologia em antropologia, semiologia, e narratologia. Por fim, Pavel cita o *estruturalismo especulativo*, que apresentamos no fragmento abaixo:

O estruturalismo especulativo, enfim, reúne as tendências ideológicas e filosóficas do movimento. Desde os esforços de Althusser para recuperar, em favor do marxismo, a mensagem cientificista, até as tomadas de posições de *Tel Quel* e de *Change* nos fins dos anos sessenta, a *teoria* com sabor linguístico foi colocada a serviço das ideologias políticas do momento. Menos diretamente ligados à conjuntura, mas igualmente distanciados das pesquisas empíricas, encontramos os grandes quadros especulativos que tematizavam, na época, o fim da metafísica ocidental, ou mesmo do homem como objeto de saber. O tom podia ser valentemente otimista, se bem que o mais das vezes os textos dos fundadores (Foucault e Derrida, aos quais Barthes se perfilou no início dos anos setenta), tenham ressoado com o desespero elegante e irônico. É neste grupo que é preciso incluir a escola de psicanálise existencial que se desenvolveu em torno de Lacan. (PAVEL, 1990, p. 13)

Conforme Pavel, essa terceira corrente foi a que mais atraiu atenção, sendo alvo tanto de admiração quanto de fortes críticas. E de fato, a partir das leituras de Pavel (1990) e Dosse (2007), podemos perceber que essa corrente especulativa (ou estruturalismo historicizado, nos termos de Dosse; podemos fazer essa equivalência) foi a que mais pôs em evidência as problemáticas principais do estruturalismo com relação à história e ao homem (embora tais problemáticas tenham influído também nas outras correntes).

Roger Garaudy em seu texto 'Estruturalismo e morte do homem', publicado na obra *Estruturalismo e Marxismo* (1968), se refere a um 'estruturalismo abstrato ou doutrinário', o qual se pode corresponder ao estruturalismo especulativo, em certos pontos, especialmente às teorias de Althusser e Foucault. Aliás, é o que Garaudy faz: enquadrá-los nesse estruturalismo doutrinário. Notamos um certo tom pessimista no

texto do autor, quando ele se refere às teses de Althusser e Foucault como resultantes de um contexto de uma sociedade tecnocrática em que a *mass media*, a imprensa, a publicidade, diversos meios de comunicação ligados às instituições, tinham poder de condicionar os indivíduos, tanto para fins econômicos, como também para fins morais e políticos. Neste contexto, o que está mais evidenciado é o condicionamento do indivíduo, por isso é possível um estruturalismo doutrinário que relegue ao homem o segundo plano, em detrimento das estruturas. O posicionamento de Garaudy com relação ao estruturalismo tem aspectos que nos interessam, e em um ponto essencial vai ao encontro do posicionamento de Umberto Eco.

Lévi-Strauss é tido como o “estruturalismo em pessoa” (Auzias, 1972, p. 57), e através da utilização do modelo linguístico (que conheceu em seu contato com Jakobson em Nova York), Lévi-Strauss inova a antropologia na França, que antes era tomada como uma ciência biológica, se fundamentando, portanto, num determinismo biológico, que ofuscava aspectos culturais das sociedades em estudo. Utilizando-se da linguística, Lévi-Strauss pôde “reapossar-se do termo antropologia, elevando a antropologia francesa ao nível do campo semântico da antropologia anglo-saxônica” (DOSSE, 2007, v. 1, p. 47).

Retirando a antropologia de tal custódia das ciências da natureza, Lévi-Strauss pôde levar em conta a arbitrariedade de vários aspectos das sociedades que estudava, como o sistema de parentesco, “analisado como dependente de um sistema arbitrário de representação, à maneira da arbitrariedade do signo saussuriano” (p. 52). Tem-se assim sua famosa frase da obra *Antropologia Estrutural*: “O sistema de parentesco é uma linguagem”.

Os diversos trabalhos de antropologia estrutural que Lévi-Strauss apresentava na França, passaram a entusiasmar diversos outros estudiosos acerca do modelo linguístico, utilizado em sua disciplina. E à medida que tais estudiosos reconheciam a eficácia desse modelo, mais se interessavam pela obra de Saussure e pelas teses dos círculos linguísticos, e também ajudavam a divulgá-las para outros estudiosos. Neste contexto, destacamos a figura de Roland Barthes.

Dosse denomina Barthes como a 'figura-mãe' do estruturalismo, devido ao seu entusiasmo em abarcar diversas disciplinas no paradigma estruturalista. De acordo com o autor, o estruturalismo de Barthes era mais feito de 'humores do que de rigor', e sua

relação com o movimento era variante (como na verdade o foi a de muitos outros autores). Como vimos anteriormente, Dosse o enquadra num estruturalismo mais flexível, que tentava englobar diversas áreas, Pavel, por outro lado o inclui na corrente cientificista do estruturalismo, embora, nos anos setenta, ele se aproxima mais do estruturalismo especulativo. De qualquer modo o caráter cambiante de Barthes é notável em ambos os autores.

Roland Barthes lidava com a semiologia e com a crítica literária, e tinha bom relacionamento com Greimas, que desenvolveu a semântica estrutural. Aliás, foi através de Greimas, que Barthes mais se adentrou no paradigma estruturalista, após ler as obras de Saussure e Hjelmslev por recomendação de Greimas. Barthes considerava o estruturalismo como uma atividade, cuja meta era reconstruir os objetos de estudo de modo que eles manifestassem suas regras de funcionamento, para ele, a estrutura era um simulacro do objeto. (BARTHES, 1971; p. 214 apud DOSSE, 2007, v.1; p. 277). E diversas disciplinas se envolviam nessa atividade.

Se Roland Barthes é a figura-mãe do estruturalismo, mais sutil e maleável, Jacques Lacan encarna o pai severo “empenhado sempre em alcançar o mais alto grau de cientificidade, a fim de defender a prática analítica” (DOSSE, 2007, v. 1, p. 139). Em *História do Estruturalismo* (2007), ele está enquadrado no estruturalismo científico, devido a sua preocupação com o rigor, em *A Miragem Linguística* (1990), Lacan se encontra no estruturalismo especulativo, por sua preocupação com o inconsciente e questões relacionadas ao homem. A área de atuação principal de Lacan é a psicanálise, e ele realiza uma releitura de Freud inscrita na filiação estruturalista, ao dar preferência a um estudo mais sincrônico do inconsciente, em vez de um estudo diacrônico de suas fases. Tem-se então a famosa fórmula lacaniana, segundo a qual “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (ver DOSSE 2007, v. 1; p. 155).

Enfim, temos Michel Foucault, que ainda abordaremos melhor no terceiro capítulo, mas desde já uma prévia sobre ele é válida. Foucault está enquadrado no estruturalismo historicizado, definido por Dosse, e no estruturalismo especulativo definido por Pavel. Tendo certa relação com as disciplinas de filosofia, psicologia e história, Foucault teve de abraçar o paradigma estruturalista influenciado por estas. Assim ele abre para o estruturalismo “uma perspectiva histórica insuspeitada quando se estabelecia o paradigma frio de Claude Lévi-Strauss” (DOSSE 2007, v.1, p. 200).

Entretanto a perspectiva histórica de Foucault se diferencia da perspectiva tradicional, visto que para Foucault a história não é a valorização dos heróis e dos grandes feitos humanos, mas sim um conjunto de descontinuidades, transformações, acontecimentos, em que figuras marginalizadas como os loucos, os presos, os excluídos têm seu grau de notoriedade. Entretanto, mesmo dando uma certa notabilidade a figuras excluídas, considera-se que Foucault anula a capacidade de ação da humanidade inteira, declarando a “morte do homem” em sua obra *As palavras e as coisas*. A maneira com que Foucault lida com os documentos também é outra inovação para a história, no lugar da qual, Foucault prefere realizar uma arqueologia.

Como é notável, Foucault toca nas principais problemáticas do paradigma estruturalista, a questão da história e do sujeito.¹² Essas problemáticas também são verificáveis nas obras de vários outros estruturalistas, como Althusser, Lacan e mesmo Lévi-Strauss, embora a opinião dos diversos autores que relatam algo sobre o estruturalismo possa variar. Garaudy (1968), por exemplo, localiza tal problemática com relação a 'morte do homem' especialmente em Althusser e Foucault, mas não a considera existente em Lévi-Strauss.

E tais problemáticas não deixam de ter raízes na própria ciência-piloto do estruturalismo, a linguística, que abriu mão do homem, ao desconsiderar a fala como objeto, preocupando-se mais com o sistema linguístico, e da história, ao enfatizar a sincronia do sistema.

Tais problemáticas foram fatores relevantes para a desconstrução do estruturalismo, além de outros motivos de caráter histórico. Por exemplo, o estruturalismo era acusado de ser uma ideologia da sociedade tecnocrata que estava se desenvolvendo na França do Século XX, sob o governo do General DeGaulle.¹³ Em tal sociedade tecnocrata, também chamada de neo-capitalista por muitos críticos, as pessoas estavam subjugadas a preceitos morais e conservadores, característicos do governo DeGaulle, e mesmo a mercê do desenvolvimento industrial, visto como gerador de injustiças. Conforme vemos em Garaudy (1968), esse contexto favorece o desenvolvimento de teorias como a de Althusser e de Foucault, em que o homem se

12 Reconhecemos que em diversas pesquisas, as noções de 'sujeito', 'homem', 'indivíduo', não são necessariamente equivalentes, entretanto na obra de Dosse, esses termos são usados como sinônimos, o que não compromete o seu entendimento. Seguimos a linha desse autor nesse primeiro capítulo.

13 Sobre estruturalismo e tecnocracia: ver Dosse (2007, v. 1; p. 219-227); AUZIAS, (1972; p. 136-152); GARAUDY (1968; p. 166-190)

enfraquece diante das estruturas sociais, estando submetido ou a ideologias (Althusser) ou a saberes, poderes, e discursos (Foucault).

Essas condições existentes na França favoreceram as revoltas estudantis em maio do ano de 1968. E muitos intelectuais críticos do movimento, como Sartre, Henri Lefebvre, veem esse período como marco para a queda do estruturalismo. Um dos críticos, Cornélius Castoriadis, era membro importante do grupo libertário *Socialisme ou Barbarie*, e seu grupo “sempre denunciou no estruturalismo uma ideologia pseudocientífica de legitimação do sistema” (DOSSE, 2007, v. 2; p. 151).

Todo esse conjunto de críticas e manifestações não deixou de fazer com que muitos adeptos do movimento, buscassem uma posição de afastamento com o mesmo, se esquivando do rótulo de estruturalistas. Novas teorias foram procuradas como opção a tal paradigma, como o Gerativismo de Noam Chomsky, divulgado na França por Nicolas Ruwet. A abordagem apresentada por Chomsky foi vista como portadora de uma estrutura mais dinâmica, que levava em consideração as transformações da língua, por muitos intelectuais franceses. As opiniões se divergiam, alguns reconheciam o gerativismo como uma continuação do estruturalismo, outros como um novo paradigma.

Mas fato é que o gerativismo de Chomsky buscava questionar o estruturalismo americano, representado pela escola distributivista de Bloomfield, baseada nas teses behavioristas. Sobre o estruturalismo americano tem-se toda uma história a relatar também, história cujas figuras principais são Zellig Harris e Bloomfield, entretanto optamos por não expô-la aqui. O gerativismo refutava teses do estruturalismo americano, mas também se tornou uma opção ao estruturalismo francês, quando apresentado por Nicolas Ruwet.

Por outro lado, as críticas também permitiram ao estruturalismo tomar outros rumos, possibilitando o destaque de teorias linguísticas como as de Benveniste, que considerava o sujeito falante em suas teorias de enunciação, e também as reflexões de Kristeva, que divulgou o dialogismo bakhtiniano na Europa, trazendo modificações na crítica literária que logo passaram a influenciar a linguística.

Naturalmente, e visto todo o conjunto de questionamentos que vinham tendo, estudiosos adeptos do estruturalismo precisavam repensar as questões mais polêmicas. Assim houve retomada do sujeito e da história em diversas abordagens estruturalistas.

Os historiadores dos *Annales*, por exemplo, buscavam conciliação entre estruturalismo e história, se preocupando com as regularidades nos eventos históricos. Foucault, também buscava tal conciliação, mas em vez de se caracterizar como historiador, ele preferiu ser definido como um arqueólogo, utilizando-se de metodologia estrutural, semelhante as da arqueologia, para lidar com documentos.

Quanto ao homem, ou sujeito, este – antes subjugado às estruturas sociais, ou do inconsciente, ou da língua, ou simplesmente inexistente, ignorado em qualquer estudo – passou a ser levado em conta na abordagem de diversos autores estruturalistas, como Todorov, influenciado por Kristeva, na crítica literária, Barthes na semiologia, Oswald Ducrot, na linguística, e também Jean-Claude Coquet, influenciado pelas reflexões de Benveniste.

Não se pode negar, que mesmo durante a efervescência do movimento estruturalista, já havia teóricos que buscavam considerar o sujeito, como Alain Touraine com seus estudos em sociologia sobre os movimentos sociais, entretanto estes não se destacavam. Nesse contexto de retorno ao sujeito, Bourdieu e sua teoria sobre o *habitus* também teve de adquirir relevância, e veremos que na obra de Fairclough encontram-se traços importantes da obra de Bourdieu.

Logicamente, o sujeito retomado pelo estruturalismo, não era o mesmo sujeito absoluto, consciente de seus atos, engajado que reinava no existencialismo de Sartre, tampouco o homem em busca de progresso e evolução da história tradicional, mas um homem, estudado sob diversas denominações, como 'agente', 'indivíduo', 'participante', 'ator social', em abordagens variadas, um sujeito pertencente a uma sociedade e por ela influenciado.

Fatores tão relevantes para a nova tomada de rumo das disciplinas estruturalistas quanto às críticas, foram os novos caminhos que as ciências ditas “duras”, com as quais as ciências humanas procuravam se assemelhar estavam buscando. Nas ciências como a física, a química, a biologia, a influência do observador nos fenômenos passou a ser relevante, e também as desordens presentes nesses fenômenos puderam se tornar objetos de análises. O “amolecimento” das ciências duras inspirou novas orientações para as ciências humanas. O segundo volume de *História do Estruturalismo* de Dosse apresenta de forma mais detalhada todos esses fatos que expusemos até aqui. E em sua leitura, percebemos que há muito mais complexidades envolvidas na história desse movimento

de ideias. Em Pavel (1990), percebemos também alto grau de complexidades no próprio paradigma, que na obra de Pavel é investigado por um viés mais epistemológico. Eco também explora o estruturalismo por esse mesmo viés, com algumas particularidades que apresentaremos mais adiante.

Apesar de o movimento ter findado, o paradigma continuou influenciando as ciências, como Dosse (2007) nos demonstra, embora não com as mesmas características de antes. Entretanto quando nos referimos ao estruturalismo atualmente, suas problemáticas com relação à história e ao sujeito não deixam de ser marcantes. Na obra de Fairclough, percebemos um certo traço da problemática do sujeito, especialmente quando ele se refere a Foucault, Pêcheux, ou Althusser. Podemos inferir, a partir de nossas leituras de Fairclough, que para o linguista britânico, uma abordagem estruturalista (em oposição a uma abordagem estruturalista-constructivista ou a uma abordagem dialética) necessariamente considera os indivíduos como subjugados a uma estrutura social e suas ideologias. Entretanto, o método de Norman Fairclough é estrutural quando pensamos nas semelhanças que ele tem com a linguística, ou com abordagens como as de Foucault, Bourdieu, Halliday e Bakhtin.

Mas antes, a seção seguinte tratará do estruturalismo como paradigma, tomando por base Eco (2001), nos trazendo mais esclarecimento sobre as características deste. E por fim, uma seção que busca trazer uma definição para o 'viés estruturalista', possibilitará maior compreensão dos objetivos desse trabalho.

1.3 Estruturalismo como paradigma

Dosse nos apresenta toda uma história do movimento estruturalista na França, suas complexidades, controvérsias, polêmicas, repercussões. Pavel busca nos expor as condições teórico-epistemológicas existentes na França, que possibilitaram a notoriedade do estruturalismo. Lá, um método utilizado na linguística, se eleva ao grau de paradigma, se tornando o programa de todo um movimento de pensamento. É o que podemos inferir ao combinarmos, as leituras de Pavel, Dosse e mesmo Eco, que será nosso principal suporte nesta seção.

Como afirmamos anteriormente, a complexidade, a densidade, e a quantidade de teorias e autores presentes na obra de Pavel nos fez optar por uma recorrência menor a esse autor com relação a Eco e Dosse. Isso não significa afirmar que Dosse e Eco não sejam densos e complexos, entretanto consideramos que a abordagem mais historiográfica de Dosse traz um esclarecimento maior do próprio paradigma, além do movimento. E a abordagem de Eco, que busca tratar o estruturalismo epistemologicamente como Pavel, traz noções (estruturalismo ontológico e estruturalismo metodológico) que nos são de grande utilidade, além de explicitar de modo pertinente para nosso trabalho o método estrutural em si, método do paradigma estruturalista.

A definição dicionarizada de 'paradigma' é a de modelo, ou seja, representação de um padrão a ser seguido. A definição de 'paradigma' que utilizamos é a que Thomas Kuhn apresenta em sua obra *Estrutura das Revoluções Científicas*, a qual não se distancia da definição dicionarizada. Kuhn define 'paradigma', como realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência (Kuhn, 2009, p. 13). A partir da definição de 'paradigma', é possível compreendermos porque o estruturalismo pode ser chamado de paradigma. Todo um conjunto de estudiosos na França se voltava para ele, com o intuito de garantir maior destaque às disciplinas em que atuava, o paradigma estruturalista era o referencial para um rigor científico nas ciências humanas. E à medida que os estudiosos se entusiasmavam com ele, utilizando-o como um modo de contestar as ideias dominantes no meio acadêmico francês para tentar solucionar problemáticas que outros paradigmas pareciam não conseguir, como o marxismo, e também como um novo modo de se ver a realidade, o paradigma estruturalista foi se tornando a base do movimento na França, o qual teve repercussões de caráter político inclusive. Já percebemos o quão complexa é a história desse movimento. A do paradigma não é diferente.

Na introdução desse trabalho, afirmamos que conhecer o movimento é necessário para compreendermos o paradigma, e no começo deste trabalho sugerimos uma certa origem do paradigma como um pouco anterior ao movimento, origem que podemos localizar nos círculos de Praga e Copenhague. Julgamos tal localização pertinente, já que nos círculos, uma comunidade de linguistas se baseava numa teoria

comum, e o termo 'estruturalista' surge desses círculos. Pavel (1990, p. 182), demonstra que havia certas discordâncias entre os estudiosos com relação à origem do paradigma, uns a localizavam em Saussure, outros em Marx, Nietzsche e Freud (os quais foram retomados por muitos estruturalistas), e ainda havia quem considerasse Leibniz, os Messieurs de Port-Royal, Raymond Lulle, Abelárd e a lógica estóica, todo um conjunto de pensadores que não podemos abordar nesse trabalho. O paradigma envolve tantas dificuldades quanto o movimento.

Definir a origem do paradigma de fato, não é pertinente, mas o método estrutural de tal paradigma, método abraçado e evidenciado pela linguística, tem uma origem possível de se localizar. Conforme vemos em Eco (2001, p. 225), a utilização de um método estrutural, ou melhor, uma reflexão que possibilitasse o uso desse método se inicia com Aristóteles e sua definição de 'forma'. Aristóteles define a forma, ou arranjo orgânico, considerando três termos: a *morfé*, o *eidos* e a *ousia*. *Morfé* diz respeito à forma física de um objeto, o *eidos* é a ideia desse objeto, a qual Aristóteles considera fortemente ligada à *ousia*, isto é, à substância do objeto. O *eidos* existe “com e na substância: é a estrutura inteligível de uma substância” (p.225). A definição que Aristóteles dá à forma permite oscilações relacionadas ao conceito de 'estrutura', oscilações ligadas ao estruturalismo ontológico e ao estruturalismo metodológico, dos quais trataremos no item a seguir.

Conforme vemos na obra de Umberto Eco, o uso de estruturas nos diversos estudos que o homem tem realizado sobre vários aspectos da realidade, é recorrente então desde tais noções aristotélicas. Isso faz sentido quando se considera as definições de 'estrutura' que Eco (2001) apresenta.¹⁴ A estrutura é então “um conjunto, as partes desse conjunto e as relações dessas partes entre si”; uma “entidade autônoma de dependências internas”; “um todo formado de elementos solidários, de tal modo que cada um dependa dos demais e não possa ser o que é senão em virtude da sua relação com eles, desse modo temos então a estrutura como um sistema de relações orgânicas *où tout se tient*”, definição conhecida na linguística geral. Como afirmado anteriormente, considerando tais definições de 'estrutura', é possível dizer que diversos

14 As definições entre aspas utilizadas por Eco (2001) foram extraídas das seguintes obras:

Usi e significati, op. cit. p. 6.

LUIS HJELMSLEV, *Essais linguistiques*, Copenhague, Nordisk Sprog-og Kulturforlag, 1959, p. 100.

ANDRÉ LALANDE, *Vocabulaire de Philosophie*, III, “structure”.

estudos realizados na humanidade sempre fizeram uso de estruturas, desde as teorias de Aristóteles, passando pelas teorias medievais sobre as formas, pelas filosofias oitocentistas sobre os organismos, até as filosofias mais contemporâneas. Modelos estruturais sempre estiveram presentes nas teorias da humanidade. Sobre o uso do método estrutural, Eco (2001; p. 251) afirma:

A elaboração de grades estruturais torna-se uma necessidade desde que queiramos descrever fenômenos diferentes com instrumentos homogêneos [...]. A função de um método estrutural consiste justamente em permitir a resolução de diferentes níveis culturais em séries paralelas homólogas. Função, portanto, puramente *operacional* com vistas a uma generalização do discurso.

Em outras palavras, com o uso de um método estrutural podemos analisar fenômenos da língua, da sociedade, da natureza, obras literárias, o inconsciente humano, os laços de parentesco, e muitos outros como estruturas. Por isso, encontramos termos como estrutura da língua, estrutura da sociedade, estrutura do corpo humano, estrutura das células, etc. Em qualquer contexto, a estrutura será um conjunto em que todos os elementos se relacionam, e a relação entre esses elementos é o que define o valor deles, e o que ocorrer com um afetará os outros, são elementos solidários entre si.

Ainda sobre a noção de estrutura, julgamos válido apresentar o que Dosse expõe sobre ela e sobre o estruturalismo:

De onde vem o conceito de estruturalismo que suscitou tanta e tão exagerada admiração e tanto opróbrio? Derivado de estrutura (*structura* em latim do verbo *struere*), teve no começo um sentido arquitetural. A estrutura designa “a maneira como um edifício é construído”, (*Dictionnaire de Trévoux*, edição de 1771). Nos séculos 17-18, o sentido do termo “estrutura” se modifica e amplia-se por analogia aos seres vivos: tanto o corpo do homem, percebido como uma construção em Fontenelle, quanto à língua com Vaugelas ou Bernot. O termo assume então o sentido da descrição da maneira como as partes integrantes de um ser concreto se organizam numa totalidade. Pode abranger múltiplas aplicações (estruturas anatômicas, psicológicas, geológicas, matemáticas...). A postura estrutural só se apossou verdadeiramente do campo das ciências humanas num segundo tempo, recente, a partir do século 19, com Spencer, Morgan e Marx, trata-se então de um fenômeno duradouro que combina de maneira complexa as várias partes de um conjunto numa acepção mais

abstrata. O termo “estrutura”, ainda ausente em Hegel e pouco frequente em Marx, a não ser pelo prefácio à *Crítica da Economia Política* (1859), é consagrado no final do século 19 por Durkheim (*Les regles de la méthode sociologique*, 1895). A estrutura da então origem ao que ao *Vocabulaire* de André Lalande qualifica de neologismo: o estruturalismo, entre 1900 e 1926. O estruturalismo nasce nos psicólogos para opor-se a psicologia funcional no começo do século 20, mas o verdadeiro ponto de partida do método em sua acepção moderna, na escala de todas as ciências humanas, provém da evolução da linguística. Se Saussure emprega em três ocasiões o termo “estrutura”, no *Curso de linguística geral*, é, sobretudo a Escola de Praga (Troubetzkoy e Jakobson) que vai difundir o uso dos termos estrutura e estruturalismo. (DOSSE, 2007; v. 1; p. 24)

O fragmento anterior é um reforço, ao que temos afirmado com base em Eco (2001), e o restante da história do estruturalismo, após a Escola de Praga, já apresentados na seção anterior. Entretanto enquanto, Dosse (2007), toma a linguística como verdadeiro ponto de partida do método, em Eco (2001), Aristóteles é tido como o pai da reflexão estrutural, e a partir do filósofo grego, toda teoria refletiu sobre diversos fenômenos a partir da elaboração de estruturas que representassem tais fenômenos. Na verdade, os autores não se contrapõem, o trabalho com estruturas sempre existiu na história da humanidade, mas certamente a linguística reconheceu a existência disso, caracterizando então o método estrutural, tornando-o mais evidente. Em outros termos, a partir da linguística e dos círculos, e do movimento estruturalista, pode-se falar sobre método estrutural e paradigma estruturalista.

Contudo, Eco (2001, p. 254) nos afirma que não basta falar em estruturas, reconhecer estruturas, operar estruturalmente, para ser um “estruturalista”. Assim, consideramos válido caracterizar um estruturalista a partir de sua relação com o paradigma estruturalista ou com o movimento ocorrido na França, o uso de estruturas para a análise de fenômenos não torna alguém necessariamente estruturalista. Por isso, em nosso trabalho, nos propomos a analisar o 'viés estruturalista' da abordagem de Norman Fairclough, e não a provar que esse autor é estruturalista e por que ele o é. Ainda havemos de tratar sobre esse termo, 'viés estruturalista', mais adiante.

De qualquer modo, como vemos em Eco (2001, p. 251-252), o uso da terminologia estruturalista ocorre de vários modos, equivocados ou não. Por isso, o autor italiano faz algumas distinções que nos permitem evitar o uso equivocado dessa

terminologia. Umberto Eco distingue o que podemos chamar de 'estruturalismo ortodoxo', que diz respeito ao paradigma e ao movimento estruturalista, e podemos incluir nele Saussure, os círculos de Moscou, Praga e Copenhague, as obras de Lévi-Strauss, Lacan, dos semiólogos franceses e soviéticos. Esses fazem uso de modelos estruturais, operam estruturalmente, se referem a estruturas. No entanto, isso não ocorre de maneira homogênea, o uso dos modelos, as referências a estruturas são diversificados em determinados aspectos conforme a ciência e mesmo conforme o autor. Logo, Eco ainda diferencia: um estruturalismo genérico que se utiliza da terminologia estruturalista de modo menos criterioso, um estruturalismo metodológico, e um estruturalismo ontológico. Esses dois últimos abordaremos no item a seguir.

1.3.1 Estruturalismo ontológico e estruturalismo metodológico

Ao tratar das noções presentes em Aristóteles, Eco (2001, p. 255-257) nos apresenta duas oscilações referente ao uso de estruturas nas teorias: oscilação entre aspecto concreto e aspecto abstrato da estrutura, e entre aspecto ontológico e aspecto epistemológico. Apresentaremos explicações de ambas, mas nos aprofundaremos na segunda, pois essa diz respeito ao estruturalismo metodológico e ao estruturalismo ontológico.

Retomemos as definições aristotélicas que caracterizam uma forma, um arranjo orgânico: 'morfé', forma física do objeto, 'eidos', ideia do objeto, e 'ousia', substância desse. Para o filósofo grego, o eidos existe apenas com e na substância, ou seja, é a estrutura inteligível da substância, o eidos dá vida à ousia. Em outras palavras, a ideia é igual à substância do objeto. Utilizemos o exemplo fornecido por Eco (2001, p. 256): partindo do que Aristóteles pressupõe, consideraríamos que a ideia, o modelo que temos dos átomos é exatamente a representação do que ele é na realidade. O modelo seria inerente à natureza do átomo, e não uma invenção humana para se compreendê-lo, seria uma descoberta e não uma criação.

Tal oscilação, que pode ser destacada no estudo dos átomos, também pode ser reconhecida em diversas teorias que fazem uso de estruturas. Isto é, o inconsciente, a língua, a sociedade, os laços de parentesco, as obras literárias conteriam realmente os

modelos estruturais que utilizamos para estudá-los, ou tais modelos seriam uma criação nossa para torná-los mais inteligíveis? As estruturas existem na realidade ou no nosso pensamento? Tal é a oscilação entre aspecto ontológico e aspecto epistemológico da estrutura.

Quanto à oscilação entre aspecto abstrato e aspecto concreto de uma estrutura, esta se relaciona às oscilações entre individual e universal. Ou seja, há uma estrutura que extraímos de cada objeto, ou vários tipos de objetos podem ser caracterizados pela mesma estrutura? Se a estrutura for a representação exata do objeto, isto é, a estrutura, como objeto estruturado, então ela diz respeito ao individual, ao concreto. Poderíamos inferir, a partir de nossa leitura de Umberto Eco, que, desse modo, a língua teria a sua estrutura, assim como a sociedade, ou as relações de parentesco, ou o inconsciente. Cada qual sendo um objeto estruturado concreto, e assim cada estrutura sendo diferente, já que os objetos não deixam de ser diferentes.

No entanto, como o paradigma estruturalista evidenciou, o funcionamento de cada uma dessas estruturas é semelhante, todas elas possuem o mesmo tipo de relações entre seus elementos, de modo que todas elas poderiam ser representadas por uma única estrutura comum a todas, entretanto essa estrutura já não seria um único objeto estruturado concreto, mas sim um modelo estrutural abstrato, utilizado para compreender diferentes objetos. Conforme Eco (2001), isso é o que caracteriza uma metodologia estrutural, os modelos estruturais utilizados são transponíveis entre diversos objetos. O modelo da linguística pôde ser usado para explicar os laços de parentesco, o inconsciente, os mitos. Entretanto, a oscilação não estaria resolvida, já que sempre elaboramos modelos para definir objetos e sempre nos referimos a objetos por meio de modelos (p. 257). O que ocorria era que os estudiosos optavam pelos diferentes extremos da oscilação, uns optavam por descrever seus objetos sem se importar se a estrutura de tal objeto era transponível para outro ou não, e outros estudiosos preferiam evidenciar a transponibilidade dos modelos que utilizavam, considerando-se como estruturalistas de fato.

Mas a oscilação entre aspecto epistemológico e aspecto ontológico da estrutura permanece aberta, conforme nos afirma Umberto Eco. E cada tipo de estruturalismo pende para um dos lados, o estruturalismo ontológico para o segundo aspecto e o estruturalismo metodológico para o primeiro. A estrutura, seja o objeto estruturado, seja

o modelo que representa o funcionamento, o conjunto de relações que rege diversos objetos, é algo que existe na realidade ou é algo que existe no pensamento? Isto é, o pesquisador pode descrever os objetos como eles são e como funcionam, pois eles realmente são assim e funcionam desse modo, ou a descrição que o pesquisador faz de determinados objetos é possível porque ela torna tais objetos compreensíveis para nós? O que conhecemos sobre a língua é realmente o que é a língua, ou é o modo que nos permite entender melhor a língua? A representação que temos dos átomos é o próprio átomo, ou é a representação que nos faz entender melhor o que seja um átomo? Os modelos estruturais são encontrados pelo pesquisador, ou são aplicados para tornar os fenômenos inteligíveis? Tais indagações podemos fazer a partir de toda uma discussão que Umberto Eco realiza sobre a oscilação entre aspecto ontológico e aspecto epistemológico da estrutura.

Como afirmado anteriormente, adeptos do estruturalismo ontológico consideravam a existência de estruturas reais que podiam ser extraídas dos objetos em estudos, ou estruturas reais que podiam explicar o funcionamento de diversos objetos. Por outro lado, estruturalistas metodológicos considerariam os modelos estruturais como instrumentos, utilizados pelos estudiosos para compreenderem seu objeto, sem se preocupar com a semelhança de fato entre modelo e objetos.

Eco (2001) reforça a produtividade do estruturalismo metodológico na análise de vários objetos. Quanto ao estruturalismo ontológico, Eco busca demonstrar as diversas dificuldades que esse impõe ao pesquisador, e por elas o estruturalismo ontológico termina por se saturar. Lévi-Strauss e Lacan estiveram entre os que enfrentaram tais dificuldades, e Eco (2001) dedica todo um conjunto de explicações expondo as diversas problemáticas enfrentada por eles. Expor todas essas problemáticas exigiria um outro trabalho, por isso nos ocupamos com uma principal.

O que permitiu a auto-saturação do estruturalismo ontológico foi especialmente uma certa ambição existente entre seus adeptos de sempre, através da análise de diversos objetos diferentes, encontrar estruturas que explicassem cada vez mais objetos, estruturas que englobassem cada vez mais estruturas, até se chegar a uma grande estrutura que representasse toda realidade e que fosse presente em todo pensamento humano. Utilizando termos de Costa (2007), que de maneira esclarecedora reproduz reflexões de Umberto Eco: o estruturalismo ontológico procurava chegar ao limite da

identificação do "Real" com a "Razão". Conforme Costa (2007; 70), estruturalistas da corrente ontológica acreditavam na possibilidade de se reconhecer a realidade, justamente pelo fato de nossa razão ter a mesma estrutura dela, e assim, todos os processos físicos, biológicos, cognitivos, linguísticos seriam unilateralmente determinados por tal origem ou base estrutural. "Tudo o que existe, inclusive o discurso e seus sujeitos seriam efeitos dessa estrutura" (COSTA, 2007; 70).

Entretanto encontrar a superestrutura que ligava a realidade e o pensamento se fazia uma tarefa complexa, já que toda estrutura que era encontrada, poderia ser enquadrada em uma maior que englobasse mais fenômenos ainda, e o mesmo ocorreria com esta última, de modo que a busca da superestrutura seria uma tarefa interminável, logo, impossível. Assim sendo, Eco (2001; 300), sugere a existência de uma ausência no lugar da superestrutura, uma não estrutura, que englobe até contradições. A ambição dos estruturalistas ontológicos não se mostrou viável.

É pertinente aqui recuperarmos as reflexões de Roger Garaudy, que em certos aspectos vão ao encontro das de Umberto Eco, e que relacionam a ontologização da estrutura com um dos grandes problemas do movimento, a "morte do homem". Como relatado no item anterior, muitos estudos estruturalistas optavam por estudar o sistema de relações, a estrutura que regia os fenômenos, descartando qualquer influência humana nesse sistema. Estudava-se a língua, desconsiderando o falante, estudavam-se as obras desconsiderando o autor e o meio que o enquadrava, analisavam-se os sistemas de parentesco e do inconsciente, desconsiderando-se a consciência dos indivíduos perante tais sistemas. E por fim, teorias estruturalistas especulativas como as de Althusser e Foucault pensavam num homem que era efeito ou das ideologias, ou dos discursos, ou das relações de poder. Em síntese, o homem sempre era desconsiderado ou sempre estava sujeito a estrutura social, seja pelas ideologias, pelos discursos ou pelas relações de poder. Quando tratamos de uma estrutura social, nos referimos a uma entidade ontológica, entidade tão real quanto o homem, e sendo tão real quanto o homem, ela é capaz de subjugar-lo. Tudo isso é o que podemos inferir, ao relacionarmos as leituras de Eco (2001), Dosse (2007), e Garaudy (1968).

Porém, tanto Eco, quanto Dosse enquadram Lévi-Strauss nesse estruturalismo ontológico que considera a estrutura como real e como sobreposta ao indivíduo. Garaudy, por outro lado, apresenta de modo positivo a obra de Lévi-Strauss, exaltando o

rigor de seu modelo científico, modelo reconhecido como instrumento para o estudo das sociedades primitivas, e reprova as reflexões de Althusser e Foucault que desconsidera a ação dos indivíduos em detrimento das estruturas sociais.

Eis por que, não queremos ir para uma concepção alienada de estrutura, devemos ver nela um modelo científico e não, como mesmo Lévi-Strauss disse, aprovando a fórmula de Ricoeur, “um transcendental sem sujeito”. Em lugar de ver na estrutura essa espécie transcendental, devemos ver nela o modelo científico construído pelo homem e não lhe conceder um *status* ontológico. (GARAUDY, 1968, p. 177)

A esse empreendimento estruturalista de Foucault e Althusser, Garaudy atribui à denominação de 'estruturalismo doutrinário'. Eis mais um indício que demonstra quão polêmicas foram as abordagens de Althusser e Foucault. E Garaudy, como um marxista contemporâneo a esses dois autores e aversivo às suas teorias, apontava muitas problemáticas nelas.

Quanto ao uso de estruturas como instrumentos de pesquisa, característico do estruturalismo metodológico, verificamos que o posicionamento de Eco e Garaudy se convergem. Ambos apontam o método estrutural como eficaz para a compreensão dos objetos ou fenômenos estudados, desde que não esteja incluído nesse método o propósito de enquadrá-los em estruturas ontológicas mais abrangentes e assim por diante. É mais válido considerar a estrutura como invenção do pesquisador e não como algo que será extraído dos objetos.

No *Curso de linguística geral*, Saussure afirma que é o ponto de vista que cria o objeto (p. 15). Assim, verificamos na obra pioneira do paradigma estruturalista uma referência a estrutura como instrumento do pesquisador, instrumento de um método que foi marcante para muitas ciências, permitindo-lhes maior reconhecimento no meio acadêmico, instrumento de um paradigma que se mostrou eficaz na explicação de muitas problemáticas, que outros não estavam conseguindo. Um paradigma que teve de perder sua notoriedade, mas cujo método ainda é produtivo para pesquisas mais atuais, como as de Norman Fairclough.

Tudo o que expusemos nesta seção e na anterior consiste em panoramas gerais do que está contido nas obras de Dosse e Eco, que nos serviram de apoios principais.

Logicamente contamos com dados de outros autores também. E tais panoramas representam ainda muito pouco deste paradigma complexo que deu origem a um movimento polêmico, entretanto o aprofundamento neles não cabe nesse trabalho. Buscamos apresentar principalmente o que diz respeito a nosso objetivo principal, apresentar o viés estruturalista na abordagem de Norman Fairclough. O próximo item busca esclarecer um pouco mais sobre nosso propósito.

1.4 O que seria enfim 'viés estruturalista'?

Como temos demonstrado nos itens anteriores o paradigma estruturalista sempre esteve cercado de complexidades, a começar pelas oscilações que cercam a noção de estrutura, e mesmo os usos sem critério do termo 'estruturalismo', 'estruturalista', e até 'estrutura'. Conforme vemos em Eco (2001, p. 251), o uso imoderado da terminologia estruturalista fez com que muitos estudiosos considerassem um caráter altamente “fetichista” do termo 'estrutura', o qual aparecia em muitos estudos essencialmente para que estes fossem denominados como estruturalistas e fossem enquadrados no paradigma em voga. E assim o que poderia se tornar uma corrente científica baseada em determinado método, tornou-se um paradigma muito heterogêneo, paradigma de muitos estruturalismos.

Como afirmado anteriormente, com base em Eco (2001), falar em estruturas, utilizá-las, operar estruturalmente não é o suficiente para ser considerado um estruturalista. O autor italiano, porém, afirma que uma metodologia estrutural se caracteriza especialmente pela transponibilidade dos modelos utilizados para diversas ordens de fenômeno (p. 258), desse modo, os estudiosos que optavam por tratar de estruturas referentes a um só objeto, não deveriam ser considerados estruturalistas. Porém por fetichismo, muitos se consideravam assim.

Resolver esses problemas terminológicos não é o que nos cabe aqui. Por isso como modo de facilitarmos, preferimos considerar estruturalista o estudioso que esteve ligado diretamente ou ao paradigma, ou ao movimento ocorrido na França. Ou seja, tanto os estudiosos dos círculos linguísticos, quanto os de diversas disciplinas que buscavam melhor status no meio acadêmico francês são estruturalistas para nós. Por

outro lado, estudiosos cujas teorias adquiriram reconhecimento após o declínio do movimento, e a perda de notoriedade do paradigma, não precisam ser denominados por esse termo. Porém, isso não significa dizer que o método utilizado por eles deixa de ser estrutural. É o que pretendemos demonstrar na teoria de Norman Fairclough.

Não consideramos Fairclough estruturalista, mas a sua abordagem se utiliza de um modelo estrutural, que pode ser verificado em Bourdieu, em Foucault, em Halliday, em Bakhtin, havendo inclusive correspondência entre noções utilizadas por esses autores. E o modelo de tais autores se assemelha ao modelo da linguística. É o que apresentaremos no terceiro capítulo.

Utilizando os termos de Eco (2001), podemos identificar na abordagem de Fairclough um estruturalismo metodológico, referente ao uso de modelos estruturais. Mas também, como ainda demonstraremos, é possível considerar um estruturalismo ontológico na abordagem do linguista britânico, mas com nuances diferenciadas do estruturalismo ontológico que Umberto Eco apresenta em a *Estrutura Ausente*.

Reforçamos que identificar estruturalismos em Fairclough não é o denominarmos como estruturalista, tomando esse termo como referente ao paradigma e ao movimento. A teoria de Fairclough é posterior à de boa parte dos autores importantes do movimento e do paradigma. Entretanto há um viés estruturalista na abordagem do linguista britânico.

Quando nos referimos a 'viés', evocamos os significados dicionarizados de 'linha' ou 'direção' contidos nesse termo. Ou seja, o viés estruturalista de uma abordagem diz respeito ao direcionamento de tal abordagem nas pesquisas, o qual se assemelharia ao das teorias ligadas diretamente ao paradigma e ao movimento. Podemos oscilar os termos 'viés' e 'caráter' estruturalista, ambos se referindo a certas características de uma abordagem que sejam semelhantes às das teorias estruturalistas. Assim, a abordagem de Fairclough se assemelharia a teorias estruturalistas tanto no que diz respeito ao uso do método (estruturalismo metodológico), quanto à perspectiva que o autor tem da realidade (estruturalismo ontológico).

Mas antes de abordarmos o viés estruturalista em Norman Fairclough, julgamos pertinente apresentarmos a teoria desse autor, sem nos preocuparmos com o viés. Assim, o segundo capítulo deste trabalho fará uma exposição da teoria de Fairclough, por si só,

demonstrando seus caracteres principais, e o terceiro tratará do seu viés estruturalista relacionando Fairclough a Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday.

CAPÍTULO 2

NORMAN FAIRCLOUGH E A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Introdução

Buscamos, no capítulo anterior, estabilizar noções com relação ao estruturalismo, como também apresentar um panorama histórico do movimento e do paradigma e seus principais caracteres e problemáticas. No presente capítulo, havemos então de apresentar a teoria de Norman Fairclough, suas principais características e objetivos, além de informações de caráter histórico sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC), corrente de análise de discurso, da qual Norman Fairclough é o principal expoente.

Como afirmamos no início desse trabalho, a ADC é tida como uma abordagem que se caracteriza tanto por ser uma teoria com determinadas perspectivas sobre a sociedade – as quais têm como suporte teorias de diversos outros autores da linguística e das ciências sociais – como também por fornecer um método de análise de textos e das práticas da sociedade¹⁵. Por isso a ADC é tida como abordagem teórico-metodológica.

Outra característica importante da Análise de Discurso Crítica diz respeito a seu objetivo emancipatório, através do desenvolvimento de consciência linguística crítica. Fairclough ([1989] 2001, p. 193) define a consciência linguística crítica como a consciência sobre como a linguagem pode contribuir para a dominação de algumas pessoas por outras. Para Fairclough, conscientização é o primeiro passo para emancipação, isto é, deixar de sofrer dominação.

Conforme verificamos em Ramalho e Resende (2006, p. 7-12) e no prefácio de Izabel Magalhães em *Discurso e Mudança Social*, o desenvolvimento de sua Teoria Social do Discurso, permitiu a Fairclough grande destaque na Análise de Discurso Crítica. Inclusive, conforme nos relata Ramalho e Resende (2006, p. 21), é costume o uso de 'Teoria Social do Discurso' e de 'Análise de Discurso Crítica' como termos sinônimos. Entretanto, como nos lembram as autoras, é preciso manter a ressalva de que a ADC não se limita apenas aos estudos de Fairclough.

¹⁵ Em *Discourse in Late Modernity*, Norman Fairclough trata do caráter teórico-metodológico da ADC no primeiro capítulo, mais precisamente a partir da página 16.

Magalhães (2005) destaca outras figuras importantes para a ADC como van Dijk e seus estudos sobre o discurso e mídia, racismo e ideologia, e Wodak com suas reflexões sobre a relevância dos conceitos de poder, ideologia e história nas abordagens de estudiosos engajados na análise linguística, semiótica e discursiva. Van Dijk é também organizador de um dos periódicos mais importantes para os estudos da ADC, o *Discourse and Society*, o qual divulga e realiza diversas discussões sobre estudos que se utilizam da ADC.

Reconhecemos a contribuição desses autores para a Análise de Discurso Crítica, entretanto, tal como o faz Ramalho e Resende (2006), utilizaremos o termo ADC como sinônimo de 'Teoria Social do Discurso' (TSD), a abordagem teórico-metodológica de análise de textos e práticas desenvolvida por Norman Fairclough. Consideramos válida tal utilização, visto que, além de ser grande expoente da ADC, foi Fairclough que utilizou o termo 'Análise de Discurso Crítica' pela primeira vez, em um artigo intitulado "Critical and Descriptive Goals in Discoursal Analysis" publicado no periódico *Journal of Pragmatics* em 1985.

Sobre a Teoria Social do Discurso, Izabel Magalhães em seu prefácio que inicia a obra *Discurso e Mudança Social* – tradução de *Discourse and Social Change*, de Fairclough – afirma:

A Teoria Social do Discurso [...] tem em comum com a Escola Francesa de Análise de Discurso a dimensão crítica do olhar sobre a linguagem como prática social. Entretanto, a teoria de Fairclough é inovadora quando propõe examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel social na transformação social.

Como é possível verificar na fala de Izabel Magalhães, o caráter emancipatório da abordagem de Fairclough – que visa à transformação social, a qual é possível com o desenvolvimento de consciência linguística crítica – é tomado como o principal diferencial da ADC com relação a outras teorias. E através da leitura das obras de Norman Fairclough, é possível considerarmos que tal caráter emancipatório, é um dos fatores que define o viés estruturalista do autor britânico. Isto é, o método e os modelos

utilizados por Norman Fairclough estão em função do objetivo emancipatório de sua abordagem, além da própria perspectiva que o linguista possui da realidade.

Para tratarmos da Teoria Social do Discurso, dividimos o presente capítulo em duas partes, a primeira consiste em um panorama histórico sobre a ADC, demonstrando como essa abordagem surgiu a partir da Linguística Crítica, qual foi a contribuição de Norman Fairclough para isso. A segunda trata propriamente da Teoria Social do Discurso, apresentando outras teorias que Fairclough considera relevantes para sua constituição, e também como o autor desenvolve seu modelo de análise.

2.1 Da Linguística Crítica à Análise de Discurso Crítica – breve panorama histórico

Para esta parte mais histórica nos basearemos especialmente em Fowler (2004)¹⁶, Fairclough ([1989] 2001, [1992] 2001), e Gouveia (2002)¹⁷. Reforçamos que tal panorama histórico é realmente breve, tendo em vista que não tivemos acesso a alguma obra que se aprofundasse nesse tema, e que pudesse nos servir de suporte nesta sessão. Logicamente teria sido pertinente de nossa parte nos empenharmos nisso, no entanto demandaria um tempo do qual não poderíamos abrir mão, além do risco de nos desviarmos do principal propósito.

Como afirmamos na primeira introdução deste trabalho, a Análise de Discurso Crítica surgiu a partir da Linguística Crítica (LC), uma corrente linguística desenvolvida por estudiosos da Universidade de East Anglia, na década de 1970. A LC, conforme nos afirma Fairclough (1992, p. 25-26), procurava unir um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, baseando-se na teoria linguística funcionalista associada a Halliday, conhecida como Linguística Sistêmica Funcional.

Conforme Gouveia (2002, p. 335), o termo 'linguística crítica' foi utilizado pela primeira vez por Roger Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge e Tony Trew – pesquisadores relevantes da Universidade de East Anglia – como título do capítulo final

16 Fairclough ([1989] 2001) se encontra em inglês. A tradução das citações é de nossa autoria.

17 O texto de Gouveia (2002) utiliza-se do português lusitano, por isso algumas palavras nas citações podem parecer estranhas ao leitor brasileiro.

da obra *Language and Control*, publicada em 1979. Em *Language and Control*, os autores buscavam apresentar essencialmente as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social¹⁸, demonstrando em suas análises que os grupos e as relações sociais exercem influência sobre os comportamentos linguístico e não linguístico dos indivíduos, assim como sobre sua atividade cognitiva. A influência do comportamento linguístico sobre as relações sociais também era analisado pela Linguística Crítica. Nas palavras de Fowler (2004, p. 207):

A 'linguística crítica' emergiu da nossa produção de *Language and Control*, (Linguagem e Controle) (FOWLER et al., 1979) como uma linguística instrumental na linha proposta por Halliday. Formulamos uma análise do discurso público, uma análise criada para chegar à ideologia codificada implicitamente por detrás das formações sociais.

A Linguística Crítica procurava distinguir-se dos estudos linguísticos correntes na Inglaterra, que na época se baseavam nas teorias de Chomsky, e também na sociolinguística. Conforme vemos em Fairclough ([1989] 2001, 1992) e em Gouveia (2002), enquanto os estudos correntes inspirados em Chomsky defendiam o tratamento dos sistemas linguísticos como autônomos e independentes do uso da linguagem, a sociolinguística estabelecia correlações pouco aprofundadas entre linguagem e sociedade, limitando-se mais a aspectos fonológicos, morfossintáticos ou lexicais. Além do mais, na sociolinguística analisavam-se diversos aspectos de como a sociedade influenciava a linguagem, entretanto não se consideravam os efeitos que a linguagem poderia ter na sociedade. A sociolinguística fazia uma separação indevida entre linguagem e sociedade, como se fossem dois fenômenos distintos, mesmo relacionadas. Conforme nos demonstram os dois autores (Fairclough e Gouveia), para a Linguística Crítica, portanto, mais do que um mero efeito da sociedade, a linguagem faz parte da sociedade, como um mecanismo de reprodução da mesma. E também, conforme depreendemos de Fairclough ([1992] 2001), o fato de os estudos linguísticos correntes e

18 Lembremos do que foi exposto no Capítulo 1 sobre 'estrutura', o termo tanto pode ser utilizado para se tratar de língua quanto para se tratar da sociedade. Ambas são conjuntos de elementos que relacionam entre si.

a sociolinguística não levarem em consideração os efeitos da ideologia¹⁹ sobre a linguagem era também questionado pelos estudiosos da Linguística Crítica.

Como podemos perceber nas palavras de Fowler (2004, p. 208) no fragmento a seguir, para a LC a linguagem então era considerada uma 'prática social', que intervinha nas relações sociais:

Estávamos concentrados em teorizar a linguagem como prática social, 'prática' no sentido que a palavra tem adquirido em adaptações para o conceito de Althusser: uma intervenção na ordem social e econômica, e que nesse caso funciona pela reprodução da ideologia (socialmente situada). (KRESS e HODGE, 1979 apud FOWLER, 2004).

Com base nos trabalhos da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday, a Linguística Crítica buscava confrontar com as ideias vigentes nas teorias linguísticas vigentes. Conforme vemos em Halliday (2004, 2006), a linguagem se define de acordo com sua função na estrutura social. “A teoria sistêmica é orientada para a linguagem como um processo social” (HALLIDAY, 2006, p. 445). Além do mais, para Halliday (2006, p. 444.), a gramática de uma língua funciona como um sistema de 'opções', sendo que o falante há de selecionar algumas delas segundo circunstâncias sociais, o que demonstra que opções formais têm significados contrastantes e que a escolha de palavras é sempre significativa. Conforme Fairclough ([1992] 2001), essa ideia se contrapõe à da separação entre significado, estilo e expressão – ou seja, a arbitrariedade dos signos²⁰ – típica dos estudos linguísticos que estavam em vigência. As duas principais problemáticas (o tratamento da linguagem como um sistema autônomo independente da sociedade e a arbitrariedade do signo) existentes nos estudos linguísticos dominantes eram denominadas de 'dualismos', conforme nos mostram Fairclough ([1992] 2001) e Gouveia (2002). E sobre a relação da Linguística Crítica e tais dualismos temos o fragmento de Gouveia a seguir:

Abrindo, assim, caminho para a questionação do que consideravam os dois dualismos prevaletentes na teoria linguística – a crença de que o

19 'Ideologia' é outra noção que precisamos explicitar para o prosseguimento deste trabalho. Ao longo do capítulo veremos como a Linguística Crítica e a ADC lidam com tal conceito.

20 Sobre arbitrariedade do signo, ver Capítulo 1, seção sobre as noções utilizadas por Saussure, mais especificamente a noção de 'valor'.

significado pode ser separado do estilo ou expressão, por um lado, e a validação da separação entre a estrutura e o uso linguísticos, defendida pelas teorias linguísticas dominantes, por outro –, Fowler *et al.* (1979) tornaram sua a asserção *funcionalista* de que a capacidade linguística de produção de significado é um produto da estrutura social, pelo que, seguindo Halliday (1970), defendem o princípio de que os significados sociais e as suas realizações textuais devem ser incluídos no escopo de uma descrição gramatical. (GOUVEIA, 2002, p. 336)

Parafraseando o fragmento anterior, os pesquisadores da LC então – como Fowler, citado por Gouveia – consideravam que o significado linguístico era inseparável da ideologia, ambos relacionados a estrutura social. Assim sendo, a análise linguística deveria estar presente nos estudos dos processos ideológicos existentes nas relações de poder e controle.

Entretanto, conforme Gouveia (2002, p. 336), problemáticas não deixaram de haver no desenvolvimento da Linguística Crítica, tanto por parte dos defensores das teorias linguísticas vigentes, aquelas influenciadas pelas teorias de Chomsky e pela sociolinguística (conforme nos afirma Fowler (2004, p. 210), adeptos da gramática gerativa de Chomsky não consideravam a LC como linguística), quanto por parte de pesquisadores a favor da LC, para os quais alguns conceitos dessa corrente, inclusive o de 'ideologia', não eram adequadamente utilizados. Fairclough contesta o modo como a LC se utiliza da noção de ideologia.

Conforme vemos em Fowler (2004, p. 216), os linguistas críticos optam por se referir à ideologia como “algo mais neutro”, evitando defini-la como 'falsa consciência'.²¹ O autor nos demonstra que tal associação da ideologia à falsa consciência está presente na 'sociologia crítica', uma vertente da sociologia, cujos principais objetivos inspiravam os linguistas críticos. Inclusive, o termo 'crítica' de Linguística Crítica tem a ver com tal semelhança de metas. Fowler (2004, p. 208-209) se utiliza de

21 Em *Language and Power*, Fairclough se utiliza de uma das sessões do quarto capítulo, 'Discourse Common Sense and Ideology', para tratar dos diversos significados do termo 'ideologia' tomando como base R. Williams (1976). Mas desde o seu artigo “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis”, é notável que Norman Fairclough se utiliza de Althusser, (mais especificamente Althusser (1971), presente na bibliografia do artigo) para tratar da noção de 'ideologia' em sua abordagem. Em *Discourse and Social Change* (1992), o autor britânico se refere mais explicitamente a Althusser como um autor muito influente nos debates sobre discurso e ideologia. Fairclough também faz menção a Voloshinov (1973) [para nós Bakhtin (1981)] como outro autor importante para se tratar desse tema, entretanto opta por abordar mais discussão de Althusser (1971) sobre o conceito de 'ideologia'.

Connerton (1976), para definir a noção de 'crítica'. Desse modo reproduzimos a seguir a citação utilizada por Fowler:

'Crítica' [...] denota reflexão sobre um sistema de constrangimento produzido pelo homem: pressões deformadoras as quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, ou a raça humana como um todo, sucumbem em seus processos de formação pessoal.

A abordagem crítica é aplicada [...] a objetos da experiência cuja 'objetividade' é posta em questão; a crítica supõe que existe um certo grau de distorção já instalada que se apresenta como realidade. A crítica busca remover esta distorção e assim tornar possível a liberação do que foi distorcido. Por conseguinte, ela implica uma concepção de emancipação. (CONNERTON, 1976, p. 18, 20 apud FOWLER 2004, p. 208-209)

Conforme nos afirma Fowler (2004), a citação se relaciona à determinação social pela ideologia. Assim, as definições de Connerton apresentam um cunho negativo, que não precisa ser abraçado pela Linguística Crítica. Desse modo, tais definições são interessantes para a LC quando despidas de suas implicações negativas. Fowler (2004) concorda que os objetivos principais dos linguistas críticos têm a ver com conscientização e transformação, de fato, semelhantes ao da 'sociologia crítica' (já citada anteriormente), entretanto, ao contrário desta, a Linguística Crítica não pressupõe que haja uma realidade verdadeira a ser revelada pela prática crítica, ou seja, pelas análises críticas dos textos. O que existe são representações relativamente variadas conforme o grupo social ou instituição.

Como citamos anteriormente, Norman Fairclough questiona o modo com que a Linguística Crítica lida com a noção de ideologia, e isso é exposto de forma mais explícita em sua obra *Discourse and Social Change*, na qual o autor britânico afirma que a relação que a LC faz entre linguagem e ideologia se dá de modo muito estreito (FAIRCLOUGH, 1992, p. 29). Ainda trataremos sobre o conceito de ideologia em Fairclough nas próximas sessões.

Entretanto, embora fosse questionada, a Linguística Crítica teve o mérito de fazer valer o princípio da linguagem como prática social, pressuposto fundamental para muitas abordagens posteriores como a própria Análise de Discurso Crítica (GOUVEIA, 2002. p. 336).

Além de abordar a linguagem como prática social, a LC faz parte de uma tradição linguística funcional essencialmente britânica – na qual Firth e Halliday se destacam – que se baseia em determinados princípios linguísticos para realizar seus estudos. Em Gouveia (2002, p. 337) estão destacados cinco desses princípios:²²

- a natureza da linguística – a linguística é essencialmente uma ciência social e uma ciência aplicada, com implicações práticas;
- a natureza dos dados na linguística – a linguagem deve ser estudada tendo por base instâncias de uso autênticas e comprovadas; a linguagem deve ser estudada tendo por base textos e não frases isoladas ou fragmentos textuais; os textos deverão ser estudados comparativamente, atravessando diferentes corpora textuais;
- teor essencial da linguística – a linguística deve estudar o significado; a forma e o significado são inseparáveis; o léxico e a gramática são interdependentes;
- a natureza do comportamento linguístico – o uso da linguagem envolve tanto rotina como criação; o uso da linguagem transmite cultura;
- a estrutura conceptual da disciplina – os dualismos saussurianos (em especial langue/parole e sintagmático/paradigmático) requerem uma revisão radical.

A Linguística Crítica também se caracteriza por sua interdisciplinaridade, utilizando-se de conceitos de outras abordagens linguísticas, como a gramática sistêmico-funcional, a pragmática, e mesmo algumas noções da gramática gerativa de Chomsky.

a linguística crítica abre-se também à interdisciplinaridade, provocada quer pelo empréstimo assumido de conceitos que busca em diferentes teorias linguísticas – *modalidade*, da gramática sistêmico funcional, *transformação* da gramática gerativa, *acto de fala*, da pragmática por exemplo – quer pela redefinição do objecto de estudo que advoga e que lhe permite utilizar noções usadas noutras áreas de estudo, como acontece com a noção de *discurso*, que embora já usada no âmbito da análise do discurso, vê o escopo da sua conceptualização alargado, quando introduzido na LC. (GOUVEIA, 2002, p. 337)

²² Deixamos para tratar melhor sobre essa tradição linguística britânica, em que se destacam as teorias de Halliday e Firth, no Capítulo 3.

Ainda sobre a interdisciplinaridade da Linguística Crítica contamos com as palavras de Fowler (2004, p. 207):

As ferramentas para essa análise [análise de ideologias codificadas implicitamente por detrás das formações sociais] foram uma seleção eclética de categorias descritivas apropriadas ao propósito: especialmente aquelas estruturas identificadas por Halliday como ideacionais e interpessoais, é claro, mas nós também usamos outras tradições linguísticas, como por exemplo, precisamos falar sobre atos de falas e transformações.

Quanto à noção de 'discurso' referida no fragmento de Gouveia (2002) para a Linguística Crítica, o discurso é mais que uma unidade além da frase, e sob significativa influência das teorias foucaultianas, a LC relaciona o discurso aos modos (linguísticos e não linguísticos) de organização de significados, conforme sistemas de poder/conhecimento. (GOUVEIA, 2002, p. 337). Nas palavras de Kress (1985b, p. 6-7) citado por Fowler (2004, p. 212):

Discursos são conjuntos de afirmações sistematicamente organizadas que dão expressão aos significados e aos valores de uma instituição [...] Um discurso fornece uma série de asserções possíveis sobre uma certa área, e organiza e estrutura a forma pela qual um tópico, objeto, ou processo em particular deve ser discutido.

Na Linguística Crítica a relação entre discurso e ideologia é relevante. Conforme Fowler (2004, p. 216), ideologia na LC corresponde a “uma teoria implícita produzida por uma sociedade sobre os tipos de objetos que existem em seu mundo (categorização); sobre o modo como esse mundo funciona (causalidade); e sobre os valores a serem atribuídos aos objetos e processos”. Tais crenças constituem o senso comum e servem de base para os discursos.

Como afirmamos anteriormente, a forma com que a LC lida com a noção de ideologia é alvo de questionamentos, inclusive de Norman Fairclough. Conforme Gouveia (2002, p. 340), o fato de a LC não associar o conceito de ideologia com a

noção de dominação (dominação de um grupo sobre outros) é realmente questionável. Como veremos mais adiante, essa associação referida por Gouveia é recorrente em Fairclough, sendo um dos aspectos mais importantes de sua abordagem que visa emancipação. Para Fairclough ([1992] 2001, p. 28-29), a Linguística Crítica termina por enfatizar mais a reprodução das relações sociais que a transformação.

Além dos questionamentos que vinha sofrendo, outros fatores contribuíram para que da Linguística Crítica surgissem outras vertentes, tal como a ADC. Conforme Gouveia (2002, p. 341), além das influências já citadas, como a pragmática, os trabalhos de Halliday, e mesmo as noções de Foucault, a Linguística Crítica passou a se apropriar das teorias de mais outros autores relevantes nas ciências sociais. E a gradual apropriação de tais teorias foi também fator importante para que a Linguística Crítica fosse dando origem à Análise de Discurso Crítica.

Em 1985, Norman Fairclough utiliza o termo 'análise de discurso crítica' pela primeira vez em seu artigo “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis”, publicado no *Journal of Pragmatics*. Conforme Gouveia (2002, p. 342), há influência de uma tradição filosófico-linguística de origem francesa, englobando nomes como os de Althusser, Foucault e Pêcheux, já visível no artigo de Fairclough. E de fato, ao longo de suas obras o autor britânico faz referência a esses três autores, tanto contestando aspectos da abordagem deles, quanto apresentando noções nelas presentes que são úteis para a Teoria Social do Discurso.

Em “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis”, Fairclough busca definir os principais objetivos e procedimentos de uma análise de discurso crítica²³, e também estabilizar noções necessárias para tais procedimentos, como a própria noção de ideologia. Nesse artigo é perceptível a associação que Norman Fairclough faz entre ideologia e dominação:²⁴

23 Nessa circunstância, é válido utilizarmos 'análise de discurso crítica' em letras minúsculas e com um artigo indefinido, já que o termo se refere ao procedimento de se analisar criticamente um discurso e não a abordagem teórico metodológica ADC. No próprio texto de Fairclough esse é o sentido mais lógico. Já que a Análise de Discurso Crítica adquiriu o status de disciplina em 1991.

24 I view social institutions as containing diverse 'ideological-discursive formations' (IDFs) associated with different groups within the institution. There is usually IDF which is clearly dominant. Each IDF is a sort of 'speech community' with its own discourse norms but also, embedded within and symbolized by the latter, its own 'ideological norms'. Institutional subjects are constructed, in accordance with the norms of an IDF, in subject positions whose ideological underpinnings they may be unaware of. A characteristic of a dominant IDF is the capacity to 'naturalize' ideologies, i. e. to win acceptance for them as non-ideological 'common sense'.

Eu vejo as instituições sociais como contendo diversas 'formações discursivo-ideológicas' (FDIs) associadas a diferentes grupos dentro de uma instituição. Há geralmente uma FDI claramente dominante. (...) Uma característica de uma FDI dominante é a capacidade de 'naturalizar' ideologias, para que elas não sejam questionáveis, e possam fazer parte do senso comum. (FAIRCLOUGH, 1985, p. 739 – tradução nossa)

Conforme o linguista britânico, 'desnaturalizar' as ideologias é o objetivo de uma análise de discurso crítica, e tal desnaturalização envolve mostrar como as estruturas sociais determinam propriedades do discurso e como o discurso pode também determinar as estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 1985, p. 739). Como é possível perceber, e como o próprio Fairclough afirma na página 747 de seu artigo, seus objetivos têm conexão com os da Linguística Crítica. Entretanto, ao mesmo tempo, o autor afirma que as perspectivas suas e dos linguistas associados à LC não são necessariamente idênticas.

Fairclough se refere à Linguística Crítica em seu artigo “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis”, entretanto os questionamentos mais evidentes a ela se encontram em sua obra *Discourse and Social Change* (1992), que, conforme Gouveia (2002, p. 341), representa o auge da linha de investigação de Norman Fairclough.

Dentre as contestações que Fairclough (1992) faz à Linguística Crítica, há uma referente à tendência de a LC enfatizar os textos como produto, desconsiderando de certa maneira os processos de produção e interpretação dos textos, os quais são processos dinâmicos, ligados aos contextos (em vários graus, imediatos ou não) dos indivíduos envolvidos. Fairclough também pontua como limitação da Linguística Crítica sua ênfase no processo de reprodução das estruturas sociais, com o qual o discurso colabora efetivamente. Para o linguista, a LC negligencia os processos de mudança social, os quais podem ser possíveis também a partir de mudanças discursivas. A relação entre a linguagem e ideologia, Fairclough julga como estreita na Linguística Crítica. Ao contrário do que a LC demonstra, a significância ideológica está mais além da gramática e do vocabulário, podendo se encontrar presente também na estrutura argumentativa ou na narrativa geral de um texto.

Questionamentos como os de Fairclough foram relevantes para que os próprios linguistas críticos revisassem toda sua teoria e método. Surge assim uma abordagem que

os linguistas críticos chamam de Semiótica Social, que busca atender a tais questionamentos, preocupando-se com uma maior variedade de sistemas semióticos, além da linguagem verbal, assim como passando a considerar mais amplamente os processos discursivos de produção e interpretação textual. E ainda há maior preocupação com os processos de luta e mudança discursiva e social.

As duas dissidentes da Linguística Crítica, Análise de Discurso Crítica e a Semiótica Social possuem características próprias, seja teoricamente, seja metodologicamente, assim como a presença de autores relevantes em cada uma dessas dissidências. No que se refere à Semiótica Social, relevantes autores da Linguística Crítica, como Gunther Kress e Roger Fowler, passaram a ser atuantes no desenvolvimento dessa área, embora, como nos afirma Gouveia (2002, p. 348), Fowler ainda tenha tentado dar um novo fôlego à própria Linguística Crítica, mantendo-se fiel ao projeto inicial da LC, defendendo a possibilidade de aprimoramentos teórico-metodológicos nessa abordagem, sem que ela precisasse modificar sua denominação. Quanto à ADC, Fairclough é considerado seu principal expoente, tanto por buscar definir o que ela é como por elaborar modelos teórico-metodológicos produtivos aos trabalhos de análise dessa abordagem. Além de Fairclough, temos outros autores importantes como van Dijk e Ruth Wodak, com trabalhos reconhecidos nessa área de análise de discurso, aos quais já nos referimos na introdução deste capítulo.

No ano de 1991, a Análise de Discurso Crítica se consolida como disciplina, quando Fairclough, van Dijk, van Leeuwen, Ruth Wodak, e inclusive Gunter Kress se reúnem em um simpósio realizado em janeiro na cidade de Amsterdã.

Como afirmamos antes, mais precisamente, Norman Fairclough elaborou a Teoria Social do Discurso. Entretanto, devido à produtividade dessa abordagem na Análise de Discurso Crítica, a teoria desenvolvida por Fairclough muitas vezes é tratada como se fosse a própria ADC. Contudo é preciso lembrar que de autor para autor aspectos importantes nos estudos podem se diferenciar. A ADC não se limita a Fairclough, porém estudá-la a partir de seus modelos é válido, considerando as ressalvas devidas.

No Brasil, conforme nos afirmam Resende e Ramalho (2006) e Magalhães (2001, 2009)²⁵, temos Isabel Magalhães, da Universidade de Brasília, como

25 Quando utilizarmos 'Magalhães (2001)' ou 'Magalhães (2009)', estaremos nos referindo a Célia Maria Magalhães, professora da UFMG. Ao utilizarmos Magalhães (2005) nos referiremos a Isabel

pesquisadora pioneira no desenvolvimento de estudos baseados na Análise de Discurso Crítica. Seu artigo “Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso.” publicado na revista DELTA em 1986, foi o primeiro a apresentar a Análise de Discurso Crítica para o meio acadêmico brasileiro.

Izabel Magalhães fundou em 1995, o periódico "Cadernos de Linguagem e Sociedade" (Papers on Language and Society), do qual foi organizadora até 2008. O periódico “Cadernos de Linguagem e Sociedade” é responsável pela divulgação de diversos trabalhos baseados em ADC no Brasil, o que colaborou para essa corrente adquirir relevância no país. Izabel Magalhães também coordenou uma equipe responsável pela tradução de uma das obras de Norman Fairclough para o português. A obra *Discourse and Social Change*, recebe aqui o título de *Discurso e Mudança Social*, publicada em 2001.

Conforme Magalhães (2005), a contribuição principal de Fairclough para a ADC foi a criação de um método para o estudo do discurso e seu esforço extraordinário para explicar por que cientistas sociais e estudiosos da mídia precisam dos linguistas.

2.2 Fairclough e a Análise do Discurso Crítica: a Teoria Social do Discurso.

Como temos frisado, Fairclough desenvolveu um modelo²⁶ de análise bastante produtivo para a Análise de Discurso Crítica, tal modelo serviu de base para diversas pesquisas posteriores, tanto na Inglaterra²⁷, como em outras partes do mundo, inclusive

Magalhães, professora da UnB. Izabel Magalhães também produziu o prefácio de *Discurso e Mudança Social*, que é de 2001, entretanto, esse dado exporemos no trabalho de modo mais explícito para não haver confusão.

26 Ao retomarmos toda a reflexão de Umberto Eco apresentada no primeiro capítulo, bem como outros dados presentes nesse, é válido tomarmos 'modelo' como a representação de algum fenômeno ou objeto a ser analisado em pesquisa. Logo, Fairclough representa o funcionamento do discurso e da prática em seus modelos, e a partir de tais modelos, criou toda uma metodologia de análise de textos, discursos e práticas tendo a linguística funcional de Halliday como base relevante. Segundo o dicionário Houssais da língua portuguesa, edição 2009, um dos significados de 'modelo' é esquema teórico que representa um fenômeno ou um conjunto de fenômenos complexos e permite compreender-lhes melhor a evolução.

27 Autores que tratam sobre práticas de letramento se referem à abordagem de Norman Fairclough e outras vertentes da ADC. Recomendamos:

BARTON, David. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Blakwell Publishers. Lodon, 1994.

STREET, Brian V. *Social Literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. Logman. London, 1995.

CAMERON, Deborah. *Working with spoken discourse*. Sage Publications. Lodon, 2001.

no Brasil²⁸. E tudo isso o tornou um dos estudiosos mais relevantes da ADC. Mais precisamente, Norman Fairclough elaborou a Teoria Social do Discurso, entretanto, devido à sua relevância, essa abordagem é a que mais tem representado a Análise de Discurso Crítica, especialmente em nosso país.²⁹

O modelo teórico-metodológico de Norman Fairclough passou a adquirir certa consistência ao longo de diversas obras posteriores ao artigo de 1985, a começar pelo livro *Language and Power* de 1989. Em tal obra encontramos não só uma apresentação das principais propostas e motivações dos estudos críticos da linguagem, como também já percebemos indícios do que se tornaria o primeiro modelo de análise utilizado por Norman Fairclough, isto é, o modelo tridimensional de análise do discurso, melhor elaborado a partir de *Discourse and Social Change*, de 1992.

Tanto em *Language and Power* ([1989] 2001) como em *Discourse and Social Change* (1992), o autor britânico apresenta teorias linguísticas das quais algumas reflexões foram relevantes para a constituição da Teoria Social do Discurso. Fairclough apresenta tanto aspectos dessas teorias produtivos para a Análise de Discurso Crítica, como também falhas contidas nelas que a os estudos críticos da linguagem procuram suprir. Algumas delas, como a pragmática, e mesmo a sociolinguística, foram citadas ao longo do presente capítulo de nosso trabalho, entretanto pouco foi esclarecido sobre elas. Tomando como base o que Fairclough ([1989] 2001, [1992] 2001) apresenta, buscaremos expor um pouco de tais teorias, ressaltando que muito mais há sobre elas, mas que no momento não é pertinente enquadrar no presente trabalho.

2.2.1 Algumas abordagens linguísticas relevantes à Teoria Social do Discurso

Começamos pela sociolinguística. Como apresentamos no item 2.1, a sociolinguística era questionada pela Linguística Crítica, a qual alegava que a primeira estabelecia correlações pouco aprofundadas entre linguagem e sociedade, limitando-se

BAYNHAM, Mike. *Literacy practices: investigating literacy in social contexts*. Logman. Lodon, 2001.

28 Ver Resende e Ramalho (2006), especialmente o último capítulo. Ver Vieira et al (2009) e Magalhães (2001). Todas essas obras contêm exemplos de pesquisas realizadas no Brasil, tomando a abordagem de Norman Fairclough como base.

29 Vieira et al (2009, p. 8-11) apresentam outras vertentes de ADC, incluindo suas principais características e autores.

mais a aspectos fonológicos, morfossintáticos ou lexicais, e também desconsiderando o papel da linguagem na formação da sociedade. Fairclough ([1989] 2001) também se refere à sociolinguística, reconhecendo a relação que ela faz entre língua e sociedade como avanço em relação a outras abordagens linguísticas vigentes. Conforme nos afirma o autor, a sociolinguística é considerada por alguns estudiosos como um complemento à linguística geral, pois, enquanto essa última se centra no sistema invariante da língua, a primeira tem como foco justamente as variações linguísticas manifestadas na fala, e tais variações são influenciadas pelo meio social em que se encontra o falante. Entretanto, conforme nos relata Fairclough ([1989] 2001, p. 6), a sociolinguística se foca mais na descrição das variações linguísticas e sociais, sem levar em consideração o porquê delas, isto é, sem questionar por que existem essas variações. Para Fairclough, a existência das diferenças sociais entre indivíduos, e, por consequência, a diferença entre os usos que fazem da língua, diz respeito às relações desiguais de poder entre os indivíduos. E essa é uma carência da sociolinguística que os estudos críticos da linguagem da ADC buscam suprir.³⁰

Em seguida, Fairclough se refere à pragmática. Algumas noções dessa abordagem como a de 'ato de fala' são relevantes para a Linguística Crítica, como expusemos no item 2.1, e a noção de 'ato de fala' vai ao encontro da noção de 'prática social', relevante para a LC e para a ADC. Nos itens seguintes, o conceito de 'prática social' será mais bem abordado, entretanto antecipamos que as práticas sociais são tidas como “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). Tanto 'ato de fala' quanto 'prática social' dizem respeito à linguagem como ação. Conforme os estudiosos da pragmática, os enunciados, tanto os escritos quanto os falados, constituem atos de fala, tais como perguntar, responder, alertar, prometer (FAIRCLOUGH, [1989] 2001, p. 7). Para o linguista britânico, a falha da pragmática se encontra no fato de ela atribuir aos falantes uma certa autonomia e relação de igualdade que não são reais. Para a ADC, os falantes são regidos por convenções sociais, e uma interação verbal nem sempre envolve

30 É válido lembrarmos que na época da publicação de *Language and Power* (1989), a ADC ainda não era tida como uma disciplina, isso veio a ocorrer em 1991, um ano antes da publicação de *Discourse and Social Change* (1992). Assim Fairclough (1989), não se refere diretamente à ADC, mas sim a 'estudos críticos da linguagem'. Entretanto, utilizamos a segunda edição de *Language and Power* que é de 2001, época em que existe a ADC como disciplina, portanto mesmo nos referindo a *Language and Power*, utilizamos ADC no lugar de 'estudos críticos da linguagem'.

falantes nas mesmas condições. Além do mais, Fairclough alega que a pragmática opera mais com enunciados isolados em vez de maiores extensões de discurso, o que é problemático por não corresponder de fato à realidade da linguagem.

Fairclough ([1989] 2001, p. 8-9) se refere também à psicologia cognitiva e aos estudos da inteligência artificial, e suas pesquisas sobre o processo de produção e compreensão dos enunciados, o que é de grande interesse para a ADC. Entretanto, a psicologia cognitiva e os estudos da inteligência artificial não dão atenção às influências que o meio social tem sobre os processos de produção e compreensão de enunciados. Isso a ADC procura suprir.

Muitos estudos da Análise da Conversação também são tidos como relevantes para a abordagem de Fairclough. A Análise da Conversação foi desenvolvida por um grupo de estudiosos conhecidos como 'etnometodologistas', e investiga a produção e a interpretação das ações cotidianas como a realização das habilidades de atores sociais, a conversação é tida como um modo de ação. Os etnometodologistas trabalham com amostras amplas de enunciados em conversas reais, o que é considerado vantajoso por Fairclough. Conforme nos afirma o autor britânico, as pesquisas da Análise da Conversação demonstram que a conversação é estruturada e os participantes orientam para essa estruturação, construindo seus enunciados de acordo com a estrutura da conversação, que tem relação com o meio em que se encontra o falante. Entretanto, Fairclough alega que a Análise da Conversação não considera a relação entre a estrutura da conversação com contextos sociais mais amplos como a instituição social, ou a sociedade como um todo, e isso pode representar o mesmo problema existente na pragmática, o de idealizar uma conversação entre membros numa relação de igualdade que não é real.

Em *Discourse and Social Change* (1992), Fairclough também apresenta mais teorias relevantes para a constituição de sua própria abordagem. O autor divide tais abordagens entre 'não-críticas' e 'críticas', sendo que estas últimas se diferem das primeiras por demonstrarem “como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso.” (p. 12). Fairclough recorre aos estudos de autores como Sinclair e Coulthard, Labov e Fanshel, Potter e Wetherell,

denominando suas teorias como não-críticas. Não detalharemos sobre tais autores, mas recomendamos a leitura do primeiro capítulo de *Discourse and Social Change* (1992) ou de *Discurso e Mudança Social* (2001), para um entendimento prévio sobre suas pesquisas e como elas são relevantes para a abordagem de Fairclough. Optamos por detalhar mais sobre as abordagens que Fairclough considera como críticas, a Linguística Crítica, já abordada no início desse capítulo, e a Análise de Discurso de Michel Pêcheux, da qual trataremos na subseção a seguir, apresentando alguns de seus pontos considerados relevantes por Fairclough, bem como problemáticas que o autor britânico pontua. Para abordar sobre a teoria de Pêcheux, nos utilizaremos de outros autores além de Fairclough ([1992] 2001), como Gregolin (2004), Pêcheux (1997), etc.

2.2.1.1 A teoria de Michel Pêcheux e suas limitações conforme Fairclough

Conforme nos afirma Fairclough ([1992] 2001), a abordagem crítica de análise de discurso desenvolvida por Michel Pêcheux possui semelhanças com a Linguística Crítica ao tentar também combinar uma teoria social do discurso com um método de análise textual. Ou, utilizando as palavras de Paul Henry (1997, p.15), “Pêcheux objetivava ao desenvolver a análise automática do discurso: fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo”. Conforme vemos em Fairclough ([1992] 2001), Paul Henry (1997), ou Gregolin (2004), as reflexões de Louis Althusser sobre o marxismo foram relevantes para que Michel Pêcheux desenvolvesse sua linha de análise do discurso, especialmente no que diz respeito ao conceito de 'ideologia', tido como um dos conceitos centrais na teoria de Althusser. Para ele, a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, p. 23).³¹ Nas palavras de Gregolin (2004, p. 43), quando a autora trata do conceito de 'ideologia' em Althusser:

31 A versão do texto “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado” de Althusser que utilizamos na bibliografia deste trabalho se encontra disponível em <http://www.philosophia.cl/biblioteca/Althusser/ideologicosalth.pdf>. Em tal arquivo de internet, não consta nenhum ano de publicação do texto, logo nas citações essa informação também não aparecerá. Apresentamos somente o número da página em que encontramos a citação por nós utilizada, já que esse dado consta na versão do texto que pesquisamos. A versão que utilizamos está em espanhol, nós a traduzimos em nossas citações.

Derivando do domínio do “vivido”, a ideologia solidifica as relações sociais, tornando-as suportáveis para os seus diversos atores. Todas as sociedades vivem imersas, necessariamente, nesse *líquido amniótico* em que subsistem e que – conservando os indivíduos prisioneiros de uma ilusão vital – contribui decisivamente para a reprodução da força de trabalho e das relações de produção que lhes são próprias. No plano institucional, a difusão da ideologia da classe dominante é assegurada pelos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, de entretenimento, etc.) entidades disseminadas por todo o tecido social, que veiculam a mensagem da ordem estabelecida, funcionando predominantemente pela persuasão, embora também acessoriamente pela coerção.

No fragmento anterior, é notável que a noção de 'ideologia' utilizada por Althusser, não deixa de trazer em si a ideia de uma 'falsa consciência', ou 'ilusão' sobre a realidade. E tal associação de 'ideologia' com 'falsa consciência' é proveniente das teorias de Marx, as quais foram relidas por Althusser sob o suporte do paradigma estruturalista.

Enquanto a Linguística Crítica buscava não aproximar 'ideologia' de 'falsa consciência', conforme nos afirma Fowler (2004); a abordagem de Norman Fairclough segue o caminho de Pêcheux, importando a noção de 'ideologia' da teoria de Althusser, e isso é perceptível desde “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis” (1985). Entretanto, o autor britânico o faz com algumas ressalvas, das quais trataremos mais adiante.

No mesmo fragmento que expusemos, Gregolin trata dos 'Aparelhos Ideológicos de Estado' ou AIEs, os quais Althusser (p. 11) entende como “certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. Os AIEs são então difusores da ideologia da classe dominante, e se apresentam sob a forma de instituições como a igreja, a família, a escola, etc para garantir a permanência dessa ideologia sobre as outras classes.

Nas palavras de Fairclough ([1992] 2001, p. 51):

Althusser enfatiza a autonomia relativa da ideologia da base econômica e a contribuição significativa da ideologia para a reprodução ou transformação das relações econômicas. Ele também argumentou que, longe de ser meramente 'ideias' descorporificadas, a

ideologia ocorre em formas materiais. Além disso, a ideologia funciona pela constituição ('interpelação') das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, enquanto ao mesmo tempo lhes dá a ilusão de serem agentes livres. Esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito, que na concepção de Althusser funcionam como dimensões ideológicas do Estado – que chamou de “aparelhos ideológicos de estado” (AIEs).

Ao tratar sobre a ideologia em Althusser, Fairclough se refere à existência material da ideologia, uma das teses sobre a ideologia, que Althusser apresenta em seu texto “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”. Por existência material da ideologia, Althusser entende as manifestações da ideologia que afetam a realidade material, tais quais as formações ideológicas, que constituem os aparelhos ideológicos de Estado, os quais podemos considerar manifestações da ideologia nas instituições. Os AIEs e as formações ideológicas afetam o modo de as pessoas agirem, e isso influencia a realidade em que vivem.

Para Pêcheux, a linguagem também é uma forma material de ideologia fundamentalmente importante. E a noção de 'discurso' é de extrema relevância para o autor, utilizada para se enfatizar a natureza ideológica do uso linguístico, natureza desconsiderada pelos linguistas, segundo Pêcheux (1997). Conforme nos afirma Gregolin (2004, p. 61), na constituição do objeto 'discurso' da abordagem de Pêcheux, cruzam-se Saussure (relido por Pêcheux), Freud (relido por Lacan), e Marx (relido por Althusser):

As teses althusserianas sobre os *aparelhos ideológicos* e o *assujeitamento* propõem um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente (um sujeito que não é fonte e nem origem do dizer; que reproduz o já-dito, o já-lá, o pré-construído).

O fragmento de Fairclough ([1992] 2001) também se refere à relação entre sujeito e ideologia ao citar outra tese de Althusser sobre a ideologia que diz respeito à interpelação dos indivíduos em sujeitos. Conforme vemos em “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, a ideologia é que define o posicionamento dos indivíduos na sociedade, posicionamento que vem sob a denominação de 'sujeito', e como sujeitos,

desde sempre, nós praticamos os rituais estabelecidos pela ideologia, agimos conforme o que ela prescreve. Tal noção de 'sujeito' ou 'posição de sujeito' é útil tanto na abordagem de Michel Pêcheux quanto na abordagem de Norman Fairclough. Porém, o autor britânico questiona o modo com que Pêcheux, e mesmo Althusser, lidam com o sujeito, como veremos mais adiante.

Para Pêcheux (1997), a ideologia se manifesta na linguagem ao prescrever o que pode ou deve ser dito. E daí, temos a noção de 'formação discursiva' (FD), também presente na teoria de Michel Foucault. Sobre formação discursiva, Pêcheux (1997, p. 160) afirma:

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva, aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (itálico no original).

os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1997, p. 161).

Retomando a parte grifada do primeiro fragmento, cada palavra tem um sentido conforme a posição de sujeito de quem a produz, e conforme as formações ideológica e discursiva em que esse sujeito está inserido. Uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes em FDs diferentes, e palavras diferentes podem adquirir o mesmo sentido numa dada FD. Fairclough (1992) toma como exemplo a palavra 'militante', que pode ter um sentido no discurso sindical (o de ativista), e outro no discurso conservador (o de subversivo).

Pêcheux denomina como 'interdiscurso' todo o complexo de formações discursivas, e assim no interdiscurso encontramos as significações que aparecem nos dizeres de cada sujeito. Isso é o que podemos inferir das palavras de Pêcheux (1997, p. 162), reproduzidas a seguir:

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos do seu discurso), se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente através do interdiscurso intricado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Ao tratar da relação entre os sujeitos e o interdiscurso, Pêcheux evidencia o 'assujeitamento' dos sujeitos, que diz respeito ao fato de eles não serem a origem de seus dizeres, tal origem se encontra no interdiscurso. Nele, encontramos 'pré-construídos', que Pêcheux (1997, p. 164) define como elementos do interdiscurso, referentes “ao sempre já aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (o “mundo das coisas”). Utilizemos as palavras de Fairclough ([1992] 2001, p. 53), com fins de esclarecimento das palavras de Pêcheux:

Pêcheux refere-se a 'pré-construídos', elementos já formados que circulam entre as FDs, que são percebidos como o que é 'dado' ou conhecido ou já dito pelos participantes, enquanto eles se originam fora dos sujeitos no interdiscurso.

Assim sendo, tudo que o sujeito diz já foi dito antes, e se encontra no interdiscurso, nos pré-construídos, entretanto o sujeito tem a ilusão de ser a origem de seu dizer, não tendo consciência da determinação das formações discursivas. Nas palavras de Pêcheux (1997, p. 163), “essa subordinação-assujeitamento se realiza no sujeito *sob a forma da autonomia*” (em itálico no original).

Fairclough também se refere como aspecto importante da obra de Pêcheux à questão da 'identificação', 'contra-identificação' ou 'desidentificação' dos sujeitos com as FDs. Sobre identificação entre sujeitos e formações discursivas, Pêcheux (1997, p. 163) afirma:

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que

os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (em itálico no original).

Em outros termos, dizemos que os sujeitos podem reproduzir o que as formações discursivas lhe prescrevem para ser dito ou não, isso consiste na identificação com as FDs. Entretanto, os sujeitos podem também demonstrar uma certa posição de afastamento em relação a uma FD, e isso costuma ser marcado linguisticamente, quando por exemplo um sujeito diz: “*aquilo que você chama de crise do petróleo*”, “*suas ciências sociais*”, “*tua Santa Virgem*”, etc.³² Conforme Pêcheux, embora pareçam antagônicas a identificação e a contra-identificação dos sujeitos com relação às formações discursivas são previstas no interdiscurso. Assim sendo, a 'contra-identificação' não representa nenhum fator que possa desestabilizar as formações discursivas, e, por consequência, o interdiscurso.

esse “antagonismo” [...] se manifesta na realidade, *no interior da forma-sujeito*, na medida em que o efeito daquilo que definimos como *o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite*. (PÊCHEUX, 1997, p. 216, itálico no original)

A 'desidentificação' do sujeito com a formação discursiva, por outro lado já é capaz de abalar o funcionamento da formação discursiva, podendo levar ao rearranjo da FD. Mas o processo de 'desidentificação' só é possível quando o sujeito se apropria de conceitos científicos e da prática política do proletariado (Pêcheux, 1997, p. 217). Conforme nos afirma o autor francês, o marxismo-leninismo possibilitaria o processo de desidentificação, mas não garantiria que o sujeito deixasse de ser um sujeito, interpelado pela ideologia e identificado com alguma FD. A diferença é que ele se relacionaria a uma ideologia e a uma FD de 'tipo novo', mais ligadas ao proletariado. Apesar de fazer menção ao processo de desidentificação, o próprio Pêcheux não se mostra tão crédulo com relação ao mesmo, já que ele não deixa de ser ideológico, e além do mais a

32 Exemplos que extraímos do próprio Pêcheux, em sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio* (1997). Ver página 215 dessa obra.

ideologia do proletariado é constantemente ameaçada, em si mesma pelas mistificações burguesas, inerentes ao funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado. (PÊCHEUX, 1997, p. 231)

Fairclough (1992) considera que tanto Pêcheux quanto Althusser enfatizam o fato de os sujeitos reproduzirem as estruturas sociais (formações discursivas, interdiscurso), em detrimento de sua capacidade de poderem transformar tais estruturas, o mesmo questionamento que o linguista britânico faz à Linguística Crítica. No entanto, Fairclough reconhece como mérito de Pêcheux a união que esse autor faz da teoria marxista com um método de análise textual, mesmo que insatisfatória no ponto de vista do autor britânico.

Para desenvolver seu método de análise textual, Pêcheux se baseia em Zellig Harris, conforme nos afirma Gadet *et al* (1997) e Fairclough ([1992] 2001), embora a leitura que Michel Pêcheux fez de Saussure, Chomsky, Jakobson, entre outros, também tenha trazido contribuições para seu método, denominado como 'análise automática do discurso'. Na obra *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (1997), encontramos alguns textos de Pêcheux em conjunto com outros autores que tratam da análise automática do discurso e também demonstram o funcionamento desse método, entretanto abordá-los aqui se torna inviável por questões de espaço, bem como pela dificuldade de reprodução das diversas fórmulas e gráficos utilizados nesses textos. Utilizaremos Fairclough ([1992] 2001) para tratarmos um pouco da análise automática do discurso, tendo em vista que o autor britânico a apresenta de modo mais simplificado, portanto mais pertinente de se reproduzir no presente trabalho.

Conforme nos demonstra Fairclough ([1992] 2001, p. 54), uma das etapas importantes da análise automática do discurso é identificar formações discursivas predominantes em um *corpus* de textos, desconsiderando FDs mais secundárias, tal etapa é computadorizada. Para se identificar tais FDs, o texto é dividido em orações, e utilizam-se gráficos para verificar os tipos de relação existente entre tais orações (coordenação, subordinação, complementação, etc.). Os gráficos são então submetidos a um segundo procedimento computadorizado para se determinar que palavras e expressões se encontram em relação de 'substituição' em determinadas orações. Assim que tais palavras e expressões são relacionadas, verificando relações existentes entre

elas, como relação sinonímica (A implica B, e B implica A) ou de implicação (A implica B, mas B não implica A). Tal procedimento visa a identificação de 'palavras-chave', que tenham excepcional significado social ou político. Por fim, os resultados de todos esses procedimentos computadorizados precisam ser interpretados. Fairclough ([1992] 2001) recomenda a leitura de Maingueneau (1976) e Thompson (1984), para melhor entendimento da análise automática do discurso, não deixamos de apoiar tal recomendação de Fairclough, mas optamos por indicar a leitura de Françoise Gadet et al (1997), que se encontra presente em nossas referências bibliográficas.

Fairclough ([1992] 2001) faz diversas críticas ao método de análise pecheutiano, alegando que o tratamento dos textos é insatisfatório, e o processo de interpretação desses não recebe atenção adequada. Além disso, os textos são homogeneizados antes mesmo da análise, desconsiderando-se aspectos importantes deles. Para Fairclough ([1992] 2001, p. 55), o objeto de análise do método de Pêcheux termina por ser mais as orações do que o texto completo. Ainda o autor britânico afirma sobre a análise automática do discurso:

Os textos também são tratados como produtos, exatamente como na linguística crítica, e os processos discursivos de produção e interpretação textual recebem pouca atenção. São analisados em termos semânticos estreitos [...] com um foco pré-determinado em 'palavras-chave': são consideradas apenas as dimensões ideacionais do significado, enquanto deixam de ser contempladas as dimensões interpessoais que dizem respeito às relações sociais e às identidades sociais e são favorecidas as relações de significado mais abstratas em detrimento das propriedades do sentido dos enunciados no contexto. São ignorados muitos aspectos da forma e da organização dos textos que recebem atenção em outras abordagens. Em suma, os textos são tratados como evidências para hipóteses sobre as FDs formuladas *a priori*, contrariamente à tentativa pelos analistas de estudo cuidadoso daquilo que é distintivo no texto e no evento discursivo. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 55)

No fragmento exposto anteriormente, Fairclough faz menção a alguns conceitos como 'dimensões interpessoais' e 'dimensões ideacionais' que ainda abordaremos nos próximos itens, mas desde já antecipamos que esses conceitos se relacionam às funções da linguagem, função de representação (ideacional), função de estabelecimento das relações sociais (interpessoal) e função de construir e organizar textos (textual). Para

tratar sobre as funções da linguagem, Fairclough se apropria da linguística de Halliday, sobre a qual ainda havemos de abordar.

Quando o linguista britânico afirma que Pêcheux enfatiza mais a dimensão ideacional, ele se refere ao fato de a análise automática do autor francês se centrar nas representações que as formações discursivas verificáveis em um texto fazem da realidade, em detrimento das relações entre os sujeitos que essas FDs podem estabelecer, bem como aspectos organizacionais do texto que sejam relevantes. Além do mais, o procedimento de homogeneização dos textos, excluindo aspectos desses não condizentes com as formações discursivas que se pretende observar nos textos, reflete a ênfase que a abordagem pecheutiana dá ao processo de reprodução das estruturas sociais – como os sujeitos são posicionados dentro de formações discursivas e como a dominação ideológica é assegurada – em detrimento da transformação dessas – como os sujeitos podem contestar e progressivamente reestruturar a dominação e as formações mediante a prática. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 56). Semelhante questionamento, no que se refere à negligência da capacidade dos sujeitos transformarem as estruturas, Fairclough faz também às teorias de Althusser e Foucault.

Neste ponto, é relevante lembrarmos que esses três autores tiveram ligação com o estruturalismo, sendo Althusser e Foucault figuras importantes do movimento conforme vemos em Pavel (1990), Eco (2001) e Dosse (2007). Quanto a Pêcheux, sua abordagem recebe influência das teorias saussurianas, lacanianas, althusserianas e mesmo foucaultianas, teorias tomadas como estruturalistas. E tais teorias estruturalistas tiveram problemáticas com relação ao homem, desconsiderando-o de seus estudos em detrimento do sistema linguístico, subjugando-o ao inconsciente, à ideologia, ou a formações discursivas. Trata-se da “morte do homem”, sobre a qual abordamos no Capítulo 1.

Tendo tudo isso em vista, pode-se admitir como natural o fato de Fairclough, cuja abordagem teórico-metodológica é de caráter emancipatório, considerar que as teorias de Pêcheux, Althusser e Foucault negligenciam a capacidade dos sujeitos transformarem as estruturas sociais. Ainda abordaremos sobre Foucault no próximo capítulo, quanto a Pêcheux, sua análise de discurso sofreu algumas modificações devido a críticas a sua teoria original, como também devido a fatores políticos. Fairclough ([1992] 2001) menciona a 'segunda geração' da análise de discurso na tradição de

Pêcheux, que enfatiza em seus estudos a heterogeneidade das formações discursivas, além da instabilidade que pode haver no interdiscurso, desse modo a possibilidade de transformações passa a ser um aspecto inerente à natureza heterogênea e contraditória do discurso. Gregolin (2004), também faz referências a mudanças ocorridas na obra de Pêcheux, apresentando suas três épocas, as quais também são tratadas pelo próprio Michel Pêcheux em um de seus textos presentes na obra *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (1997). Realizar uma equivalência aprofundada e exata entre as divisões que esses três autores fazem da obra de Pêcheux exigiria um espaço do qual não nos dispomos aqui. De qualquer modo, arriscamos considerar que Fairclough optou por enquadrar a segunda e a terceira época da abordagem de Pêcheux, nessa segunda geração que ele menciona.

Comparar a análise de discurso de Pêcheux com a análise de discurso de Fairclough exigiria um novo trabalho, que tivesse tal comparação como meta principal, e esse não é nosso caso. De qualquer forma, apresentar aqui a teoria de Pêcheux, muito conhecida em diversos meios acadêmicos, nos possibilita melhor compreensão de Fairclough, já que, do mesmo modo que Fairclough, Pêcheux tenta unir um método de análise textual com uma teoria social, e isso não deixa de ser um suporte para o linguista britânico. Além do mais, conceitos utilizados pelo autor francês como o de 'ideologia', advindo de Althusser, e o de 'sujeito' também aparecem na obra de Norman Fairclough, mesmo que com algumas diferenças. Para Fairclough ([1989] 2001, p. 32 – itálico no original), o termo 'sujeito' possui uma 'ambiguidade feliz', pois:³³

Em um sentido, *sujeito* se refere a alguém que se encontra sob jurisdição de uma autoridade política, logo sendo passivo e determinado. Por outro lado, o *sujeito* de uma sentença, por exemplo, é geralmente aquele que faz, aquele implicado na causalidade de uma ação.

Os sujeitos sociais sofrem restrições para operar conforme sua posição de sujeito, definida pelo discurso, e nesse sentido, ele é passivo. Mas é somente sendo restringidos, que os sujeitos são levados a agir como

33 In one sense of *subject*, one is referring to someone who is under the jurisdiction of a political authority, and hence passive and shaped: but the subject of a sentence, for instance, is usually the active one, the 'doer, the one causally implicated in action.

Social subjects are constrained to operate within the subject positions set up in discourse types, as I have indicated, and are in that sense passive; but it is only through being só constrained that they are made able to act as social agents. As I said earlier, being constrained is a precondition for being enabled. Social agents are active and *creative*.

agentes sociais. Ser restringido é uma pré-condição para vir a ser agente. E os agentes sociais são ativos e *criativos*. (tradução nossa).

A concepção de 'sujeito' utilizada por Norman Fairclough vai ao encontro do caráter emancipatório da Análise de Discurso Crítica, já que dá relevância a capacidade do sujeito agir contra as estruturas sociais em que se insere, e por consequência poder transformá-las – algo não muito evidente na abordagem de Pêcheux, de acordo com Fairclough ([1992] 2001).

Em diversas de suas obras, Norman Fairclough enfatiza o caráter emancipatório da ADC, e inclusive tal ênfase foi fator para que o autor britânico fizesse modificações em seu modelo de análise. As próximas sessões se ocuparão em tratar do modelo da obra de Norman Fairclough, apresentando suas características principais, bem como uma prévia de como as teorias de Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday exercem influencia nesse modelo.

2.2.2 O modelo de análise da abordagem de Norman Fairclough

Para tratar sobre o modelo de análise da abordagem de Fairclough, precisaremos fazer uma breve revisão de quatro de suas obras, consideradas como principais. Concordamos com Ramalho e Resende (2006), quando as autoras definem *Language and Power* (1989), *Discourse and Social Change* (1992), *Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis* (1999), e *Analysing Discourse: textual analysis for social research* (2003) como obras relevantes do autor britânico. Nesses quatro livros, Norman Fairclough trata mais enfaticamente de questões teórico-metodológicas referentes à ADC, apresentando o modelo de análise da Teoria Social do Discurso, como ele funciona, e em que ele se baseia. Ramalho e Resende (2006), tomam os estudos de Norman Fairclough como dividido em três fases, e cada fase é marcada pela publicação de uma dessas obras citadas. E assim, encontramos a seguinte divisão em Ramalho e Resende (2006, p. 8):

(1) o modelo tridimensional para a ADC, presente nas obras *Language and Power* (1989) e *Discourse and Social Change* (1992), (2) o enquadre de Chouliaraki e Fairclough, proposto em *Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis* (1999), em que se recontextualizam abordagens da Ciência Social Crítica (CSC) na ADC, e (3) o enquadre para a análise textual em pesquisas sociais, apresentado em *Analysing Discourse: textual analysis for social research* (2003), baseado na Linguística Sistêmica Funcional de Halliday.

Apesar de fazermos referência às fases da produção de Norman Fairclough, não a utilizaremos como critério para a organização da presente seção neste trabalho. Faremos uso das próprias obras citadas, o que implica em quatro partes nesta seção, assim como uma revisão dos principais aspectos dessas quatro obras. Cada fase mencionada por Resende e Ramalho (2006) tem sua particularidade, mas nosso foco é em um aspecto presente em toda a obra de Norman Fairclough, independente de fase.

Tal aspecto consiste na visão da realidade como uma relação dialética entre estruturas e práticas sociais, que consideramos como o suporte do viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough. Com relação ao viés estruturalista, podemos destacar algumas considerações do próprio autor referente a ele em cada obra. Por exemplo, em *Discourse and Social Change* (1992), Fairclough julga Foucault, Althusser e Pêcheux como estruturalistas, devido à primazia que eles dão à força das estruturas sociais sobre os sujeitos em suas abordagens, em *Discourse in Late Modernity* (1999), Chouliaraki e Fairclough se utilizam do termo 'estruturalista-constitutivista' ou 'constitutivista-estruturalista', presentes na abordagem de Pierre Bourdieu, para caracterizarem a Teoria Social do Discurso. E ser 'estruturalista-constitutivista' implica em considerar tanto a força das estruturas sociais sobre as práticas dos sujeitos quanto a influência que esses exercem sobre as estruturas sociais. É perceptível um certo zelo do autor britânico quanto ao tratamento do viés estruturalista de sua obra, zelo que consideramos relacionado à problemática que o paradigma e o movimento estruturalista tiveram com relação ao sujeito. Porém, como já afirmamos no primeiro capítulo, não pretendemos comprovar se Fairclough é estruturalista, aliás, optamos por definir por esse termo somente autores ligados aos círculos linguísticos e ao movimento de ideias ocorrido na França. A teoria de Fairclough não tem relação direta com nenhum círculo linguístico e tampouco foi destaque durante o movimento

estruturalista ocorrido na França a partir de 1945, por isso, optamos por não defini-lo como estruturalista. Contudo sua abordagem não deixa de se utilizar de um método estrutural, semelhante ao da linguística, e localizável em diversas outras abordagens como a de Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Halliday, e diversos outros estudiosos. E também a relação dialética entre estruturas e práticas sociais permanece sendo aspecto principal da obra de Norman Fairclough, independente de qualquer denominação que dermos ao autor.

Além das quatro obras das quais trataremos nas subseções seguintes, Fairclough publicou ainda outros livros como *Critical Language Awareness* (1992), *Media Discourse*, (1995), *Critical Discourse Analysis*, (1995), *New Labour, New Language?* (2000), *Language and Globalization*, (2006), *Discourse in Contemporary Social Change*, (2007). No total seriam até agora dez publicações de livros realizadas por Norman Fairclough.

Das obras *Critical Language Awareness* (1992) e *Discourse and Contemporary Social Change* (2007), temos Fairclough como organizador, contando com a colaboração de outros autores na produção de partes relevantes dessas obras. Em *Critical Language Awareness* (1992), Fairclough e seus colaboradores refletem sobre questões relacionadas ao desenvolvimento da consciência linguística crítica promovido pelas escolas inglesas. Segundo o autor, esse empreendimento não tem sido bem sucedido pelo fato de não ter sido dada a devida atenção aos aspectos sociais da linguagem, especialmente aos aspectos referentes à relação entre linguagem e poder. Ao longo dessa obra, Fairclough e os outros autores buscam demonstrar modos de se lidar com as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento de CLC (consciência linguística crítica), além de apresentarem trabalhos desenvolvidos em escolas por alguns dos autores. *Discourse and Contemporary Social Change* (2007), livro mais recente de Norman Fairclough, apresenta diversas perspectivas sobre a relação do discurso com a mudança social. Sendo uma obra que conta com a colaboração de muitos autores, *Discourse and Contemporary Social Change* (2007) expõe perspectivas advindas de diferentes disciplinas e posições teóricas.

As obras *Media Discourse* (1995), *New Labour, New Language?* (2000), *Language and Globalization* (2006) são obras mais temáticas que trazem uma relação entre os estudos críticos da linguagem e alguns assuntos e eventos importantes.

Fairclough procura tratar desses assuntos de maneira global, mas seu foco é especialmente em aspectos da Inglaterra e da Romênia, dois países em que atuou academicamente. *Media Discourse* (1995) trata da relação entre Teoria Social do Discurso e o discurso midiático. Fairclough se utiliza de diversos exemplos de programas de TV, rádio e jornais, para refletir sobre as mudanças das práticas nos meios de comunicação midiáticos, relacionando-os a processos mais amplos de mudança social e cultural, em particular as tensões entre o público e o privado na mídia e as tensões entre informação e entretenimento. *New Labour, New Language?* (2000) aborda sobre o uso da linguagem nos meios políticos, ressaltando as mudanças referentes a tal uso que tem havido na Inglaterra, mudanças com importante atuação dos meios de comunicação de massa. Tal obra visa especialmente apresentar uma crítica a linguagem do Novo Trabalhismo da Inglaterra, um regime político que visa a superação da divisão entre direita e esquerda, conjugando interesses antes considerado inconciliáveis, como dinamismo econômico e justiça social. O autor britânico procura expor, através da análise de discursos de figuras políticas como Tony Blair e Margaret Thatcher, como esse regime articula a linguagem para convencer seus interlocutores. *Language and Globalization* (2006) lida com questões referentes aos processos de globalização, especialmente os ocorridos na Romênia. Fairclough busca ressaltar nessa obra como a linguagem está envolvida nesses processos, bem como analisar alguns discursos referentes a eles, e como a mídia possui importante papel para a ocorrência de tais processos de globalização.

Por fim, *Critical Discourse Analysis* (1995) consiste em uma coletânea de diversos artigos de Norman Fairclough, publicados entre 1985 e 1992. Tais artigos se ocupam essencialmente em lidar com questões referentes à linguagem, ideologia e poder; discurso e mudança sociocultural; análise textual na pesquisa social e consciência linguística crítica. Todos esses artigos visam desenvolver formas de análise da linguagem que abordem seu envolvimento no funcionamento da sociedade capitalista contemporânea. Inclusive o artigo “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis” de 1985, se encontra republicado nesse livro.

Todas essas obras, das quais tratamos nos parágrafos anteriores demonstram aplicações do modelo de análise desenvolvido por Norman Fairclough, e não deixam de ter sua importância. Mas como já afirmamos anteriormente, a Teoria Social do Discurso

é mais bem abordada em *Language and Power* ([1989] 2001), *Discourse and Social Change* (1992), *Discourse in Late Modernity* (1999), e *Analysing Discourse* (2003). Essas quatro obras serão abordadas nas subseções seguintes.

2.2.2.1 *Language and Power*: indícios para o desenvolvimento do modelo tridimensional de análise da Teoria Social do Discurso

Language and Power foi o primeiro livro de Fairclough, publicado em 1989, e com reedição em 2001. Nesta subseção, faremos uma revisão dos principais aspectos tratado nessa obra, bem como uma exposição de noções relevantes que Norman Fairclough apresenta nela, e que são fundamentais também nas obras posteriores.

Em *Language and Power* ([1989] 2001), Fairclough procura explicitar as conexões entre linguagem e poder, e como estas podem colaborar para relações desiguais de poder em determinado grupo social ou instituição. Para Fairclough ([1989] 2001), por meio de estudos críticos da linguagem, é possível se criar consciência acerca de tais relações desiguais, e assim caminhar rumo a um processo de mudança social, ou emancipação. E isso o autor britânico procura deixar claro já no começo de seu livro:³⁴

Este livro trata sobre linguagem e poder, ou mais precisamente sobre conexões entre o uso da linguagem e as relações desiguais de poder (...). Eu o escrevi para dois propósitos principais. O primeiro é mais teórico: auxiliar a corrigir uma corrente subestimação da significação da linguagem na produção, manutenção, e mudança das relações sociais de poder. O segundo é mais prático: auxiliar na conscientização de como a linguagem pode contribuir para a dominação de um grupo por outros. Conscientização é o primeiro passo para a emancipação. (FAIRCLOUGH, [1989] 2001, p. 1 – tradução nossa)

Fairclough afirma que se focará especialmente no segundo propósito, o da emancipação, e para tanto, operar com noções como a de 'senso comum' e 'ideologia' é

³⁴ This book is about language and power, or more precisely about connections between language use and unequal relations of power (...) I have written it for two main purposes. The first is more theoretical: to help correct widespread underestimation of the significance of language in the production, maintenance and change of social relations of power. The second is more practical: to help increase consciousness of how language contributes to the domination of some people by others, because consciousness is the first towards emancipation.

de grande relevância. 'Senso comum' diz respeito a diversas convenções que os indivíduos tomam como naturais e aceitáveis, muitas vezes de forma inconsciente. E tais convenções são sustentadas por ideologias. Essas ideologias estão intimamente ligadas às relações de poder, e o uso da linguagem tem papel fundamental nesse processo. Isto é, o exercício do poder na sociedade atual se dá principalmente por meio da difusão de ideologias, e mais especificamente através do uso da linguagem em favor de tais ideologias.³⁵ E quanto menos visível for a ação da ideologia, mais efetiva ela é. Ou seja, quanto menos os sujeitos estiverem conscientes dos efeitos da ideologia em seus discursos, mais isso implica a eficácia da ideologia.

Conforme Fairclough ([1989] 2001, p. 27-28), o poder atualmente é mais exercido pelo consentimento do que pela coerção de indivíduos, e para isso, o uso ideológico da linguagem é bastante produtivo. A conscientização das pessoas sobre as relações desiguais de poder se dá no momento em que elas reconhecem como o uso da linguagem pode estar em favor das ideologias de determinado grupo. E Fairclough demonstra em sua obra *Language and Power* notável empenho no que se refere a tal conscientização, inclusive nos capítulos mais finais da obra (capítulos 9 e 10), o autor expõe o que poderíamos considerar um roteiro indicando como um professor pode trabalhar textos com seus alunos de modo a desenvolver neles uma consciência linguística crítica. Veremos mais adiante que a relevância que Fairclough buscou dar ao caráter emancipatório da Análise de Discurso Crítica foi fator importante para que ocorresse mudança em seu modelo de análise.

Com base no que expõe sobre a relação entre linguagem, ideologia e poder, Norman Fairclough apresenta já no segundo capítulo de *Language and Power* noções importantes com que passará a trabalhar em sua abordagem. E tais noções mantêm sua relevância em todos os momentos das obras desse autor britânico. Em sua obra, Fairclough ([1989] 2001, p. 14) apresenta tais noções em forma de tópicos, o que facilita a organização do texto, bem como o entendimento do leitor. Seguiremos o exemplo do autor britânico, sob essas mesmas justificativas.

Dentre as noções apresentadas por Norman Fairclough destacamos:

- '**linguagem e discurso**', na abordagem de Fairclough, 'discurso' significa

35 Como é notável, *Language and Power*, retoma questões referentes a relação entre linguagem, ideologia e senso comum apresentadas em seu artigo "Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis" de 1985.

linguagem em uso, ou seja, linguagem como prática social determinada por estruturas sociais. As utilizações do termo 'discurso', são novamente tratadas em *Discourse and Social Change*, e Fairclough apresenta o modo com que ele se utiliza desse termo.

- **'ordens de discurso'**, o discurso é determinado por ordens de discurso. O termo 'ordem de discurso', Fairclough toma de empréstimo da teoria de Michel Foucault, dando-lhe o sentido de um conjunto de práticas discursivas de um determinado grupo ou instituição social. Ordem de discurso é a faceta discursiva da ordem social, e ordem social consiste num conjunto estruturado de práticas sociais. Como exemplo, podemos pensar numa ordem de discurso da igreja, a qual favorece a existência de determinadas práticas discursivas e sociais na instituição igreja, tais práticas produzem determinados tipos de textos.
- **'dialética entre estruturas e práticas sociais'**: a questão da relação dialética entre estruturas e práticas sociais, a que tanto temos referido no presente trabalho, já é exposta desde o primeiro livro do autor britânico. Conforme Fairclough, o discurso, tomado como prática, é determinado por estruturas sociais, mas também exerce influência sobre elas, contribuindo tanto para sua reprodução quanto para sua transformação. Consideramos que operar com essa relação dialética entre estruturas e práticas é um dos aspectos mais importantes da teoria de Fairclough, e inclusive a apropriação de autores como Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday foi de grande relevância para isso. Cada um desses autores será mais bem tratado no capítulo mais adiante.

Além das noções citadas anteriormente, Fairclough ([1989] 2001, p. 19-20) também destaca a noção de 'texto', afirmando que irá utilizá-la do mesmo modo com que ela é abordada na teoria de Halliday (1976, 2004), utilizando-se de 'texto' para se referir tanto ao texto escrito, quanto ao texto falado. E os textos estão ligados a todo um processo de produção e interpretação, que deve ser levado em conta. E quando considerado tal processo, o conceito de 'discurso' ganha sua relevância também em relação aos textos:³⁶

36 A text is a product rather than a process – a product of a process of text production. But I shall use the term *discourse* to refer to the whole process of social interaction of which a text is just a part. This process includes in addition to the text the *process of production*, of which the text is a product, and the *process of interpretation*, for which the text is a resource. Text analysis is correspondingly only a part of discourse analysis, which also includes analysis of productive and interpretative processes. The formal properties of a text can be regarded from the perspective of discourse analysis on the one hand

Um texto é um produto do processo de produção textual. Mas utilizarei o termo discurso para me referir ao processo todo de interação social, do qual o texto é uma parte. Esse processo inclui o *processo de produção*, do qual o texto é um produto, e o *processo de interpretação*, para o qual o texto é um recurso. A análise de textos é somente uma parte da análise do discurso, que também inclui análise de processos de produção e interpretação. As propriedades formais de um texto podem ser analisadas na perspectiva da análise de discursos como *traços* do processo de produção por um lado, e por outro lado como *pistas* para o processo de interpretação. (FAIRCLOUGH, [1989] 2001, p. 20 – tradução nossa)

Tanto o processo de produção quanto o processo de interpretação de textos são determinados pelas relações sociais. Conforme o grupo ou instituição com que se relaciona, o indivíduo internaliza certas crenças, convenções e representações que influenciarão seu modo de produzir e interpretar textos. Fairclough ([1989] 2001, p. 20) as nomeia de 'recursos dos membros'. E assim sendo, os 'recursos dos membros', possuem tanto um caráter cognitivo por estarem na mente das pessoas, como também um caráter social por serem definidos socialmente. Tudo que um indivíduo internaliza a partir de suas relações sociais há de influir em suas práticas, inclusive as práticas discursivas, que dizem respeito a sua forma de produzir e interpretar textos, ou em outros termos, usar a linguagem. Desse modo, Fairclough ([1989] 2001, p. 20) afirma que o discurso depende de condições sociais, tanto no que se refere à produção quanto à interpretação. E tais condições sociais estão divididas em três níveis:³⁷

O discurso envolve condições sociais, que podem ser especificadas como *condições sociais de produção* e *condições sociais de interpretação*. Essas condições sociais, então, implicam três níveis de organização social: o nível da situação social, ou a situação imediata em que o discurso aparece; o nível da instituição social que constitui uma matriz mais ampla de discursos, e o nível da sociedade como um todo. O que estou sugerindo, em suma, é que essas condições sociais

as *traces* of the productive process, and *cues* in the process of interpretation.

37 Discourse, then, involves social conditions which can be specified as *social conditions of production*, and *social condition of interpretation*. These social conditions, moreover, relate to three different 'levels' of social organization: the level of the social situation, or the immediate social environment in which the discourse occurs; the level of the social institution which constitutes a wider matrix for the discourse; and the level of the society as a whole. What I am suggesting, in summary, is that these social conditions shape the MR people bring to production and interpretation, which in turn shape the way in which texts are produced and interpreted.

formam os 'recursos dos membros' internalizados pelas pessoas que influenciam no processo de produção e interpretação de textos. (FAIRCLOUGH, [1989] 2001, p. 20-21 – tradução nossa)

Todas essas reflexões apresentadas anteriormente foram essenciais para que Norman Fairclough elaborasse seu modelo de análise, fundamental para a Análise de Discurso Crítica, modelo que busca levar em consideração tanto o trabalho formal com textos quanto a análise das práticas. Assim em *Language and Power* ([1989] 2001), já encontramos indícios do que viria ser o modelo de análise utilizado na abordagem de Fairclough.

Conforme Fairclough ([1989] 2001, p. 21), uma análise que toma a linguagem como discurso e como prática social, deve considerar tanto o discurso em sua instância de texto quanto os processos de produção e interpretação do texto, que envolve interação entre os sujeitos; e também as condições sociais da produção e da interpretação, ou seja, o contexto em que ocorrem esses processos. A partir dessas considerações, tem-se o seguinte quadro em Fairclough ([1989] 2001):

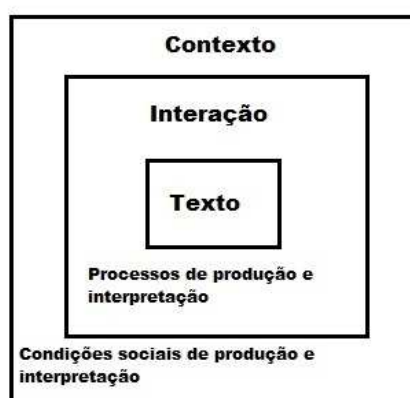


Figura 1: Discurso como texto, interação e contexto
(Baseada em Fairclough, [1989] 2001, p. 39-40)

Para analisar o texto, os processos de produção e interpretação e as condições sociais desses processos, Fairclough ([1989] 2001) distingue três estágios de análise: o estágio da descrição, o da interpretação e o da explanação. A descrição se refere à análise das propriedades formais do texto, como vocabulário, gramática e a estrutura textual. A interpretação é o estágio em que o analista há de observar como se dão os processos de produção e os processos de interpretação dos participantes que interagem, produzindo o texto. Nessa etapa, o analista verifica o que leva um texto a ser produzido e interpretado de uma forma, que condições (ou recursos dos membros) favorecem isso. Conforme Fairclough ([1989] 2001, p. 138), o estágio da interpretação recebe o mesmo nome do processo de interpretação, pois, assim como os participantes de uma interação interpretam os textos produzidos nessa, o analista também interpreta os textos que investiga. A diferença é que o analista tem consciência das condições que o levam a interpretar um texto de tal forma e não de outra, o participante, por outro lado, não tem essa mesma consciência.

O estágio da explanação, por fim, objetiva verificar se os textos analisados colaboram para a reprodução das estruturas sociais com que eles se relacionam ou se tendem a contestá-las. Conforme nos afirma Fairclough ([1989] 2001, p. 135), enquanto o estágio da interpretação verifica como os recursos dos membros auxiliam na produção e interpretação de um texto, o estágio da explanação se interessa em analisar a constituição desses recursos, e se esses tendem a se reproduzir ou a se transformar, o que reflete nas práticas discursivas, e nas estruturas sociais. Para fins de esclarecimento, reproduzimos o que Fairclough ([1989] 2001, p. 135) afirma sobre a relação entre 'recursos dos membros', práticas discursivas e estruturas sociais: “as estruturas sociais definem os recursos dos membros, que por sua vez definem os discursos, e os discursos sustentam ou modificam os 'recursos dos membros', que por sua vez sustentam ou modificam as estruturas sociais”.

Cada um desses estágios é dividido em pequenas etapas, as quais o autor britânico apresenta mais detalhadamente nos capítulos 5 e 6 de *Language and Power*. Não reproduziremos nesta seção o detalhamento que Fairclough realiza de tais procedimentos. O linguista britânico retoma em *Discourse and Social Change* (1992), esses estágios de análise dos textos, tendo nessa obra o modelo tridimensional de análise de textos e práticas mais bem elaborados, conforme apresentaremos na seção a seguir.

2.2.2.2 *Discourse and Social Change*: o modelo tridimensional de análise

Discourse and Social Change, publicada em 1992, é o segundo livro de Norman Fairclough. Nele, o autor retoma as reflexões de *Language and Power*, e aprimora o modelo de análise apresentado nessa obra, o definindo-o como um modelo tridimensional de análise. Até o presente momento, *Discourse and Social Change* é o único livro do autor britânico que possui tradução no Brasil, recebendo aqui o nome de *Discurso e Mudança Social*, e publicado em 2001.

No início de *Discurso e Mudança Social* (2001), Norman Fairclough apresenta sua preocupação em desenvolver um modelo de análise linguística útil para as diversas ciências sociais, as quais passaram a reconhecer a influência que os usos da linguagem exercem nos processos sociais:

Hoje, os indivíduos que trabalham em uma variedade de disciplinas começam a reconhecer os modos como as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos e conseqüentemente, a considerar a importância do uso da análise linguística como um método para estudar a mudança social. Mas ainda não existe um método de análise linguística que seja tanto teoricamente adequado como viável na prática. Meu objetivo principal neste livro é, portanto, desenvolver uma abordagem de análise linguística que possa contribuir para preencher essa lacuna – uma abordagem que será particularmente útil para investigar a mudança na linguagem e que será útil em estudos de mudança social e cultural. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 19)

O autor cita a Linguística Crítica e a Análise do Discurso de Michel Pêcheux³⁸ como duas abordagens que tentaram desenvolver um método de análise linguística útil para os estudos da sociedade, entretanto, de acordo com Fairclough, ambas tiveram limitações que comprometiam seus trabalhos. Conforme o linguista britânico, ambas as tentativas apresentam um desequilíbrio entre os elementos sociais e os linguísticos da síntese, ou dando ênfase ao trabalho com os processos sociais ou dando ênfase à análise linguística; e ambas as abordagens se baseiam em uma visão estática das relações de

38 Tratamos brevemente dessas abordagens nas seções 2.1 e 2.2.1.1 deste trabalho.

poder, com ênfase exagerada no processo de reprodução das relações de poder existentes, e dando pouca atenção à luta e a transformação dessas relações (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 20).

Para desenvolver seu modelo, Fairclough teve de estudar teorias de autores importantes nos estudos linguísticos e nas ciências sociais, como a sociologia. No ramo dos estudos linguísticos, a sociolinguística, a pragmática, a Análise do Discurso de Pêcheux, e a Linguística Sistêmica de Halliday³⁹ forneceram elementos relevantes para Norman Fairclough. Inclusive essa última fornece a abordagem faircloughiana um método de análise textual. Acrescentamos ainda as teorias de Bakhtin como auxiliares nas reflexões de Fairclough, visto que noções bakhtinianas como 'gêneros do discurso', 'dialogismo', 'intertextualidade' (Bakhtin via Kristeva), são relevantes para o autor britânico.

Na parte da teoria social Norman Fairclough conta com as reflexões de estudiosos como Giddens, Gramsci, Bourdieu, Foucault, Bhaskar. No presente trabalho não havemos de tratar de todos esses autores. Para nossos propósitos, Foucault e Bourdieu são os mais relevantes, mas faremos mais adiante breves referências às teorias de Gramsci, Giddens e Bhaskar.

Como temos frisado ao longo deste trabalho, o conceito de 'discurso' é relevante para a abordagem de Norman Fairclough, assim ele é retomado em *Discourse and Social Change* (1992), e o autor busca explicitar os sentidos que 'discurso' vem a ter, destacando os mais importantes para a Teoria Social do Discurso. Conforme nos afirma Fairclough ([1992] 2001, p. 21), 'discurso' possui definições conflitantes advindas de várias perspectivas teóricas, o que o torna difícil de lidar:

Na linguística, 'discurso' é usado algumas vezes com referência a amostras ampliadas de diálogo falado, em contrastes com 'textos' escritos. Nesse sentido, 'análise textual' e 'análise do discurso' não partilham a limitação tradicional da análise linguística a frases ou a unidades gramaticais menores; ao contrário, focalizam as propriedades organizacionais de nível superior do diálogo (por exemplo, tomada de turno, ou a estrutura de aberturas e fechamentos conversacionais) ou de textos escritos (por exemplo, a estrutura de uma reportagem de um crime em um jornal). Mais comumente, entretanto, 'discurso' enfatiza a interação entre falante e receptor ou entre escritor e leitor; portanto,

³⁹ A pragmática e a sociolinguística foram brevemente abordadas no item 2.2.1, a Análise do Discurso de Michel Pêcheux no item 2.2.1.1. A Linguística Sistêmica será melhor abordada no no Capítulo 3.

entre processos de produção e interpretação da fala e da escrita, como também o contexto situacional do uso linguístico. [...] Finalmente 'discurso' também é usado em diferentes tipos de situação social (por exemplo, 'discurso de jornal', 'discurso publicitário', 'discurso da sala de aula', 'discurso de consultas médicas). (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 21)

Norman Fairclough ([1992] 2001) ainda se refere à teoria de Michel Foucault, a qual utiliza o termo para se referir a diferentes modos de estruturação das áreas de conhecimento e prática social, o que nos permitiria mencionar 'discurso da ciência médica', 'discurso religioso' ou 'discurso educacional'. E todos esses modos de estruturação do conhecimento implicam em diferentes representações da realidade. Desse modo:

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades chave (sejam elas a 'doença mental' a 'cidadania' ou o 'letramento') de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou paciente), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. Outro foco importante localiza-se na mudança histórica: como diferentes discursos se combinam em condições sociais particulares para produzir um novo e complexo discurso. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 22)

Em sua abordagem Fairclough ([1992] 2001), opta por utilizar 'discurso' para se referir ao uso linguístico considerando que esse pode ser abordado tridimensionalmente, ou seja, o discurso pode ser abordado em sua instância de texto, e também pode ser tratado como prática discursiva e como prática social, daí surge o modelo tridimensional de análise do discurso, que será melhor definido mais adiante. O autor britânico também utiliza 'discurso' para se referir a modos de representações da realidade, como 'discurso educacional', 'discurso da ciência', 'discurso religioso'; tal uso se assemelha ao de Michel Foucault.

A utilização da noção de 'discurso' como modo de representação da realidade e também como linguagem em uso foi importante para que Fairclough desenvolvesse o modelo tridimensional de análise, como podemos reconhecer no fragmento a seguir:

Minha tentativa de reunir a análise linguística e a teoria social está centrada numa combinação desse sentido mais socioteórico de 'discurso' ['discurso' como modo de representação da realidade] com o sentido de 'texto e interação' [ou linguagem em uso] na análise de discurso orientada linguisticamente. Esse conceito de discurso e análise de discurso é tridimensional. Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'intercalação', na concepção de 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discurso' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/constitutivos referidos anteriormente. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 22)

Dessa forma, o modelo tridimensional, representado na Figura 1 a seguir, opera com o discurso considerando sua instância de texto, como também o tomando como prática discursiva e prática social. Mais especificamente, Fairclough ([1992] 2001, p. 99) define a prática discursiva como uma forma particular de prática social que medeia essa última a dimensão do texto. Em outras palavras, uma prática discursiva é uma prática social que dá origem a textos, ou seja, é uma prática que envolve uso da linguagem. Em alguns casos, a prática social é totalmente constituída pela prática discursiva, em outros casos a prática social pode mesclar prática discursiva e não-discursiva. Não nos é pertinente aqui aprofundarmos em uma diferenciação entre práticas discursivas e não-discursivas, apenas frisamos que uma prática discursiva envolve produção de textos, logo envolve interação entre sujeitos.

Em cada uma das dimensões presentes no modelo tridimensional, o discurso é analisado conforme diferentes critérios, e a parte do procedimento que trata da análise textual é denominada como 'descrição', enquanto a análise da prática discursiva e da prática social é denominada como 'interpretação'. É notável que tais denominações se assemelham às dos estágios de análise discursiva do quadro apresentado na seção anterior 2.2.2.1.

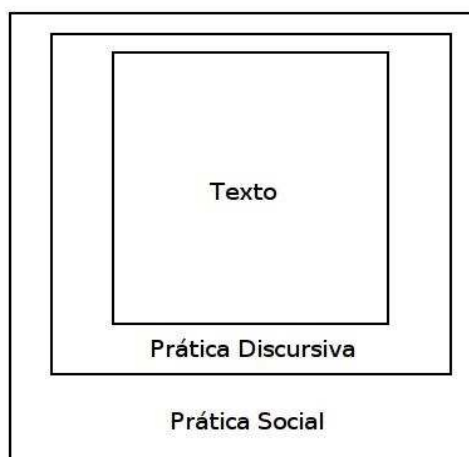


Figura 2: Modelo tridimensional de análise do discurso
(Baseada em Fairclough, 1992, p. 73)

Fairclough toma a noção de 'texto' como “o produto escrito ou falado do processo de produção textual”, ou, em outros termos, uso da linguagem ou discurso. Quando se estuda o discurso como texto, categorias como ‘vocabulário’, ‘coesão’, ‘gramática’ são relevantes, a Linguística Sistêmica de Halliday, traz recursos para essa análise. No entanto, quando avançamos para a dimensão das práticas discursivas, os processos de produção, distribuição e interpretação dos textos têm sua importância, assim como o uso de categorias tal qual a coerência, a força dos enunciados, e também a intertextualidade, ou seja, a relação que os diversos textos têm entre si. Na seção em que trataremos de Bakhtin, o termo intertextualidade será mais bem abordado.

Na dimensão das práticas sociais, estuda-se o discurso em relação à ideologia e às relações de poder e dominação na sociedade. Para tratar de ideologia Fairclough ([1992] 2001) toma a teoria de Althusser como base. Na seção 2.2.2.1 tratamos sobre o conceito de ideologia utilizado por Althusser, aqui a retomaremos de maneira mais sucinta. Conforme Althusser apresenta em seu texto 'Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado', a ideologia tem existência material, e desse modo, ela se reflete nos modos de agir dos sujeitos, ou seja, em suas práticas; a ideologia também se materializa nas práticas das instituições. Outra asserção althusseriana sobre a ideologia é que essa interpela os indivíduos em sujeitos, “ela existe pelos sujeitos e para os sujeitos”, seu funcionamento se dá através das práticas desses. Por fim, Fairclough ([1992] 2001)

considera importante a asserção althusseriana de que os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são tanto locais e marcos delimitadores das lutas de classe, e tal luta se reflete no discurso, o que implica em uma análise de discurso orientada ideologicamente.

Embora reconheça os méritos de Althusser em seu tratamento da ideologia, Fairclough aponta limitações em sua teoria que prejudicam todo o debate em torno dessa noção. Conforme nos afirma o autor britânico, o trabalho de Althusser contém uma contradição não resolvida entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como cimento social universal, e suas insistências nos aparelhos como local e marco delimitador de uma constante luta de classe cujo resultado está sempre em equilíbrio (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 117). Para Fairclough, Althusser privilegia a reprodução da ideologia dominante, marginalizando a luta de classes, e por consequência, a possibilidade de transformação da ideologia. Em sua abordagem, Norman Fairclough busca enfatizar os processos de luta ideológica, e, portanto, os processos de reestruturação ou transformação das relações de dominação:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação. [...] As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de 'senso comum'; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência à 'transformação' aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 117)

Para Fairclough, sua abordagem considera mais a capacidade de os sujeitos agirem como agentes, opondo-se às práticas ideológicas dominantes, ao contrário da abordagem althusseriana que enfatiza a constituição ideológica dos sujeitos. Conforme o linguista britânico, os sujeitos não deixam de ser posicionados ideologicamente, mas são capazes também de agir criativamente no sentido de poder realizar suas próprias

conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e assim reestruturar as práticas e estruturas posicionadoras.

Como já exposto anteriormente, na dimensão das práticas sociais, o discurso também é considerado diante das relações de poder e dominação na sociedade. Quando trata da relação entre discurso e poder, Fairclough ([1992] 2001) considera relevante utilizar a noção de 'hegemonia', presente na teoria de Gramsci. Admitimos que não recorreremos diretamente a Gramsci para apresentar aqui um pouco de seu trabalho sobre a hegemonia; trataremos de Gramsci via Fairclough, pontuando principalmente o que o autor britânico considera relevante. Conforme Fairclough ([1992] 2001), o conceito de 'hegemonia' presente na teoria de Gramsci vai ao encontro de sua teoria emancipatória que dá atenção aos processos de mudança discursiva e transformação das relações sociais. Tomando como base o autor italiano, Fairclough toma 'hegemonia' como liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade:

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 122)

Sendo um equilíbrio instável, a hegemonia é tida como um foco de lutas constantes, ou seja, a relação de dominação entre as classes não se faz tão harmônica, e a possibilidade de as práticas da classe hegemônica serem reestruturadas a partir da ação das classes menos favorecidas é existente. Considerar a possibilidade de reestruturação torna a teoria gramsciana harmônica com a abordagem discursiva de Norman Fairclough, e ainda de acordo o autor britânico, Gramsci opera com o conceito de 'ideologia' de modo menos determinista que Althusser, como podemos verificar no fragmento seguinte⁴⁰:

40 As citações utilizadas nesse fragmento são provenientes das seguintes obras presentes na bibliografia do autor britânico:
GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Ed. e trad. Q. Hoare & G. N. Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

Enquanto a interpelação dos sujeitos é uma elaboração althusseriana, há em Gramsci uma concepção de sujeitos estruturados por diversas ideologias implícitas em sua prática que lhes atribui um caráter 'estranhamente composto' (1971: 324) e uma visão de 'senso comum' tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais. No senso comum, as ideologias se tornam naturalizadas ou automatizadas. Além disso, Gramsci concebia “o campo das ideologias em termos de correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas” (Hall, 1988: 55-56), a que se referiu como 'um complexo ideológico' (Gramsci, 1971: 195). Isso sugere um foco sobre os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 123)

O linguista britânico também considera que o conceito de hegemonia gramsciana, tomado como foco de luta, se relaciona harmonicamente com o modo que a Teoria Social do Discurso lida com a noção de 'discurso'. O autor retoma nesse ponto a noção de 'ordem de discurso', tida como um conjunto de práticas discursivas, logo a faceta discursiva de uma ordem social, a qual consiste em um equilíbrio instável e contraditório, e que também se constitui em uma hegemonia. As ordens de discurso se articulam e rearticulam constantemente e isso é reflexo da luta hegemônica existente na sociedade. Ainda sobre a relação do discurso com a hegemonia, Fairclough ([1992] 2001) considera que as práticas discursivas atuam como luta hegemônica ao reproduzirem, reestruturarem ou desafiarem as ordens de discurso a que pertencem, em outros termos, a reestruturação de determinadas práticas podem reestruturar a ordem de discurso.

Conforme Fairclough ([1992] 2001, p. 91), o discurso, tomado como prática é socialmente constitutivo, ou seja, o discurso contribui para a construção de todas as dimensões da estrutura social, que também contribuem para a constituição do discurso. Tal concepção, Fairclough traz a partir da abordagem foucaultiana, que posteriormente será tratada neste trabalho. Três aspectos dos efeitos do discurso são distinguidos na abordagem faircloughiana: ele constrói identidades sociais, contribui para a construção de relações sociais entre as pessoas, e também colabora na construção de sistemas de

HALL, S. The toad in the garden: thatcherism among the therists. *In*: Nelson & Grossberg, 1988, *op. cit.*

conhecimento e crença. Em suma, o discurso é uma prática de identificação, de relação, e de representação. Tais efeitos constitutivos do discurso correspondem a três funções da linguagem as quais Fairclough ([1992] 2001) denomina como funções 'identitária', 'relacional' e 'ideacional'. A função identitária diz respeito aos modos pelos quais as identidades se estabelecem no discurso, a função relacional se refere às formas com que as relações sociais entre os participantes são representadas no discurso, e a função ideacional trata dos modos pelos quais os textos significam o mundo.

As funções da linguagem utilizadas por Norman Fairclough são derivadas das funções presentes na Linguística Sistêmica de Halliday, as quais se dividem em função ideacional que diz respeito aos modos de a linguagem representar o mundo, função interpessoal, referente aos processos de interação, ou seja, os usos da linguagem para expressar relações sociais e pessoais, e por fim, a função textual, que se refere ao uso da linguagem para construção e organização de textos. Fairclough divide a função interpessoal de Halliday em funções identitária e relacional, e se apropria também da função textual, assim sendo, as funções da linguagem presentes em Fairclough ([1992] 2001) são ideacional, identitária, relacional e textual. Em *Analysing Discourse* (2003), o autor britânico opta por operar com significados presentes nos textos no lugar de funções da linguagem, e esses se dividem em significado acional, significado representacional e significado identificacional. No item em que tratarmos de *Analysing Discourse*, retomaremos tais noções, e no Capítulo 3 a teoria de Halliday será mais bem abordada.

Em *Discourse and Social Change* (1992), Fairclough também apresenta toda uma discussão sobre aspectos e tendências na modernidade com relação ao discurso, como também uma espécie de roteiro apresentando procedimento que um analista pode realizar em suas pesquisas. Optamos por não tratar aqui desses aspectos da obra; para nosso trabalho, focamos mais especificamente na formação do modelo tridimensional, e em conceitos importantes para se operar com esse modelo.

Para finalizar esta seção, consideramos válido expor um fragmento de *Discurso e Mudança Social* ([1992] 2001), em que Norman Fairclough define seu próprio modelo:

Tentei combinar aspectos de uma concepção foucaultiana de discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade: a primeira inclui uma ênfase fundamental nas propriedades socialmente construtivas do discurso, a última enfatiza a 'textura' dos textos e sua composição por meio de fragmentos de outros textos, e ambas apontam para o modo como as ordens de discurso estruturam as práticas e são por elas estruturadas. Também tentei localizar a concepção dinâmica da prática discursiva e de sua relação com a prática social que emerge dessa conjuntura dentro de uma conceitualização gramsciana de poder e de luta de poder em termos de hegemonia. Ao mesmo tempo, recorri a outras tradições na linguística à análise de discurso baseado no texto e a análise da conversação etnometodológica para a análise textual. Acredito que o quadro resultante nos permite combinar relevância social e especificidade textual, ao fazer análise do discurso e explicar a mudança. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 131)

A partir de *Discourse in Late Modernity* (1999), obra escrita em co-autoria com Lilie Chouliaraki, algumas mudanças ocorrem no modelo de análise. Chouliaraki e Fairclough (1999) mantêm as três dimensões do discurso, contudo de maneira mais pulverizada na análise e fortalecendo a análise da prática social, que passou a ser mais enfatizada nesse modelo posterior. Conforme Ramalho e Resende (2006, p. 29), houve entre os modelos um movimento do discurso como foco para a prática social, isto é, a centralidade do discurso como foco dominante da análise foi questionada, e o discurso passou a ser tomado como um momento das práticas sociais. A justificativa que Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam pra essa mudança será abordada no item a seguir.

2.2.2 3 *Discourse in Late Modernity*: o discurso como momento da prática social

Retomando o item anterior, em *Discourse in Late Modernity* (1999), a centralidade do discurso passa para a prática social, e o discurso torna-se um momento da prática, conforme nos retratam Ramalho e Resende (2006). Além de tomar a prática como foco de análise, é característico de *Discourse in Late Modernity*, toda uma discussão a respeito da 'modernidade tardia', baseada especialmente nas teorias de Harvey, Giddens e Habermas.

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), os estudos críticos da ADC se baseiam na percepção do discurso (linguagem e outras formas semióticas), como um dos elementos das práticas sociais, que se constituem juntamente com outros elementos. Assim sendo questões sociais são também, em boa parte, questões relacionadas ao discurso, e, portanto, análise de textos ou de outras formas semióticas e dos diversos modos de interação é uma parte relevante das análises sociais. Nas sociedades contemporâneas, a linguagem passou a adquirir papel relevante na constituição das práticas, tem-se como exemplo o fato de a mídia possuir grande influência atualmente e depender do uso da linguagem.

Essa sociedade cujas práticas se ligam profundamente ao uso da linguagem pertence a um período definido por autores tal qual Giddens (1991) 'como modernidade tardia'. Segundo Giddens, a modernidade tardia se caracteriza pelo desenvolvimento das instituições modernas, assim como pela radicalização de traços básicos da modernidade, tal qual a separação do tempo e do espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional; “Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.” afirma Giddens em *As Consequências da Modernidade* (1991). O autor também destaca o processo de globalização como característico da modernidade tardia; Giddens (1991, p. 60) define 'globalização' como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal modo que eventos locais são influenciados por acontecimentos que ocorrem a muitas milhas de distância ou vice-versa; para Giddens, a modernidade é inerentemente globalizante.

Conforme Giddens (1991), a separação entre tempo e espaço consiste na possibilidade de as relações sociais poderem se articular ao longo de vastos intervalos de tempo e espaço, ou seja, são possíveis modos de interação em que os indivíduos estejam separados espacial e temporalmente. Tal separação possibilita a existência de mecanismos de desencaixe, ou seja, as relações sociais podem ir além de contextos locais de interação, e podem se reestruturar através de extensões indefinidas de tempo-espaço (p. 24). Por fim, a reflexividade diz respeito à constante revisão que os indivíduos fazem de suas práticas, conforme conhecimentos novos gerados por sistemas

especialistas, como a mídia, a qual tem colaborado bastante na determinação dos comportamentos sociais nos tempos mais recentes.

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 3-4), todos esses caracteres da modernidade tardia fazem com que ela seja uma época tanto de oportunidades, em que uma maior quantidade de indivíduos possa ter mais acesso a bens econômicos, ou simbólicos, como conhecimentos novos, mas também a modernidade tardia se faz uma época de diversos conflitos entre classes e indivíduos, já que classes e instituições dominantes ainda precisam manter sua hegemonia, mas desta vez sobre indivíduos com mais acesso a informações e oportunidades. Assim sendo a modernidade tardia é um período de lutas visando transformações sociais. E considerar transformações sociais é fundamental na teoria de Fairclough.

Chouliaraki e Fairclough (1999) mencionam o Realismo Crítico como abordagem relevante para os estudos de ADC centrados nas práticas sociais. Para essa corrente de pensamento, a vida, tanto natural quanto social é um sistema aberto, em que qualquer evento é regido por determinados mecanismos. As várias dimensões em níveis da vida – incluindo o físico, o químico, o biológico, o econômico, o social, o psicológico, o semiológico (o linguístico) – têm suas próprias estruturas distintas. Os funcionamentos de todos esses mecanismos estão interligados entre si. O papel da ciência é revelar e compreender os mecanismos e estruturas da vida, ou seja, da realidade. Assim sendo, os cientistas naturais se comprometem com a vida natural e os cientistas sociais com a vida social (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 19-20).

Partindo desse pressuposto, Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram as práticas como essência da vida social. Por práticas, os autores entendem maneiras habituais, em espaços e tempos particulares, pelas quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem juntas no mundo (p. 21). As práticas se constituem tanto no domínio econômico e político, como também no domínio cultural, e no cotidiano da vida social. Segundo os autores de *Discourse in Late Modernity*, a vantagem de operar com práticas é que elas são uma conexão entre estruturas abstratas com seus mecanismos, e eventos concretos, isto é, entre a sociedade e a vivência dos indivíduos.

Todas as práticas envolvem a articulação de diversos elementos da vida, e, portanto, diversos mecanismos que são os modos de funcionamento de tais elementos. Uma prática particular envolve elementos específicos da vida, tipos particulares de atividades, lugares e tempos particulares, assim como usos particulares da linguagem, e também indivíduos com conhecimentos, experiências e crenças particulares. Quando diferentes elementos da vida são agrupados conforme uma prática específica, tem-se o que Harvey (1996) denomina como 'momento' da prática, e cada elemento desse momento funciona como um momento menor. Daí, a partir da terminologia de Harvey (1996), tem-se em *Discourse in Late Modernity* um modelo de análise em que o discurso é um dos momentos da prática social, junto a outros momentos como atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações), e fenômeno mental (crenças, valores e desejos, e ideologias). Ramalho e Resende (2006) representaram a relação entre os momentos da prática social em uma figura que serviu de base para a figura a seguir.

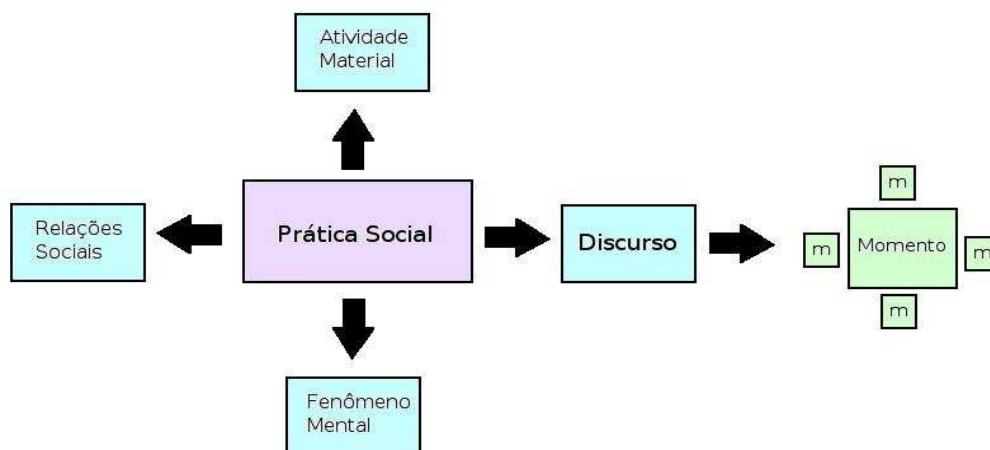


Figura 3: Discurso como momento da prática social
(Baseada em Ramalho e Resende, 2006, p. 39-40)

Com base nas reflexões de Chouliaraki e Fairclough (1999), podemos fazer as seguintes afirmações sobre esse modelo: todos os momentos de uma prática estabelecem relações entre si, de modo que qualquer modificação que ocorrer em um

afetar os demais. Quando tais momentos sustentam as relações, considera-se a existência de uma hegemonia, na situação contrária, tem-se um abalo na mesma. Tal abalo pressupõe a ocorrência de uma mudança nas estruturas sociais vigentes, e certamente o aparecimento de uma nova hegemonia, e logo de um novo conjunto de práticas (dentro de tais práticas novos tipos de gêneros, discursos e estilos) que se articulam, se mantendo ou se modificando.

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p.143), o foco nas práticas considera melhor a relação dialética entre o discurso e outros momentos da prática, relevando também toda a dinamicidade da vida social como um sistema aberto destacando os processos de luta e transformação social, o que converge para o caráter emancipatório da Análise de Discurso Crítica:⁴¹

O foco no discurso e em outras semioses é uma tendência comum por parte dos linguistas, entretanto isso pode se tornar problemático para uma teoria que pretende ser dialética – os outros momentos das práticas sociais tendem a ser reunidos e tratados como parte do 'contexto' da linguagem, e o foco passa a ser como a linguagem os internaliza, numa abordagem unilateral que não leva em conta como eles internalizam a linguagem, ou como a linguagem constitui parte do 'contexto' em que eles se inserem. (CHOULIARAK e FAIRCLOUGH, 1999, p. 143 – tradução nossa)

Do mesmo modo que fizemos na seção anterior, nesta, nosso foco está principalmente na apresentação do modelo da abordagem de Norman Fairclough, portanto diversos aspectos de *Discourse and Late Modernity* (1999), não se encontram tratados aqui. Dentre eles mencionamos toda uma agenda exposta que sugere alguns procedimentos interessantes para o analista realizar durante suas pesquisas centradas em práticas sociais (ver Capítulo 4). Sinteticamente, podemos citar os seguintes passos sugeridos por Chouliaraki e Fairclough (1999): a percepção de um *problema*, em geral baseado em relações desiguais de poder nas práticas sociais, em seguida a *identificação de obstáculos para superação do problema*, que consiste na identificação de elementos

41 A focus on language and the semiotic on the part of linguists is hardly surprising, but that normal disciplinary inclination can become problematic for a theory which aims to be dialectical – other moments of social practices (in our terms) tend to be bundled together within and reduced to the 'context' of language and the focus is on how language internalises them, in a one-sided way which gives no account of how they internalise language or how language constitutes part of the 'context' for them.

da prática social que sustentam o problema verificado; terceiro passo consiste em se analisar a *função do problema nas práticas sociais* observadas na pesquisa, como tal problema influencia nas práticas; em seguida observam-se *possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, explorando as possibilidades de mudança e superação do problema identificado; por fim, o pesquisador *reflete sobre sua própria pesquisa*, revendo o processo, verificando os resultados, refletir auxilia em pesquisas futuras.

As teorias de Bourdieu e Halliday são apresentadas nessa obra, e Chouliaraki e Fairclough (1999) demonstram como essas são apropriadas pela ADC, entretanto deixaremos para tratar de tais autores no terceiro capítulo do presente trabalho.

Após um livro focado na análise de práticas, temos uma obra focada na análise de textos, *Analysing Discourse* (2003). Fairclough (2003) retoma as funções da linguagem apresentadas em *Discourse and Social Change* (1992), baseadas em Halliday ([1978] 1994, 2004), denominando-as como significados presentes nos textos, os quais se relacionam às noções de gênero, discurso, e estilos.

2.2.2.4 *Analysing Discourse*: os significados acional, representacional, identificacional

Em *Analysing Discourse* (2003), o discurso ainda é tratado como um momento (embora nessa obra Fairclough utilize mais o termo 'elemento' em vez de 'momento') das práticas sociais, mas desta vez a sua materialidade, ou seja, os textos recebem maior enfoque e a Linguística Sistêmica de Halliday é produtiva para se operar com a análise de textos.

A relevância da Linguística Sistêmica Funcional (LSF) é fato, desde a época em que a Linguística Crítica era teoria vigente entre diversos analistas até os momentos mais recentes da ADC, especialmente para a vertente de Norman Fairclough. Tendo isso em vista, Fairclough (1992, 2003) buscou aproximar as duas teorias, aproveitando e adaptando diversos aspectos da teoria de Halliday, especialmente na parte da análise textual.

Conforme Fairclough (2003, p. 5), em contraste com a tradição chomskyana, a LSF se interessa pela relação entre a linguagem e os outros elementos e aspectos da vida

social, e sua abordagem para a análise linguística dos textos é sempre orientada para o caráter social desses, isso a torna um recurso válido para a ADC. Para a LSF, a linguagem é um sistema semiótico aberto, estruturado por fatores sociais, ela “simboliza ativamente o sistema social, representando metaforicamente em seus padrões de variação a variação que caracteriza as culturas humanas” (HALLIDAY, 1994, p. 11). E ainda “a linguagem 'realiza' a cultura, do mesmo modo que os sons 'realizam' as palavras” (HALLIDAY, 2006, p. 445). Assim sendo, nas palavras de Ramalho e Resende (2006, p. 56), na LFS, a linguagem é vista como um sistema aberto a mudanças socialmente orientadas, o que lhe provê sua capacidade teoricamente ilimitada de construir significados. Na Linguística Sistêmica, as relações entre linguagem e relações sociais são tratadas em termos de 'realização' e 'instanciação', mas tais noções abordamos mais detalhadamente quando tratarmos de Halliday mais adiante. Tomamos como relevante nesta parte a apropriação que Fairclough (1992, 2003) faz das funções da linguagem presentes na obra de Halliday, passando a denominá-las como significados presentes nos textos, e também relacionando esses aos conceitos de gêneros, discursos, e estilos.

Halliday (1994, 2004) identifica três funções que são atuantes nos textos: funções ideacional, interpessoal e textual. A função ideacional diz respeito à capacidade de a linguagem representar, e de vários modos, a realidade. A função interpessoal é a que permite a linguagem atuar nos processos de interação social. Em termos melhores, os processos de interação se dão através do uso da linguagem. Quanto à função textual, esta se refere à propriedade de a linguagem produzir e organizar textos, conforme critérios semânticos e gramaticais.

Fairclough faz suas primeiras adaptações a partir da Linguística Sistêmica, já em *Discourse and Social Change* (1992), dividindo a função interpessoal em função identitária e função relacional. A primeira se refere aos modos pelos quais a linguagem constrói identidades, e a segunda aos modos pelos quais as relações são construídas e negociadas. O linguista britânico alegou que a relevância do discurso na constituição, reprodução, contestação e transformação das identidades não é bem demonstrada na teoria de Halliday, já que esta se mantém implícita dentro da função interpessoal. A partir de *Analyzing Discourse* (2003), Fairclough muda a denominação das funções da

linguagem para significados presentes nos textos, relacionando-os aos conceitos de gêneros, discursos e estilos.

Para tratar das noções 'gêneros', 'discursos' e 'estilos' citadas no parágrafo anterior, é válido tratarmos brevemente sobre a relação dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais, que é um aspecto importante da Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough. No terceiro capítulo a retomaremos de modo mais aprofundado.

Segundo Fairclough (1992, 2003), os textos são partes essenciais dos eventos sociais. Isto é, as pessoas agem e interagem através de textos no ocorrer dos eventos; “os textos são as instâncias reais da linguagem em uso” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3).

Textos como elemento dos eventos sociais têm efeitos causais – eles podem causar mudanças. De modo mais imediato, os textos causar mudanças em nosso conhecimento (nós podemos aprender através deles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores e assim por diante. Eles podem ter também efeitos causais de longo prazo – pode-se, por exemplo, considerar que convivência prolongada com anúncios ou outros tipos de textos comerciais contribuem para formar nas pessoas a identidade de 'consumidores'. Textos podem também iniciar guerras, ou contribuir para mudanças na educação, nas relações industriais, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8 – tradução nossa)⁴²

Conforme Fairclough (2003, p. 22), os textos, como parte de eventos sociais, têm efeitos causais, mas também têm “suas próprias causas”. E dentre fatores que constituem os textos, Fairclough distingue, por um lado, as estruturas e as práticas sociais, e por outro, os agentes sociais, ou seja, as pessoas envolvidas nos eventos. É traço de grande importância na teoria de Fairclough o valor atribuído à capacidade de ação dos sujeitos nas relações sociais. Nos capítulos seguintes, trataremos mais detalhadamente a questão da agência social, mas desde já apresentamos aqui alguns pontos relevantes dessa na teoria de Norman Fairclough. Conforme Fairclough (2003, p. 22), os agentes sociais não são totalmente livres, eles são guiados pelas estruturas sociais, mas não totalmente determinados. Os indivíduos possuem propriedades próprias

42 Texts as elements of social events have causal effects – i. e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. They also have longer-term causal effects – one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people's identities as 'consumers, or their gender identities. Texts can also start wars, or contribute in education, or to changes in industrial relations, and so forth.

que não são redutíveis aos poderes causais das estruturas sociais. Desse modo, eles constroem os textos, produzem seus enunciados nos eventos sociais conforme critérios estabelecidos pelas estruturas, mas também conforme critérios próprios.

Levar em consideração a capacidade de ação dos sujeitos é fundamental para uma teoria que busca lidar com práticas, ainda mais quando esta visa ser emancipatória, como é o caso da abordagem de Fairclough. Conforme Fairclough (2003, p. 23-24), as práticas sociais são mediadoras entre estruturas sociais – como a estrutura econômica, política, e mesmo a linguística – e os eventos, o que demonstra uma relação complexa entre tais entidades. As estruturas não são absolutamente determinantes do que ocorre nos eventos, consistindo em apenas potenciais, possibilidades para o que de fato pode acontecer. Assim sendo, os eventos não são efeitos diretos do que é estabelecido pelas estruturas. Levar em consideração as práticas que medeiam as duas entidades consiste em uma compreensão pertinente da relação complexa entre elas. Ao retomarmos o conceito de práticas como modo de as pessoas agirem sobre o mundo e também o representarem, perceberemos que práticas dependem da existência de sujeitos. E sendo os sujeitos parcialmente determinados por estruturas e parcialmente regidos por critérios próprios, o que os torna agentes sociais também, faz sentido os eventos não serem efeitos diretos das estruturas, já que eles também são efeitos de características particulares dos indivíduos que neles se encontram. Assim sendo, a realidade social consiste numa tensão constante entre processos de reprodução e transformação.

A linguagem como parte relevante da realidade social necessariamente se enquadra na relação dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais. Desse modo, os sistemas linguísticos representam a linguagem nas estruturas e os textos representam a linguagem nos eventos. Na dimensão das práticas, Fairclough (2003) localiza as 'ordens de discurso' (termo que toma de empréstimo de Foucault, realizando adaptações), ou seja, um conjunto de práticas referentes aos usos da linguagem. E os elementos essenciais que constituem as ordens de discurso são gêneros, discursos e estilos. Em outros termos, gêneros, discursos e estilos são elementos das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28).

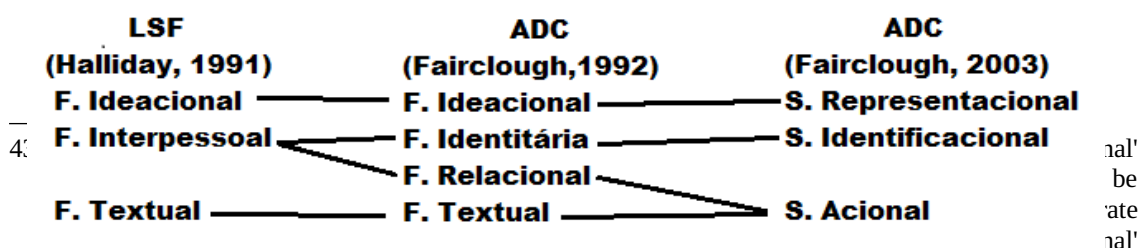
Ao considerar esses três elementos nas práticas, Fairclough (2003) define os gêneros como modos de ação na realidade, os discursos como modos de representação dessa e os estilos como maneiras de se identificar perante tal realidade. Para

exemplificar, o Fairclough (2003), se refere ao gênero entrevista, que possui certos critérios que determinam a maneira de as pessoas agirem. Como exemplo de discursos como modos de representação, temos o discurso das ciências, discurso da economia, discurso religioso, entre outros. É pertinente lembrar que Fairclough se utiliza do termo discurso tanto nesse sentido de representação, quanto em sentido para se referir ao uso da linguagem nas práticas (ver seção 2.2.2.2 do presente trabalho). Sobre a noção de gênero também há mais aspectos importantes a se relatar, os quais deixamos para abordar quando tratarmos de Bakhtin.

A cada um desses elementos, Fairclough (2003) associa os significados, derivados das funções da linguagem utilizadas por Halliday. Conforme Fairclough, os três significados dos textos se referem à ação, representação e identificação:⁴³

Representação corresponde à função ideacional de Halliday; Ação se aproxima a função interpessoal, embora essa dê mais ênfase nos textos como modos de (inter)ação nos eventos sociais, privilegiando a Relação. Halliday não diferencia uma função para a Identificação, a qual eu considero incluída dentro da função interpessoal. Eu por outro lado, não separo uma função textual, optando por incluí-la na Ação. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27 – tradução nossa)

Ramalho e Resende (2006) consideram que Fairclough parte de sua primeira modificação da teoria de Halliday para reformular suas noções, e não diretamente das categorias utilizadas na Linguística Sistêmica. Ou seja, as funções relacional, ideacional, e identitária, deram origem aos significados. Desse modo, as autoras ilustram como se deu a apropriação das categorias da LSF na ADC em um quadro que reproduzimos a seguir:



43. function. I do not distinguish a separate 'textual' function, rather I incorporate it within action.

Quadro 1: Adaptação das categorias de Halliday
(Baseado em Ramalho e Resende, 2006, p. 61)

O significado acional se associa aos gêneros, o significado identificacional se associa aos estilos e por fim o significado representacional se associa aos discursos. Assim sendo, os gêneros, os discursos e os estilos são respectivamente modos relativamente estáveis de agir, representar e se identificar. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28) Durante análise dos textos, todos esses elementos e sua relação com os significados devem ser levados em consideração:⁴⁴

Quando nós analisamos textos específicos como parte de eventos específicos, nós estamos realizando dois processos interconectados: (a) observamos neles os significados acional, representacional, e como estes atuam em diversas propriedades dos textos (seu vocabulário, sua gramática, e assim por diante); (b) fazemos uma conexão entre o evento social concreto e as práticas sociais mais abstratas, observando quais gêneros discursos e estilos são articulados juntos no texto. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28 – tradução nossa).

Quando se opera com significado acional no texto, determinados aspectos devem ser observados, como os tipos de gêneros que se manifestam no mesmo. Fairclough (2003) afirma que os gêneros variam em grau de estabilização, fixidez, e homogeneidade, sendo alguns gêneros mais ritualizados, como gêneros utilizados no meio acadêmico, e outros mais flexíveis, como os gêneros utilizados na publicidade. Ainda no que se refere ao grau de estabilização, Fairclough se utiliza do termo 'mistura de gêneros', o qual tem maior relação com gêneros mais flexíveis. Outra expressão relevante que o autor apresenta é 'cadeia de gêneros' tomada como um conjunto de diferentes gêneros interligados, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero. Uma cadeia de gêneros possibilita ações que transcendem o espaço e o tempo,

44 When we analyse specific texts as part of specific events, we are doing two interconnected things: (a) looking at them in terms of the three aspects of meaning, Action, Representation and Identification, and how these are realized in the various features of texts (their vocabulary, their grammar, and so forth); (b) making a connection between the concrete social event and more abstract social practices by asking, which genres, discourses, and styles are drawn upon here, and how are the different genres, discourses, and styles articulated together in the text?

eventos sociais em diferentes práticas sociais, países, épocas, permitindo mais 'ação à distância', o que é uma característica importante da globalização.

Fairclough ainda afirma que os gêneros variam em grau de abstração, e para isso os termos 'pré-gênero', 'gênero desencaixado' e 'gênero situados' são utilizados. Os pré-gêneros são os mais abstratos, e neles se incluem gêneros como narrativa, argumentação ou descrição. Os gêneros desencaixados são menos abstratos, como uma entrevista. Por fim os gêneros situados são menos abstratos que os anteriores e mais específicos, como uma entrevista etnográfica.

Outro aspecto também relevante, quando se analisa o significado acional no texto, é a intertextualidade, ou, seja a relação que os diversos textos possuem entre si. Desde os primeiros momentos de sua abordagem, Fairclough (1992, 2003) considera o tratamento da intertextualidade⁴⁵ relevante, dividindo-a em intertextualidade manifesta, quando um texto se refere ao outro de maneira explícita, através de citações, e em intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade, quando um texto não se refere explicitamente a outros, mas ainda é observável relação entre eles. O autor relaciona a intertextualidade as noções de discurso direto e discurso indireto, sendo o discurso direto a citação pretensamente fiel do que foi dito, e o discurso indireto a paráfrase ou o resumo do que foi dito em outro texto.

Na análise do significado representacional de um texto, observar que tipos de discursos se manifestam também é importante. E segundo Fairclough (2003) os discursos variam em grau de estabilidade e escala. Alguns discursos são mais difundidos que outros, em contextos sócio-históricos definidos, o que lhes confere mais força tornando-os mais estáveis, e logo influentes em maior número de práticas e textos. O discurso neoliberal é tomado como exemplo de discurso que apresenta alto grau de repetibilidade, atuando em escala global e influenciando grande número de práticas.

Um mesmo texto pode envolver vários discursos, e a relação entre eles pode ser ou não harmônica. A heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos é chamada de interdiscursividade (Resende e Ramalho, 2006). Analisar a interdiscursividade em um texto consiste em identificar os diferentes discursos presentes nele, e como se dá a relação entre esses.

45 Fairclough (1992) nos lembra que os termos intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva já são utilizados pelos analistas franceses, e se refere a Authier-Révuz (1982) e Maingueneau (1987), presentes em sua bibliografia. Entretanto o autor britânico dá preferência ao termo interdiscursividade no lugar de intertextualidade constitutiva.

Quanto à análise do significado identificacional, ela se dá através da observação de quais estilos se manifestam em um texto; estilos se referem à identificação dos atores sociais nos textos. Fairclough (2003) sugere que o processo de identificação faz com que os discursos sejam inculcados em identidades, visto que a identificação pressupõe a representação que um indivíduo faz de si próprio e do outro. O conceito de 'identidade' se relaciona com o conceito de 'diferença', e ambos dizem respeito aos modos de a sociedade produzir e utilizar classificações, atribuir valores a coisas e pessoas. É relevante para a ADC investigar como se dá também o embate discursivo entre identidades. A luta hegemônica sobre modos de identificação é a luta entre a fixação/estabilização e subversão/desestabilização de construções identitárias (Ramalho e Resende, 2006, p. 78).

Em *Analysing Discourse* (2003), há mais quantidade de categorias utilizadas no tratamento dos significados acional, representacional e identificacional, durante a análise de um texto, infelizmente não nos é pertinente abordá-las aqui, pois tomaria um espaço que devemos dedicar a outros temas. De qualquer modo, nossa proposta é fornecer um panorama da obra *Analysing Discourse* (2003) de Norman Fairclough.

No Capítulo 3 a seguir, abordaremos mais o viés estruturalista da abordagem de Fairclough, tomando como base os conceitos presentes em Eco (2001) de 'estruturalismo metodológico' e 'estruturalismo ontológico'. Trataremos também das abordagens de Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday, demonstrando como essas foram apropriadas por Norman Fairclough, e porque podem ser consideradas suportes do viés estruturalista da abordagem discursiva do autor britânico.

CAPÍTULO 3

O VIÉS ESTRUTURALISTA DA ABORDAGEM DISCURSIVA DE NORMAN FAIRCLOUGH

Introdução

Após realizarmos breves apresentações referentes ao estruturalismo e à Análise de Discurso Crítica, focalizando a abordagem de Norman Fairclough no presente capítulo, trataremos do viés estruturalista da abordagem desse autor, tomando os dois capítulos anteriores como base.

No primeiro capítulo, tratamos do movimento de ideias ocorrido na França, a partir de 1945, e também do paradigma estruturalista que se utilizava de um método semelhante ao utilizado na Linguística para tratar de diversos objetos, e que teve grande influência no movimento. Apresentamos as noções, presentes em Eco (2001), de 'estruturalismo ontológico' e 'estruturalismo metodológico', afirmando que elas seriam relevantes para nosso trabalho, e tal relevância em breve será demonstrada.

O segundo capítulo expõe aspectos relevantes da Análise de Discurso Crítica para nosso trabalho, apresentando um breve panorama histórico, e demonstrando a importância da teoria de Norman Fairclough para tal abordagem teórico-metodológica. Tratamos de algumas teorias relevantes para o desenvolvimento da abordagem discursiva do autor britânico, e fizemos um panorama das principais obras de Fairclough.

Este capítulo se encarregará, como afirmamos anteriormente, de tratar do viés estruturalista da teoria desse linguista britânico. Como buscamos esclarecer no primeiro capítulo, não denominamos Fairclough como 'estruturalista', pois preferimos associar esse termo a autores relacionados diretamente ao movimento de ideias ocorrido na França, e ao paradigma estruturalista que teve como marco os círculos linguísticos. Quando nos utilizamos da palavra 'viés', nos referimos ao seu sentido dicionarizado de 'linha' ou 'direção', o que nos indicaria um direcionamento metodológico na abordagem de Fairclough semelhante ao das teorias ligadas diretamente ao paradigma e ao movimento estruturalista. Isto é, Fairclough se utiliza de um modelo estrutural que pode ser reconhecido em muitas abordagens estruturalistas de fato. Não é impertinente oscilarmos entre os termos 'viés' e 'caráter' estruturalista, pois ambos podem indicar certas características em Fairclough, semelhantes as das teorias estruturalistas. Assim, a abordagem de Fairclough se assemelharia a teorias estruturalistas tanto no que diz

respeito ao uso do método (estruturalismo metodológico), quanto à perspectiva que o autor tem da realidade (estruturalismo ontológico).

Como temos frisado ao longo deste trabalho, o viés estruturalista da abordagem de Fairclough se dá especialmente na visão que o autor tem da realidade social como uma relação dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais, e a partir dessa visão modelos de análise são desenvolvidos. Para o autor britânico, o discurso é um modo de prática social, e sofre influência das estruturas sociais, mas também pode constituir tais estruturas, reproduzindo-as ou modificando-as. E nesse meio os eventos sociais que ocorrem não deixam de sofrer e nem de exercer influências sobre as estruturas e as práticas. Por isso há relação dialética; estruturas, práticas e eventos exercem e sofrem influência uns dos outros.

Fato relevante na abordagem do autor britânico é a oposição entre estruturalismo e dialética que podemos verificar, especialmente quando o autor britânico se refere à abordagem de Michel Foucault, em *Discourse and Social Change*. Tal oposição é visível nas abordagens de muitos teóricos marxistas contemporâneos ao movimento estruturalista ocorrido na França⁴⁶, e ainda persiste na teoria de estudiosos posteriores a ele. E essa oposição não deixa de ter relação com a questão da 'morte do homem' no estruturalismo e com a problemática da história.

Neste capítulo também trataremos da abordagem discursiva de Fairclough, relacionando-a às teorias de Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday. Como afirmamos na primeira introdução deste trabalho, consideramos esses autores como suportes para o viés estruturalista da abordagem de Norman Fairclough, tanto por noções e categorias que o autor britânico apropria deles, o que lhes confere certas semelhanças metodológicas, quanto pela perspectiva da realidade presente em cada autor, e que vai ao encontro da perspectiva de Fairclough. Em todos esses autores podemos verificar uma realidade considerada como a relação dialética entre estruturas e práticas, e também eventos. Ao tratarmos desse tema, evocaremos as noções de Umberto Eco de 'estruturalismo ontológico' e 'estruturalismo metodológico'.

O presente capítulo se encontra dividido em duas partes principais. Uma delas busca apresentar características estruturalistas da obra de Norman Fairclough, dando enfoque à relação dialética entre estruturas, práticas e eventos, bem como aos modelos

46 Ver texto 'Método estrutural e método dialético' de Lucien Sève, presente na obra *Estruturalismo e marxismo*.

utilizados na abordagem do linguista. Outra parte se responsabilizará por analisar as apropriações que Fairclough realiza de Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Halliday, verificando como tais apropriações também caracterizam o viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough.

3.1 Viés estruturalista em Norman Fairclough: ontológica e metodologicamente

3.1.1 A relação dialética entre estruturas, práticas e eventos

Em *Analysing Discourse* (2003), encontramos a seguinte afirmação de Fairclough:⁴⁷

A posição que assumo é realista, **baseada numa ontologia: os eventos sociais concretos e as estruturas sociais abstratas, bem como as práticas sociais menos abstratas são partes da realidade.** Nós podemos fazer uma distinção entre o 'potencial' e o 'real' – o que é possível devido à natureza (de possibilidades e restrições) das estruturas e das práticas sociais, em oposição ao que realmente acontece. Ambas precisam ser distinguidas do que é empírico, do que nós sabemos sobre a realidade. A realidade não pode ser reduzida ao nosso conhecimento sobre a mesma, o qual é parcial e mutável. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14 – grifos e tradução nossos)

Tal posição assumida por Norman Fairclough advém do Realismo Crítico (RC), tradição filosófica que emerge na década de 1970, e que tem Roy Bhaskar como um de seus principais expoentes. Para o Realismo Crítico, a realidade é dividida em três estratos: o potencial, o real, e o empírico. Como Fairclough afirma no fragmento anterior, o domínio do potencial, diz respeito ao que é possível conforme a natureza das práticas e das estruturas sociais, as possibilidades e as restrições que elas definem. O

47 The position I take is a realist one, based on a realist ontology: both concrete social events and abstract social structures, as well as the rather less abstract 'social practices' (...) are part of reality. We can make a distinction between the 'potential' and the 'actual' – what is possible because the nature (constraints and allowances) of social structures and practices, as opposed to what actually happens. Both need to be distinguished from the 'empirical', what we know about reality. (...) Reality (the potential, the actual) cannot be reduced to our knowledge of reality, which is contingent, shifting, and partial.

real corresponde ao que acontece de fato, e o empírico se refere ao conhecimento do que acontece no mundo, que não corresponde ao que realmente ocorre.

Para o Realismo Crítico, as estruturas sociais não determinam de modo absoluto o que acontece na realidade, mas não deixam de gerar efeitos nos eventos, conforme podemos conferir no seguinte fragmento de Resende (2009, p. 21)⁴⁸:

para o RC, “a realidade é constituída não apenas de experiências e do curso de eventos realizados, mas também de estruturas, poderes, mecanismos e tendências – de aspectos da realidade que geram e facilitam eventos realizados que nós podemos (ou não) experienciar” (Bhaskar & Lawson, 1998: 5). Nesses termos, distinguir entre potencial e realizado significa reivindicar um *status* de realidade para as estruturas sociais – que, embora não sejam diretamente observáveis, podem ser conhecidas por seus efeitos.

A estratificação como característica ontológica da realidade social significa que nem tudo o que poderia acontecer em função das estruturas internas dos objetos sociais (...) acontece de fato, pois há contingências contextuais que podem bloquear os mecanismos. Para Collier (1994), distinguir os domínios do potencial e do realizado significa simplesmente dizer que 'poder fazer' não é sinônimo de 'faz'. A distinção entre os domínios do realizado e do empírico, por sua vez, implica que nem tudo o que é concretizado em eventos é captado pela nossa experiência.

Conforme Fairclough (2003), a relação entre as estruturas (domínio do potencial) e os eventos (domínio do real) é bastante complexa, não sendo esses últimos efeitos diretos das primeiras. Sua relação é intermediada pelas práticas sociais:⁴⁹

Estruturas sociais são entidades muito abstratas. Pode-se pensar uma estrutura social (tal qual uma estrutura econômica, uma classe social

48 As citações presentes no fragmento de Resende (2009) são provenientes das seguintes obras:
BHASKAR R. & T. LAWSON. Introduction: basic texts and developments. In: M. Archer *et al.* (orgs.) *Critical Realism*. Essential readings. London; New York: Routledge, 1998. pp. 3-15.
COLLIER, A. *Critical Realism*. An introduction to Roy Bhaskar's philosophy. London: Verso, 1994.

49 Social structures are very abstract entities. One can think of a social structure (such as an economic structure, a social class or kinship system, or a language) as defining a potential, a set of possibilities. However, the relationship between what is structurally possible and what actually happens, between structures and events, is a very complex one. Events are not in any simple or direct way the effects of abstract social structures. Their relationship is mediated – there are intermediate organizational entities between structures and events. Let us call these 'social practices'. Examples would be practices of teaching and practices of management in educational institutions. Social practices can be thought of ways of controlling the selection of certain structural possibilities and exclusion of others, and the retention of these selections over time, in particular areas of social life.

ou sistema de parentesco, ou uma linguagem) como um potencial, uma série de possibilidades. Entretanto, a relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente acontece, entre estruturas e eventos, é extremamente complexa. Eventos não são efeitos diretos das estruturas sociais abstratas. Sua relação é mediada – há entidades organizacionais intermediárias entre as estruturas e os eventos. Nós a denominamos como 'práticas sociais'. Por exemplo, práticas de ensino ou práticas de gerenciamento nas instituições educacionais. As práticas sociais podem ser entendidas como modos de controlar a seleção de determinadas possibilidades estruturais e a exclusão de outras, além da manutenção dessa seleção por algum tempo, em áreas particulares da vida social. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23 – tradução nossa)

Chouliaraki e Fairclough (1999) definem as práticas como maneiras habituais de as pessoas agirem juntas no mundo, aplicando recursos simbólicos ou materiais. As práticas são parte essencial da vida social, que é tida como um sistema aberto a transformações. Tal concepção da vida como um sistema aberto também é apropriada do Realismo Crítico. Como podemos perceber, é necessário nos referirmos ao Realismo Crítico para tratarmos do viés estruturalista da abordagem de Norman Fairclough, entretanto o presente trabalho não se aprofunda na relação entre RC e ADC, o que poderia ser errôneo de nossa parte. Porém, mais adiante trataremos da teoria bakhtiniana, retomando determinados pontos do Realismo Crítico; veremos que as reflexões do autor soviético já antecipavam muito do que se apresenta no Realismo Crítico. Recomendamos a obra de Viviane Resende, *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico* (2009), para mais informações sobre a relação entre ADC e Realismo Crítico.

A relação das práticas com as estruturas é tomada como uma relação dialética, isto é, as estruturas definem as práticas, mas também dependem delas para se manter, e podem ser transformadas por elas. E o discurso é um elemento essencial das práticas sociais.

há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição quanto um efeito da anterior. Por um lado, o discurso é moldado e pela estrutura social (...). Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 91)

Temos uma visão dialética da prática, rejeitando tanto um determinismo que dá ênfase a estruturas estabelecidas (...), quanto um voluntarismo que enfatiza a atividade concreta (...). Tomamos a ação social como dependente de por permanências relativas, que a restringem e que ela continuamente reproduz; entendemos que a ação social parcialmente mantém e parcialmente transforma as estruturas, conforme circunstâncias sociais. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 22 – tradução nossa)⁵⁰

No domínio do discurso, há especificação das estruturas, práticas e eventos. E Fairclough (2003), enquadra o sistema linguístico (incluindo tanto o léxico quanto a gramática) no nível das estruturas, os textos são partes dos eventos, e as práticas discursivas, agrupadas em ordens de discurso equivalem às práticas sociais. Desse modo, o sistema linguístico rege parcialmente às ordens de discurso, e partir delas textos (falados ou escritos, verbais ou não verbais) diversos são produzidos. E analisar textos não deixa de ser uma etapa importante em um estudo crítico do discurso, visto que através deles é possível compreender aspectos importantes das práticas que os produziram. E a compreensão das práticas contribui para sua transformação, que por consequência contribui para a transformação das estruturas que as regem.⁵¹

Como é perceptível, a noção de 'estrutura' na obra de Norman Fairclough, possui um *status* de entidade real, e isso nos permite evocar a noção de 'estruturalismo ontológico' presente em Eco (2001). Mas, ao contrário dos estudiosos estruturalistas dessa corrente, o autor britânico não postula como sua meta principal encontrar estruturas e enquadrá-las em estruturas cada vez mais complexas e maiores. Fairclough busca desenvolver uma abordagem que permite a emancipação, através da conscientização dos que sofrem dominação, e do estudo textos, discursos e práticas. E para isso Fairclough se utiliza de modelos estruturais, o que nos permite evocar também a noção de 'estruturalismo metodológico'. Mas antes de tratarmos do estruturalismo

50 We take a dialectical view of practice, rejecting both a determinism which puts all the emphasis on stabilised structures (...) and a voluntarism which puts all the emphasis on concrete activity (...) We see social action as depending upon and constrained by relative permanencies which it ongoingly reproduces however (...) - by which we mean partly sustains, partly transforms, though the balance the two varies according to social circumstances.

51 Para entendermos melhor tal relação entre compreensão e transformação de práticas, as orientações que Norman Fairclough apresenta em suas obras com relação aos procedimentos e etapas de uma pesquisa que se utilize de ADC são de grande valia. Ver cap. X de Fairclough (2001 [1989]), cap. Y de Fairclough (1992), cap. Z de Fairclough (2003), cap. K de Chouliaraki e Fairclough (1999).

metodológico na obra de Norman Fairclough, há ainda o que se abordar com referência à 'dialética'.

A 'dialética' é tomada como um método de análise que se opõe ao método estrutural, e uma de suas características essenciais é o fato de nesse método os processos, as relações entre estruturas e seus elementos serem levados em conta mais do que as próprias estruturas e seus elementos. Além do mais, são os processos que os constituem, e como eles são múltiplos, as estruturas são passíveis de portar diversas contradições que também devem ser consideradas, visto que elas colaboram para transformação das estruturas. Para uma abordagem dialética, a transformação das estruturas seria algo inerente à sua natureza, entretanto há fatores que lhes fornecem uma aparente estabilidade, e cabe ao pesquisador dialético também verificar o que sustenta tal estabilidade.

Harvey (1996) apresenta onze pressupostos que podem resumir os princípios da dialética; reproduzimos parte deles a seguir⁵²:

O pensamento dialético enfatiza a compreensão dos processos, fluxos e relações sobre a análise de elementos, coisas, estruturas e sistemas organizados. (...) Há um profundo princípio ontológico envolvido nesse ponto; para os dialéticos, os elementos, coisas, estruturas e sistemas não existem fora ou antes dos processos, fluxos, e relações que os criam, sustentam ou transformam. (HARVEY, 1996, p. 49 – tradução nossa)⁵³

Os elementos são constituídos pelos fluxos, processos, e relações que operam dentro de campos delimitados que constituem sistemas estruturados ou 'todos'. Uma concepção dialética tanto de 'coisas individuais', quanto de 'sistemas estruturados' dos quais as 'coisas' são partes, se baseia essencialmente na compreensão dos processos e relações por meios dos quais *coisas* ou *sistemas estruturados* se constituem. (...) A dialética nos força sempre a seguinte questão sobre as “coisas” ou “eventos” que encontramos: por quais processos eles são constituídos e como são sustentados? (p. 50 – tradução nossa)⁵⁴

52 As citações utilizadas por Harvey (1996) se encontram nas seguintes obras presentes na bibliografia do autor:

LEVINS, R. and LEWONTIN, R. (1985) *The dialectical biologist*, Cambridge, Mass.

OLLMAN, B. (1990) “Putting dialectics to work: the process of abstraction in Marx's method”, *Rethinking Marxism*, 3, No. 1, 26-74.

53 Dialectical emphasizes the understanding of processes, flows, fluxes and relations over the analysis of elements, things, structures, and organized systems (...). There is a deep ontological principle involved here, for dialecticians in effect hold that elements, things, structures, and system do not exist outside of a prior to the processes, flows, and relations that create, sustain or undermine them.

54 Elements or “things” (as I shall call them) are constituted out flows, processes, and relations operating within bounded fields which constitute structured systems or wholes. A dialectical conception of both

As “coisas” e os sistemas que os pesquisadores tratam como irreduzíveis e, portanto não problemáticos são vistos no pensamento dialético como internamente contraditório em virtude da multiplicidade de processos que os constituem. (p 51 – tradução nossa)⁵⁵

“Coisas” são sempre assumidas “como sendo internamente (contraditoriamente) heterogêneas em todos os níveis” (Levins e Lewontin, 1985: 272) (...) Qualquer coisa pode ser decomposta em uma coleção de outras coisas que estão em relação entre si. (...) se todas as “coisas” são heterogêneas em virtude dos processos (ou relações) que as constituem, então a única forma pela qual podemos compreender os atributos qualitativos e quantitativos das coisas é compreendendo os processos e relações que elas internalizam. (...) Por exemplo, eu, como um indivíduo não posso ser entendido a não ser através dos processos sociais, metabólicos dentre outros, que eu internalizo. Isso implica, entretanto, que eu necessariamente internalizo a heterogeneidade e um conjunto de contradições associadas. Contradição aqui é entendida no sentido dado por Ollman (1990:49) como “uma união de dois ou mais processos relacionados que simultaneamente se sustentam e se transformam.” (HARVEY, 1996, p. 51-52 – tradução nossa)⁵⁶

Partes e todos são mutuamente constitutivos um do outro. “As partes constituem o todo e o todo constitui as partes” (Levins e Lewontin, 1985 apud HARVEY, 1996, p. 53 – tradução nossa)⁵⁷

“Mudança é uma característica de todos os sistemas e de todos os aspectos dos sistemas” (Levins e Lewontin, 1985: 275). Esse é talvez o mais importante de todos os princípios da dialética (...). Isso implica que a mudança e a instabilidade são a norma e que a aparente estabilidade das coisas e dos sistemas é que deve ser explicada. Nas palavras de Ollman (1990: 34), “dado que a mudança é sempre uma parte do que as coisas são, [nosso] problema de pesquisa [pode] ser

the individual “*thing*” and the *structured system* of which it is a part rests entirely on an understanding of the processes and relations by which thing and structured system are constituted. Dialectics forces us always to ask the question of every “thing” or “event” that we encounter: by what process was it constituted and how is it sustained?

55 The “things” and systems which many researchers treat as irreducible and therefore unproblematic are seen in dialectical thought as internally contradictory by virtue of the multiple processes that constitute them.

56 “Things” are always assumed “to be internally heterogeneous [i.e., contradictory] at every level” (Levins and Lewontin, 1985: 272) (...) Any “thing” can be decomposed into a collection of other “things” which are in some relation to each other. (...). If all “things” are heterogeneous by virtue of the complex processes (or relations) which constitute them, then the only way we can understand the qualitative and quantitative attributes of “things” is by understanding the processes and relations they internalize. (...) I, as an individual, cannot be understood except by way of metabolic, social, and other processes which I internalize. This implies, however, that I necessarily internalize heterogeneity and a bundle of associated contradictions. Contradiction is here understood in the sense given to the term by Ollman (1990: 49), as a “union of two or more internally related processes that are simultaneously supporting and undermining one another”.

57 Parts and wholes are mutually constitutive of each other. “Parts *makes* whole, and whole *makes* part” (Levins and Lewontin, 1985).

somente verificar como, quando e em que [coisas ou sistemas] mudam e porque eles às vezes parecem não mudar”. (HARVEY, 1996, p. 54-55 – tradução nossa)⁵⁸

Para Fairclough (1992, 1999, 2001, 2003), a relativa e aparente estabilidade das estruturas seria sustentada pelas relações de poder, e cabe ao pesquisador verificar tais relações e mostrá-las aos envolvidos em tais relações, de modo que aqueles que sofrem dominação se conscientizem e possam ter oportunidade de se emancipar. Dessa maneira resumimos a abordagem faircloughiana.

Como pontuamos anteriormente, o método dialético é tomado como oposto ao método estrutural, e na época do movimento estruturalista, tal oposição era um dos temas mais discutidos. Lucien Sève (1968, p. 129) diferencia o método dialético do método estrutural da seguinte forma:

no lugar da teoria dialética que implica que a estrutura da contradição não somente é intrinsecamente variável, mas que ela é o processo motor da variação, explicando a necessidade imanente do desenvolvimento, a versão estrutural coloca uma estrutura invariante por si mesma, onde a complementaridade imóvel dos opostos substitui a contradição motora, e rejeita a fonte do movimento por saltos nos limites externos que a estrutura encontra em outras estruturas que lhes são exteriores. Em suma, é toda autodinâmica da dialética que foi recusada, e isso não pelo princípio de *prioridade* do sincrônico em relação ao diacrônico, porém mais essencialmente ainda pela *separação* desses dois pontos de vista, enquanto a dialética tem por base a *identificação* da estrutura e do processo. E é porque tal “ciência estrutural da diacronia” deixa escapar justamente o que se trata de apreender: a *lógica concreta do desenvolvimento*. Porque a estrutura interna não é compreendida como processo, diacronia e sincronia são ligadas de fora, mas permanecendo fundamentalmente estranhas.

A separação entre sincronia e diacronia, ou seja, considerar períodos estanques de determinado fenômeno ou objeto de análise separadamente do processo de transformação desses períodos, fazia com que o estruturalismo fosse tido como uma

58 “Change is a characteristic of all systems and all aspects of systems” (Levins and Lewotin, 1985: 272). This is perhaps the most important of all dialectical principles (...). The implication is that change and instability of “things” or systems is what has to be explained. In Ollman's (1990: 34) words, “given that change is always a part of what things are, [our] research problem [can] only be *how, when, and into what* [things or systems] change and why sometimes appear no to change”.

abordagem que desconsiderava a dinâmica e as contradições dos fenômenos e objetos de análise, ou ao menos, era insuficiente para lidar com elas.

Podemos inferir da obra de Fairclough tal diferenciação entre dialética e estruturalismo, especialmente quando ele se refere às abordagens de Pêcheux, Althusser, e Foucault. Nessas abordagens, o sujeito era tomado como um efeito de ideologias, discursos ou relações de poder, e sendo tratado desse modo, sua capacidade de agir e transformar não era devidamente considerada, e assim as estruturas sociais e discursivas nas abordagens de Althusser, Pêcheux e Foucault adquiriam um caráter estático. Nas palavras de Fairclough:

Uma perspectiva dialética é também um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas, códigos, convenções e normas, como também por estruturas não-discursivas. Desse ponto de vista, a capacidade da palavra 'discurso' de referir-se às estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais, assim como aos próprios eventos, é uma ambiguidade feliz, mesmo que de outros pontos de vista possa gerar confusão. O estruturalismo (representado, por exemplo, pela abordagem de Pêcheux) trata a prática discursiva e o evento discursivo como meros exemplos de estruturas discursivas, que são elas próprias representadas como unitárias e fixas. Considera a prática discursiva em termos de um modelo de causalidade mecânica (e, portanto, pessimista). A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 94)

Fairclough também se refere a um sabor “pesadamente estruturalista” na obra de Foucault, pelo fato de ela “excluir a agência social ativa”:

A insistência de Foucault sobre o sujeito como um efeito das formações discursivas tem um sabor pesadamente estruturalista, que exclui a agência social ativa de qualquer sentido significativo. (...) A posição que adoto sobre o discurso e a subjetividade (...) é dialética, que considera os sujeitos sociais moldados pelas práticas discursivas, mas também capazes de remodelar e reestruturar essas práticas. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 70).

Toda problemática que envolve a oposição entre método estrutural e método dialético, não deixa de ter certa relação com a questão da 'morte do homem' no estruturalismo. E é perceptível que ainda não se chegou a um consenso sobre ela até atualmente. Mas apesar de Norman Fairclough também opor dialética e estruturalismo em sua abordagem, ainda é possível verificar nela um viés estruturalista. O linguista britânico opera com modelos estruturais, visualiza a realidade como um conjunto de estruturas de diversas ordens relacionadas, mas não ignora as contradições existentes entre tais estruturas e tampouco a capacidade de os sujeitos as transformarem, ponto de grande importância para o caráter emancipatório da ADC. Ainda podemos verificar semelhanças metodológicas entre Fairclough, Foucault, Bourdieu, Bakhtin e Halliday; semelhanças também verificáveis na linguística, a ciência piloto do estruturalismo.

Fato interessante de se observar na obra de Fairclough, consiste na referência que o autor faz a um 'estruturalismo construtivista' ou 'construtivismo estruturalista' em *Discourse in Late Modernity* (1999), tomando a terminologia de Bourdieu (mais especificamente, Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 11) como base. Como estruturalismo construtivista, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 1) consideram um modo de tomar a vida social como regida por estruturas sociais, mas também como um conjunto de processos ativos que transformam tais estruturas. Podemos afirmar, com segurança, que os autores de *Discourse in Late Modernity* (1999) não demonstram aversão para tratar a Teoria Social do Discurso como uma abordagem 'estruturalista construtivista', entretanto é perceptível maior uso dos termos 'visão dialética', 'relação dialética', e outros semelhantes ao longo da obra, aliás os termos 'estruturalismo construtivista' e 'dialética', terminam por serem tomados como sinônimos. Os fragmentos de *Discourse in Late Modernity* (1999) abaixo nos fornecem subsídio para nossa afirmação:

[Nessa obra] nós a enquadrámos [a Teoria Social do Discurso] em uma versão de ciência social crítica, especificando os preceitos ontológicos e epistemológicos que lhe servem de base (...). Este é principalmente o objetivo do Capítulo 2, que nos apresenta uma visão da vida social como um conjunto de 'práticas sociais', e do discurso como um dos vários elementos das práticas que se encontram numa relação dialética. Parte do argumento apresentado aqui, diz respeito à necessidade de se superar a oposição entre ciências sociais 'interpretativistas' e ciências sociais 'estruturalistas' em favor do que Bourdieu denomina como 'estruturalismo construtivista' ou 'construtivismo' estruturalista' (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 11) –

uma forma de ver e pesquisar a vida social, considerando-a como regida por estruturas sociais, mas também sendo um conjunto de processos ativos de produção que transformam as estruturas sociais. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 1 – tradução nossa)⁵⁹

Nos Capítulos 3 e 4, nós continuamos a combinar as orientações 'interpretativistas' e estruturalistas, mas com atenção mais específica para o discurso. Nós apresentamos uma visão dialética do discurso e uma agenda para os estudos críticos do discurso (...). (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 1 – tradução nossa)⁶⁰

As práticas teóricas críticas precisam superar a divisão improdutiva entre estrutura e ação, desenvolvendo uma epistemologia construtivista estruturalista, que também dê ênfase a função constitutiva do discurso. Tal epistemologia é estruturalista por se orientar para sistemas que constituem permanências relativas nas práticas; mas é também construtivista por se interessar em explicar como os sistemas são produzidos e transformados pela ação social. Sistemas sociais são tanto condições para a ação social como também efeito delas. Todo momento na dialética estrutura/ação é um momento da luta pelo poder, definindo a manutenção ou a transformação do mundo social. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 32 – tradução nossa)⁶¹

Argumentamos que o caráter dialético do discurso clama por teorias dialéticas (construtivistas estruturalistas) da linguagem e de outros sistemas semióticos, em oposição aos unilateralismos estruturalistas ou interpretativistas que dominaram na linguística e em outras teorias semióticas. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 37 – tradução nossa)⁶²

59 First, we locate it within a version of critical social science and specify the ontological and epistemological claims it is based upon (...). This is centrally role of Chapter 2, which sets out a view of social life as 'social practices', and of discourse as one of the argument here is that the opposition between 'interpretativist' and 'structuralist' social science needs to be transcended in favour of what Bourdieu alternatively calls 'constructivist structuralism' or 'structuralist constructivism' (Bourdieu and Wacquant 1992: 11) – a way of seeing and researching social life as both constrained by social structures, and an active process of production which transforms social structures.

60 In Chapters 3 and 4 we continue with the theme of combining interpretativist and structuralist orientations, but now with specific attention to discourse. We present a dialectical view of discourse and a framework for critical analysis of discourse (...).

61 Critical theoretical practices needs to transcend the unproductive divide between structure and action by developing an epistemology which is a 'constructivist structuralism (...) though with due emphasis on the constitutive function of discourse (...). It is structuralist in that it is oriented to relational systems which constitute relative permanences within practices; it is constructivist in that it is concerned to explicate how those systems are produced and transformed in social action. Social systems are both the precondition of social action and the products of social action. Every moment in the structure/action dialectic is a moment in the power struggle over whether the social world is to be maintained as it is or changed.

62 We argue that the dialectical character of discourse calls for dialectical (constructivist-structuralist) theories of language and other semiotic systems, as opposed to the one-sidedly structuralist or interpretativist theorising which has dominated in linguistics and other areas of language and semiotic theory.

Como afirmamos anteriormente, consideram-se estruturalistas as abordagens que enfatizam a força das estruturas sociais em detrimento da possibilidade de elas serem transformadas pelas práticas sociais. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 47), o estruturalismo possui a tendência de tomar os sujeitos sociais como meros efeitos das estruturas, não deixando nenhum espaço para a agência. Abordagens interpretativistas, por outro lado, focam sua atenção na interação cotidiana entre os sujeitos, tomando tal como constitutiva do mundo social e do próprio indivíduo. Como exemplos de abordagens interpretativistas Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 48) citam a etnometodologia, a fenomenologia, o interacionismo simbólico. Não nos é pertinente detalhar tais abordagens aqui. O que nos importa é o fato de Fairclough pontuar como problemática a tendência que abordagens interpretativistas possuem de romantizar a criatividade e a interação dos indivíduos, tratando-os como fonte de suas próprias práticas. Quando tratarmos da teoria de Bourdieu, retomaremos tal oposição entre abordagens estruturalistas e interpretativistas (ou construtivista).

Até o presente ponto, visamos expor da obra de Norman Fairclough, aspectos que consideramos ligados ao estruturalismo ontológico, isto é, a perspectiva da realidade como estruturada. Mas apesar de Fairclough tomar as estruturas como uma das partes da realidade, ele não ignora a relação que elas possuem com as práticas sociais, sendo sustentadas ou transformadas por elas, daí tem-se a relação dialética entre estruturas e práticas sociais. Tal perspectiva da realidade é condizente com o caráter emancipatório da Análise de Discurso Crítica, pois é pertinente crer na transformação de estruturas pelas práticas, se há meta de se chegar a isso, logicamente.

Como afirmamos anteriormente, não consideramos Fairclough estruturalista, mesmo porque o autor opõe estruturalismo e dialética (ou estruturalismo construtivista), entretanto a perspectiva que tal autor tem da realidade como parcialmente estruturada, admitindo a existência ontológica de estruturas, não deixa de se assemelhar a visão de estudiosos do estruturalismo ontológico, apresentado por Eco (2001). Entretanto, o linguista britânico não se interessa fundamentalmente pelas estruturas, e sim pelas práticas, mais especificamente pelas práticas ligadas ao discurso.

Aspecto importante do viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough está também nos modelos que o autor utiliza, modelos estruturais que auxiliam na análise de textos e práticas, e que tiveram suporte nas teorias de Bakhtin,

Foucault, Bourdieu, Halliday, dentre outros, mas nosso foco será nos quatro citados. O item a seguir fará uma retomada dos modelos utilizados por Norman Fairclough, buscando demonstrar como se apresenta metodologicamente o viés estruturalista na abordagem do autor britânico, e a próxima seção se responsabilizará por expor como as teorias de Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday foram apropriadas por Norman Fairclough.

3.1.2 Modelos estruturais da abordagem de Fairclough

Quando abordamos o modo de o estruturalismo se apresentar metodologicamente na obra de Fairclough, tratar dos modelos que o autor utiliza é pertinente. De modo quase óbvio, podemos aplicar as definições utilizadas por Eco (2001) para o conceito de estrutura – um conjunto, suas partes e relação solidária entre suas partes, um sistema de diferenças – aos modelos utilizados por Norman Fairclough em toda sua abordagem. De fato, a partir da própria definição de modelo – esquema teórico que representa um fenômeno ou um conjunto de fenômenos complexos e permite compreender-lhes melhor a evolução – podemos verificar a natureza estrutural e abstrata inerente a todo modelo.

Temos então o modelo tridimensional, um conjunto, os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais são as partes desse conjunto, e todas elas se relacionam. Em outras palavras, os textos se inserem em práticas discursivas que por sua vez se incluem em práticas sociais, e qualquer mudança que ocorrer em uma dessas partes afetará as outras, daí elas serem solidárias entre si. O modelo presente em Chouliaraki e Fairclough (1999) também atende a essa lógica; a prática social é um conjunto com diversos elementos como o discurso, as relações sociais, o fenômeno mental e a atividade material, todos esses elementos se relacionam, e a mudança em um afetará aos outros e conseqüentemente a prática em si. Cada um desses elementos também porta outros elementos menores; o discurso (ou prática discursiva), por exemplo, se constitui pelos gêneros, discursos (discursos, no sentido de modos de representação), e estilos. E as práticas ainda podem ser agrupadas em ordens de discurso, e cada ordem de discurso se caracteriza em relação a outras justamente pelo seu conjunto de práticas, que se

diferencia das práticas das outras ordens. E dentro das ordens de discursos, as práticas se diferenciam umas das outras, devido às diferenças que existem entre seus gêneros, discursos, e estilos. Daí retomamos a noção de **sistema de diferenças**, e 'diferenças' equivale à noção de 'valor', já tratada no primeiro capítulo, e relevante para a Linguística, a ciência-piloto do estruturalismo. Enfim, Norman Fairclough se utiliza de sistemas de diferenças para abordar fenômenos sociais.

Uma breve comparação dos modelos de Fairclough com os níveis de análise linguística também se faz pertinente. Em sua obra *Problemas de Linguística Geral I* (1995), Benveniste dedica um de seus capítulos para tratar dos níveis de análise linguística. De acordo com Benveniste (1995, p. 127), a noção de 'nível' é essencial na determinação do procedimento de análise linguística, pois só ela faz jus à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto de seus elementos. Em outras palavras, a noção de 'nível' faz jus à propriedade de as formas linguísticas serem suscetíveis de desmembramento em unidades menores, e também vai ao encontro da capacidade de os elementos linguísticos poderem se juntar a outros na cadeia falada, porém sem cada qual perder sua individualidade.

Desse modo Benveniste (1995) apresenta os seguintes níveis analisáveis na língua: nível dos merismas, nível dos fonemas, nível das palavras, nível das frases. Os merismas equivalem aos traços distintivos que constituem os sons de uma língua, os fonemas. Por exemplo, a sonoridade é um traço que distingue o fonema [b] do fonema [p] na língua portuguesa, a sonoridade é um merisma. Os fonemas podem se agrupar e constituir formas mais complexas, os signos, que podem ser divididos em formas livres ou formas conjuntas (morfemas). Benveniste (1995) opta por não se prender a tal divisão, utilizando o termo 'palavra' no lugar de 'signo'. Não nos é pertinente aqui explicar a diferença entre 'forma livre' e 'forma conjunta'; daremos relevância à relação que cada nível linguístico tem com o outro. Assim os merismas constituem fonemas, que constituem palavras, que por fim constituem frases. Numa operação inversa, uma frase simples pode ser decomposta em palavras, que pode ser decomposta em fonemas, no qual identificamos traços distintivos, ou merisma. E uma mudança de merisma causa mudança no fonema, no signo, e pode causar mudança na frase. Logicamente, há bem mais complexidade quando tratamos da relação entre esses níveis, entretanto o que é

relevante para nós no presente trabalho é expor a relação solidária existente entre os níveis de análise linguística, isto é, a mudança em um nível há de influenciar os outros.

Retomando os modelos de Fairclough, que dizem respeito a práticas que constituem ordens de discurso, e que são constituídas por conjuntos de gêneros, discursos e estilos, que são constituídos por textos, podemos verificar que a organização dos níveis de análise linguística não se diferencia da organização das práticas. E tanto os níveis de análise linguística quanto as práticas correspondem a conjuntos de elementos solidários entre si, ou seja, estruturas.

Como temos afirmado intensamente, o viés estruturalista de Norman Fairclough tem suporte em autores como Bakhtin, Foucault, Bourdieu e Halliday. Na seção seguinte daremos ênfase à apropriação que o autor britânico faz da teoria de cada um desses autores, mas uma prévia é válida desde já.

De Halliday, Fairclough utilizou diversos conceitos e categorias analíticas presentes na Linguística Sistêmica Funcional, como as funções da linguagem (convertidas em significados da linguagem), e inclusive o tratamento funcionalista da mesma, que é referida como “sistema aberto a mudanças socialmente orientadas e com capacidade teoricamente ilimitada de produzir significados”. As funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem, presentes na Linguística Sistêmica, ao longo das obras de Fairclough, se transformam nos significados representacional, identificacional e acional da linguagem. Cada qual relacionado a outras noções. O significado acional se relaciona à noção de gênero (apropriada de Bakhtin), o significado representacional à noção de discursos, e o significado identificacional à noção de estilo. Isto é, os sujeitos agem no mundo através de gêneros, o representam através de discursos, e se identificam através de estilos.

De Foucault, Fairclough aproveitou a natureza constitutiva do discurso (fase arqueológica de Foucault), como também a natureza discursiva do poder (fase genealógica), ou seja, como o discurso contribuiu para a constituição de objetos, conceitos, realidades, entre outros e como o poder manipula isso. Além do mais, a noção de 'ordem de discurso', Fairclough toma de empréstimo da abordagem de Foucault; também para se utilizar da própria noção de 'discurso', Fairclough se apoia em Foucault.

Quanto a Bourdieu, o tratamento que esse autor francês faz da relação entre estruturas e sujeitos, com sua noção de *habitus*, vai ao encontro das propostas da

abordagem de Fairclough. Para Bourdieu, os sujeitos são moldados por estruturas, mas também as moldam com o passar dos tempos, daí o termo construtivismo estruturalista ou estruturalismo construtivista, que o linguista britânico toma de empréstimo do sociólogo francês.

De Bakhtin, Fairclough utilizou o conceito de gêneros (formas relativamente estáveis (estruturadas) de enunciado), e também a ideia de dialogismo dos textos, que na ADC vem sob o conceito de intertextualidade tomado de Kristeva. Ao se utilizar de gêneros e intertextualidade, Fairclough trata da relação entre os textos e as práticas como sistemas dinâmicos, abertos a transformações. Além do mais, quando recorremos à obra póstuma *Para uma filosofia do ato responsável* (2010) do autor russo, percebemos o quanto a epistemologia bakhtiniana se encontra presente na obra de Fairclough, especialmente no que se refere à dialética entre estruturas, práticas e eventos. Aliás, em Foucault, Bourdieu e Halliday, também identificamos aspectos das teorias bakhtinianas.

Enfim, poderíamos afirmar que o viés estruturalista da abordagem discursiva de Norman Fairclough se dá pelo encontro entre o dialogismo bakhtiniano e a arqueologia foucaultiana mais a sociologia de Bourdieu e a linguística sistêmica de Halliday.

3.2 Apropriações realizadas por Norman Fairclough

3.2.1 Apropriações a partir da teoria bakhtiniana

Bakhtin não é tido como figura importante do estruturalismo, tanto no que se refere ao movimento quanto ao paradigma; além do mais o autor soviético questionava diversos pressupostos tratados pelo estruturalismo, principalmente no que dizia respeito à linguagem. Suas ideias foram apresentadas no Ocidente por Julie Kristeva, e contribuíram para modificações relevantes no paradigma estruturalista, possibilitando a retomada de dois 'recalcados' desse, o 'sujeito' e a 'história', o que segundo Dosse (2007) dinamizou tal paradigma. Tendo tais fatos em vista, não havemos obviamente de considerar Bakhtin estruturalista, mas, da mesma forma que ocorre com Fairclough, verificamos no autor russo um viés estruturalista, de caráter metodológico

especialmente. Isto é, Bakhtin não dá primazia a estruturas, tanto de natureza linguística, quanto social, em sua abordagem, no entanto ele não deixa de operar com estruturas para tratar das temáticas recorrentes em sua abordagem. Para abordarmos o estruturalismo em Bakhtin, nos apoiamos especialmente em Costa (2008).

No que diz respeito ao estruturalismo ontológico, é possível pensarmos nele quando tratamos da obra de Bakhtin, visto que a dialética entre estruturas, práticas e eventos, abordada pelo Realismo Crítico e por Fairclough, é localizável na abordagem bakhtiniana, como demonstraremos em breve. Porém é importante lembrarmos que na obra de Bakhtin a estrutura não adquiria um status de entidade real. Conforme nos afirma Costa (2008), para Bakhtin, o real é o enunciado, o ato, e não o sistema linguístico, a estrutura; mas isso não impediu que o autor russo se utilizasse de estruturas para representar e compreender os enunciados que estudava. Costa (2008) se utiliza também do termo 'estruturalismo dialógico' para tratar do estruturalismo em Bakhtin, ou seja, Bakhtin se utiliza de método estrutural, mas não desconsidera a relação dialética e dialógica entre as estruturas, as práticas e os eventos, ou entre os sistemas linguísticos e os enunciados.

Em sua abordagem, Fairclough se refere ao dialogismo bakhtiniano e trata da relevância dela para seu próprio trabalho, entretanto o autor britânico opta por utilizar o termo 'intertextualidade', cunhado por Julie Kristeva, no lugar de dialogismo. A noção de 'gênero do discurso', tão cara à abordagem bakhtiniana, também é de grande utilidade para Fairclough. Nesta seção pretendemos verificar de modo mais aprofundado como se dá a apropriação da noção de gênero e do dialogismo bakhtiniano na abordagem do autor britânico. Porém antes de o fazermos, julgamos pertinente tratar da obra póstuma de Bakhtin *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), demonstrando como ela serviu de base para que o autor russo desenvolvesse suas noções nas obras posteriores, e também demonstrando como tal obra diz respeito à relação dialética entre estruturas, práticas e eventos abordada por Fairclough, bem como essa obra bakhtiniana antecipa reflexões presentes no Realismo Crítico, abordagem que o linguista britânico toma como base para tratar da relação dialética entre estruturas, práticas e eventos.

3.2.1.1 Breve panorama de *Para uma filosofia do ato responsável* e das principais reflexões bakhtinianas

Antes de apresentarmos aspectos importantes de *Para uma filosofia do ato responsável*, um esclarecimento é pertinente. O presente trabalho se utilizou de duas versões dessa obra bakhtiniana, uma oficial, publicada no ano de 2010 pela editora Pedro & João Editores, traduzida a partir da versão em italiano mais recente; e outra não oficial, que o Professor Carlos Alberto Faraco traduziu a partir da versão americana da obra, e utilizou para fins didáticos. Essa versão nunca foi publicada, mas tivemos o privilégio de ter acesso a ela e também poder utilizá-la como parte de nossa bibliografia.⁶³ A versão publicada vem com o título *Para uma filosofia do ato responsável* e a versão não publicada está intitulada como *Para uma filosofia do ato apenas*; nessa última se encontra um prefácio de autoria de Michael Holquist, do qual aparece uma citação no presente trabalho; ela se encontra presente em nossa bibliografia; há também outras citações nesta seção que são provenientes da versão não publicada.

Tida como uma das obras mais antigas de Mikhail Bakhtin, *Para uma filosofia do ato* pode ser considerada como uma espécie de matriz para muitas outras reflexões que o autor soviético viria a ter posteriormente. E embora sendo uma das primeiras, sua publicação só ocorreu em 1986 por S. G. Bocharov, após a morte de Bakhtin.

Em *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), podemos encontrar elementos que dizem respeito à dialética entre estruturas, práticas, e eventos, abordada pelo Realismo Crítico, e presente na obra de Norman Fairclough. Não havemos de afirmar que o autor soviético se refere explicitamente a tal dialética, mas demonstraremos a seguir como é possível localizá-la em suas reflexões.

Às noções de 'estrutura', 'prática' e 'evento', podemos relacionar os conceitos, presentes em Bakhtin (2010), de 'eventicidade', 'devir', 'objetivação', 'acabamento estético', todos eles enquadrados no *mundo da vida* ou no *mundo da cultura*.

Segundo o autor russo, o mundo da vida e o mundo da cultura se encontram em confronto, sendo mutuamente impenetráveis. No mundo da vida, nós nos criamos, conhecemos, contemplamos, vivemos nossas vidas e morremos, realizamos nossos atos

63 Ver posfácio do professor Carlos Alberto Faraco em *Para uma filosofia do ato responsável* (2010) para maiores esclarecimentos sobre essas duas versões.

únicos, concretos e irrepetíveis. O mundo da cultura consiste na objetivação e na representação do mundo da vida e dos atos que nele realizamos. Nas palavras de Bakhtin (2010, p. 43):

Como resultado, dois mundos se confrontam, dois mundos absolutamente incomunicáveis e mutuamente impenetráveis: o mundo da cultura e o mundo da vida (este é o único mundo em que cada um de nós cria, conhece, contempla, vive e morre) – o mundo no qual se objetiva o ato da atividade de cada um e o mundo em que tal ato realmente, irrepetivelmente, ocorre, tem lugar.

Conforme o autor, a objetivação de nossos atos concretos sempre deixa algo escapar, gerando representações empobrecidas do que, de fato, fazemos na realidade. Tal afirmação pode ser feita a partir do fragmento abaixo:

todas essas atividades [objetivação, representação] estabelecem uma separação de princípio entre o conteúdo-sentido de um determinado ato-atividade e a realidade histórica de seu existir, sua vivência realmente irrepetível; como consequência, este ato perde precisamente o seu valor, a sua unidade de vivo vir a ser e auto-determinação. (BAKHTI, 2010, p. 42)

Em *Para uma filosofia do ato responsável* (2010), Bakhtin se refere à produtividade de se tentar conciliar o mundo da vida e o mundo da cultura, realizar teoricamente o encontro de nossas experiências e suas representações, mas não deixa de reforçar a impenetrabilidade entre os dois mundos, como podemos verificar nos fragmentos abaixo, sendo um deles proveniente de *Para uma filosofia do ato responsável* e outro de *Para uma filosofia do ato*.

Somente o evento singular do existir no seu efetuar-se pode constituir esta unidade única; tudo o que é teórico ou estético deve ser determinado como momento do evento singular do existir, embora não mais, é claro, em termos teóricos e estéticos. O ato deve encontrar um único plano unitário para refletir-se em ambas as direções, no seu sentido e em seu existir; deve encontrar a unidade de uma responsabilidade bidirecional, seja em relação ao seu conteúdo (responsabilidade especial), seja em relação ao seu existir

(responsabilidade moral), de modo que a responsabilidade especial deve ser um momento incorporado de uma única e unitária responsabilidade moral. Somente assim se pode superar a pernicioso separação e a mútua impenetrabilidade entre cultura e vida. (BAKHTIN, 2010, p. 43)

Reconhecemos como infundadas e essencialmente sem esperança todas as tentativas de orientar uma filosofia primeira (a filosofia do Ser-evento unitário e único) em relação ao aspecto do conteúdo-sentido, ou do produto objetivado, fazendo-se abstração do ato-ação real, único, e de seu autor – aquele que está pensando teoricamente, contemplando esteticamente e agindo eticamente. É apenas de dentro do ato realmente executado, que é único, integral e unitário em sua responsabilidade, que nós podemos encontrar uma abordagem ao Ser único e unitário em sua realidade concreta. (BAKHTIN, sem data, p. 28)

Conforme Bakhtin, o ato se caracteriza pelo seu aspecto de conteúdo ou sentido e também por sua realidade histórica. Conteúdo/sentido de um ato é o que transparece nas representações que se faz do mesmo, e a realidade histórica se relaciona com o mundo da vida, o evento, a unicidade e concretude deste mesmo ato. Em outras palavras, diríamos que o ato tem sua parte apreensível e sua parte real, irrepetível. Assim, o pensamento teórico não consegue descrever o ato em sua inteireza, já que apreende apenas uma parte.

O momento que o pensamento teórico discursivo (nas ciências naturais e na filosofia), a descrição-exposição histórica e a intuição estética têm em comum (...) é este: todas essas atividades estabelecem uma cisão entre o conteúdo ou sentido de um dado ato-atividade, e a realidade histórica do seu ser, a real e única experiência dele. (...) Este ato é verdadeiramente (...) apenas *em sua inteireza*. (BAKHTIN, sem data, p. 2)

O autor soviético recorre a Kant⁶⁴ para postular muitas de suas questões. As reflexões de Kant, anteriores às de Bakhtin, buscavam conciliar pensamentos de duas correntes filosóficas de sua época: o Racionalismo e o Empirismo. Com poucas

64 Para tratarmos brevemente de Kant no presente trabalho, recorreremos à obra *História Geral da Filosofia* (2008), de Hans Joachim Störig. O capítulo referente a Kant se inicia na página 331 e finaliza na página 375.

palavras, diremos que a primeira dava primazia a Razão e à existência de ideias inatas no ser humano, enquanto a segunda se voltava para a experiência, afirmando que somente através dela, o homem adquire conhecimento.

Não se faz ilógico relacionarmos as ideias racionalistas e empiristas ao contraste entre mundo da vida e mundo da cultura, sendo este o mundo da Razão e das estruturas, e aquele o mundo em que temos nossas experiências. Como Kant, Bakhtin procurava conciliação entre ideias e teorias, princípio que é também influente em seu dialogismo, o qual buscava solucionar problemáticas presentes no objetivismo abstrato e no subjetivismo idealista, os quais abordaremos mais adiante.

O autor soviético, entretanto não deixa de ter suas objeções ao filósofo alemão, principalmente no que diz respeito à “fundação que cada um pressupõe como a base da ação ética”. Nas palavras de Michael Holquist, na sexta página de seu prefácio da versão não oficial de *Para uma filosofia do ato* utilizada para o prosseguimento deste trabalho:

Para Kant, é a síntese entre sensibilidade [experiência] e razão sobre a qual todo o seu sistema é baseado. Esta síntese requer de Kant a postulação de duas formas [estruturas] básicas de intuição, tempo e espaço e suas doze categorias como transcendentalmente necessárias, na medida em que elas são anteriores a qualquer ato específico de julgamento.

Conforme Michael Holquist, Bakhtin também busca uma síntese entre sensibilidade e razão (conciliação entre ideias racionalistas e empiristas, que citamos anteriormente), mas para ele tal síntese não se encontra em estruturas pré-existentes ao ato, mas sim no próprio ocorrer do ato, “a unidade de um ato e seu relato (...) é algo que nunca é um *a priori*, mas que deve ser em toda parte ser *conquistado*”, ainda na sexta página do prefácio de Michael Holquist.

Convém a partir dessa reflexão indagarmos se, enquanto Kant dava uma certa prioridade a estruturas *a priori*, Bakhtin tentava buscar tal síntese compreendendo a própria experiência, ou ato, o que justificaria a abordagem fenomenológica de seus estudos. De modo superficial, questionaríamos se Kant poderia estar mais centrado na

estrutura enquanto Bakhtin tentava se centrar no *evento*. Entretanto, levar tal indagação adiante por agora, não seria pertinente.

Ao tratar do mundo da vida, e dos atos concretos que neste realizamos, Bakhtin (2010) também dá relevância a questão da responsabilidade e da responsividade que caracterizam os atos. Atos respondem a outros atos e são realizados por um sujeito responsável e responsivo ativo. Cada sujeito é individualmente responsável pelas ações que realiza e responde às ações de outros sujeitos. E diante desse fato a Ética, a moral, o dever tem papéis relevantes. Entretanto, ao contrário do que parece, estes são propriedades do próprio evento e não da estrutura (convenções). Nas palavras de Costa (2008, p. 3), “*o filósofo russo situa a validade da ética no devir e a do conhecimento na objetividade*”. Em outros termos, conforme Bakhtin (2010) a definição da Ética se dá quando nos voltamos ao mundo da vida, ou evento, ou devir, e a definição do conhecimento se relaciona com a objetividade, ou mundo da cultura, a estrutura. Poderíamos nos perguntar: se a Ética se enquadra justamente na parte inapreensível de nossas ações, logo, tampouco ela é bem apreendida, e sua objetivação é necessariamente empobrecedora, deixando escapar muito do que a caracteriza? E se a Ética se encontra na parte inapreensível, única e irrepitível de nosso ato, certamente é problemático atribuir à mesma um valor universal, visto que esta se fará presente em situações únicas e irrepitíveis, relacionada a sujeitos únicos e irrepitíveis, que possam ter visões únicas e irrepitíveis. Podemos fazer tais indagações, mas por agora não convém desenvolvê-las.

No que se refere ao mundo da cultura humana, fadado a nunca se encontrar com o mundo da vida, Bakhtin (2010) o divide em mundo da ciência, que objetiva, e o mundo da arte, que contempla. A ciência busca descrever os fatos da vida, criando regras e categorias que expliquem seu funcionamento, enquanto a arte procura “imitar a vida como ela é”, dando a ela um acabamento estético, o que não evita uma objetivação parcial da mesma, e inevitavelmente um certo grau de empobrecimento. A vida é inapreensível em sua real eventicidade, e sempre há o que escapa quando tentamos explicá-la ou contemplá-la.

É pertinente afirmarmos assim, que compreendida, e, porque não, aceita essa cisão entre vida e cultura, restou ao autor soviético continuar objetivando o “real”, em seus trabalhos posteriores, não deixando estes de ter forte relação com as reflexões contidas em *Para uma filosofia do ato* e outros trabalhos contemporâneos a ele.

Ao fazermos a equivalência entre os conceitos de 'mundo da cultura' e 'mundo da vida' e a dialética entre estruturas, práticas e eventos, podemos considerar as estruturas e as práticas como propriedades do 'mundo da cultura' e os 'eventos' como propriedade do 'mundo da vida', embora com relação à noção de 'práticas' possamos realizar um tratamento diferente. Conforme Fairclough, a noção de prática possui uma certa ambiguidade, e tal ambiguidade é interessante para a Análise de Discurso Crítica:⁶⁵

A prática pode ser entendida tanto como ação social, realizada em um tempo e em um espaço particular, e também certos costumes em relativa permanência – a prática no sentido de modo habitual de se agir. Essa ambiguidade faz sentido, devido ao posicionamento das práticas entre as estruturas e os eventos, estrutura e agência – a prática possui característica de ambos. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 22 – tradução nossa)

Assim sendo, as práticas intermedeiam as estruturas e os eventos, logo o mundo da cultura e o mundo da vida; elas são parcialmente baseadas em convenções do mundo da cultura e nós as realizamos no mundo da vida, em tempos e espaços particulares, e tal particularidade diz respeito ao lado irrepitível de nossas práticas, o lado não estruturado, não apreensível. Faz sentido relacionarmos a noção de 'prática', com o conceito de 'ato' de *Para uma filosofia do ato responsável* (2010). O lado estruturado da prática equivaleria ao conteúdo sentido do ato, e a sua particularidade espaço-temporal equivaleria à realidade histórica do ato. A realidade histórica é o que faz cada ato se tornar único e irrepitível, e também fornece a prática o potencial de modificar estruturas e não somente reproduzi-las. E tanto atos como práticas são realizados por sujeitos que também são agentes. Fairclough apresenta três características principais das práticas, que podemos comparar ao ato definido por Bakhtin (2010):

Definimos três características principais das práticas. Primeiro, elas são formas de produção da vida social, não só produção econômica, como também produção nos domínios político e cultural, por exemplo. Segundo, cada prática se localiza dentro de uma rede de práticas, e a

65 We take practices to have three main characteristics. First, they are forms of production in for instance the cultural and political domains. Second, each practice is located within a network of relationships to other practices, and these 'external' relationships determine its 'internal' constitution. Third, practices always have a reflexive dimension: people always generate representations of what they do as a part of what they do.

relação entre as práticas as definem também. Terceiro, práticas sempre possuem uma dimensão reflexiva, pessoas sempre geram representações do que elas fazem como parte do que elas fazem. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 22 – tradução nossa)

O ato, assim como as práticas, também faz parte de uma rede de outros atos, já que é realizado por um sujeito⁶⁶ responsável e responsivo ativo; o ato responde a outros atos, atos se dão na relação dos sujeitos com outros sujeitos e com o mundo. Nas palavras de Sobral (2008):

O ato feito tem tal importância em sua filosofia [filosofia de Bakhtin] que ele define a vida como um evento uni-ocorrente (porque há apenas uma vida no mundo humano) de realização ininterrupta de atos feitos: os atos e experiências que vivo são momentos constituintes da minha vida, que é assim uma sucessão ininterrupta de atos. (SOBRAL, 2008, p. 21)

Desse modo, o ato, assim como a prática, é uma forma de produção da vida; e podemos tomar essa vida a que Sobral (2008) se refere como a vida social em seus vários domínios, familiar, cultural, econômico, político, os atos que compõem a vida respondem a outros atos, portanto a outros sujeitos, pertencentes a uma sociedade. E quando Fairclough se refere à reflexividade das práticas, podemos fazer uma relação entre ela, e a responsabilidade inerente ao ato; visto que, conforme Bakhtin (2010), somos responsáveis pelos atos que realizamos no mundo da vida, e necessariamente temos que agir no mundo, isso é inevitável, logicamente havemos de gerar representações desses atos, e refletir sobre eles. Realizando todas essas comparações entre a noção de 'prática' e a noção de 'ato', não estamos sugerindo que elas sejam intercambiáveis, pois na ADC e no Realismo Crítico a prática é utilizada para se referir

⁶⁶ É importante lembrarmos que o sujeito bakhtiniano não é igual ao sujeito assujeitado, por muito tempo comum na análise do discurso. Sobral (2008, p. 22) nos fornece uma definição do sujeito bakhtiniano, pertinente de expormos aqui: “A ênfase no aspecto ativo do sujeito e no caráter relacional de sua construção como sujeito, bem como na construção 'negociada' do sentido, leva Bakhtin a recusar tanto um sujeito infenso à sua inserção social, sobreposto ao social, como um sujeito submetido ao ambiente sócio-histórico, tanto um sujeito fonte do sentido como um sujeito assujeitado. A proposta é a de conceber um sujeito que, sendo um eu para-si, condição da formação da identidade subjetiva, é também um eu para-o-outro, condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo, que lhe dá sentido”. O sujeito responsável e responsivo ativo bakhtiniano se assemelha mais ao sujeito agente que aparece na obra de Norman Fairclough, do que o sujeito assujeitado sugerido pelas primeiras versões da análise do discurso.

à ação conjunta de indivíduos em uma sociedade, e Bakhtin se utiliza do ato para se referir à ação de um sujeito responsável. Simplificando: consideramos que a noção de 'prática' se aplica em contextos mais amplos, e o 'ato' diz respeito a um contexto menor, relacionado a um sujeito que vive suas experiências no mundo da vida, mesmo que suas experiências se relacionem às experiências de outros sujeitos responsáveis.

Relacionar de forma mais aprofundada os conceitos de 'prática' e 'ato' exigiria um trabalho a parte, e o que pretendemos demonstrar aqui é que muitas reflexões do Realismo Crítico que apresentamos aqui podem ser encontradas na obra de Bakhtin. Encontramos a seguinte afirmação em Resende (2009)⁶⁷ sobre o Realismo Crítico:

Bhaskar (1989) propõe a distinção entre as dimensões intransitiva e transitiva da ciência: os objetos da ciência (aquilo que estudamos no mundo social) estão em sua dimensão intransitiva; as teorias e discursos sobre o mundo social formam sua dimensão transitiva. Isso implica que o mundo não deve ser reduzido a nosso conhecimento sobre ele e que a “realidade – dimensão intransitiva e ontológica” é independente da “relatividade de nossos conhecimentos – na dimensão transitiva e epistemológica” (Bhaskar, 1998a: x) (RESENDE, 2009, p. 73)

Podemos tomar as dimensões intransitiva e transitiva do conhecimento como equivalentes ao mundo da vida e ao mundo da cultura, respectivamente. Realizamos nossos atos no mundo da vida, sendo eles objetos de nossas teorizações; e no mundo da cultura objetivamos nossos atos, criando teorias, discursos e representações deles. Entretanto nossas representações não dão conta da totalidade do que há e do que realizamos no mundo da vida, na dimensão intransitiva e ontológica, por isso o mundo não é redutível ao que sabemos sobre ele. Mais uma vez, não sugerimos que todas essas noções sejam intercambiáveis, mas sim que Bakhtin já antecipava reflexões relevantes no Realismo Crítico, assim como teorias da Análise do Discurso, tida também como mais um suporte para a abordagem de Fairclough. A seguinte afirmação de Costa (2008)

67 As referências presentes na citação de Resende (2009) dizem respeito às seguintes obras, presentes na bibliografia da autora:

BHASKAR, R. *The possibility of Naturalism*. A philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BHASKAR, R. General Introductions. In: M. Archer *et al.* (orgs) *Critical Realism*. Essential readings. London; New York: Routledge, 1998. pp. ix-xxiv.

nos demonstra como a dialética entre estruturas, práticas e eventos pode ser encontrada na teoria bakhtiniana:

É possível, ler na obra de Bakhtin a antecipação de todos os elementos de uma relação dialética e dialógica entre estruturas e práticas, como se pode inferir da seguinte imagem sobre a dinâmica estruturante (1997: 285): os “enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. A metáfora das “correias de transmissão” recupera tanto os aspectos estruturais, implicados pela “correia” e por seus “eixos dentados”, como o movimento e, inclusive, a agência [dos indivíduos]. (COSTA, 2008, p. 7 – itálico no original)

E *Para filosofia do ato*, conforme afirma Faraco em seu posfácio, presente em Bakhtin (2010), contém as coordenadas que sustentarão boa parte das reflexões posteriores do autor soviético. E muitas das noções bakhtinianas, presentes também nas obras de muitos estudiosos posteriores dizem respeito à relação existente entre o mundo da cultura (estruturas e práticas) e o mundo da vida (eventos), assim como o conceito de 'ato', desenvolvidos na obra do autor soviético. Trataremos a seguir das noções de *dialogismo*, *enunciado*, *gênero discursivo*, *tema* e *significação*, conceitos desenvolvidos, dentre diversas outras, nas obras *Marxismo e filosofia da linguagem* (1981) e *Estética da criação verbal* (2000). Os três primeiros são utilizados na abordagem de Fairclough.

a) O dialogismo

Quando pensamos no *dialogismo bakhtiniano*, devemos nos lembrar das objeções que o autor faz ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo idealista, afirmando que nenhuma das duas correntes filosóficas explica satisfatoriamente o real funcionamento da linguagem. Conforme nos explica o autor os subjetivistas idealistas pregam uma certa soberania do sujeito, reforçando a sua capacidade de criação. Logo, para eles a língua é um processo criativo ininterrupto que se materializa sob a forma de atos de fala individuais, e suas leis são essencialmente as leis da psicologia individual.

Por outro lado, a corrente objetivista abstrata dá primazia ao sistema linguístico, o qual possui suas leis próprias e imanentes independentes dos indivíduos que realizam

atos de fala. As leis da língua não têm ligações com valores ideológicos, assim como não há ligação entre o sistema da língua e sua história, e qualquer mudança ocorrida neste sistema a partir dos atos de fala é irracional e desprovida de sentido.

Para Bakhtin (1981), entretanto, a verdadeira substância da linguagem não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, tampouco pela enunciação monológica, mas sim pelo fenômeno social da *interação verbal*, que se realiza através da *enunciação* ou das *enunciações*. Portanto, a interação verbal representa a verdadeira natureza da linguagem, sendo o diálogo uma importante forma de interação verbal. Mas o autor utiliza o conceito de *diálogo* em sentido mais amplo sendo ele de fato toda e qualquer forma de comunicação verbal.

Interação implica a existência de mais de um indivíduo, isto é, cada ato de fala é dirigido a um outro, e não existe ato de fala que não faça isso (mesmo em monólogo, colocamo-nos no lugar de um interlocutor ideal a quem nos dirigimos). Logo, a manifestação da linguagem só se dá quando interagimos com outros, seja através da linguagem falada ou da escrita. O dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, seu princípio constitutivo.

E assim como há interação entre indivíduos, há também interação entre as enunciações, ou seja, cada manifestação de linguagem necessariamente dialoga, ou responde a outras manifestações, e vem a ser respondida por mais outras.

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui, apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. (BAKHTIN, 1981, p. 123)

A partir do fragmento anterior, é perceptível a importância que Bakhtin atribui ao contexto social diante da enunciação. Conforme o autor, as relações entre interação concreta e o contexto social tomam formas diversas, e a comunicação verbal não pode ser compreendida isolada da situação concreta, seu contexto. E quando nos referimos a

este, necessariamente precisamos pensar na influência que a ideologia⁶⁸ tem sobre o mesmo, e logo sobre as manifestações de linguagem, afinal todo signo é ideológico. *Sem signos não existe ideologia* (Bakhtin, 1981, p. 31).

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (BAKHTIN, 1981, p. 41)

Enfim, o dialogismo bakhtiniano procura abarcar os diversos aspectos da linguagem, sendo uma síntese entre o objetivismo-abstrato e o subjetivismo-idealista, uma conciliação entre a primazia do sistema linguístico e a do ato de fala individual. Bakhtin (1981, p. 127) postula alguns princípios que expõem o ponto de vista dialógico sobre a linguagem (reproduzimos tais princípios na forma de tópicos, tal qual o fez Bakhtin):

- A língua como sistema estável de formas normativamente idênticas é apenas uma *abstração científica* que só pode servir a *certos fins teóricos e práticos particulares*. Essa abstração não dá conta de maneira adequada da *realidade concreta* da língua.
- A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*.

68 Conforme nos demonstra, Miotello (2008) conceito de 'ideologia' utilizado por Bakhtin e por seu círculo de discípulos tem certa base na ideologia como 'falsa consciência do marxismo', entretanto a noção de ideologia bakhtiniana se constitui mais através de uma desconstrução e reconstrução da noção marxista. Assim para Bakhtin e seu círculo há a ideologia oficial da classe dominante e a ideologia do cotidiano que aparece nas mais diversas situações da vida das pessoas. Os dois modos de ideologia mantêm uma relação dialética entre si, ou seja, a ideologia oficial tenta se sobrepor às ideologias cotidianas, mas estas também podem causar mudanças na ideologia oficial. Miotello (2008, p. 169) se utiliza de uma citação de Voloshinov e seu texto 'Que é a linguagem' (1930) para definir o que é ideologia na teoria bakhtiniana: "Por ideologia, entendemos todo um conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas." Assim percebemos que a concepção de ideologia bakhtiniana não tem o mesmo caráter determinista da concepção althusseriana, também derivada da teoria de Marx.

- As leis da evolução linguística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução linguística são essencialmente *leis sociológicas*.

- A *criatividade* da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de criatividade ideológica específica. Mas ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*. A evolução da língua, como toda evolução histórica, pode ser percebida como uma necessidade cega de tipo mecanicista, mas também pode tornar-se “uma necessidade de funcionamento livre”, uma vez que alcançou a posição de uma necessidade consciente e desejada.

- *A estruturação da enunciação é uma estrutura puramente social*. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo “individual”) é uma *contradictio in adjecto*.

Consideramos que, o dialogismo bakhtiniano não deixa de ser um “diálogo” entre ideias do objetivismo-abstrato e do subjetivismo-idealista, um dava ênfase a estrutura da língua e o outro ao indivíduo e sua vivência. Bakhtin discordava de tais ênfases, ou seja, nem o sistema linguístico nem o indivíduo são independentes de outros fatores externos. Tanto o indivíduo quanto o sistema linguístico recebem influência do meio, da esfera social em que se encontram. E quando tratamos de esfera social, é importante que nos recordemos das noções de *enunciado* e *gêneros discursivos*, desenvolvidas na obra *Estética da criação verbal*. Entretanto, deixaremos para abordá-las mais adiante, e por agora discorreremos brevemente sobre as noções de *tema* e *significação*, presentes na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, a mesma em que Bakhtin nos expõe importantes princípios do dialogismo.

b) Tema e significação

No capítulo em que trata de tema e significação na linguagem, Bakhtin (1981) assume que fará uma investigação breve dessa questão devido a limitações teóricas existentes e dificuldades que impedem um estudo mais aprofundado. Mas apesar de o próprio autor assumir o não desenvolvimento desse assunto, julgamos pertinente

abordá-lo aqui devido ao elo que podemos verificar entre tema e significação e as noções de 'mundo da cultura' e 'mundo da vida'.

Conforme o autor, um sentido definido e único é propriedade pertencente a cada enunciação como um todo, e tal sentido único é definido como o *tema* da enunciação. E o tema é como a própria enunciação, único e não reiterável, se apresentando como a situação histórica concreta que deu origem a enunciação. O tema é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição do enunciado, mas também pelos elementos não verbais da situação. “O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda sua amplitude concreta, como fenômeno histórico possui um tema.” (Bakhtin, 1981, p. 129)

Além do tema, Bakhtin afirma que a enunciação também é dotada de uma *significação*. E por significação, Bakhtin (1981) entende os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos. Tais elementos são abstratos, e se fundam sobre convenções, mas mesmo não tendo existência concreta, a significação não deixa de ser uma parte indispensável da enunciação. Enquanto o tema é irreduzível a análise, a significação da enunciação pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos linguísticos que a compõem.

Conforme Bakhtin:

O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às *condições de um dado momento da evolução*. O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. (BAKHTIN, 1981, p. 129)

Não há como traçar fronteiras entre o tema e a significação, nos afirma o autor, assim como um não existe sem o outro. Não se designa a significação de uma palavra isolada, sem fazer dela o elemento de um tema, ou seja, sem enquadrá-la em uma enunciação concreta. Por outro lado, o tema, deve se apoiar na estabilidade da significação; caso contrário, “ ele perderia seu elo como que o precede e o que o segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido” (BAKHTIN, 1981, p. 129)

Relacionando tal assunto a relação entre mundo da cultura e mundo da vida, é perceptível que o *tema* se vincula ao primeiro, e a *significação* ao segundo. O tema diz respeito a real *eventicidade* de cada enunciação, sendo propriedade de seu caráter único e irrepetível, e faz parte da realidade histórica concreta da enunciação. Justamente por isso o tema é irredutível a análise. A significação, por outro lado, e como nos afirma o autor, se funda sobre convenções. A significação consiste numa certa estabilização, ou objetivação, que conseguimos extrair de cada tema em determinado momento de uma evolução histórica. Em outras palavras, a significação diz respeito às palavras dicionarizadas, com seus sentidos relativamente estabilizados. Ela não deixa de ter um status de potencial, ou possibilidade para a realização de temas. Melhor explicando, determinadas palavras tem suas significações convencionais, mas em uso sempre há variabilidade, e a situação concreta e irrepetível é o que determina tal variabilidade.

Consideramos intrigante Bakhtin afirmar que não há muitos estudos que colaborariam com uma análise aprofundada do assunto *tema/significação*, sendo que ele mesmo realizou estudos interessantes em *Para uma filosofia do ato*, que podemos relacionar ao tema e à significação. Arriscamos afirmar que, o fato de tal obra ter permanecido oculta por tanto tempo foi motivo para que uma relação entre ela e a questão do tema e da significação não fossem relacionados.

c) Enunciado e gêneros discursivos

Para Bakhtin (2000), a verdadeira unidade da comunicação é o enunciado. A fala só existe na forma concreta dos enunciados de um indivíduo, o sujeito de um discurso-fala. O enunciado não é uma unidade convencional, e sim uma unidade real estritamente delimitada pela alternância, dos interlocutores no processo de comunicação. E cada enunciado é sempre um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados, ocupando determinada posição em relação a eles.

Todo enunciado – desde a breve réplica até o romance ou o tratado científico - comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros. (BAKHTIN, 2000, p. 294)

Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum a comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (...) refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. Não se pode esquecer que o enunciado ocupa uma posição *definida* numa dada esfera da comunicação verbal relativa a um dado problema a uma dada questão, etc. Não podemos determinar nossa posição sem correlacioná-la com outras posições. (BAKHTIN, 2000, p. 316)

Bakhtin (2000, p. 282) afirma: “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua”, ou seja, o sistema, ou estrutura linguística ganha vida através da realização de enunciados, e é através dos enunciados que a língua atua nos eventos.

A utilização da língua faz-se presente em todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que estas sejam, é o que nos afirma o autor em *Estética da criação verbal*. E tal utilização se efetua através de enunciados concretos e únicos proferidos pelos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. E ainda o enunciado reflete as propriedades das esferas em que estão enquadrados, “não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal (...) mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Cada enunciado, considerado isoladamente é único e individual, mas as esferas de utilização da língua elaboram seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais Bakhtin define como *gêneros do discurso*, cuja variedade é infinita assim como a das próprias esferas. Conforme a esfera a que está ligado, o gênero terá esta ou aquela característica. Um ambiente familiar possui seus gêneros como conversa informal, bronca, entre outros, assim como em um meio acadêmico podemos reconhecer a presença de gêneros como artigo científico, resenhas e outros. A delimitação e mesmo a caracterização de cada gênero não é um trabalho simples, nos afirma Bakhtin (2000), de modo que estudos realizados anteriormente, como o dos gêneros literários, tanto na Antiguidade como nas épocas mais contemporânea, não conseguiram definir adequadamente a natureza dos gêneros

do discurso. E mesmo Bakhtin não procura fazer uma delimitação e definição clara de cada gênero, o autor afirma que o importante é saber a diferença entre *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Os primeiros são mais simples, como uma conversa cotidiana, os segundos são mais complexos e englobam os primeiros, como é o caso de um romance que pode conter diversas conversas cotidianas em seu enredo.

Retomando a oposição que Bakhtin (2010) faz entre o mundo da vida e o mundo da cultura, podemos afirmar que os gêneros discursivos se relacionam a esse último, e o enunciado se relaciona ao primeiro. O enunciado é individual, quando tomado isoladamente, logo também será uma unidade única e irrepetível, cada enunciado proferido por um sujeito não deixa de pertencer a uma situação histórica única e concreta, não deixa de ter sua real eventicidade, a qual é inapreensível a qualquer análise. Então para se estudar os enunciados, estes foram estabilizados em gêneros, que se caracterizam conforme a esfera social em que se enquadram, tipos relativamente estáveis de enunciado, e assim sendo os gêneros se submetem a determinadas convenções de suas esferas sociais, por isso são o lado estruturado dos enunciados. Podemos também recorrer à dialética entre estruturas, práticas e eventos, presente no Realismo Crítico e na obra de Norman Fairclough, e assim o enunciado, enquanto unidade real da comunicação que dá vida ao sistema linguístico, equivaleria ao evento, e o gênero como estabilização do enunciado e pertencente a uma determinada esfera social, estaria mais relacionado às estruturas e às práticas. As palavras de Costa (2008) nos fornecem subsídio para nossa afirmação:

De forma um tanto simplista, portanto, o modelo de Bakhtin poderia ser considerado na seguinte proposição: Os enunciados são carregados de implicações subjetivas e eventuais irrecuperáveis, mas sempre se constituem em uma cadeia responsiva imensa e complexa. Essa cadeia acaba por produzir uma estabilidade parcial que se expressa sob a forma de gêneros, os quais, por sua vez passam a constituir parcialmente os enunciados. Nesse mesmo sentido se formam as esferas sociais, passando também a ter efeitos constitutivos parcialmente estruturantes sobre o devir, ainda que este não seja completamente subordinado às estruturas que se vão constituindo e desconstruindo nesse processo. (COSTA, 2008, p. 7 – itálico no original)

E ainda nas palavras de Costa (2008, p. 8), “em Bakhtin, a noção de prática está parcialmente indicada em suas definições de enunciado e de gêneros discursivos. A de estrutura, por seu turno, reside no seu relacionamento entre enunciados, gêneros e esferas (...)”. E quando Bakhtin (2000, p. 316) se refere à posição dos enunciados na cadeia enunciativa, é possível, conforme Costa (2008), evocar as noções de 'valor' e 'diferença' do estruturalismo. Isto é, cada enunciado ocupa uma posição na cadeia enunciativa, e ele se define em relação aos outros enunciados, seu 'valor' se define a partir das diferenças que contem em relação aos outros enunciados. Visto isso também não é ilógico considerar um viés estruturalista na abordagem de Mikhail Bakhtin.

Lembremos que o autor soviético faz críticas à corrente objetivista abstrata, na qual se incluem as abordagens estruturalistas da linguagem, entretanto seu questionamento se refere à primazia que essas abordagens dão ao sistema linguístico, desconsiderando os contextos de interação, e não ao método em si. Metodologicamente há estruturalismo na abordagem discursiva de Bakhtin. Sobre o estruturalismo em Bakhtin, temos a seguinte afirmação de Costa (2008, p. 6 – itálico no original):

A crítica bakhtiniana ao objetivismo abstrato é relativa à redução do todo enunciativo à sua parte estrutural, que deveria ser obtida pela análise do enunciado concreto e irrepetível. O concreto para Bakhtin é o enunciado e jamais a estrutura. Assim trata-se de uma divergência ontológica e não epistemológica. Uma vez aceita a fundamentação do que chamamos de *estruturalismo dialógico* bakhtiniano, a noção de gênero discursivo pode ser desenvolvida mais e mais explicitamente nestes termos: tratar uma esfera social como um *sistema (uma estrutura) de gêneros* e, disso, compor a sociedade como um *sistema de esferas sociais*. Ou, noutra direção, analisar uma sociedade como um sistema de esferas sociais, e o sistema das esferas sociais pelo valor de seus gêneros: *pensar em cada gênero como um elemento de uma esfera pelas relações de diferença que estabelece com outros gêneros da mesma esfera, com sua composição, decomposição e substituição de temas, estilos e estrutura composicional*. E assim por diante. É preciso salientar, ainda uma vez mais que o estruturalismo bakhtiniano é um modelo explicativo, cujo axioma ontológico prevê a força constitutiva da dialogia derivada da eventicidade que se manifesta na prática.

Justamente tal 'estruturalismo dialógico' em Bakhtin, que se utiliza de estruturas para representar os processos de interação, sem desconsiderar o enunciado como

unidade real da linguagem, foi fator relevante para que reflexões do autor soviético fossem apropriadas por Norman Fairclough em sua abordagem discursiva.

3.2.1.2 Apropriações de Fairclough: '*gêneros do discurso*' e o '*dialogismo*'

A ideia de dialogismo existente em Bakhtin, Fairclough toma sob o nome de *intertextualidade*, que o autor britânico empresta de Kristeva (1986 [1966]). Julie Kristeva foi uma estudiosa responsável por divulgar as reflexões bakhtinianas no Ocidente nos anos sessenta e também por dinamizar o estruturalismo se utilizando da teoria bakhtiniana.

Não havemos de afirmar que a noção de intertextualidade seja livremente intercambiável com a noção de dialogismo, embora isso ocorra em diversos contextos. Fiorin (2006, p. 162), utilizando-se de Possenti (2003), se refere ao uso pouco criterioso dos termos 'dialogismo' e 'intertextualidade' como portadores do mesmo significado, e nos relata que, na obra original de Mikhail Bakhtin, o termo 'intertextualidade' não aparece, embora nas traduções brasileira e francesa ele seja utilizado. Essa noção foi cunhada pela própria Julie Kristeva no contexto de suas apresentações sobre as teorias bakhtinianas no Ocidente, inclusive tal termo obteve cidadania acadêmica, antes mesmo do termo 'dialogismo'. Fairclough (1999, p. 49)⁶⁹, também se refere à maior popularidade da 'intertextualidade' com relação ao 'dialogismo':

o dialogismo (ou para empregar o termo de Kristeva (1986), mais amplamente utilizado, a 'intertextualidade') pode ser tido como uma propriedade geral do discurso de ser capaz de se manifestar de diversas formas. Em termos gerais, a intertextualidade é a combinação da minha voz com a voz do outro no meu discurso. (tradução nossa)

Mas mesmo se utilizando do termo intertextualidade, Chouliaraki e Fairclough (1999) não deixam de se referir à teoria dialógica de Bakhtin como uma das mais adequadas para se realizar um tratamento dialético do discurso, visto que a teoria

⁶⁹ dialogicality (or to employ Kristeva's (1986) widely used term 'intertextuality') can be seen as a general property of discourse capable of being manifest in many form (Fairclough 1992c). In the most general terms, intertextuality is the combination of my discourse of my voice and the voice of another.

bakhtiniana não desconsidera o caráter estruturado desse, como também não desconsidera sua predisposição a transformações.

Com relação ao uso de 'intertextualidade' na obra de Fairclough, cremos que além de o linguista britânico tomá-lo como mais utilizado, tal uso também se relaciona ao fato de o autor britânico dar preferência à noção de 'texto' no lugar da noção de 'enunciado'. Além do mais, Michael Halliday, cuja Linguística Sistêmico Funcional é importante para a abordagem de Fairclough, também se utiliza da noção de 'texto'. Enfim, consideramos que para apropriar-se do funcionalismo de Halliday, foi mais pertinente para Fairclough optar pela noção de 'texto'. Mas, de qualquer modo, assim como os enunciados possuem relações dialógicas entre si, referindo-se constantemente uns aos outros, os textos se relacionam intertextualmente também fazendo referências entre si.

O próprio Bakhtin se refere aos textos, e os define em relação aos enunciados. Para Bakhtin (2000), o texto é um enunciado cristalizado, pertinente para a realização de estudos nas ciências humanas. Então o texto é como uma materialidade do enunciado que podemos analisar.

O que nos interessa, nas ciências humanas, é a história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de textos. Quaisquer que sejam os objetivos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto. (BAKHTIN, 2000, p. 330)

Conforme Bakhtin (2000, p. 330), dois fatores determinam um texto e o tornam um enunciado: sua intenção e a execução de tal intenção. Ou seja, o texto em um evento, proferido por um sujeito, e em determinado contexto histórico é um enunciado. Eis uma diferença relevante que podemos pontuar. O autor ainda nos afirma que o texto é dotado de uma bipolaridade, isto é, o texto pressupõe um sistema linguístico compreensível para todos, o qual corresponde a tudo que é reproduzível e repetitivo no texto, e, por outro lado, cada texto também é individual, único e irrepitível. E é tratando desse segundo polo do texto que Bakhtin (2000, p. 331) ele em sua condição de enunciado.

Voltando à intertextualidade, Bakhtin (2000) também afirma que há relações dialógicas entre os textos, e que um texto refrata todos os outros textos de uma dada esfera, havendo interdependência de seus sentidos. Disso Fairclough tira bastante proveito em suas abordagens. Fairclough ([1992] 2001) se utiliza das noções, presentes entre os analistas do discurso franceses, de intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva, a qual é tomada como 'interdiscursividade'. Na primeira, outros textos estão explicitamente presente no texto em análise, ou seja, esse se refere explicitamente àqueles através de marcas textuais como aspas ou citações, paráfrases, ou fazendo referências a outros textos. A interdiscursividade diz respeito à diversidade de discursos que podem aparecer em um mesmo texto. Nas palavras de Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001, p. 136):

Além de incorporar, ou por outro lado, responder a outros textos, a intertextualidade do texto pode ser considerada como incorporando as relações potencialmente complexas que tem com as convenções (gêneros, discursos, estilos, tipos de atividades) que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem de discurso.

No fragmento anterior, já percebemos como Fairclough se utiliza da noção bakhtiniana de gênero, tomando-o como um tipo convenção e associando-o a *ordem de discurso*. Por ordem de discurso, noção que toma de empréstimo de Foucault, Fairclough considera um conjunto de práticas discursivas de determinado campo social, ou em outros termos uma ordem de discurso é a faceta discursiva de uma ordem social. A este último termo podemos associar a noção bakhtiniana de “*esfera de atividade humana*”, a qual também é constituída por gêneros na teoria bakhtiniana.

Conforme o autor britânico, uma ordem de discurso possui diversos elementos, sendo alguns deles cristalizados em blocos relativamente estáveis: gêneros, estilos, tipos de atividade, e discursos. Os gêneros são os elementos que correspondem mais estreitamente aos tipos de práticas sociais, sendo que o sistema de gêneros adotados por uma determinada sociedade, em determinado tempo, é responsável pelas configurações e combinações dos outros elementos. Logo, se houver mudança no sistema de gêneros, haverá mudança nos outros elementos. Nas palavras de Fairclough ([1992] 2001, p. 161):

(...) uma vantagem da visão (essencialmente bakhtiniana) de gênero que estou adotando é que ele nos permite dar o devido peso não só ao modo como a prática social é limitada pelas convenções, como também para mudança e criatividade.

Eu vou usar o termo gênero para um *conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa um tipo de atividade socialmente aprovado*, como a conversa informal, comprar produtos em uma loja, uma entrevista de emprego, um documentário de televisão, um poema ou um artigo científico. Um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição de e consumo de textos. (grifos nossos)

Fairclough ainda lembra que, de acordo com Bakhtin, os gêneros são “as correias de transmissão da história da sociedade para a história a história da linguagem”, o que novamente nos remete a relação entre língua e vida que se dá através dos enunciados. Além de dialógica tal relação também é dialética, ou seja, as mudanças sociais podem ser tanto causas como efeitos de mudanças nos sistemas de gêneros, segundo Fairclough.

Embora Fairclough ([1992] 2001) assuma sua visão dos gêneros como 'essencialmente' bakhtiniana, consideramos que sua forma de abordá-los não corresponde efetivamente com o que o autor soviético afirma sobre esse conceito. Em *Discourse and Social Change* (1992) e em *Discourse in Late Modernity* (1999), o autor britânico define o gênero basicamente como um conjunto de “convenções relativamente estável”, sendo os enunciados restringidos por essas convenções. Arriscamos, com certa segurança, afirmar que ao considerar o gênero desse modo, Fairclough não possui uma visão de gênero essencialmente bakhtiniana nessas duas obras. E para subsidiarmos nossa tese, retomamos novamente a definição que o autor soviético dá aos gêneros.

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de sua utilização da língua elabora seus tipos estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso. (Bakhtin, 2000, p. 279)

Os enunciados se dão pela ação de utilizarmos a linguagem, e sendo os gêneros enunciados relativamente estáveis, logo, os próprios gêneros não deixam de ser um modo de ação. Entretanto a estabilização que fazemos dos enunciados em gêneros se dá quando pretendemos estudar tal ação de se utilizar a linguagem. Aqui retomamos novamente a dialética entre 'mundo da cultura' e 'mundo da vida', relacionando o 'enunciado' ao 'mundo da vida', devido a sua qualidade de 'concreto', 'único', e também proferido em determinado contexto histórico, e os 'gêneros' ao 'mundo da cultura', por serem representações objetivadas dos enunciados, que nos facilita seu estudo e o estudo de suas condições de produção, mas isso não implica que os gêneros sejam restritores dos enunciados.

Em *Analysing Discourse* (2003), consideramos que a maneira de o autor britânico abordar os gêneros, associando-os à noção de *Significado Acional* – derivada das Funções Interpessoal e Textual, presentes na Linguística Sistêmico Funcional de Michael Halliday – se aproxima mais de Bakhtin. Ao fazer tal associação, Fairclough afirma que agimos no mundo através de gêneros, logo, em Fairclough (2003), de restritores da ação, os gêneros passam a ser a própria ação, mesmo que relativamente estabilizada, o que é mais próximo da concepção de gênero em Bakhtin. Embora tal proximidade se evidencie mais na definição do gênero, do que necessariamente na utilização que Fairclough dela faz em *Analysing Discourse*.

Um aspecto relevante com relação ao uso que Norman Fairclough faz da noção de gênero em *Analysing Discourse* (2003), diz respeito a certas derivações que o autor britânico realiza a partir da noção bakhtiniana. Fairclough (2003) se utiliza de noções como 'cadeia de gêneros', 'mistura de gêneros', 'pré-gêneros', 'gêneros situados', 'gêneros desencaixados'. As quais abordamos brevemente no segundo capítulo e aqui havemos de retomar.

Conforme o linguista britânico, os gêneros variam em grau de estabilização, fixidez, e homogeneidade, sendo alguns gêneros mais ritualizados, como gêneros utilizados no meio acadêmico, e outros mais flexíveis, como os gêneros utilizados na publicidade. Pensando em grau de estabilização podemos recorrer ao termo 'mistura de gêneros', o qual tem maior relação com gêneros mais flexíveis. Quanto ao termo 'cadeia de gêneros' Fairclough o traz como um conjunto de diferentes gêneros interligados, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero. Uma cadeia de gêneros

possibilita ações que transcendem o espaço e o tempo, eventos sociais em diferentes práticas sociais, países, épocas, permitindo mais 'ação à distância', o que é uma característica importante da globalização. Podemos considerar como uma outra forma de abordar as relações dialógicas entre os gêneros.

Fairclough ainda afirma que os gêneros variam em grau de abstração, e para isso os termos 'pré-gênero', 'gênero desencaixado' e 'gênero situados' são utilizados. Os pré-gêneros são os mais abstratos, e neles se incluem gêneros como narrativa, argumentação ou descrição. Os gêneros desencaixados são menos abstratos, como uma entrevista. Por fim os gêneros situados são menos abstratos que os anteriores e mais específicos, como uma entrevista etnográfica.

Tais derivações fazem sentido se pensarmos na diferença de épocas e contextos entre Fairclough e Bakhtin. O autor soviético iniciou sua obra em meados da década de 20, e em um contexto de repressão e censura stalinista que não oferecia grande liberdade de produção para os intelectuais da época. Fairclough, por outro lado, trata da linguagem no período da “modernidade tardia” como afirma o próprio linguista britânico. Conforme o autor a modernidade tardia é uma nova fase de profundas mudanças econômicas, políticas e socioculturais em diversas partes do mundo iniciada há duas décadas aproximadamente, perdurando até hoje. Muitos fatores colaboraram para essas mudanças, como a produção em massa de mercadorias, a Globalização, e não devemos desconsiderar o surgimento de novas tecnologias de comunicação e também o advento da mídia, da Internet entre outros. Visto tais fatores, é evidente que os modos de pensar e agir de Fairclough e Bakhtin teriam suas diferenças, assim como seus estudos. Desse modo, a apropriação da noção de *gênero discursivo* não aconteceria livre de modificações. Como podemos notar a complexidade dos meios de comunicação na modernidade tardia é diferente da que havia na época de Bakhtin, e assim surgem vários gêneros novos e novas relações entre eles, e certamente para dar conta dessas, novas categorias podem surgir, assim como um tratamento diferenciado da noção de gênero. Além do mais, Bakhtin se interessava principalmente pelo estudo do romance, já Fairclough se interessa por um conjunto maior de gêneros.

3.2.2 Apropriações a partir da abordagem discursiva de Michel Foucault

Consideramos que, além da obra de Bakhtin, a obra de Michel Foucault trouxe contribuições para o caráter estruturalista da abordagem de Fairclough, baseado na dialética entre estruturas, práticas e eventos. Tratar da relação entre as abordagens de Norman Fairclough e Michel Foucault se faz uma tarefa relativamente problemática em alguns aspectos, tendo em vista que o autor britânico questiona o sabor pesadamente 'estruturalista' da obra do filósofo francês, embora, a partir de *Discourse in Late Modernity* (1999), ele tome a teoria do autor francês como pós-estruturalista. A relação de Michel Foucault com o estruturalismo também é cercada de certas complexidades que em parte já explicitamos neste trabalho, mas que ainda havemos de retomar na presente seção, tendo novamente Dosse (2007) como base.

Como afirmamos anteriormente, Norman Fairclough se apropria da noção de 'ordem de discurso' presente na abordagem foucaultiana, e também toma Foucault como base quando se utiliza do conceito de 'discurso', e mesmo o de 'poder', apesar de, com relação a esse último, fazermos algumas ressalvas. Trataremos de tais apropriações nesta seção, demonstrando como elas são produtivas na abordagem do linguista britânico, realizando alguns esclarecimentos sobre a teoria foucaultiana, bem como sua relação com o estruturalismo.

3.2.2.1 “Épocas” da teoria foucaultiana

Convencionalmente, a obra de Michel Foucault é dividida em três épocas, conforme podemos verificar no fragmento de Gregolin (2004, p. 54) a seguir:

suas temáticas [de Michel Foucault] sempre foram amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental, e inserido em várias problemáticas, sua investigação abriu-se em várias dimensões: buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” na sua fase “arqueológica”; tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes, na fase denominada de “genealógica”; investigou a construção histórica das subjetividades, em uma “ética e estética da existência”. Essas temáticas estão, sempre, articuladas a uma reflexão sobre os discursos:

pressupondo que as coisas não preexistem às práticas discursivas, Foucault entende que estas constituem e determinam objetos.

Em cada uma dessas fases o autor francês tratou de temas diferentes que atendessem seus principais propósitos de cada época. Na fase arqueológica a atenção de Foucault voltou-se para a história da loucura, da medicina, e de outros campos do saber que abordassem temas da vida, da linguagem, do trabalho. Nesta fase, dentre outras, temos obras como *História da Loucura na Idade Clássica*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *Arqueologia do Saber*, *A Ordem do Discurso*. Na fase genealógica, Foucault se interessa pelas técnicas disciplinares, analisando as articulações entre os saberes e os poderes, apresentando a ideia de que o poder se pulveriza na sociedade na forma de inúmeros micro-poderes. São desta época obras como *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*. Por fim, na fase voltada para a 'ética e a estética da existência', Foucault investiga a subjetivação a partir das *técnicas de si*, da *governamentalidade*, ou seja, o governo de si e dos outros; para isso orientou suas pesquisas para o tema da sexualidade, verificando como os sujeitos se constituíam a partir do modo com que lidavam com a sexualidade. Desse modo, três volumes de *História da Sexualidade* foram produzidos nessa fase. Vista a quantidade de obras foucaultianas que há, ao pensarmos em todas essas fases juntas, e a pouca disponibilidade de espaço que temos no presente trabalho, não havemos de nos aprofundar em cada uma dessas fases. Nossa referência a elas aqui atua como um modo de facilitarmos a compreensão da abordagem de Michel Foucault, e como Gregolin (2004) pontua esses três momentos da obra foucaultiana não são etapas estanques, apenas indicam predominância de certos temas e de certas teorizações. Além do mais, nos interessa neste trabalho o método de que Foucault se utilizava para analisar suas temáticas, o que não depende da divisão de fases em sua abordagem.

De qualquer modo, é pertinente lembrarmos que em *História do estruturalismo* (2007), Dosse nos demonstra que a relação de Michel Foucault com o movimento e com o paradigma oscila entre aproximação e afastamento, sendo a fase arqueológica a que Foucault se mostra mais “afeiçoado” ao estruturalismo, propondo um modo de se tratar da história tendo o paradigma estrutural como base. Daí é que

consideramos o método arqueológico na abordagem de Foucault, que se faz presente em todas as suas fases.

Em *Discourse and Social Change* (1992), Fairclough faz referência às fases arqueológica e genealógica de Foucault, expondo o que adotará em sua abordagem a partir de cada fase. A partir da fase arqueológica, o autor britânico afirma que tirará proveito da natureza constitutiva do discurso e da primazia da interdiscursividade e intertextualidade. Isto é, para Foucault, o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais, e também as práticas discursivas se definem por sua relação complexa com outras práticas; tais aspectos da obra foucaultiana são de grande validade para a abordagem de Norman Fairclough. Com relação à fase genealógica, Fairclough (1992), destaca a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso, bem como a natureza discursiva da mudança social. Na abordagem de Foucault, os discursos influenciam as diversas relações de poder, ou seja, existe luta pelo poder tanto no discurso quanto subjacente a ele, e a mudança nas práticas discursivas, isto é, práticas que lidam com discurso, é um elemento importante para a mudança social, e tais aspectos com relação ao poder em Foucault são aproveitados na obra de Fairclough. Ao longo desta seção havemos de retomar tais apropriações.

Além dessas apropriações realizadas por Fairclough, podemos verificar outros aspectos da relação entre sua abordagem e a do autor francês, especialmente no que diz respeito à dialética entre estruturas, práticas e eventos. Para isso, é relevante tratarmos do viés estruturalista da teoria de Michel Foucault, como também de seu método arqueológico.

3.2.2.2 O estruturalismo em Michel Foucault

3.2.2.2.1 O estruturalismo em Michel Foucault: problemáticas

Como afirmamos no primeiro capítulo, Michel Foucault é tido como figura importante do movimento estruturalista na França, fazendo parte de uma corrente mais 'historicizada', entretanto sua relação com ele é ladeada de problemáticas. Inclusive as opiniões com relação ao estruturalismo de Michel Foucault se encontravam divididas;

assim, temos teóricos como Roland Barthes que considerava bem estruturalista a abordagem de Michel Foucault; é o que podemos conferir no fragmento de Dosse (2007) a seguir:

Roland Barthes saúda, desde a publicação da obra [*História da Loucura*], a primeira aplicação do estruturalismo a história: “A história descrita por Michel Foucault, é uma história estrutural. Essa história é estrutural em dois níveis, o da análise e o do projeto”. Roland Barthes compreendeu rapidamente o parentesco que une o trabalho de Lévi-Strauss, o de Lacan, o de Foucault, e o dele, sem que isso signifique a existência da menor elaboração comum. O trabalho de Foucault é percebido por Barthes como uma ilustração da conquista da etnologia moderna. Foucault realiza o mesmo deslocamento da natureza para a cultura, ao estudar o que era considerado até então um fato puramente médico. Da mesma maneira que as relações de parentesco foram analisadas por Lévi-Strauss como fenômeno de aliança, o inconsciente estruturado como linguagem por Lacan, a escritura literária depende de uma aprendizagem, de uma produção que nada tem a ver com um gênio qualquer criador na nova crítica literária. Michel Foucault “recusou-se a considerar a loucura como realidade nosográfica”. Roland Barthes faz uma leitura da obra de Michel Foucault que retém, essencialmente, sua conexão com uma semiologia geral, com a construção de vastos “semantemas” cujo objeto é o estudo das formas e, por essa razão, a loucura nunca será mais que uma forma acrônica a localizar com exatidão retirando dela toda a substância, todo o conteúdo transcendente. (DOSSE, 2007, v. 1, p. 214)

Em outros termos, podemos dizer que, para Barthes, é traço fortemente estruturalista em Foucault a sua maneira de tratar a loucura, enxergando-a como uma 'forma', e mapeando os seus sentidos em diversas épocas. Isto é, o filósofo francês tratava a loucura como 'significante', e percorria diversos períodos da história buscando seus significados. Nas palavras de Dosse (2007, v. 1, p. 216) “o método estrutural de Michel Foucault terá sido baseado numa perda de substância da própria loucura, figura exposta a discursos cativos e flutuantes”. E assim a 'loucura', sendo um significante na abordagem de Foucault, seus sentidos seriam definidos com relação aos outros significantes dos diversos discursos que dela se apropriaram, seja o discurso médico, o econômico e o religioso. Trata-se então de sistemas de diferenças, os vários discursos, e seus elementos que se caracterizam por suas diferenças.

Também como já demonstramos no primeiro capítulo, teóricos marxistas como Roger Garaudy enquadravam Foucault em um 'estruturalismo doutrinário' que

desconsiderava a capacidade de ação dos indivíduos com relação às estruturas sociais em sua abordagem. Inclusive Dosse (2007, v. 1, p. 427) nos afirma que, em virtude de sua obra *As Palavras e as Coisas*, a imprensa da época atribuiu a Michel Foucault a paternidade da 'morte do homem' no estruturalismo.

Em sua obra *As Palavras e as Coisas*, Foucault tinha como projeto realizar uma arqueologia das ciências humanas, como sugere o subtítulo que aparece na versão original em francês dessa obra: *Les Mots et les Choses: Une Archéologie des Sciences Humaines* (As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas)⁷⁰. Nessa obra, Michel Foucault se propõe a demonstrar uma certa trajetória dos saberes humanos partindo do século XVI até meados do século XIX. Dessa trajetória, foi tomada como aspecto relevante a relação que as palavras tinham com seus referentes, o que possibilitou a Foucault dividi-la em três momentos fundamentais: Idade da similitude, Idade da representação, Idade da interpretação. Na primeira época que se estendeu até o século XVI, as palavras eram tomadas como trama das coisas, substância delas, signos e referentes se encontravam igualados magicamente. Na Idade da representação percorrendo os séculos XVII e XVIII, a linguagem rompe seu parentesco com as coisas, e Foucault caracteriza a nova estrutura do saber através da gramática geral, da história natural e da análise das riquezas. Nesse instante os signos, de parte das coisas, passam a ser modos de representação, designação do visível. Por fim, na Idade da interpretação, final do século XVIII século XIX, a historicidade adquire enfoque e possibilita a tematização do homem como objeto e sujeito do conhecimento. Nascem a Filologia, a Economia, a Biologia, e o “racionalismo ingênuo da idade clássica sucede a procura penosa pelas estruturas ocultas atrás dos fenômenos. A linguagem volta-se então para a descrição dos esqueletos dissimulados dos objetos” (GREGOLIN, 2004, p. 81).

A tematização do homem como objeto e sujeito do conhecimento tratada em *As Palavras e as Coisas* acirrou ainda mais a polêmica com relação à 'morte do homem'. Apesar de se referir ao aparecimento do homem como objeto e sujeito das ciências, Foucault alegava que essa importância dada ao homem não deixava de ser ilusória, e ela poderia se desfazer conforme a episteme se modificasse. Nas palavras de Gregolin (2004, p. 84), sobre a *As Palavras e as Coisas*:

70 Conforme nos afirma Dosse (2007, v. 1, p. 426), *As Palavras e as Coisas* deveria originalmente ter por subtítulo “Arqueologia do estruturalismo”.

no século XIX, três formas de saber (Filologia; Economia política; Biologia) trouxeram à tona a figura de um sujeito vivo, que falava e trabalhava: o homem teria então, nascido desses saberes novos, como figura obrigatória em todos eles. Mas, como afirma Foucault, essa soberania é ilusória, pois ao mudarem-se as configurações dos saberes, essa figura recente tenderá a desaparecer. A ideia moderna de “Homem” é fruto de mudanças no saber e, portanto, quando as disposições da episteme moderna se modificarem, o “Homem” morrerá... afirmação considerada pelos críticos como escandalosamente anti-humanista.

Assim, Dosse (2007) nos afirma que após o homem ter seu valor reduzido na linguística saussuriana, na antropologia estrutural, na psicanálise lacaniana, nas teses althusserianas, Foucault o instala no coração da história cultural ocidental como uma ausência, uma lacuna, em torno da qual se desdobram as epistemes. E desse modo, temos intensificada a problemática recorrente com relação ao sujeito, assim como temos o aparecimento de diversas críticas ao estruturalismo de Foucault.

Entretanto, como já afirmamos anteriormente, as opiniões com relação ao viés estruturalista de Michel Foucault se divergiam, e desse modo temos estudiosos como François Ewald⁷¹, para quem Foucault jamais poderia ser estruturalista, visto seu projeto era mesmo o de combater a estrutura, e, por conseguinte, o estruturalismo. De acordo com Ewald, todo o empreendimento foucaultiano visava a uma possibilidade política por isso a sua hostilidade à própria ideia de estrutura: “A estrutura é uma das formas do grande sujeito histórico, da grande identidade que atravessa a história, ao passo que Foucault explica muito bem ser justamente isso o que ele quer destruir” (DOSSE, 2007, v. 1, p. 428)⁷². A afirmação de Ewald não deixa de fazer sentido se nos referirmos ao fato de Michel Foucault operar com a noção de 'descontinuidade' na história, o que implica o tratamento com diversas transformações em um período histórico, e por fim a instabilidade dessa estrutura 'identidade histórica'. Ao tratarmos do método arqueológico foucaultiano, retomaremos tal noção de 'descontinuidade'.

O próprio Michel Foucault mantinha uma relação ambígua com o estruturalismo, ora se mostrando afeiçoado a ele, ora se esquivando. E conforme nos afirma Dosse (2007, v 1, p.428):

71 François Ewald foi entrevistado por Dosse, em virtude da publicação de *História do estruturalismo*, portanto não havemos de encontrar seu nome nas referências do presente trabalho.

72 François Ewald em entrevista com François Dosse.

Essa tensão interna não sentida pelo Foucault de 1966, provém da sua posição ambígua de filósofo que se instala no núcleo das ciências sociais para subvertê-las desde o interior. Mas essa posição, longe de ser a de uma contestação do fenômeno estruturalista, alimenta-se dele, embora Foucault não compartilhe do cientismo próprio dos outros defensores do movimento, que procuram, por sua vez, a legitimação de suas respectivas disciplinas.

Mesmo vista essas problemáticas de Foucault com relação ao estruturalismo, o tomaremos como estruturalista, adotando como subsídio o fato de ele ser figura importante do movimento, sendo enquadrado no estruturalismo especulativo de Pavel (1990) e no estruturalismo historicizado de Dosse (2007); e também podemos considerar seu método arqueológico como um método estrutural. No item seguinte, trataremos da arqueologia foucaultiana, tendo Costa (2008, 2009) como auxílio, visto que esse autor buscar explicitar traços estruturais desse método.

3.2.2.2.2 O estruturalismo em Michel Foucault: o método arqueológico

Para começarmos a tratar da arqueologia de Michel Foucault, consideramos pertinente relembrarmos resumidamente a obra *História da Loucura na Idade Clássica*, ou simplesmente *História da Loucura*. Tida como uma das principais produções de Michel Foucault, esta foi escrita em 1961, sendo baseada em seu trabalho final de doutoramento. Tal obra não deixou de ter suas repercussões, sendo também importante para maior reconhecimento do autor em diversas disciplinas, como a Análise do Discurso, a Filosofia e a História. Com *A História da Loucura*, marca-se o início do método de pesquisa utilizado por Foucault conhecido como “arqueologia”, o qual é definido mais especificamente em *A Arqueologia do Saber*, obra em que a temática da loucura é muito recorrente em exemplificações que buscam esclarecer o método.

História da Loucura é dividida em três partes principais, cada qual abordando diferentes aspectos da trajetória que a loucura seguiu ao longo do que podemos considerar a sua constituição. Ou seja, a obra de Foucault descreve como a ideia da loucura foi se desenvolvendo durante a Idade Clássica, a qual enquadra os séculos

XVII, XVIII e XIX. E, como podemos perceber durante a leitura, a loucura foi adquirindo diferentes sentidos com o passar do tempo; de “saber” estranho para a maioria a uma doença que precisava ser tratada. Igualmente relevante para a constituição dessa história é o tratamento que a sociedade dava ao louco, como esta o construía, e como procurava excluí-lo do convívio com os demais, alegando diversos motivos, os quais estavam ligados tanto a fatores econômicos, como jurídicos, morais e também religiosos.

Tendo em vista o que já relatamos sobre *A História da Loucura*, afirmamos que mais do que uma história (ou arqueologia) da loucura, a obra de Michel Foucault é também uma história das práticas de exclusão que se desenvolveram no decorrer da Idade Clássica, estando tais práticas relacionadas com a economia, a política, a filosofia, a religião, os comportamentos de cada século. Isto é, as práticas de exclusão eram constituídas conforme o que se encontrava vigente em cada época, seja nos aspectos econômicos, nos políticos, nos religiosos, dentre outros. Além da Idade Clássica, Foucault aborda o final da Idade Média e também o período da Renascença, os quais foram importantes também para o desenvolvimento da ideia de loucura e das práticas de exclusão. E para conseguir apresentar essa história, Foucault se utilizou de crítica documental, baseando-se em princípios de sua arqueologia.

A História sempre se utilizou de crítica documental, antes mesmo de Michel Foucault, entretanto foi mérito do autor francês a sua sistematização para o estudo de fenômenos discursivos, a qual foi exposta em *A Arqueologia do Saber* (2009), conforme nos afirma Costa (2009).

Na obra citada, Foucault relembra a nova tendência da história de 'tratar o documento como um monumento'. Para definir o que significa essa nova abordagem, o autor francês se utiliza de comparação com o método da História Tradicional. Para esta, a análise do documento voltava-se a reconstituição do passado, da época em que foram produzidos, “o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio” (FOUCAULT, 2009, p. 7). Depois, o tratamento dado a massa documental adquiriu novos aspectos, com a história considerando como sua nova tarefa, não a interpretação do documento, tampouco a verificação de sua veracidade, sendo sua nova relação com o ele:

trabalhá-lo em seu interior, e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa massa inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2009, p. 7)

E segundo Foucault, a história passava a se aproximar da arqueologia nessas circunstâncias, e assim o documento se tornava um monumento para Nova História. Em palavras mais simplórias, podemos afirmar que, ao deixar de ter o documento como um portador de verdades *a priori*, e tomando-o de objeto de análise, a história passou a se utilizar de métodos semelhantes ao da arqueologia quando esta buscava descrever os monumentos. E tendo em vista a novo tratamento dado aos documentos, voltado a sua organização, definição de conjuntos, séries, unidades, relações, Foucault expõe em *A Arqueologia do Saber* um conjunto de noções, que poderiam caracterizar o método arqueológico de análise de documentos, como 'formação discursiva', 'formação de objetos', 'formação de conceitos', 'formação de estratégias', 'arquivo', bem como alguns domínios de análise como o 'enunciado', e a 'prática discursiva'. O conceito de 'descontinuidade' também ganha relevância no método arqueológico.

Quando se refere à 'descontinuidade', Foucault (2009, p. 9-11) retoma a relação da História Tradicional com os acontecimentos que ela procurava descrever; tentava-se realizar uma história global que reconstituísse toda a forma de conjunto de uma civilização, o princípio de uma sociedade, o 'rosto' de uma época. Para tanto, pressupunha-se que havia uma relação homogênea entre os fenômenos de determinada época, a qual poderia ser sistematizada; pensava-se também que uma única e mesma forma de historicidade compreendiam as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, hábitos técnicos, comportamentos políticos, todos esses fatores submetidos ao mesmo tipo de transformação. A história, em sua forma clássica, pretendia evidenciar o princípio de coesão natural existente entre os diversos aspectos das sociedades que estava a descrever, dava-se primazia a uma certa continuidade entre os fatos. E nesse contexto, pensar a 'descontinuidade' tornava-se insensato, era pertinente que ela fosse apagada. Nas palavras de Foucault (2009, p. 9):

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas, - e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história.

Por outro lado, a Nova História passa a considerar a descontinuidade como um dos elementos fundamentais da análise histórica, a qual segundo Foucault, aparece com um triplo papel: uma operação deliberada do historiador, que consiste em, a princípio, distinguir possíveis níveis de análise histórica, bem como métodos e periodizações convenientes a cada um; é também o resultado da descrição histórica, isto é, ao realizar sua descrição o historiador se dispõe a descobrir irregularidades nos processos que descreve; por fim, a 'descontinuidade' não deixa de ser um conceito passível de ajustes, “ela toma uma forma e uma função específica de acordo com o domínio e o nível em que é delimitada” (FOUCAULT, 2009, p. 10), ou seja, não se trata de uma mesma descontinuidade, quando se descreve transformações nos saberes, mudanças em uma curva de população, ou a substituição de uma técnica por outra.

Em termos mais simples, podemos inferir que, ao dar ênfase ao uso da 'descontinuidade', o historiador deixa de pressupor que exista uma coesão lógica e natural entre os fenômenos que descreve historicamente; o que há é uma irrupção de diversos 'acontecimentos' simultâneos e dispersos, que contribuem para transformações históricas, para o surgimento e manutenção de práticas e enunciados em determinada época. E cabe ao historiador, se utilizando do método arqueológico, demonstrar como se dá essa contribuição, como os acontecimentos dispersos possibilitam o aparecimento e a manutenção das práticas e também dos enunciados. Ao fazê-lo, o historiador demonstra que é possível pontuar regularidades em meio aos acontecimentos dispersos, os quais eram antes apagados pela História Tradicional.

Como afirmamos anteriormente, a arqueologia de Foucault, tomada com método, se encontra presente em todas as suas fases, tanto arqueológica quanto a genealógica ou a ética. Todas as noções sugeridas por Foucault em *Arqueologia do Saber* podem ser aplicadas tanto aos trabalhos anteriores quanto aos trabalhos

posteriores a essa obra. Isto é, todas as fases de Michel Foucault se utilizam da arqueologia, seja para o estudo da loucura, das prisões, ou da história da sexualidade, todas as fases se utilizam de crítica documental, em todas o documento é um monumento. Assim sendo, a diferença entre as fases de Michel Foucault é da ordem de seus conteúdos e não do método. Foucault passa a centralidade dos saberes da fase arqueológica para as relações de poder na fase genealógica, e por fim interessa-se pela ética e estética da existência em sua última fase, mas o método é sempre o mesmo. E tal método é explicitado em *A Arqueologia do Saber*, apresentando todo um conjunto de noções para a análise dos documentos.

Como citamos anteriormente, dentre as noções que Foucault apresenta em *A Arqueologia do Saber*, temos 'formação discursiva', 'formação de objetos', 'formação de conceitos', 'formação de modalidades enunciativas', 'formação de estratégias'; ao realizar a crítica documental arqueológica, tais noções podem ser utilizadas para se reconstituir as práticas e os discursos verificáveis nos documentos em análise. Tomando Foucault (2009) como subsídio, havemos de definir mais adequadamente tais noções.

Por formação discursiva, Foucault (2009, p. 43), entende, entre certo número de enunciados, um sistema de dispersão semelhante, uma regularidade entre os tipos de enunciação, os objetos, as escolhas temáticas, os conceitos referentes a tais enunciados. Todos esses elementos do enunciado estão submetidos a determinadas *regras de formação*, ou seja, determinadas condições de existência (mas também de coexistência, manutenção, modificação ou desaparecimento) que caracterizam o modo de ser desses. Em termos mais simplórios, diríamos que uma formação discursiva⁷³ define um conjunto de enunciados com caracteres semelhantes, que podem ter determinados modos de enunciação, determinados objetos a que tais enunciados se referem, certos conceitos utilizados. Recorrendo à *História da Loucura*, tomamos como exemplo de formações discursivas os conjuntos de enunciados ligados às instituições religiosas, ou seja, formação discursiva ligada a Igreja; podemos nos referir também aos enunciados das instituições econômicas, políticas, entre outras. Todos esses conjuntos de

⁷³ Na definição simplória, admitimos que o termo 'formação discursiva' acaba coincidindo com a definição que Foucault (2009, p. 132) dá ao discurso: "Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva (...) é constituído de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência". Entretanto, no uso desses termos, veremos que tal oscilação não se faz fortemente problemática, por exemplo, podemos nos referir a um discurso da ciência médica, verificando os enunciados possíveis nesse discurso, como também podemos nos referir a formação discursiva da ciência médica que constitui determinados enunciados diferentes dos de outras formações discursivas, ou outros discursos.

enunciados contribuíam para os modos de se tratar a loucura e o louco na Idade Clássica. E esses enunciados se constituíam conforme as regras de formação típicas da formação discursiva a que pertenciam. E dentre as regras de formação, Foucault (2009) apresenta a 'formação de objetos', 'formação de modalidades enunciativas', 'formação de conceitos', 'formação das estratégias'.

A formação de objeto diz respeito aos objetos referidos numa dada formação discursiva, objetos de conhecimento, entidades que disciplinas particulares ou ciências reconhecem dentro de seus campos de interesse e que são tomados como alvos de investigação. Foucault (2009) se refere à constituição da loucura como um objeto de diversas formações discursivas ligadas à religião, à ciência (mais especificamente à psicopatologia), à economia, entre outras. Fatores próprios de cada formação discursiva influenciam no modo como determinado objeto será constituído, ou seja, a loucura era vista de modos diversos conforme o meio em que era tratada. Sobre a formação dos objetos podemos nos utilizar das seguintes palavras de Foucault (2009, p. 50):

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade.

Não só os objetos, mas também a forma de se referir a eles dependem de regras de formação, desse modo, temos a 'formação de modalidades enunciativas'. Para definir uma modalidade enunciativa, Foucault (2009, p. 56) se utiliza de algumas questões: quem fala? Qual o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito de proferir semelhante discurso? Alguns indivíduos se referem a determinado objeto de forma diferente de outros, e ainda há aqueles que têm mais privilégio para tratar de alguns objetos. Retomando a loucura, podemos nos lembrar que em determinada época

a igreja tinha mais autoridade de abordá-la em seus discursos, posteriormente tal autoridade passou para a medicina e para psicopatologia, a forma de um padre tratar da loucura era bem diferente do modo de um médico fazê-lo, e fatores diversos ligados às instituições a que o padre ou o médico são pertencentes contribuem para que cada um deles produza seus enunciados de maneiras distintas.

Tem-se também a 'formação de conceitos', sendo esses tomados como um conjunto de categorias que uma disciplina utiliza como aparato para tratar seus campos de interesse. Porém Foucault (2009) afirma que os conceitos não se encontram de maneira definitiva e totalmente estável em uma formação discursiva; aliás, estabilidade definitiva não é característica típica nem dos objetos e tampouco das modalidades enunciativas. É possível verificar tais elementos nas formações discursivas, mas não é pertinente tomá-los como estáveis, visto que diversos fatores os atravessam. Assim, o autor francês sugere um quadro de configurações mutáveis de conceitos em transformação, o que é também aplicável aos objetos e às modalidades enunciativas.

Para tratar da formação de conceitos em determinada formação discursiva, Foucault propõe alguns procedimentos que visam verificar como é organizado o campo de enunciados associados a tal formação discursiva, dentro do qual seus conceitos aparecem e circulam. No campo de enunciados, diversos tipos de relações entre esses enunciados podem ser observados. O autor se refere aos “diversos *esquemas* retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados (como se encadeiam, umas às outras, descrições, deduções, definições, cuja sequência caracteriza a arquitetura de um texto.)” (p. 63). Localizar 'campos de presença', 'campos de concomitância' e 'domínio de memória', também visa analisar das relações existentes entre os enunciados. Por campo de presença, Foucault (2009, p. 63) entende “todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados ou excluídos”. Diferente do campo de presença, pode-se descrever um campo de concomitância, entendido como os “enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados”, seja por serem pertinentes como premissas válidas para um raciocínio, seja por valerem como modelos transferíveis a

outros conteúdos, ou por funcionarem como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas (p. 64). Por fim, o 'campo de memória' consiste nos “enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.” (p. 64). Fairclough ([1992] 2001) considera tais noções foucaultianas uma base para uma investigação sistemática das relações entre os textos, embora as distinções definidas por Foucault não sejam sempre claras.

Por fim temos a 'formação de estratégias', e por estratégias, Foucault (2009) entende as teorias e temas referentes a determinados objetos. E conforme o autor francês, é necessário verificar como tais temas e teorias se distribuem na história através de algumas operações, dentre elas a determinação de *pontos de difração* possíveis do discurso, que se caracterizam inicialmente como *pontos de incompatibilidade*, em seguida como *pontos de equivalência* e finalmente como *pontos de ligação de uma sistematização*. Nas palavras de Foucault (2009, p. 73):

Determinar os *pontos de difração* possíveis do discurso. Tais pontos se caracterizam inicialmente como *pontos de incompatibilidade*: dois objetos ou dois tipos de enunciação, ou dois conceitos, podem aparecer na mesma formação discursiva, sem poderem entrar – sob pena de contradição manifesta ou inconseqüência – em uma única e mesma série de enunciados. Caracterizam-se, em seguida como *pontos de equivalência*: os dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa: mesmo que segundo a cronologia não apareçam ao mesmo tempo, que não tenham tido a mesma importância, e que não tenham sido representados, de modo igual, na população dos enunciados efetivos, apresentam-se sob a forma de “ou bem isso... ou bem aquilo”. Finalmente caracterizam-se como *pontos de ligação de uma sistematização*: a partir de cada um desses elementos, ao mesmo tempo equivalentes e incompatíveis, uma série coerente de objetos, formas enunciativas, conceitos, foram, derivados (eventualmente, com novos pontos de incompatibilidade em cada série). Em outros termos, as dispersões estudadas nos níveis precedentes não constituem simplesmente desvios, não identidades, séries descontínuas, lacunas; podem chegar a formar subconjuntos discursivos – os mesmos aos quais habitualmente, se dá uma importância maior, como se fossem a unidade imediata e a matéria-prima de que são feitos os conjuntos discursivos mais vastos (“teorias”, “concepções”, “temas”).

Outras etapas para se verificar como se dá a formação de estratégias numa dada formação discursiva consistiriam em analisar o papel desempenhado por um discurso em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos, bem como observar as relações de analogia, oposição ou complementaridade. Por fim, é preciso levar em conta a função que cada discurso exerce num campo de práticas não discursivas, observando como se dão o regime e o processo de apropriação dos discursos numa dada formação discursiva.

Para Costa (2008, 2009), o fato de apresentar noções e categorias em sua obra com o fim de sistematizar o método que vinha utilizando em seus próprios estudos, demonstra a aproximação notória de Foucault com o paradigma estruturalista, mesmo que ele buscasse se esquivar de qualquer relação com o mesmo. Traço também estruturalista na arqueologia foucaultiana, ainda segundo Costa (2008, 2009), consistiria na constante busca de regularidades em sistemas de dispersões; em outros termos, diríamos realizar sistematizações a partir das discontinuidades verificadas na história, e para isso a própria produção e construção do tecido documental é etapa importante da pesquisa. Nas palavras de Costa (2009, p. 7):

O entendimento de que as pesquisas históricas passavam pela contradição de ter de escolher entre a busca da linearidade ou da descontinuidade faz com que *a crítica do documento*, a operação deliberada de produção e de construção do próprio tecido documental, refrate o axioma saussuriano da *primazia do sistema*.

Em outras palavras, afirmaríamos que ao tratar o 'documento' como 'monumento', submetendo-o a uma série de operações que visem definir unidades, conjuntos, séries, relações a partir de tais documentos, ele não deixa de ser tomado como uma estrutura. E de acordo com Costa (2009, p. 7), ao considerar os “documentos” como “monumentos”, a arqueologia de Foucault parece recuperar a polissemia ou ambiguidade da noção de estrutura, conforme a discussão de Umberto Eco sobre os elementos fundamentais das obras de autores importantes do debate e da problemática estruturalista. Quando nos referimos a tal discussão de Umberto Eco referente a ambiguidade da noção de estrutura, retomamos a oscilação entre a estrutura como 'objeto estruturado' ou como 'modelo estrutural', a qual abordamos no primeiro

capítulo. No que diz respeito a tal oscilação, retomariamos a pergunta: a 'estrutura' é o objeto estruturado ou ela consiste num modelo que aplicamos aos mesmos para torná-lo inteligível? Conforme Costa (2009), tal oscilação é visível no tratamento que o método arqueológico dá aos documentos:

Para Foucault, um documento como *enunciado*, seria tanto um “um objeto estruturado”, um conjunto material e seus elementos, como um “modelo estrutural”, o conjunto de relações constituído pelo historiador; no entanto, todo documento, sendo um “objeto textual”, seria ao mesmo tempo um “acontecimento enunciativo”. Essa aparente confusão, na verdade, implica um jogo de relações entre diferentes instâncias tomadas como estruturas e acontecimentos. Basta pensar na própria metáfora proposta por Foucault: qualquer “monumento” se apresenta não apenas em seu volume “tridimensional físico”, como uma “coisa” e um “modelo”, mas também em sua proposição espaço-temporal como uma enunciação permanente. (COSTA, 2009, p. 8)

No fragmento anterior, vemos presente a noção de 'acontecimento', utilizada na abordagem de Foucault, bem como na abordagem de estudiosos da Análise do Discurso, como Pêcheux. Em *A Arqueologia do Saber*, há referências ao 'acontecimento', especialmente quando a história é definida como uma irrupção de acontecimentos, e o enunciado tomado como acontecimento na arqueologia foucaultiana. E tendo-se o enunciado entendido como acontecimento, a análise discursiva considerará as condições de existência que determinam a materialidade própria do enunciado, isto é, que fatores permitiram o aparecimento (acontecimento) de tal enunciado. Foucault opõe a análise discursiva em termos de acontecimento às análises que descrevem o discursivo desde o ponto de vista da língua ou do sentido, da estrutura ou do sujeito. Em *A Ordem do Discurso*, a noção de 'acontecimento' é retomada, e Foucault observa que tal conceito foi raramente levado em consideração pelos filósofos. Castro (2009) afirma que, a princípio, podemos distinguir na obra de Foucault dois sentidos para a noção de 'acontecimento': o acontecimento como novidade ou diferença, e o acontecimento como 'prática', respectivamente o “acontecimento arqueológico” e o “acontecimento discursivo”. O primeiro quer dar conta da novidade histórica, e o segundo, da regularidade histórica das práticas (objeto da descrição arqueológica). Existe relação entre esses dois modos de acontecimento, já que as novidades instauram novas formas

de regularidades. Assim, Castro (2009) nos relembra a obra *As Palavras e as Coisas* de Michel Foucault, na qual o “acontecimento” da passagem de uma episteme a outra instaura novos acontecimentos discursivo, ou seja, novas práticas discursivas e novos enunciados. Tal lógica, podemos aplicar a outras obras de Foucault também; conforme os saberes que iam adquirindo valor, as práticas para se lidar com o louco e a loucura, em *A História da Loucura*, as práticas para se lidar com delinquentes, em *Vigiar e Punir*, e as práticas para se lidar com a questão da sexualidade, em *História da Sexualidade*, adquiriam novos contornos, e por consequência os enunciados, isto é, a medida que se transformavam os modos de se agir diante de questões como a loucura, a criminalidade, a sexualidade, novos modos de se falar sobre elas iriam surgindo também.

Depois de feita tal elucidação sobre a noção de 'acontecimento', podemos retomar o fragmento de Costa (2009), para fins de esclarecimento. Em Foucault, o enunciado é tomado como um acontecimento, e o documento tomado como um enunciado, portanto, é também um acontecimento que surge na história. Entretanto o documento, como objeto de análise, possui caracteres de estrutura, sendo um conjunto e seus elementos, ou sendo passível de se identificar com um modelo estrutural constituído pelo historiador.

E tal modelo constituído pelo historiador se apoia em noções como a de formação discursiva e suas regras de formação de objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias. Através dos procedimentos que visam verificar as regras de formação, o historiador pode estabelecer a relação do documento/enunciado com as condições históricas que possibilitaram seu aparecimento, bem como sua relação com diversos outros enunciados, discursos e práticas. E tal relação entre enunciados, discursos, e práticas nos permite retomar a noção de 'sistema de diferenças'; ao operar com os enunciados, verificando seus campos de presença, concomitância, ou memória, o historiador não deixa de considerar que tais enunciados se definem pelas diferenças que têm em relação aos outros; e o mesmo pode-se considerar em relação aos discursos e as práticas.

Seguindo Costa (2008, 2009), afirmamos, novamente, que a arqueologia foucaultiana se utiliza de modelo estrutural para lidar com os documentos. E conforme tal autor, mesmo busque levar em consideração a 'descontinuidade', tratando os

discursos como práticas e os enunciados como acontecimentos, as noções utilizadas por Foucault, como 'formação discursiva', 'arquivo', 'sistema', 'regularidade', etc evidenciam o viés estruturalista do filósofo francês. E retomando a definição foucaultiana de 'formação discursiva' como regularidade entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão, Costa (2008) afirma que, na abordagem de Foucault, a formação discursiva não se referiria a apenas “uma estrutura” ou um “quadro de diferenças”, mas também a *um conjunto de estruturas dinamicamente correlacionadas* (p. 9 – grifado no original). E operando desse modo,

Foucault parece querer montar um dispositivo teórico-metodológico que permita fazer o que Bakhtin diz ser impossível: *uma estruturação do acontecimento enunciativo*. Nessa leitura, a descrição das formações discursivas poderia ser equiparada a uma *objetivação do devir*, em cuja operacionalização o próprio autor prevê a descrição da formação de cada um de seus elementos: dos 'objetos', dos 'tipos de enunciação', dos 'conceitos', e das 'escolhas temáticas'. (COSTA, 2008, p. 9)

Ainda, conforme Costa (2008), a noção de 'arquivo', utilizada na arqueologia foucaultiana, possui um caráter marcadamente estrutural. A definição de 'arquivo' segundo Foucault (2009) pode-se conferir no fragmento abaixo:

temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização) São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*. (FOUCAULT, 2009, p. 146)

E de acordo com Costa (2008, p. 9), a definição de 'enunciados' como 'coisas' e também acontecimentos teria equivalência, nos termos de Bakhtin e Eco, a 'eventos do devir permanente' e 'objetos estruturados'. E assim sendo, os 'sistemas enunciados' seriam 'sistemas de sistemas': 'sistemas de objetos', 'sistemas de modalidades enunciativas', 'sistemas de conceitos' e 'sistemas de estratégias'. E considerar a densidade das 'práticas discursivas' significa reconhecer que elas são estruturadas. E

assim a noção de 'arquivo' em Foucault seria uma metáfora tridimensional para a concepção de 'uma estrutura de todas as estruturas': *o conjunto das séries diacrônicas de todos os sistemas sincrônicos que compõem os sistemas de enunciados* (em itálico no original). E ainda conforme Costa (2008), nada poderia ser mais estruturalista do que equiparar a história ao 'arquivo', um móvel tão comum em escritórios bibliotecas e repartições, com suas gavetas organizadas espacialmente, com seus documentos classificados cronologicamente, tematicamente, tipologicamente, etc. Um arquivo pode ter o “tamanho” de quantos móveis se queira imaginar e a “qualidade” de quantas ordenações se consiga conceber, interna e externamente. Mas apesar de equiparar a história e seus processos a um móvel como o arquivo, Foucault não pretende reduzir tudo que existe a uma origem estrutural mais profunda, como buscavam fazer os adeptos do estruturalismo ontológico, pelo contrário

A noção foucaultiana de arquivo é a expansão das relações estruturais ao devir em si mesmo: cada acontecimento seria uma origem possível. Apesar da complexidade do raciocínio, julgamos que as explicações ontológico-epistemológicas de Bakhtin e de Eco permitem entender o que Foucault tenta (não) dizer em sua explicitação teórico-metodológica: *um enunciado é um acontecimento singular dentro de uma imensa e complexa cadeia de enunciados, seu estudo se faz pela recuperação e pelo mapeamento, ainda que precário das relações estruturais dos seus diversos sistemas de produção* (suas condições de possibilidade). (COSTA, 2008, p. 10 – itálico no original)

Seguindo a linha de Costa (2008, 2009), reforçamos que Foucault é estruturalista ao operar com estruturas em seu método arqueológico; entretanto não cremos que o estruturalismo do filósofo francês desconsidere definitivamente a capacidade de ação dos sujeitos, como afirma Fairclough ([1992] 2001), e tampouco que ele 'mate' efetivamente o homem, conforme consta nas explanações de críticos como Roger Garaudy. Podemos verificar na abordagem foucaultiana a dialética entre estruturas, práticas e eventos como eixo relevante, não com os mesmo caracteres que encontramos na abordagem de Fairclough e Bakhtin, mas ainda assim considerável. E tendo esse eixo relevante, a abordagem de Michel Foucault se utiliza de noções que são aproveitadas na Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough.

No item seguinte, procuramos verificar como se dá a dialética entre estruturas, práticas e eventos na abordagem de Michel Foucault, e também tentaremos 'suavizar' o estruturalismo doutrinário e anti-humanista considerado em sua abordagem; nessa etapa teremos Castro (2009) como mais um subsídio.

3.2.2.2.3 O estruturalismo em Michel Foucault: dialética entre estruturas, práticas e eventos.

No viés de Castro (2009, p. 337), consideramos que Michel Foucault se utiliza do conceito de 'prática' desde suas primeiras obras. Desse modo, em *História da Loucura*, a clausura e o exílio são analisados em termos de práticas; *O Nascimento da Clínica* se centra no estudo das práticas médico-clínicas; *Vigiar e Punir* analisa as práticas punitivas, *História da Sexualidade* também analisa as diversas práticas relacionadas ao tema da sexualidade. Entretanto, apesar de frequentemente operar com tal noção em suas obras, não encontramos na abordagem foucaultiana nenhuma exposição detalhada do conceito de prática. Não negamos o fato de em *A Arqueologia do Saber*, Foucault definir a prática discursiva do seguinte modo:

o que se chama de “prática discursiva” pode ser agora precisado. (...) é um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2009, p. 133)

Utilizando-se de outras indicações presentes em diversas outras obras de Michel Foucault, Castro (2009) chega à seguinte definição de 'prática' na teoria de Foucault: “podemos dizer que Foucault entende por práticas a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem, (...) que têm um caráter sistemático (...) e geral (recorrente)” (p. 338). Por outro lado, ao tratar do conceito de 'prática' em Foucault, Fairclough ([1992] 2001) faz a seguinte crítica à definição e à utilização que Foucault realiza dele:

Por prática, eu entendo os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas. Foucault, de fato, refere-se à prática, quando introduz o conceito de prática discursiva, mas ele a define de forma confusa como regras que subjazem a prática real: uma prática discursiva é 'um sistema de regras anônimas, históricas'. Em outras palavras, a prática é reduzida ao seu inverso, a estruturas, usando esse termo no *latu sensu* dos recursos que são subjacentes e necessários para a prática (tanto quanto são produtos dela). Parece que são as estruturas que estão em foco, sejam as regras de formação de Foucault, (1972) ou as técnicas, tais como o exame em Foucault (1979). Contudo, Foucault naturalmente propõe que está falando sobre a prática: seu foco sobre as estruturas pretende explicar o que pode acontecer e o que realmente acontece. (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 83)

O questionamento que Norman Fairclough faz sobre a noção de 'prática' em Foucault, possui relação com outro questionamento referente ao trabalho empírico com textos. Fairclough ([1992] 2001) considera que a análise de discurso de Michel Foucault não realiza um trabalho satisfatório com textos, isto é, Foucault não inclui a análise discursiva e linguística de textos reais em sua teoria, diferente de uma análise de discurso textualmente orientada, corrente em que o autor britânico se inclui. Para Fairclough, os textos são instâncias concretas das práticas, e a análise deles em vários aspectos, mesmo linguísticos, tem muito a revelar com relação às práticas que os produziram; daí tem-se o modelo tridimensional de análise da abordagem de Fairclough, que busca verificar textos, práticas discursivas, práticas sociais, e como eles se relacionam.

Ainda o autor britânico afirma que a negligência de Foucault com relação à prática e com a mudança segue a par com uma negligência dos processos de luta, mesmo que o filósofo francês se refira a modos de resistência, e que esses necessariamente são acarretados pelas relações de poder, no entanto, de acordo com Fairclough ([1992] 2001) a abordagem de Foucault dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça. Novamente, temos a questão da capacidade de ação do sujeito, que não deixa de estar relacionada à morte do homem.

Como temos demonstrado ao longo desse trabalho, de fato, Foucault realmente se refere à 'morte do homem' nas ciências humanas, e que ele foi qualificado de anti-

humanista e antiantropológico por outros estudiosos. Mas, como nos demonstra Castro (2009), tal qualificação se faz lógica com relação ao homem do humanismo e das ciências humanas com a subjetividade cartesiana e da tradição fenomenológica; mas não com relação ao sujeito em geral. Se retomarmos, brevemente, o contexto em que o estruturalismo começou a adquirir notoriedade, lembraremos que os paradigmas em voga eram o existencialismo e o marxismo, e a fenomenologia era uma disciplina prestigiada. A fenomenologia, influenciada pelas ideias de Sartre, enfatizava a consciência, uma consciência transparente em si mesma, a subjetividade possuía então certa relevância, portanto o sujeito era dotado de uma certa soberania e liberdade. Os marxistas, de outro lado, enfatizavam os processos de luta e mudança social. E ainda devemos nos lembrar de uma história clássica voltada para a continuidade dos progressos humanos. Porém a realidade de pós-guerra mundial e a ditadura stalinista na União Soviética não deixaram de despertar aversão de alguns intelectuais com relação ao tal sujeito soberano e consciente que sempre caminhava rumo ao progresso. Desse modo, o existencialismo perdeu credibilidade por parte de alguns estudiosos e o marxismo teve suas teorias revisadas por estudiosos como Althusser. Enfim, nesse contexto de certo grau de decepção com a humanidade, o homem, o sujeito e a história passam a ser tratados de outros modos, e o estruturalismo oferece tais formas diferenciadas. Foucault se enquadra nesse contexto.

Para Castro (2009, p. 407), “seja quando se trate da experiência da loucura, do nascimento da clínica, da arqueologia das ciências humanas, da história do castigo, das disciplinas ou da sexualidade, a preocupação geral de Foucault foi a problemática do sujeito”. Mas Foucault não operava com um sujeito soberano e consciente:

O que Foucault, segundo suas palavras, sempre “teve na cabeça” é levar a cabo uma “história do sujeito” ou, antes, do que denomina *modos de subjetivação*. Em segundo lugar, é necessário ter presente que, para expressá-lo de algum modo, essa história do sujeito mudou de estilo, de objetos (...), à medida que Foucault se desloca da questão da *episteme* para o dispositivo e, finalmente, às práticas de si mesmo (...) Foucault é conduzido a uma história das práticas nas quais o sujeito aparece não como uma instância de fundação, mas como efeito de uma constituição. Os modos de subjetivação são precisamente, as práticas de constituição do sujeito. (CASTRO, 2009, p. 408)

Tendo em vista as explicações de Castro (2009), podemos afirmar então que Foucault não tinha como preocupação verificar como um sujeito soberano e consciente constituía uma história de progressos, mas sim uma operação inversa: verificar como a história – tomada como uma irrupção de acontecimentos que envolvem práticas, discursos e enunciados – constitui e o sujeito. E para realizar tal verificação, Foucault opera com estruturas, mas, como vemos em Costa (2008, 2009), as estruturas de Foucault são dinamicamente correlacionadas. Isto é, enunciados, discursos e práticas estão todos correlacionados entre si, e estes contribuem para a constituição dos sujeitos, e por que não transformação? Consideramos que Foucault, ao enfatizar a descontinuidade, não deixa de levar em conta as transformações, transformações influenciadas por práticas, discursos e enunciados, transformações que podem ser pensadas em termos de uma dialética entre estruturas, práticas e eventos. Enfim, se a para o pensamento dialético as mudanças e transformações definem a verdadeira natureza da realidade, logo não podemos negar que haja uma dialética na abordagem foucaultiana.

Arriscamos afirmar que o objetivo emancipatório de Norman Fairclough faz com que ele tome Foucault como 'pesadamente estruturalista', visto que na abordagem do autor francês não foi ainda verificado se há também um caráter emancipatório. Certamente buscar nesse trabalho, e em apenas um item, promover uma finalização da problemática de Michel Foucault em relação ao estruturalismo, se faz um ato impertinente. De qualquer modo ainda assumimos a posição de considerar o filósofo como estruturalista, mas não por ele dar primazia a estruturas, e sim por desenvolver uma abordagem que opera com estruturas para lidar com a história, tais estruturas transformam e também se transformam. E certos aspectos dessa abordagem são de grande produtividade em teorias como as de Norman Fairclough.

3.2.2.3 Noções foucaultianas na abordagem discursiva de Norman Fairclough

Apesar de diversos questionamentos com relação à abordagem de Michel Foucault, Fairclough não desconsidera os vários méritos do autor francês e sua

relevância para muitas disciplinas, bem como para a Teoria Social do Discurso. Como já demonstramos anteriormente, Fairclough ([1992] 2001) afirma ter se apropriado dos seguintes aspectos da abordagem foucaultiana: a partir da fase arqueológica, tirará proveito da natureza constitutiva do discurso e da primazia da interdiscursividade e intertextualidade. Isto é, para Foucault, o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais, e também as práticas discursivas se definem por sua relação complexa com outras práticas; com relação à fase genealógica, Fairclough (1992), destaca a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso, bem como a natureza discursiva da mudança social. Ou seja, na abordagem de Foucault, os discursos influenciam as diversas relações de poder, existe luta pelo poder tanto no discurso quanto subjacente a ele, e a mudança nas práticas discursivas, isto é, práticas que lidam com discurso, é um elemento importante para a mudança social; e tais aspectos com relação ao poder em Foucault são aproveitados na obra de Fairclough. Desse modo, ao se utilizar das noções de 'discurso' e 'poder' o autor britânico não deixa de tomar a teoria do filósofo francês como base, embora no que diz respeito à noção de 'poder', possamos fazer algumas ressalvas.

Como afirmamos anteriormente, na abordagem de Foucault, o poder se encontra pulverizado na sociedade sob a forma de micropoderes que os indivíduos exercem entre si, o poder se encontra implícito nas diversas práticas sociais cotidianas, manifestando-se através de mecanismos como o exame (em seu sentido médico ou educacional), ou a confissão. Além do mais, “é somente mascarando uma parte de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (FOUCAULT, 1988, p. 83). Desse modo, para o autor francês:

o poder vem debaixo; isto é, não há no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. (FOUCAULT, 1988, p. 90)

E para Foucault, “onde há poder, há resistência” (1988, p. 91). E da mesma forma que o exercício do poder, os modos de resistência também são heterogêneos, podendo causar grandes ou pequenas mudanças. Por fim, é relevante lembrar que em Foucault, poderes, saberes, discursos e práticas se encontram em forte relação; isto é, relações de poder definem práticas discursivas, e técnicas de poder são desenvolvidas tomando saberes como bases, por exemplo, a relação de poder que há entre médicos e pacientes adquire legitimidade tomando os conhecimentos do médico como base; técnicas enfatizadas na obra de Foucault, como confissão, aconselhamento, exame, entrevistas são em grau significativo práticas discursivas. E tal relação entre práticas discursivas e poder é produtiva na obra de Fairclough.

Porém, Fairclough ([1992] 2001, p. 85) afirma que a concepção gramsciana de poder em termos de hegemonia é superior à concepção de poder de Foucault, porque evita desequilíbrios na relação entre estruturas e práticas sociais, isto é, evita uma visão unilateral focalizada nas estruturas sociais em detrimento da mudança social. O autor britânico nos lembra que, para Gramsci, a hegemonia é tomada como um equilíbrio instável construído sobre alianças e geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de luta. E sempre, ao longo de sua abordagem, Fairclough procura reforçar que a concepção de poder gramsciana complementa a noção foucaultiana e evita um foco exagerado sobre estruturas, como podemos conferir no fragmento seguinte:⁷⁴

nós concordamos com a ótica pós-estruturalista de que todas as práticas sociais estão imbricadas em redes de relações de poder, e potencialmente subordinam os sujeitos sociais nelas envolvidos (...) Ao mesmo tempo, nós acreditamos que a visão de poder como invisível, auto-regulador e inevitavelmente subjetivante (biopoder em Foucault) precisa ser complementada com uma visão do poder como dominação (...) (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 24 – tradução nossa)

⁷⁴ we agree with the post-structuralist view that all social practice is embedded in networks of power relations, and potentially subordinates the social subjects that engage in it (...). At the same time, we believe that the view of modern power as invisible, self-regulating and inevitably subjecting ('bio-power', Foucault 1977) needs to be complemented with a view of power as domination (...). Gramsci's concept of 'hegemony' is helpful in analysing relations of power as domination. Hegemony is relations of domination based upon consent rather than coercion, involving the naturalisation of practices and their social relations as well as relations between practices, as matters of common sense – hence the concept of hegemony emphasises the importance of ideology in achieving and maintaining relations of domination.

A concepção gramsciana de 'hegemonia' é útil para nossa análise das relações de poder como dominação. Hegemonia consiste em relações de poder baseadas mais no consenso do que na coerção, envolvendo a naturalização de certas práticas e relações sociais (...) o conceito de 'hegemonia' enfatiza a importância da ideologia no alcance e na manutenção de relações de dominação. (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 24 – tradução nossa)

Com relação à noção de 'poder', mais uma vez assumimos uma postura de defesa de Michel Foucault em relação aos questionamentos de Norman Fairclough. Discordamos que na obra foucaultiana a noção de poder utilizada implique uma ênfase exagerada em estruturas, e que os processos de lutas sejam negligenciados. Foucault (1988) afirma que onde há relações de poder, há relações de resistência, tão heterogêneas quanto às primeiras e que geram diferentes resultados, dentre eles, grandes rupturas. cremos que em Foucault, a relação entre poder e resistência é vista como natural e independente da consciência de sujeitos referentes a elas, logo, processos de manutenção e mudança inevitavelmente ocorrem. Lembremos que em sua abordagem, o autor francês buscava operar com um sujeito diferente do sujeito consciente, livre e soberano do humanismo; assim os sujeitos em Foucault não possuem o controle de tudo que acontece. Fairclough, por outro lado, busca utilizar suas teorias como modo de conscientização de grupos dominados, possibilitando que eles possam se emancipar de certas relações de poder, logo tomar o 'poder' em termos de hegemonia e dominação é pertinente para a abordagem do autor britânico. Sugerimos que os questionamentos diversos de Norman Fairclough com relação à abordagem foucaultiana são influenciados pelo caráter emancipatório de sua teoria, o qual não se encontra verificado na obra de Foucault.

A noção de 'discurso' foucaultiana também é produtiva na Teoria Social do Discurso, tendo em vista a sua natureza constitutiva, isto é, o 'discurso' constitui práticas, relações entre os indivíduos, representações da realidade, como também identidades. Ou seja, modos de agir, modos de se relacionar, modos de representar, modos de ser, os quais são relacionados aos termos gêneros, discursos, e estilos em *Analysing Discourse*. Em Foucault, também as práticas discursivas se encontram relacionadas e se definem com relação a outras, outro aspecto aproveitado por Fairclough.

Mais um traço da obra foucaultiana que podemos expor aqui diz respeito à noção de enunciado, que na abordagem do autor francês se assemelha a noção utilizada por Bakhtin. Para Foucault:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. [...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem. (Foucault, 2009, p. 32)

Para Bakhtin:

Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma determinada esfera comum da comunicação verbal. (Bakhtin, 2000, p. 316)

Em ambos os autores, os enunciados se definem pela relação entre si, em ambos o enunciado é a verdadeira unidade da comunicação, e sua análise se dá de um modo distinto do que se realiza com o sistema linguístico. Faria certo sentido sugerirmos que Foucault obteve algum acesso à obra bakhtiniana para desenvolver sua abordagem, embora não haja nenhuma comprovação disso. Fairclough também sugere uma relação entre as duas teorias ao afirmar que o tratamento das relações entre os enunciados presente na obra de Foucault é reminescente dos escritos de Bakhtin sobre gênero e dialogismo, introduzidos por Kristeva para o público ocidental com o conceito de intertextualidade. Outras semelhanças entre Bakhtin, Foucault e Fairclough também podemos verificar.

A noção de 'ordem de discurso' utilizada por Norman Fairclough para definir um conjunto de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, a faceta discursiva de uma ordem social, foi tomada de empréstimo da abordagem de Michel

Foucault, embora com algumas particularidades, conforme nos afirma o próprio Norman Fairclough. A partir da leitura da obra *A Ordem do Discurso* de Michel Foucault, pode-se definir 'ordem do discurso' como um conjunto de procedimentos que controlam o funcionamento do discurso. Dentre esses procedimentos, temos os procedimentos de interdição, que definem quem pode falar algo e em que circunstâncias. Desse modo, em Foucault, 'ordem de discurso' não constitui precisamente uma categoria, com a mesma funcionalidade como a de 'formação discursiva'. Por outro lado, a noção de 'ordem de discurso' utilizada em Fairclough se aproxima da 'formação discursiva' foucaultiana, lembrando que dentro de uma dada ordem de discurso, há regras que definem como se constituirão as práticas discursivas, seus enunciados, seus objetos, seus modos de enunciar, seus conceitos.

Podemos ainda pensar na noção bakhtiniana de 'esfera da atividade humana' destacando semelhanças entre ela e a noção de 'ordem de discurso' utilizada em Fairclough. Conforme Bakhtin (2000), todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, sempre se relacionam com a utilização da língua, e os modos de utilização dela são tão variados como o são as próprias esferas. A utilização da língua se efetua através dos enunciados, e eles refletem as peculiaridades das esferas a que pertencem, sendo caracterizados como gêneros. Ou seja, as esferas da atividade humana definem como são seus enunciados, ou gêneros, estabelecendo seus temas, modos de enunciação, dentre outros aspectos, bem como fazem as 'ordens de discurso' faircloughiana e as 'formações discursivas' foucaultianas.

Mesmo levando em conta as diferenças entre os propósitos das abordagens bakhtiniana, foucaultiana e faircloughiana, como também as diferentes épocas em que elas foram desenvolvidas, consideramos semelhanças metodológicas entre elas, a qual percebemos pela homologia de suas noções e categorias, e no caso de Fairclough, as apropriações a partir de Foucault e Bakhtin já pressupõem tal homologia. E como temos afirmado no presente trabalho, tais apropriações se fazem pertinentes e permitem a Fairclough desenvolver uma teoria que lide com a dialética entre estruturas e práticas, operando com modelos estruturais mais sem desconsiderar aspectos dialógicos das práticas nos contextos de interação. Com relação a Foucault, o linguista britânico faz alguns questionamentos, com os quais não nos mostramos de acordo; entretanto consideramos que as falhas que Fairclough encontra em Foucault são supridas através

da apropriação de outros autores, dentre eles temos Gramsci, que já abordamos brevemente, e também Bourdieu, de quem trataremos na seção a seguir.

3.2.3 Apropriações a partir da sociologia de Pierre Bourdieu

Para Fairclough, enquanto Foucault desconsidera a capacidade de ação dos sujeitos perante as estruturas, Bourdieu já se utiliza de uma abordagem que equilibra a relação entre sujeitos e estruturas, ou estruturas e práticas. E dentro de sua abordagem, Bourdieu elaborou noções que refletem tal equilíbrio, como a noção de '*habitus*' e a noção de 'campo'.

Pierre Bourdieu buscou em sua abordagem um modo de não se enquadrar no objetivismo vigente nas teorias das ciências em sua época e tampouco no subjetivismo de outras disciplinas. Por objetivismo entende-se um modo de se compreender a realidade social, considerando a ação dos indivíduos como efeitos, ou epifenômenos das estruturas sociais em que eles se enquadram. Por outro lado, o subjetivismo compreendia a realidade social considerando a ação dos sujeitos como produto de uma consciência e intencionalidade destes. Abordagens estruturalistas como as de Lévi-Strauss e Althusser se enquadravam na corrente objetivista, e filósofos existencialistas relacionados a Sartre, assim como algumas linhas da sociologia tal qual o interacionismo simbólico se enquadravam na corrente subjetivista. Para o sociólogo francês nenhuma das correntes forneceria um entendimento satisfatório da realidade, assim Bourdieu elaborou sua teoria e suas noções buscando um caminho intermediário entre as duas. E muitos aspectos da abordagem bourdieusiana vão ao encontro das teorias de Norman Fairclough.

3.2.3.1 O estruturalismo de Pierre Bourdieu

Bourdieu, assim como Foucault, é contemporâneo ao movimento estruturalista do século XX, tendo com o estruturalismo ora relação de aproximação ora de afastamento, embora metodologicamente suas reflexões sempre se utilizassem de

modelos estruturais. Antes dos anos setenta, Bourdieu mantinha uma relação mais harmônica com as ideias estruturalistas, o que o permitiu escrever obras que questionassem crenças vigentes como a de que a escola era um meio igualitário que desenvolvia o senso crítico das pessoas, e também possibilitar que a sociologia ganhasse destaque diante de outras ciências através do uso de método estruturalista.

A história de Bourdieu como acadêmico relaciona-se a sua história pessoal, conforme Dosse (2007) e Nogueira (2004) explicitam em suas obras. Em sua época, a escola era tida como um meio que permitia acesso a todos e que também fornecia a qualquer indivíduo chances de se buscar oportunidades, além de desenvolver nos alunos senso crítico para que eles pudessem superar as deficiências e atrasos da sociedade. Ou seja, a escola era um caminho para mudanças na realidade social.

Até meados do século XX, predominava, nas Ciências Sociais e mesmo no senso comum, uma visão extremamente otimista, de inspiração funcionalista, que atribuía à escolarização papel central no duplo processo de superação do atraso econômico, do autoritarismo e dos privilégios adscritos, associados às sociedades tradicionais, e de construção de uma sociedade mais justa (meritocrática), moderna (centrada na razão e nos conhecimentos científicos) e democrática (fundamentada na autonomia individual). (NOGUEIRA, 2004. pág. 12)

Entretanto, na realidade, essa concepção da escola não era visível, e que se percebia era a influência da origem social no rendimento dos alunos, assim como na obtenção de oportunidades após os tempos de escola. Sendo de origem popular, Bourdieu não deixou de conviver com as contradições do sistema de ensino, e abordar tais contradições foi um dos grandes marcos de sua teoria. E para o autor, em vez de possibilitar mudanças e avanços na estrutura social vigente na França, a educação é uma das principais instituições por que a estrutura se reproduz, e ao contrário do que era apresentado, nem todos os alunos conseguiam oportunidades ao passarem pela escola, muitas vezes não chegando às universidades. Bourdieu se encontrava entre as exceções, e por um certo tempo se sentiu em um ambiente ao qual não pertencia. O próprio meio acadêmico e suas contradições é um dos temas mais recorrentes na obra do sociólogo.

Além de explicitar as contradições do sistema de ensino, bem como das universidades, foi mérito de Pierre Bourdieu possibilitar que a sociologia passasse a se

destacar diante das outras disciplinas no meio científico e acadêmico. E a assimilação do programa estruturalista foi fator relevante para que isso ocorresse.

A sociologia era considerada uma disciplina menor, “desprezada, sobretudo pelos filósofos e os historiadores, mas também por disciplinas mais jovens, como a antropologia, cuja ambição e rigor pareciam relegar a sociologia para o papel secundário de refúgio do empirismo” (DOSSE, 2007, v. 2, p. 91). A formação inicial de Bourdieu se voltava ao campo filosófico inclusive, entretanto no período que viveu na Argélia, presenciando um cenário de guerras, colonialismo e de situação desfavorável a classe dos trabalhadores, Bourdieu adquiriu maior interesse pelas Ciências Sociais, área em que se enquadra a Sociologia.

Subsidiado pelo paradigma estruturalista, mas também influenciado pelo que verificava na realidade social, Bourdieu realiza uma série de reflexões acerca do papel dos indivíduos perante tal realidade. As primeiras reflexões de Bourdieu não deixaram de se relacionar com a problemática do sujeito no estruturalismo, como também a outras contradições do paradigma; é o que podemos conferir em Dosse (2007, v. 2, p. 98):

Os agentes sociais, segundo Bourdieu, mesmo aqueles que se creem os mais liberados das determinações sociais, são animados por forças que os estimulam à ação sem que tenham consciência disso, que os reificam. E são, portanto, essas condições objetivas das práticas discursivas que compete ao sociólogo reconstituir, a fim de ganhar acesso a um nível causal do qual os sujeitos estão ausentes ou então só estão presentes por suas ilusões (...)

Por essa posição, Bourdieu assume o paradoxo da maior parte dos estruturalistas, intelectuais de esquerda que estão abertos para a mudança, que desenvolvem no plano teórico as armas da crítica numa perspectiva progressista e que são, ao mesmo tempo, seduzidos por um paradigma que encerra todas as veleidades de mudança e anuncia assim o fim da história, mas que oferece em contrapartida, garantias de cientificidade, uma possível apreensão do social coisificado com a ambição de captá-lo como totalidade (...)

Reencontramos, pois, a temática da ausência do sujeito no primeiro Bourdieu, aquele que introduziu o estruturalismo na sociologia. O sujeito é submetido ao seu destino social, fora do qual ele não faz outra coisa senão iludir-se com palavras para mascarar seus fracassos. A única mecânica inteligível do sistema é a dos interesses materiais positivos, que dependem de um processo de objetivação pelo qual o sujeito se revela numa verdade que não lhe pertence.

O primeiro Bourdieu, a que se refere Dosse (2007), mais determinista com relação ao sujeito perdurou até o começo da década de 1970, porém após esse período o sociólogo francês passou a questionar tal determinismo, e também trabalhos que nele se baseassem, como era o caso de Althusser. Conforme nos afirma Dosse (2007, v. 2, p. 369), Bourdieu “entabula uma crítica ao estrutural-marxismo althusseriano ao atacar seu aristocratismo filosófico e sua negação total do papel dos agentes sociais, que são reduzidos à aplicação do sistema de regras”. Entretanto criticar o determinismo social de teorias como a de Althusser e de seus próprios trabalhos iniciais, não implicou total afastamento de Bourdieu com relação ao paradigma estruturalista. Em vez disso, o sociólogo francês buscou dar uma nova orientação a sua postura estruturalista, desvencilhando-se de certos traços que apresentava antes. E nesse contexto desenvolve uma abordagem que busca se diferenciar tanto do objetivismo de estruturalistas como Lévi-Strauss e Althusser, no qual o sujeito se encontrava reduzido a epifenômenos da estrutura, bem como do subjetivismo (ou interpretativismo, se utilizarmos termos de Fairclough) de teorias existencialistas relacionados a Sartre, e algumas linhas da sociologia, tal qual o interacionismo simbólico, em que o sujeito era tomado como soberano, livre e consciente. Enfim, embora questionasse certos aspectos do estruturalismo, Bourdieu não deixou de combater o existencialismo sartreano, como o faziam muitos estruturalistas. E assim, o sociólogo francês estabelece todo um dispositivo de análise que se organiza, sobretudo, em torno das noções de *habitus*, mas também de senso prático e de estratégia, que têm como propósito demonstrar que a ação não é a simples execução automática da regra; outras noções também importantes na obra de Bourdieu são a de 'campo' e a de 'capital'. Na seção a seguir trataremos das noções de *habitus* e de campo, ambas retomadas na abordagem discursiva de Norman Fairclough.

3.2.3.2 Noções estruturalistas construtivistas na sociologia bourdieusiana

Em *An Invitation to Reflexive Sociology* (1992), Bourdieu e Wacquant fazem toda uma reflexão sobre diferentes rumos que a sociologia haveria de tomar para realizar uma análise adequada da sociedade. E um dos passos necessários para isso seria

superar a oposição impertinente entre objetivismo e subjetivismo, ou estruturalismo e construtivismo:⁷⁵

Uma ciência total deve se afastar tanto do estruturalismo mecânico que desconsidera os agentes, quanto do individualismo teleológico que reconhece as pessoas somente na forma truncada de um “‘molho cultural’ supersocializado” (...). Objetivismo e subjetivismo, mecanicismo e finalismo, necessidade estrutural e agência individual são falsas antinomias. Cada termo dessas oposições se reforçam; todos conspiram para o obscurecimento da verdade antropológica das práticas humanas. (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p. 10 – tradução nossa)

Para superar essas dicotomias, Bourdieu opta por tratar esses paradigmas antagônicos como momentos de uma análise, a qual visa recuperar a realidade dúbia do mundo social. A chamada 'sociologia praxeológica', que resulta de tal decisão, concilia abordagens estruturalistas e construtivistas. Temos então uma sociologia estruturalista construtivista que se desenvolve em dois momentos:⁷⁶

Primeiramente, nós partimos das representações mundanas para construir estruturas objetivas (espaços de posições), a distribuição eficiente dos recursos sociais que definem as restrições externas que influenciam as interações e as representações. Em seguida, nós reintroduzimos a experiência vivida dos agentes para explicar as categorias de percepção e apreciação (disposições) que estruturam sua ação a partir de dentro. (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p. 11 – tradução nossa)

Nesse contexto de análise, tem se a noção de *habitus* como relevante. Por *habitus*, Bourdieu entende sistemas de *disposições* duradouras, estruturas estruturadas

75 A total science of society must jettison *both* the mechanical structuralism which puts agents “on vacation” *and* the teleological individualism which recognizes people only in the truncated form of an “oversocialized ‘cultural dope’” (...). Objectivism and subjectivism, mechanicalism and finalism, structural necessity and individual agency are false antinomies. Each term of these paired opposites reinforces the other; all collude in obfuscating the anthropological truth of human practice.

76 First, we push aside mundane representations to construct the objective structures (spaces of *positions*), the distribution of socially efficient resources that define the external constraints bearing on interactions and representations. Second, we reintroduce the immediate, lived experience of agents in order to explicate the categories of perception and appreciation (*dispositions*) that structure their action from inside.

predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem, em nada, serem o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem suporem a mira consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 2002). O habitus diz respeito ao que Bourdieu (2002) chama de 'dialética da interioridade e da exterioridade', ou seja, a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. Desse modo, o habitus de um indivíduo se compõe conforme as posições sociais que o indivíduo ocupa, e em seguida tal habitus rege suas práticas.

Como podemos conferir em Bourdieu (1983)⁷⁷, a utilização do conceito de habitus pressupõe um indivíduo cujas práticas não são simples efeitos das estruturas, mas ao mesmo tempo, tais práticas não são efeitos de uma consciência livre e criadora desse mesmo indivíduo a qual se manifesta a cada situação vivenciada. Em outras palavras, as ações dos indivíduos não são resultados diretos das estruturas sociais, mas também não são criações imediatas de suas consciências perante determinadas conjunturas. As ações dos indivíduos se encontram parcialmente estruturadas pelo seu habitus, mas ajustam-se de acordo com a situação em que se encontra. Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 65):

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediaticidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados. Princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas (...), o *habitus* produz práticas que, na medida em que elas tendem a reproduzir as regularidades imanentes às condições objetivas da produção de seu princípio gerador, mas, ajustando-se às exigências inscritas a título de potencialidades objetivas na situação diretamente

77 Bourdieu (1983) se enquadra na obra de Renato Ortiz *Pierre Bourdieu: Sociologia* presente nas referências deste trabalho. Tal obra traz em si, uma coletânea de textos relevantes do sociólogo francês.

afrontada, não deixam de deduzir nem das condições objetivas, pontualmente definidas como soma de estímulos que podem aparecer como tendo-as desencadeado diretamente, nem das condições que produziram o princípio durável de sua produção: só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a *estrutura* objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições de exercício desse *habitus*, isto é, com a *conjuntura* que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura.

Os espaços em que as posições dos agentes sociais se encontram, *a priori*, fixadas, e nos quais diversos *habitus* interagem harmonicamente ou não, Bourdieu denomina como 'campos'. A sociedade se configura através da relação desses diversos campos existentes, como o campo político, o artístico, o econômico, religioso, filosófico. Nestes espaços, determinados tipos de bens são produzidos, consumidos ou classificados, sendo também um espaço de disputa entre indivíduos que pretendem adquirir maiores prestígios na produção, consumo e classificação desses bens. Peguemos o exemplo utilizado por Nogueira (2004, p. 36) para maiores esclarecimento sobre a noção de campo:

Se tomarmos o campo literário como exemplo, é possível analisar como editores, escritores, críticos e pesquisadores das áreas de língua e literatura disputam espaço e reconhecimento para si mesmo e suas produções. Basicamente, o que está em jogo nesse campo são as definições sobre o que é boa e má literatura, de quais são produções artísticas ou de vanguarda e quais são as puramente comerciais, de quais são os grandes escritores e de quais são os escritores menores. Mais do que isso, disputa-se constantemente a definição de quem são os indivíduos e as instituições (jornais e revistas literárias, editoras, universidades) legitimamente autorizados a classificar e a hierarquizar os produtos literários.

O prestígio de um indivíduo dentro de dado campo, como o campo literário, indica a quantidade de capital acumulado dele; e pode se falar de tantas formas de capital quanto sejam os campos relativamente autônomos de produção simbólica presentes em uma dada sociedade. Desse modo, é possível pensar em um capital literário, o qual é possuído mais por alguns do que por outros dentro do campo literário.

E a diferença de capital entre os indivíduos que interagem dentro de determinado campo faz com que eles entrem em confronto tanto para manter quanto para transformar certas características do campo; é o conflito entre ortodoxia e heresia, ou heterodoxia, a que Bourdieu se refere no fragmento abaixo:

Aqueles que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo, tendem a estratégias de conservação – aquelas que nos campos da produção de bens culturais tendem a defesa da *ortodoxia* – enquanto os que possuem menos capital (que frequentemente são também os recém-chegados e, portanto, na maioria das vezes, os mais jovens) tendem a estratégias de subversão – as da *heresia*. É a heresia, a heterodoxia, enquanto ruptura crítica frequentemente ligada à crise, juntamente com a doxa que faz com que os dominantes saiam de seu silêncio, impondo-lhes a produção do discurso defensivo da ortodoxia, pensamento “direito” e de direita, visando a restaurar o equivalente da adesão silenciosa da doxa. (BOURDIEU, 2003, p. 121)

As estratégias que os indivíduos adotam para defender seus interesses dentro do campo não são, conforme Bourdieu, frutos de sua consciência, mas sim da configuração de seu habitus, formado em sua trajetória social. Em outras palavras, o habitus dos indivíduos define suas ações nos campos em que eles se enquadram; e tal habitus conduz a ações transformativas ou a ações conservadoras dos caracteres dos campos.

Tendo isso em vista, Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram que, na abordagem de Bourdieu, a noção de 'campo' não implica estruturas estáticas, mas sim espaços de lutas, as quais podem reestruturar tais espaços, como também transformar a relação que estes espaços possuem com outros. Além da relação dinâmica entre os campos, Chouliaraki e Fairclough (1999) também enfatizam a relação dinâmica e, por vezes tensa, entre campos e habitus.

Como nos lembram os autores, na abordagem de Pierre Bourdieu, mudanças sociais podem transformar a estrutura dos campos mais rapidamente que o habitus de alguns indivíduos que ocupam posições em tais campos. Tal tendência de o habitus de um indivíduo permanecer ao longo do tempo, mesmo que haja transformações nos campos em que atua, Bourdieu denomina como 'histeresis', termo que toma de empréstimo da física, quando essa trata da inércia. Indivíduos que não acompanharam a

mudança no campo, ou podem tentar se adaptar, modificando traços de seu próprio habitus, ou podem se confrontar com outros indivíduos, buscando conseguir para si espaço no campo; o campo não deixa de ser um espaço de lutas, e isso é bastante considerado por Fairclough em sua abordagem.

Entretanto com relação ao tratamento da linguagem, Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram insatisfatória a abordagem de Bourdieu, na qual, conforme nos indicam os autores, a linguagem é tomada como um epifenômeno do social. Em outros termos, na teoria de Bourdieu, a natureza constitutiva do discurso, retomando Foucault, não é adequadamente considerada de acordo com os autores. Desse modo, nos arriscamos a dizer que Bourdieu supre algumas falhas que Norman Fairclough considera em Foucault, mas abordagens como a foucaultiana também complementariam alguns aspectos faltantes em Bourdieu, o que manteria o mérito de ambas as teorias na constituição da Teoria Social do Discurso. E assim, Chouliaraki e Fairclough (1999) buscam associar as noções de campo e habitus às noções de ordem de discurso e voz. Esse último conceito, Fairclough toma de empréstimo de Bernstein, cuja teoria o autor britânico também considera complementar a de Bourdieu no que se refere a questões discursivas, entretanto optamos por não nos aprofundarmos em tal autor no presente trabalho.

Conforme os autores, a noção de ordem de discurso pode ser tomada como a faceta discursiva de um campo social, isto é, uma ordem de discurso representa especificamente a organização dos discursos dentro de determinado campo. E como um campo, uma ordem de discurso também consiste em um espaço de lutas, onde os agentes buscam legitimar seus discursos e suas práticas, e também onde gêneros discursivos circulam e se transformam. Mudanças na ordem de discurso podem implicar mudanças no campo.

No que diz respeito ao habitus e à voz, 'Voz', para Bernstein, consiste na habilidade de os indivíduos distinguirem, entre os diversos contextos de práticas discursivas, onde e quando é apropriado ou não dizer algo; assim a voz também pode ser definida como modo de ser, fazer, e dizer em todo espaço de trocas semióticas. Tal definição de 'voz' na teoria de Bernstein é pertinente para sua associação com o conceito bourdieusiano de habitus, desse modo, Chouliaraki e Fairclough (1999) tomam 'voz' como um 'habitus linguístico', disposições para se usar a linguagem de modos

particulares, dos quais os agentes são dotados de diferentes formas dependendo do campo em que eles estão atuando, bem como sua posição dentro do campo e sua trajetória social.

3.2.4 Apropriações a partir da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday

Para Fairclough, um diferencial relevante entre a ADC e outras versões de análise de discurso diz respeito ao trabalho empírico com textos, isto é, a ADC é uma abordagem textualmente orientada. E para a análise de textos a Linguística Sistêmica Funcional (LSF) de Michael Halliday é tomada como base. Conforme Fairclough (1999), a LSF pode ser considerada uma abordagem estruturalista construtivista, devido a suas concepções de texto e linguagem; a linguagem é tomada como estruturada e estruturante, e os textos, sendo instâncias particulares da linguagem, atendem a diversos critérios do sistema linguístico, mas também possibilitam mudanças nele, muitas delas estimuladas pelo meio social.

Outro aspecto relevante da Linguística Sistêmica, diz respeito à multifuncionalidade da linguagem, sendo registradas três macrofunções que atuam simultaneamente nos textos: ideacional, interpessoal e textual. A primeira diz respeito à representação das experiências, a linguagem reflete a realidade, com os enunciados se remetendo a eventos, ações, estados, e outros processos da atividade humana. A segunda se refere à interação, a linguagem possibilitando a expressão das relações sociais e pessoais. A terceira remete à construção e organização de textos, dando relevância à análise dos aspectos gramaticais, semânticos, estruturais, presentes em um texto. Fairclough recontextualiza as macrofunções, elaborando os três significados – representacional, identificacional, acional – presentes nos textos, relacionando-os aos discursos, modos relativamente estáveis de representar, estilos, modos relativamente estáveis de se identificar, e gêneros, modos relativamente estáveis de agir. No capítulo anterior, tratamos desses significados.

Na presente sessão, realizaremos uma breve exposição da teoria de Michael Halliday, focalizando suas concepções de texto e linguagem, as quais, Fairclough considera pertinentes para os propósitos da Teoria Social do Discurso.

3.2.4 1 Sobre a Linguística de Halliday

3.2.4.1.1 Linguagem como semiótica social

Segundo Halliday (2006), a teoria Linguística Sistêmico Funcional tem sua origem a partir da principal tradição linguística europeia, a qual se desenvolveu a partir do trabalho de Saussure. Tal teoria, seguindo a linha da Escola de Praga, e do funcionalismo francês, é de orientação mais semântica e funcional que sintática e formal, toma o texto como seu objeto e não a sentença, e sua definição se dá mais por referência ao uso que pela gramaticalidade do texto. As primeiras formulações da Linguística Sistêmica começaram a ser esboçadas por Halliday, em conjunto com outros pesquisadores, em Londres, a partir dos anos 60; nos anos 70 a teoria foi sendo aprimorada, e nos anos 80, o alcance de seu trabalho havia sido expandido para várias direções, o que lhe garantiu relevância entre as principais teorias linguísticas.

O termo 'sistêmica' da linguística de Halliday é devido à relevância que ela dá a noção de 'sistema', aspecto herdado da teoria de Firth, linguista de quem Halliday foi discípulo. Para Firth 'sistema' diz respeito a representação teórica das relações paradigmáticas na linguagem, diferente da noção de 'estrutura' que se refere às relações sintagmáticas. A teoria sistêmica prioriza as relações paradigmáticas, ou seja, o conjunto de conceitos que serão selecionados, ou não, para a composição das sentenças. Na teoria sistêmica, a organização sintagmática é interpretada como a 'realização' dos caracteres paradigmáticos, isto é, a organização dos paradigmas em frases. Para Halliday, orientar-se para as relações paradigmáticas permite à Linguística Sistêmica lidar mais adequadamente com o uso da linguagem.⁷⁸

A ênfase em uma orientação paradigmática acrescentou uma dimensão de profundidade no tempo, tornando assim mais fácil de se relacionar linguagem em uso à linguagem a ser aprendida, o que permitiu a teoria se desenvolver tanto na reflexão quanto na ação – como um recurso

78 The shift to a paradigmatic orientation added a dimension of depth in time, so making it easier to relate language 'in use' to language being learnt; and it enabled the theory to develop both in reflection and in action – as a resource both for understanding and for intervening in linguistic processes.

para compreender e para intervir em processos linguísticos. (HALLIDAY, 2006, p. 444 – tradução nossa)

Na Linguística Sistêmica Funcional a escolha dos paradigmas do sistema para a organização dos sintagmas da linguagem, isto é, a 'realização' das relações paradigmáticas, envolve um conjunto de fatores sociais, culturais, situacionais, dentre vários outros. Halliday, pois, toma a linguagem como uma semiótica social. Nas palavras de Halliday (1994, p. 10 – tradução nossa):⁷⁹

Em termos resumidos (...) a expressão 'linguagem como semiótica social' significa interpretar a linguagem dentro de um contexto sociocultural, em que a própria cultura se interpreta em termos semióticos, como um sistema de informações (...)

No aspecto mais concreto, isso significa que nos damos conta do fato elementar de que as pessoas falam umas com as outras. A linguagem não consiste nas orações, consiste nos textos ou no discurso: o intercâmbio de significados em contextos interpessoais de um ou outro modo. Os contextos em que se intercambiam significados não estão desprovidos de valor social; um contexto verbal é em si uma construção semiótica, com uma forma (derivada da cultura) que capacita os participantes a predizer características do registro [modo de variação linguística] prevalecente e, portanto, para se compreenderem uns aos outros a medida que seguem adiante.

Assim, os participantes fazem mais do que compreender-se uns aos outros, no sentido de trocarem informações e bens e serviços, no sentido da interação dinâmica de funções da fala. Mediante seus atos cotidianos de significação, as pessoas representam a estrutura social, afirmando suas próprias posições e seus próprios papéis, estabelecendo e transmitindo os sistemas comuns de valor e conhecimento.

79 En términos resumidos, (...) la expresión “lenguaje como semiótica social”; significa interpretar el lenguaje dentro de un contexto sociocultural, en que la propia cultura se interpreta en términos semióticos, como un sistema de información (...)

En el aspecto más concreto, eso significa que tomamos en cuenta el hecho elemental de que las personas se hablan unas a las otras. El lenguaje no consiste en las oraciones, consiste en el texto o en el discurso: el intercambio de significados en contextos interpersonales de uno o otro tipo. Los contextos en que se intercambian significados no están desprovistos de valor social; un contexto verbal es en sí una construcción semiótica, con una forma (derivada de la cultura) que capacita a los participantes para predecir características del registro prevaleciente y, por tanto, para comprenderse los unos a los otros a medida que siguen adelante.

Pero esos participantes hacen más que comprenderse los unos a los otros, en el sentido de intercambiar información y bienes y servicios mediante la interacción dinámica de funciones del habla. Mediante sus actos cotidianos de significación, la gente representa la estructura social, afirmando sus propias posiciones y sus propios papeles, lo mismo que estableciendo y transmitiendo los sistemas comunes de valor y de conocimiento.

E segundo Halliday (2006), a relação entre a linguagem e outros fenômenos socioculturais se dá através do processo de 'realização': a linguagem 'realiza' a cultura, do mesmo modo que, dentro da linguagem, o som 'realiza' palavras, e as palavras 'realizam' significados (p. 445). Entretanto, a linguagem realizar a cultura é mais do que simplesmente expressá-la, para Halliday, o mais correto seria dizer que a linguagem simboliza ativamente o sistema social, representando metaforicamente em seus padrões de variação aquela que caracteriza as culturas humanas; isso é o que permite as pessoas lidar com a variação linguística, utilizando-a para criar significados de tipo social. Assim, para Halliday, a linguagem exerce uma função dupla de expressão e representação metafórica dos processos sociais:⁸⁰

Essa mesma função dupla do sistema linguístico, função tanto de expressão dos processos sociais como de metáfora para esses processos, é o que está por trás da dinâmica da relação entre a linguagem e o contexto social; é o que garante que nos pequenos encontros da vida cotidiana em que se trocam significados, a linguagem não só sirva para facilitar e apoiar outros modos de ação social que constituam seu entorno, mas também crie ativamente um entorno próprio, possibilitando assim todos os modos de significação imagináveis, desde a maledicência até a ficção literária. O contexto intervém na determinação do que dizemos, e o que dizemos intervém na determinação do contexto. (Halliday, 1994, p. 11 – tradução nossa)

Para desenvolver uma linguística que seguisse tal princípio da linguagem como semiótica social, logicamente, Halliday utilizou-se de diversas noções que atendessem aos propósitos dessa linguística, e que fossem ao encontro dos caracteres que ela pontuava tanto para a linguagem quanto para o texto, noções que representassem o caráter estruturado e sistemático da linguagem, mas também considerassem sua forte relação com o contexto social.

80 Esa misma doble función del sistema lingüístico, función tanto de expresión de los procesos sociales como de metáfora para esos procesos, es la que se halla tras la dinámica de la relación entre el lenguaje y el contexto social; lo que garantiza que en los microencuentros de la vida cotidiana en que se intercambian significados, el lenguaje no sólo sirva para facilitar y apoyar otros modos de acción social que constituyen su entorno propio, possibilitando así todos los modos de significación imaginativos, desde la maledicencia de traspasio hasta la ficción literaria y la poesía épica. El contexto interviene en la determinación de lo que decimos, y lo que decimos interviene en la determinación del contexto.

3.2.4.1.2 Texto e linguagem em Linguística Sistêmica

A obra de Halliday *An Introduction to a functional grammar* (2004) se dedica a apresentar a Linguística Sistêmica Funcional, suas noções, método, além de expor alguns estudos que Halliday realizou no final dos anos 60, sendo um de seus livros mais relevantes. Nesta seção a utilizaremos como base para tratar de conceitos relevantes na linguística de Halliday e que se relacionam aos propósitos do presente trabalho.

Segundo Halliday (2004, p. 3), quando nós falamos ou escrevemos, nós produzimos textos, assim, o termo 'texto' se refere a qualquer instância da linguagem que faz sentido para aqueles que conhecem a língua. Para um gramático, o texto é um fenômeno multifacetado que 'significa' de diversos modos, e pode ser explorado de diversas maneiras, das quais duas se destacam. Primeiramente, o texto pode ser tomado como um objeto de estudo, sobre o qual o analista poderá fazer perguntas como: por que tal texto significa isso e não outra coisa? Por que tal texto possui esse valor? O texto também pode ser tomado como um instrumento que revela aspectos do sistema linguístico que permitiu sua construção. E quanto mais complexo é o sistema de um texto, mais complexa se torna sua análise.

Segundo Halliday (2004), uma das dimensões mais complexas da linguagem é a sua estrutura composicional (ou ordem sintagmática), que na Linguística Sistêmica é conhecida como 'constituência'. A estrutura da linguagem é formada por várias unidades, as quais se agrupam em 'rank scales' ou 'escala de rango'⁸¹. A constituição pode ser analisada sob três aspectos, fonológico, grafológico, e léxico gramatical; e, conforme o aspecto que analisamos, diferentes escalas serão observadas. A constituição léxico gramatical, por exemplo, possui uma rank scale formada pelas unidades: oração, frase ou grupo, palavras, morfemas. E essas unidades se relacionam, sendo as maiores constituídas pelas menores, isto é, palavras se constituem de morfemas, frases se constituem de palavras, e assim por diante. Na dimensão da constituição léxico gramatical da linguagem, a oração ganha maior enfoque, mas em outras dimensões da linguagem, costuma ser necessário dar relevância a outros aspectos além da oração,

81 Termo presente na obra *A Linguística Estrutural* (1971), de Lepschy

especialmente quando se trata de uma análise linguística funcional da linguagem, na qual as diversas dimensões hão de ser consideradas, a linguagem deve ser trabalhada em sua inteireza.

Em um estudo funcional da linguagem, é preciso se referir a ela como texto e sistema, como conjunto de sons, escrita, léxicos, como uma estrutura – configuração de várias partes – e como um recurso – escolhas entre diferentes alternativas. Tomando a linguagem dessa forma, o estudo considera a sua capacidade de criar e expressar significados. E desse modo, todas as dimensões da linguagem adquirem relevância; e Halliday (2004) apresenta tais dimensões como: estrutura (ou ordem sintagmática), sistema (ou ordem paradigmática), estratificação, instanciação e metafunções. Cada uma dessas dimensões é considerada conforme determinados princípios e categorias.

A dimensão da estrutura, a qual apresentamos brevemente, diz respeito a composição das orações, ou do complexo de orações, seja na forma falada ou na forma escrita. A dimensão do sistema, por outro lado, diz respeito à seleção do que vai ou não ser utilizado para a composição dos sintagmas; é o eixo paradigmático da linguagem. Assim, na Linguística Sistêmico Funcional um sistema consiste em um conjunto de alternativas que serão selecionadas para a composição das orações. Como afirmado no item anterior, um grande diferencial da Linguística Sistêmica Funcional é justamente sua orientação para o eixo paradigmático da linguagem, e seu nome deriva do fato de ela tomar a linguagem como uma rede de sistemas (conjunto de alternativas), mais do que um inventário de estruturas. Para a LSF, o texto é o produto de escolhas dentro de toda uma rede de sistemas, e a linguagem é um recurso para a construção de significados, e os significados residem na rede de sistemas (HALLIDAY, 2004, p. 23). A estrutura e os sistemas atuam juntos na linguagem, sendo que cada sistema, cada momento de escolha, colabora para a formação da estrutura, e a relação entre sistema e estrutura (como também desses com o contexto social, conforme vimos no item anterior) se dá pelo processo de 'realização'. Nas palavras de Halliday:⁸²

82 each system – each moment of choice – contributes to the formation of the structure. Of course, there is no suggestion here of **conscious** choice; the 'moments' are analytic steps in the grammar's construal of meaning (...). Structural operations – inserting elements, ordering elements and so on – are explained as **realizing** systemic choices. So when we analyse a text, we show the functional organization of its structure; and we show what meaningful choices have been made, each one seen in the context of what might have been meant but was not.

When we speak of structural features as 'realizing' systemic choices, this is one manifestation of a general relationship that pervades every quarter of language. Realization derives from the fact is a stratified system.

(...) cada sistema – cada momento de escolha – contribui para a formação da estrutura. Mas, logicamente, não sugerimos aqui que haja escolha consciente; os 'momentos' são passos analíticos na construção dos significados na gramática (...). As operações estruturais – inserção de elementos, sua ordenação e assim por diante – são explicadas como a 'realização' das escolhas sistêmicas. Assim, quando analisamos um texto, nós mostramos a organização funcional de sua estrutura, assim como também expomos quais escolhas de significado foram feitas, cada qual considerada em um meio em que outras escolhas poderiam ter sido feitas, mas não foram.

Quando nós nos referimos a caracteres estruturais realizando escolhas sistêmicas, isso diz respeito à um modo de relação que perpassa todos os aspectos da linguagem. A realização deriva do fato de a linguagem ser um sistema estratificado. (HALLIDAY, 2004, p. 24 – tradução nossa)

O fato de a linguagem ser estratificada, mencionada no fragmento anterior, diz respeito a mais uma das dimensões relevantes da linguagem, apresentada por Halliday (2004). Dizer que a linguagem é estratificada significa dizer que ela se divide em extratos, em partes que se relacionam. Conforme a abordagem linguística, a divisão dessas partes pode se diferenciar; na Linguística Sistêmica, quatro são destacados: o extrato semântico que se refere ao potencial da linguagem de lidar com significados, o extrato léxico gramatical que diz respeito ao potencial expressivo da linguagem, por fim tem-se os extratos fonológico e fonético. E a realização consiste na relação entre esses extratos, isto é, sons realizam fonemas que realizam a gramática que realiza os significados. E como demonstramos anteriormente, a 'realização' também se aplica a contextos extralinguísticos, como o sociocultural ou o situacional, ou seja, a linguagem realiza a cultura ou a conjuntura em que é utilizada.

Outra dimensão da linguagem é a da instanciação que diz respeito à possibilidade de a linguagem se manifestar na forma de textos de diversos modos. Desse modo, os textos são tomados como instâncias do sistema linguístico, manifestações influenciadas pelo momento em que os textos são produzidos. Assim na LSF, a linguagem é tomada na perspectiva do sistema e do texto, ou seja, na perspectiva do aspecto mais durável da linguagem, o sistema, e na perspectiva do aspecto mais imediato, o texto. Apesar de poderem ser referidos separadamente, tais aspectos da

linguagem atuam em conjunto, não são fenômenos distintos, é um mesmo fenômeno tomado de diferentes modos. E sendo, texto e sistema um mesmo fenômeno, o texto pode ser tomado como uma espécie de variação no sistema, variação que Halliday denomina como 'registro', uma variação situacional, influenciada especialmente pelo contexto mais imediato em que o texto foi produzido.

Por fim, outro aspecto, ou dimensão, da linguagem tido como relevante na Linguística Sistêmica se refere às suas metafunções. Lembrando que a linguagem não só expressa como também constrói as experiências do ser humano, nomeando coisas ao redor, como também caracteres para tais coisas, modos de classificá-las e assim por diante, Halliday (2004) apresenta a função ideacional da linguagem, a qual temos no referido no presente trabalho, relacionando-a à representação da realidade. A linguagem também serve para nossa interação com outros a nosso redor, já que a usamos para comunicar algo, questionar, fazer uma proposta, dar uma ordem, dentre outras ações; visto isso, Halliday (2004) define a função interpessoal da linguagem. Por fim, a linguagem é utilizada para a construção e organização dos textos, organizando o discurso, definindo a coesão e a coerência entre as palavras; isso caracteriza a função textual da linguagem. Tais funções foram de grande produtividade para a Teoria Social do Discurso.

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), o modo de a Linguística Sistêmica teorizar a linguagem vai ao encontro dos propósitos da ADC, pois ao tomar a linguagem como sistema e como texto, ou instância, destacando sua relação com contextos socioculturais, ganha relevância a abertura da linguagem para mudanças socialmente orientadas. Assim a linguagem estrutura textos nas situações sociais, mas tais situações contribuem para mudanças no sistema linguístico. Daí, Fairclough considerar a teoria de Halliday, uma teoria estruturalista construtivista, portanto adequada para a constituição da Teoria Social do Discurso.

Considerações finais

Como pudemos verificar, tratar de estruturalismo em abordagens linguístico discursivas atualmente não se mostra uma tarefa simples, especialmente quando nos lembramos das problemáticas associadas a esse paradigma, as quais lhe forneceram um certo estigma. Tomando as palavras de Costa (2008) de empréstimo, podemos afirmar que a presença do estruturalismo na Linguística atual é quase 'fantasmagórica', e, por vezes, se referir ao estruturalismo em certos meios acadêmicos tem sido tabu. Muitas teorias e estudos atuais buscam se esquivar do 'rótulo' de estruturalistas, visto que com tal 'rótulo', eles poderiam ser considerados negligentes com outros aspectos dos estudos discursivos; um desses diz respeito a levar em conta devidamente o uso da linguagem, e que influências ele tem no sistema linguístico, outro tem a ver com a relação dos sujeitos com as estruturas sociais. Como observamos ao longo deste trabalho, Norman Fairclough demonstra preocupação com esse último aspecto, e mesmo com o primeiro.

Concordamos com Dosse (2007) em tomar a história do estruturalismo como uma história de caráter relativamente épico, tanto se pensarmos no movimento quanto no paradigma. Primeiramente o método surge como um 'salvador' para estudiosos de diversas áreas os quais, além de participarem de geração desiludida com diversos aspectos de seu contexto histórico de pós-guerra e ditadura socialista, também buscavam prestígio acadêmico e científico para as disciplinas em que atuavam. Como sabemos, a Linguística é a ciência piloto do estruturalismo, forneceu ao método a devida notoriedade para que ele se tornasse um paradigma abraçado por cientistas de diversas áreas das ciências humanas. Muitos desses cientistas tinham o estruturalismo como 'unificador' das ciências humanas, podemos citar Roland Barthes e sua semiologia como exemplo. Logo no início temos um estruturalismo 'salvador', e 'unificador', abraçado e reverenciado por uma gama de estudiosos; um paradigma que possibilitou o aparecer de um movimento de ideias e contracultura, um movimento que questionava os tradicionalismos acadêmicos, um movimento que questionava a realidade histórica que o cercava, duvidando da consciência plena e engajada do homem, duvidando da busca incessante pelo progresso que esse homem promovia, duvidando da capacidade desse homem de desconstruir as estruturas sociais. Enfim, declarou-se uma certa morte do

homem, e vitória das estruturas, mas também vitória das ciências humanas no meio acadêmico, mesmo que seu sucesso estivesse se apoiando na morte do homem.

Como pudemos reconhecer, a história do estruturalismo não deixa de estar cercada de paradoxos, e tais paradoxos foram a força daqueles que o contestavam. Tais contradições fizeram com que o estruturalismo fosse tomado como a 'pseudo corrente científica' dos tecnocratas na França, acusação originada especialmente de estudiosos adeptos do existencialismo e do marxismo. Além dessas problemáticas relacionadas ao contexto histórico e ao tratamento que o estruturalismo dava a figura do homem, temos também a problemática com relação à ênfase nas estruturas, problemática que diz respeito especialmente ao estruturalismo ontológico, apresentado por Eco (2001). Conforme já expusemos, com base nesse autor, a credibilidade intensa nas estruturas fez com que o estruturalismo ontológico se auto saturasse, já que a superestrutura que englobava todas as estruturas possíveis no mundo, a qual muitos cientistas buscavam, era complexa de se descrever. E no final da história, o estruturalismo passou a ser tomado como ineficiente e também como vilão. Um 'salvador' e 'unificador' que se tornou um 'vilão', podemos dizer. E assim, cientistas passaram a se esquivar do estruturalismo, e o estigma de paradigma que desconsidera a ação dos indivíduos e dá primazia às estruturas não deixou de perdurar até atualmente. E tal estigma não deixa de se sobrepor a eficácia que o método estrutural demonstrou no período em que recebeu destaque. Isto é, quando se pensa em estruturalismo atualmente costuma-se lembrar mais de suas problemáticas com relação ao homem do que das diversas vantagens do método estrutural e do avanço que ele possibilitou às ciências humanas.

Entretanto, como Costa (2008) busca explicitar, o estruturalismo ainda se encontra presente nas abordagens linguístico discursivas atuais, mesmo que acobertado ou não mencionado. Isso é fato especialmente quando nos referimos ao método estrutural. Quer dizer, as abordagens de hoje se utilizam de método estrutural, semelhante ao destacado pela Linguística, para tratar de seus objetos. Ainda se pensa nos fenômenos como estruturados, utilizando-se categorias para se tratar de tais fenômenos, mesmo que encontrar estruturas não seja o propósito. O estruturalismo se encontra como um fantasma 'assombrando' as abordagens linguístico discursivas de atualmente.

Não é ilógico tomar o presente trabalho como uma defesa do estruturalismo, em meio a vários pensamentos aversivos com relação a ele. Porém, nossa defesa não implica em ignorarmos as problemáticas e contradições desse paradigma; não pretendemos invalidar aqui as diversas contestações que o estruturalismo recebeu durante toda sua história (aliás, seria uma ousadia impertinente se tentássemos fazê-lo no presente trabalho). Contudo, cremos que o pudor para se assumir a existência e eficiência do método estrutural atualmente ou em se tratar abertamente do estruturalismo já não se faz justificável. Encontramo-nos em outro contexto histórico, distinto daquele em que o estruturalismo começou a adquirir o estigma; e, sobretudo, tomamos como relevante a preocupação em se pensar nos métodos das diversas abordagens linguístico discursivas que conhecemos no meio acadêmico. Tais métodos são estruturais, e não devem deixar de ser temas de discussão por serem estruturais. Concordamos com Eco (2001), quando afirma que procurar estruturas nos fenômenos linguísticos, semióticos e sociais que estudamos se faz problemático, mas que a utilização do método estrutural é produtiva para os estudos desses fenômenos.

Um dos caracteres relevantes da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough é o seu caráter emancipatório que visa a conscientização de indivíduos envolvidos em uma pesquisa das relações de dominação em que eles se encontram inseridos. Logo, em tal abordagem os sujeitos não são tomados como apenas efeitos das estruturas, e eles têm capacidade de transformá-las. Fairclough não dá primazia às estruturas em detrimento dos sujeitos, mas sim afirma que elas dependem das práticas desses sujeitos para existirem e podem ser modificadas, conforme as práticas se modificam. Para Fairclough, a relação entre estruturas e práticas é dialética, elas se influenciam. E pudemos verificar que a abordagem emancipatória de Norman Fairclough não deixa de usar método estrutural. Logo o seu uso não implica em desconsiderar a capacidade de ação dos indivíduos perante as estruturas.

Não negamos que no presente trabalho, que não deixa de ser uma pequena defesa do estruturalismo, procuramos ter certo zelo para usar a terminologia estruturalista, a qual, segundo Eco (2001), é ladeada de problemáticas. Com o intuito de não nos prendermos nelas, decidimos não denominar a abordagem de Fairclough como estruturalista, utilizando essa definição para teorias e autores ligados diretamente ao movimento e ao paradigma; no entanto, Fairclough não deixa de ter aspectos

semelhantes a outros estudiosos estruturalistas, tanto é que o desenvolvimento de seus modelos de análise contou com a apropriação de Foucault e Bourdieu, figuras importantes do estruturalismo na França. Assim, utilizamos o termo 'viés estruturalista', estando viés no sentido dicionarizado de 'direcionamento', sugerindo que Fairclough não deixa de seguir o direcionamento de autores estruturalistas, utilizando-se de metodologia semelhante. Porém, se desvincularmos do estruturalismo o estigma que ele adquiriu e pensarmos essencialmente no método, podemos tomar seguramente o linguista britânico, dentre diversos outros estudiosos da linguagem e da sociedade atualmente, como estruturalistas.

Norman Fairclough não deixou, em suas obras, de demonstrar receio com relação ao estruturalismo, e de tomá-lo como um paradigma ineficiente para o estudo de fenômenos sociais, crendo que ele desconsidera a dialética entre estruturas e práticas. Mas seguindo a linha de Bourdieu, o autor britânico se utiliza da denominação estruturalista construtivista para caracterizar sua abordagem. Fairclough toma o estruturalismo construtivista como um sinônimo da dialética, a qual é tida como oposta ao estruturalismo; logo, estruturalismo construtivismo também se opõe a estruturalismo. E assim o autor britânico mantém sua teoria afastada de toda problemática que envolve o paradigma. Entretanto, mesmo posto em oposição ao estruturalismo, o estruturalismo construtivista não é uma negação dele. As abordagens construtivistas estruturalistas de Fairclough, Bourdieu, Halliday operam com modelos estruturais, se utilizam de noções estruturais, se utilizam de categorias para classificar os objetos que estudam, metodologicamente não deixam de se assemelhar a Linguística. Tais abordagens operam com estruturas, mas não negam sua relação dialética com as práticas e os eventos.

E quando nos referimos à dialética entre estruturas, práticas e eventos, a qual Fairclough aborda em sua obra, tomando o Realismo Crítico como base, é pertinente nos lembrarmos de outro questionamento feito ao estruturalismo, e aos paradigmas científicos em geral. Dentro dessa dialética as estruturas se referem ao que é possível acontecer na realidade, os eventos, ao que realmente acontece, e às práticas dizem respeito às nossas ações influenciadas pelo que está estabelecido pelas estruturas e essenciais para o que ocorre nos eventos; logo, as práticas ligam às estruturas aos eventos. Como demonstramos no terceiro capítulo do presente trabalho, se associarmos o Realismo Crítico com a teoria bakhtiniana, podemos relacionar as estruturas com o

mundo da cultura, e os eventos com o mundo da vida, as práticas podem se enquadrar parcialmente em cada mundo. A cultura (que enquadra a ciência, as teorias, a arte) prescreve e representa o que acontece na vida, entretanto isso não ocorre de maneira definitiva; tudo que há no mundo da vida não se encontra em pleno acordo com o prescrito pela cultura e essa não consegue representar totalmente o que existe no mundo da vida. Como assume Bakhtin (2010), são dois mundos fadados a não se coincidirem totalmente.

Podemos reconhecer na história das ciências e dos diversos paradigmas científicos uma certa disputa para decidir qual consegue representar mais a realidade; sempre adeptos de um paradigma acusaram adeptos de outros de reduzirem os fenômenos e objetos que estudam. Estruturalistas foram acusados de reduzirem o mundo a estruturas, mas também não deixaram de questionar a representação que marxistas e existencialistas faziam da realidade.

Seguindo Bakhtin, e também Fairclough e o Realismo Crítico, Costa (2008)⁸³ assume que em pesquisas científicas, necessariamente estaremos fazendo uma redução de nosso objeto, empobrecendo-o; a complexidade da realidade nunca é totalmente abarcada pelo nosso conhecimento. Logo, preocupar-se em representar plenamente o mundo não é o propósito mais pertinente para uma pesquisa científica; o que convém de fato é verificar se o paradigma que estamos tomando como base é produtivo para os principais objetivos de nossos estudos. Fairclough visa ser emancipatório, logo, o estruturalismo construtivista possibilita sua teoria tanto a considerar a força das estruturas quanto a das práticas dos sujeitos, e o método estrutural é de grande utilidade. E para se utilizar desse método e desenvolver adequadamente seus modelos de análise, o autor britânico se apropria de aspectos relevantes das teorias de Bakhtin, Foucault, Bourdieu, Halliday, dentre outros autores, sendo esses quatro os abordados em nosso trabalho.

Com o termo estruturalismo construtivista, consideramos que Fairclough busca se afastar do estruturalismo, mas não necessariamente o nega em sua abordagem, ainda mais tendo em vista que o autor assume sua crença em estruturas como partes da realidade, juntamente com as práticas e os eventos. E mesmo operando com estruturas, a Teoria Social do Discurso não deixa de ter um caráter emancipatório. Aliás, operar com

83 O autor, entretanto, assume que os estudos que acumulam comentários não sistematizadores também têm seu papel no trabalho acadêmico (é o que ele chama de 'princípio do comentário').

estruturas, modelos estruturais é característica positiva da abordagem de Fairclough, permitindo-lhe certo rigor metodológico que auxilia nos propósitos essenciais de sua abordagem, sendo que é parte desse rigor crer que o conhecimento nosso não abarca a realidade em sua inteireza.

Como vemos em Eco (2001), o homem opera com estruturas em suas teorias desde tempos remotos; e Aristóteles é tomado pelo autor italiano como o pai de toda reflexão estrutural. Arriscamos dizer que a utilização de estruturas para se entender e representar a realidade é da natureza do próprio ser humano, mesmo fora de um contexto relacionado as ciências. Se pensarmos que em nosso cotidiano, nós julgamos pessoas e coisas ao nosso redor, conforme critérios particulares, não deixamos de classificá-los separando e agrupando aquilo que é agradável para nós, aquilo que não é, aquilo que é relevante, etc. Logicamente não realizamos isso, conscientes de que estamos representando estruturalmente o mundo ao nosso redor, nem com intenções de pesquisa; mas a representação que fazemos da realidade faz diferença para as atitudes que tomamos. E se em nosso cotidiano, em que não nos preocupamos com rigor científico e metodológico, não deixamos de representar estruturalmente, logicamente nos meios acadêmicos e científicos, também o faremos. Logo faz sentido dizermos que as estruturas (sejam elas entidades reais ou instrumentos do pesquisador) estão muito presentes nesses meios, em nossa vida, e que não é lógico acobertar isso. Assim, também arriscamos afirmar que inevitavelmente somos estruturalistas, lembrando de desvincular esse termo do estigma que ele adquiriu; isto é, somos estruturalistas por representar o mundo estruturalmente, não por crer que o homem não tem força diante das estruturas. Mas enfim, se para tratarmos do estruturalismo nos meios científicos e acadêmicos, precisamos de inúmeras pesquisas, para fazê-lo com relação à própria natureza humana, certamente esse 'inúmero' se multiplicaria. Eis mais um tema para se tratar em trabalhos futuros.

E visto que nos referimos a tal questão de trabalhos futuros, para vias de finalização deste trabalho, julgamos pertinente pensar em mais temas relacionados ao estruturalismo, e também à abordagem de Fairclough para se pesquisar, afinal são assuntos que jamais se esgotariam em um trabalho como este. Uma das temáticas que consideramos interessante diz respeito à consciência do sujeito, tema que se faz presente tanto quando pensamos em estruturalismo, quanto na abordagem de Fairclough.

Abordagens estruturalistas descreditavam no sujeito plenamente consciente do existencialismo, logo buscaram operar com um sujeito diferente, influenciado por outros fatores, que não fossem sua vontade própria; tais abordagens terminaram por serem acusadas de desconsiderar os sujeitos. Fairclough demonstra credibilidade na conscientização dos sujeitos no que se refere às relações de dominação em que estão inseridos; e para o autor britânico, os sujeitos também não são determinados somente pelas suas vontades; há estruturas e práticas que os influenciam, entretanto, após se conscientizarem delas, os sujeitos podem escolher não se submeterem a elas, podendo transformá-las. Podemos desenvolver mais essa questão.

O próprio viés emancipatório da Análise do Discurso Crítica é um tema interessante. Qual a origem dele? Quando pesquisadores acadêmicos passaram a pensar em teorias que visassem conscientização de indivíduos? Com relação aos outros autores abordados nesse trabalho, também podemos pensar em mais pesquisas. Trabalhos que se aprofundassem na relação entre Fairclough e Foucault, ou entre Fairclough e Pêcheux, Bakhtin e Foucault, Bakhtin e Bourdieu, Bakhtin e Althusser, Foucault e Gramsci, etc. Temáticas não findam e certamente já existem trabalhos que tratam de algumas dessas que pontuamos, entretanto tais trabalhos não as esgotam por inteiro. O presente trabalho não esgota o tema do viés estruturalista da abordagem de Fairclough, e certamente com outro trabalho sobre ele nos depararíamos com questões que não percebemos neste. De qualquer modo esgotar e solucionar todas as questões com relação a Fairclough e o estruturalismo não foi nosso propósito. O que visamos foi avaliar como se encontra o viés estruturalista da abordagem de Fairclough, e como ele não se choca com seu caráter emancipatório. Chegamos a isso com plenitude? Certamente que não, mas demos um pequeno passo que permitirá outros mais para nos aproximarmos de tal plenitude. Aproximarmo-nos somente, pois o que sabemos da realidade não coincide com o que ela realmente é.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideología y aparatos ideológicos de Estado, Freud y Lacan*. Disponível em <http://www.philosophia.cl/biblioteca/Althusser/ideologicosalth.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2010.

AUZIAS, Jean-Marie. *Chaves do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1972

BARTON, David. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Blakwell Publishers. Lodon, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010

BAKHTIN, Mikhail. Para uma filosofia do ato. Tradução brasileira inédita.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAYNHAM, Mike. *Literacy practices: investigating literacy in social contexts*. Lodon: Logman, 2001.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de, *Linguistic theory: the discoursal of fundamental works*. London: Logman, 1993.

BENVENISTE, Èmile. *Problemas de Lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Èmile. *Problemas de Lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Structuralism and theory of social knowledge. In: *Social Research*, XXXV, 1968.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. *An invitation to reflexive sociology*. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Uma Teoria da Prática*. Oeiras: Celta, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, Sociedade Unipessoal, LDA, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais das ciências*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo, EDUNESP, 1991. Trad. de Nilo Odália.
- BURKE, Peter & PORTER, Roy (Orgs.). *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993. Trad. de Álvaro Luiz Hattner.
- CAMERON, Deborah. *Working with spoken discourse*. Sage Publications. Lodon, 2001
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CASTRO, Luciana Andrade Cavalcante de; COSTA, Alexandre Ferreira da. Questões de ética e emancipação na Análise de Discurso Crítica. In: CÍRCULO – Rodas de Conversa Bakhtiniana: Caderno de Textos e Anotações. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.
- CASTRO, L. A. C.; COSTA, A. F. . A apropriação da arqueologia foucaultiana e da dialogia bakhtiniana na abordagem discursiva de Norman Fairclough. In: Seminário de Análise de Discurso Crítica, 2010, Fortaleza. Anais do Seminário de Análise de Discurso Crítica. Fortaleza, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COSTA, Alexandre . Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional. Campinas: UNICAMP, 2007 (Tese de Doutorado).
- COSTA, Alexandre Ferreira da. O *fantasma* estruturalista e a Análise do Discurso Crítica. In: Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- COSTA, Alexandre Ferreira da. A crítica do documento de Michel Foucault: apontamentos sobre modalização empírica em análise do discurso. In: Via Litterae, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./de 2009.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh, England: Edinburgh University Press, 1999.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. v. 1. O campo do signo. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. v. 2. O canto do cisne. Bauru, SP: Edusc, 2007.

- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FAGES, J. B. *Para entender o estruturalismo*. Lisboa: Moraes Editores, 1973
- FAIRCLOUGH, Norman. Critical and Descriptive goals in discourse analysis, *Journal of Pragmatics* 9: 739-63. 1985.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *New labor, new language?* London: Routledge, 2000. Resenha de FERREIRA, Erika. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Volume 4, ano 2000. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/1297/951>. Acesso em 19 de dezembro de 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*, London: Edward Arnold 1995a
- FAIRCLOUGH, Norman. *Critical discourse analysis*. Boston: Addison Wesley, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. (ed.). *Critical language awareness*. London: Longman, 1992. Resenha de ANDRADE, Juliana Campos. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Volume 4, ano 2000. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/1299/953>. Acesso em 19 de dezembro de 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. 2 ed. London: Logman, [1989] 2001
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*; . Brasília: Editora UnB, 2001; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Globalization*, London: Routledge 2006
- FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução a linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005
- FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e Intertextualidade. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. V 1: A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal: 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes: 2004

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOWLER, Roger. Sobre a Linguística Crítica. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 4, n. Esp, p. 207-222, 2004.

GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GARAUDY, Roger. Estruturalismo e “Morte do Homem”. In: MOULOUD, Noel et al. *Estruturalismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Xavier Laborda. Historiografía Lingüística: veinte principios de la investigación hermenéutica. In: Revista de Investigación lingüística, RIL. Vol. V, número 1, 2002, p. 179-207, Universidad de Murcia.

GOUVEIA, Carlos A. M. Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In MATEUS, Maria Helena & CORREIA, Clara Nunes (eds): *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Edições Colibri: 335-351. 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: ClaraLuz, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *El Lenguaje como Semiótica Social*. La interpretación del lenguaje y del significado. Santafé de Bogotá: Fondo de Cultura Económica Ltda, 1994.

HALLIDAY, M. and HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Logman, 1994.

HALLIDAY, M. .A. K. *An introduction to functional grammar*. 3nd. ed. London, Hodder Arnold, 2004

HALLIDAY, M. A. K. Systemic Theory. *Encyclopedia of Language & Linguistics*, 2006, Pages 443-448.

HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell, 1996

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN,

Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução a linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005

KRISTEVA, Julia. *The Kristeva Reader*. Toril. Moi (ed.), Oxford: Blakwell, 1986

KRISTEVA, Julia. “Nous deux” or a (hi)story of intertextuality. In: *The Romanic Review*. Volume 93 Numbers 1-2. The Trustees of Columbia University, P. 7-13

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. In: *Revista da ANPOLL*, Nº 2, P. 45-70, 1996.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEPSCHY, Giulio C. *A linguística estrutural*. São Paulo: Perspectiva, 1966

L'HOMME ET LA SOCIÉTÉ – documentos. Debate sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia. São Paulo, SP: Editora Documentos LTDA. 1968.

LIMA, Luiz Costa. *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1970.

MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (orgs). *A controvérsia estruturalista*. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Poentes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAGALHÃES, Célia (org). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. D.E.L.T.A., v. 21 n.sp São Paulo 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 14 de outubro de 2008

MARI, Hugo; DOMINGUES, Ivan; PINTO Júlio. *Estruturalismo: Memórias e Repercussões*. Sem data.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MOULLOUD, Noel et al. *Estruturalismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução a linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2005

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- PAVEL, Thomas. *A miragem linguística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PIAGET, Jean. *O Estruturalismo*. São Paulo, SP: Difel, 1979.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- RESENDE, V. M. & V. RAMALHO. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas. Implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (dis)curso*, 5 (1), 2004: 185-207.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1995 [1971], 18ª ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.
- SÈVE, Lucien. Método estrutural e método dialético. In: MOULOU, Noel et al. *Estruturalismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- SILVA, Luzia Rodrigues da. Análise de Discurso Crítica, Letramento e Gênero Social. *Signótica Especial*, n. 2, p. 75-88, 2006.
- SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- STÖRIG, Hans Joachim. *História Geral da Filosofia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- STREET, Brian V. *Social Literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. Logman. London, 1995.
- VIEIRA, Josenia Antunes; MAGALHÃES, Célia et al (orgs). *Olhares em Análise de Discurso Crítica*. Brasília: www.cepadic.com, 2009.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.